



DELMIRA SANTOS DA CONCEIÇÃO SILVA

**MULHERES CAMPONESAS E SUAS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS:
EMBATES SOCIOECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS NA COLÔNIA
TREZE, LAGARTO-SE**

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2023

DELMIRA SANTOS DA CONCEIÇÃO SILVA

**MULHERES CAMPONESAS E SUAS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS:
EMBATES SOCIOECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS NA COLÔNIA
TREZE, LAGARTO-SE**

Texto de Tese apresentado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientadora: Profa. Dra. Maria José Nascimento Soares

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2023

Ficha Catalográfica

S586m Silva, Delmira Santos da Conceição.
Mulheres camponesas e suas práticas agroecológicas: embates socioeconômicos e socioambientais na Colônia Treze, Lagarto, SE / Delmira Santos da Conceição Silva; orientadora Maria José Nascimento Soares. – São Cristóvão, SE, 2023.
198 f.; il.

Tese (doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) –
Universidade Federal de Sergipe, 2023.

1. Meio Ambiente – Lagarto, SE. 2. Ecologia agrícola. 3. Camponesas. 4. Mulheres na agricultura. I. Soares, Maria José Nascimento, orient. II. Título.

CDU 502.11:63-055.2

DELMIRA SANTOS DA CONCEIÇÃO SILVA

**MULHERES CAMPONESAS E SUAS PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS:
EMBATES SOCIOECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS NA COLÔNIA
TREZE, LAGARTO-SE**

Texto de Tese apresentado ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovada em 31 de julho de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: PROF^a. DRA. MARIA JOSÉ NASCIMENTO SOARES
Universidade Federal de Sergipe/UFS

PROF^a. DRA. MARÍLIA BARBOSA DOS SANTOS
Universidade Federal de Roraima (UFRR)

PROF^o. DR. EDSON VICENTE DA SILVA
Universidade Federal do Ceará (UFC)

PROF^a. DRA. RONISE NASCIMENTO DE ALMEIDA
Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Sergipe (IFS)

PROF^a. DRA. ROSANA ROCHA SIQUEIRA
Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Bahia (IFBA)

PROF^a. DRA. MARIA NEIDE SOBRAL
Universidade Federal de Sergipe/UFS – Departamento de Educação
Examinadora Externa

PROF^a. DRA. NÚBIA DIAS DOS SANTOS
Departamento de Geografia – Universidade Federal de Sergipe/UFS
Examinadora Interna

SÃO CRISTÓVÃO/SE
2023

Este exemplar corresponde ao texto de Tese de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente concluída no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

PROF^a. DRA. MARIA JOSÉ NASCIMENTO SOARES
Universidade Federal de Sergipe/UFS
Orientadora

É concedida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), responsável pelo curso de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, permissão para disponibilizar, reproduzir cópia desta Tese e emprestar ou vender tais cópias.

DELMIRA SANTOS DA CONCEIÇÃO SILVA

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe/UFS

PROF^a. DRA. MARIA JOSÉ NASCIMENTO SOARES

Universidade Federal de Sergipe/UFS
Orientadora

*Ao meu filho, Davi Miguel.
A minha mãe, Francisca.
A minha orientadora, Maria José.
A todas as mulheres camponesas
da Colônia Treze, que inspiram
com suas histórias e memórias.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai celestial por me conceder o dom da vida e por não deixar com que eu desistisse nas inúmeras vezes que pensei em fazer isso... Obrigada, Deus, por ser tão bondoso, misericordioso e generoso comigo e com todos os seus filhos!

Agradeço ao meu filho Davi Miguel, que foi e é a minha maior fonte de inspiração. É por você que amanheço todos os dias com vontade de lutar e de enfrentar qualquer obstáculo. Amo-te infinitamente! Agradeço ao meu esposo, Adriano, pelo apoio e por assumir muitas vezes o meu papel enquanto estava ausente. Obrigada por cuidar tão bem do nosso bem mais precioso, nosso Davi Miguel, por me encorajar a enfrentar os desafios. Amo você.

Agradeço aos meus pais, José e Francisca, por sempre estarem ao meu lado nos momentos mais difíceis. Vocês são o meu refúgio, o meu abrigo e a minha fortaleza. Agradeço aos meus irmãos, José Carlos, José Arnaldo e Jaciana (obrigada, minha irmã, por ser minha rede de apoio, por não medir esforços para me ajudar em todos os momentos que precisei, você sempre esteve ao meu lado). Amo vocês.

Agradeço à família Silva pelo apoio, principalmente a minha sogra Antônia (*in memoriam*), uma mulher que lutou para criar seus filhos e dar-lhes a melhor educação. Obrigada a todos vocês pelo apoio e torcida!

Agradeço a minha orientadora, Maria José. A senhora é uma segunda mãe para mim, nunca soltou a minha mão, mesmo eu não dando o retorno esperado. Agradeço por tudo, sobretudo, por sempre ter acreditado em mim, mesmo quando eu não acreditava. Se cheguei até aqui foi porque a Senhora não permitiu com que eu me entregasse quando as coisas ficaram difíceis. Palavras seriam insuficientes para demonstrar o quanto a Senhora foi/é importante para minha vida pessoal e profissional. Obrigada pelo carinho e afeto, amo-te!

Agradeço a minha amiga, Marília, por me acompanhar em todo o processo, no mestrado, no doutorado e na vida. Obrigada por ser um ombro amigo, por escutar as minhas lamentações, pelas inúmeras vezes que leu e releu o meu texto, pelos risos e pelas lágrimas que compartilhamos juntas. Sem você, tenho certeza, a caminhada teria sido muito mais árdua. Amo-te.

Agradeço a minha amiga, Andreia Reis, pela amizade que, mesmo distante, tenho certeza de que posso contar! E é muito bom saber disso. Você sempre foi, é e será uma inspiração para mim, obrigada por tudo, você me ajudou a chegar até aqui. Amo-te! Agradeço as minhas amigas (Luluzinhas), Déa, Caline e Maíra.

Agradeço as minhas colegas de turma, Gabi e Jher, pela amizade, pelo apoio e pelas palavras de encorajamento. Vocês sempre terão um lugarzinho especial em meu coração. Agradeço aos meus amigos, Alessandra, pelo carinho e pela parceria, Jonielton, Jonas e Juniela, pelas palavras de apoio e pelos compartilhamentos.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), em especial as professoras Maria Neide Sobral, Núbia Dias e Rita Simone Liberato, que me acompanharam em todo o percurso do doutorado e que cederam valiosas contribuições a pesquisa, seus saberes e ensinamentos foram muito importantes no processo de construção desta tese. Agradeço a todos os colaboradores do PRODEMA, em especial a Cícero e a Luzia, que não mediram esforços para me ajudar nos momentos em que precisei, vocês são incríveis!

Agradeço a todos da escola Centro de Excelência Professor José Carlos de Souza, aos alunos, às coordenadoras Élide, Elaine, à diretora Janaína, a todos os professores, e em especial Patrícia, Suzi, Luzinete, Elaine, Elis, Cláudio, Léo (pela tradução para o inglês) e Iago (pela tradução para o espanhol). A todos vocês, o meu muito obrigada pela experiência e pelas palavras de apoio e encorajamento.

Agradeço a Luara Fontes pelo excelente trabalho de revisão textual, você é maravilhosa.

Agradeço às mulheres camponesas da Colônia Treze, vocês foram fontes de saberes e aprendizagens. Com vocês eu consegui trazer memórias que estavam adormecidas dentro de mim, consegui entender de onde eu vim e para onde eu quero ir, que os valores que tenho são frutos de uma geração familiar e são eles que me fizeram ser quem eu sou hoje. Obrigada por terem compartilhado suas histórias e memórias comigo, aprendi muito com vocês, obrigada por todo carinho e acolhimento, estarei sempre à disposição para o que vocês precisarem.

Agradeço a todas as pessoas que de forma direta ou indiretamente contribuíram para a execução desta tese, ainda que seus nomes não apareçam aqui, obrigada pelo auxílio e torcida.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa que tornou possível minha permanência no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade Federal de Sergipe.

“Vozes-Mulheres”

*“A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.*

*A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.*

*A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela*

*A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.*

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade”*

(EVARISTO, 2008, p. 10-11)

RESUMO

A agricultura camponesa desempenha um papel histórico, social, político e econômico relevante para o Brasil e para o mundo na produção de alimentos, na possibilidade de garantia da segurança alimentar, muito embora não tenha o merecido reconhecimento. As conquistas atuais são frutos de lutas e de enfrentamentos dos camponeses, e, nessa conjuntura, encontram-se as mulheres camponesas que, mesmo fazendo parte do processo de produção e comercialização, enfrentam entraves para obtenção de seus direitos sociais e agrícolas, bem como para o reconhecimento do seu protagonismo, sobretudo nos aspectos socioeconômicos e socioambientais. O objeto de estudo desta tese foram as práticas agroecológicas desenvolvidas pelas mulheres camponesas do Povoado Colônia, Lagarto/SE, objetivando compreender os embates socioeconômicos e socioambientais dessas mulheres e a orientação (ou não) pelos princípios do Bem Viver para o desenvolvimento socioespacial. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a abordagem qualitativa, por meio da história oral e da trajetória fenomenológica, para sistematização das relações agroecológicas e do Bem Viver por meio das visitas ao campo empírico, registro no diário de campo, aplicação do roteiro de entrevistas semiestruturadas, registros fotográficos, conversas informais, gravações das práticas e experiências para a elaboração de um documentário. Os resultados apontaram que as práticas, as experiências e as vivências agroecológicas das mulheres camponesas dialogam parcialmente com os aspectos teóricos do Bem Viver, com maior proximidade quando se aplicam às práticas agroecológicas ao relacionarem os conhecimentos e os saberes transmitidos por gerações, pois preservam e conservam ambientalmente o seu espaço de produção, mas se distanciam quando envolvem questões voltadas para os aspectos socioeconômicos, em razão da falta de valorização dos produtos agroecológicos no contexto atual. A tese evidenciou o potencial para a continuidade de estudos que possam ampliar visões e sentidos relacionados a práticas agroecológicas. Outrossim, esta tese reafirma a importância de cultivar alimentos mais saudáveis, assim como melhorar e elaborar políticas públicas para o contexto socioeconômico e socioambiental das mulheres camponesas.

Palavras-chave: Agroecologia. Narrativas camponesas. Produtos saudáveis.

ABSTRACT

Peasant farming has played relevant historical, social, political and economic roles in food production, as well as in possibly ensuring food safety for Brazil and around the world. Nevertheless, peasant farming is yet to receive its deserved acknowledgement. Its current legal rights result from the struggle and confrontation of peasant farmers. In this context are female peasant farmers who, besides being involved with production and sales, must still fight for their social and agricultural rights and for the recognition of their protagonism, especially in regard to socioeconomic and socioenvironmental aspects. The object of study for the present thesis was the agroecological practices that have been developed by female peasant farmers from the village of *Colônia Treze* located in the state of Sergipe, Brazil. Our main goal was to understand the socioeconomic and socioenvironmental battles of female peasant farmers and the adoption (or non-adoption) of *Buen-Vivir* principles for their social and spatial development. The methodological procedures used were a qualitative approach to the peasant farmers' oral history and phenomenological trajectory (in order to understand and systematize the agroecological relations of *Buen-Vivir*), visits to the empiric field, field journals, a semi-structured script for interviews, photographs, informal conversations and recordings. Such procedures have given basis to the creation of a documentary and to reflections upon the agroecological practices developed by female farmers in the village of *Colônia Treze*. The results indicate that the female farmers' agroecological practices/experiences are partially in agreement with the theoretical aspects of *Buen-Vivir*. Such association is even closer when it comes to agroecological practices due to the fact that they relate to ancestral knowledge about the Earth that has been transmitted through generations, which promote preservation of both the environment and their production space. On the other hand, these elements distance themselves when there are socioeconomic questions involved because in the current scenario agroecological products are not valued as they should be. The present thesis has therefore shed light on the potential for the continuity of studies that may widen views and meanings related to agroecological practices. Moreover, this thesis reaffirms the importance of growing healthier crops as well as improving and creating public policies for the socioeconomic and socioenvironmental context of female peasant farmers.

Keywords: Agroecology. Peasant farmers' accounts. Healthy produce.

RESUMEN

La agricultura campesina juega un papel histórico, social, político y económico relevante para Brasil y el mundo en la producción de alimentos, en la posibilidad de garantizar la seguridad alimentaria, aunque no haya recibido el reconocimiento que merece. Los logros actuales son resultado de las luchas y enfrentamientos campesino socioambientales, y, en esta conyuntura hay mujeres campesinas que, a pesar de ser parte del proceso de producción y comercialización, enfrentan obstáculos para obtener y garantizar sus derechos sociales y agrícolas, así como el reconocimiento de sus derechos. Su protagonismo, especialmente en los aspectos socioeconómicos y socioambientales. El objeto de estudio de esta Tesis fueron las prácticas agroecológicas desarrolladas por mujeres campesinas en el Poblado Colônia, Lagarto/SE, con el objetivo de comprender las luchas socioeconómicas y socioambientales de las mujeres campesinas y la orientación (o no) por los principios del Buen Vivir para el desarrollo socioespacial. Los procedimientos metodológicos utilizados se basaron en un enfoque cualitativo, a través de la historia oral y el análisis fenomenológico, para comprender y sistematizar las relaciones agroecológicas y el Buen Vivir, visitas al campo empírico, uso de diario de campo, guión de entrevista semiestructurada, fotografías, conversaciones informales, actividades y grabaciones, que apoyan la elaboración de documentos y la construcción de reflexiones sobre las prácticas agroecológicas desarrolladas por mujeres campesinas de la aldea de Colônia Treze-Lagarto/SE. ambiente. Mantiene su espacio de producción, pero se distancia en temas relacionados con el aspecto socioeconómico, debido a la falta de valorización de los productos agroecológicos en el contexto actual. La tesis destacó el potencial para continuar estudios que puedan ampliar visiones y significados relacionados con las prácticas agroecológicas. Además, esta tesis reafirma la importancia de cultivar alimentos más saludables, así como mejorar y desarrollar políticas públicas para el contexto socioeconómico y socioambiental de las mujeres campesinas.

Palabras-clave: Agroecología. Narraciones campesinas. Narraciones campesinas

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1- Imagem da propriedade de dona Isabel - Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021 | 20 |
| Figura 2 - Mapa de localização do povoado Colônia Treze-Lagarto/SE (2021)..... | 37 |
| Figura 3 - Imagem da propriedade de dona Joseilda - Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021..... | 41 |
| Figura 4 - Processo de desenvolvimento econômico/político brasileiro (1960-1980) | 47 |
| Figura 5 - Imagem da propriedade de dona Carminha - Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021 | 57 |
| Figura 6 - Imagem da entrada do povoado Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021..... | 79 |
| Figura 7 - Mapa do uso da terra no município de Lagarto/SE (2016)..... | 83 |
| Figura 8 - Josefa do Carmo de Jesus Alves (dona Carminha) camponesa do Povoado Colônia Treze-Lagarto/SE, 2021..... | 85 |
| Figura 9 - Visita a dona Carminha – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021..... | 86 |
| Figura 10 - Visita a dona Carminha – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021..... | 87 |
| Figura 11 - Visita a dona Carminha – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021 | 88 |
| Figura 12 - Joseilda Santos Gomes (dona Hilda), camponesa do Povoado Colônia Treze-Lagarto/SE, 2021 | 90 |
| Figura 13 - Visita a dona Joseilda – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021..... | 91 |
| Figura 14 - Visita a dona Joseilda – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021 | 92 |
| Figura 15 - Visita a dona Joseilda – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021..... | 93 |
| Figura 16 - Visita a dona Fabiana – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021..... | 96 |
| Figura 17 - Visita a dona Fabiana – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021..... | 97 |
| Figura 18 - Visita a dona Fabiana – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto, SE, 2021 | 98 |
| Figura 19 - Ângela Maria de Jesus Feitosa, camponesa do Povoado Colônia Treze-Lagarto/SE, (2021)..... | 100 |

| | |
|---|-----|
| Figura 20 - Visita a dona Ângela – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021..... | 101 |
| Figura 21 - Visita a dona Ângela – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021..... | 102 |
| Figura 22 - Imagens da hortaliça hidropônica na propriedade de dona Ângela, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021..... | 103 |
| Figura 23 - Rafaela Nascimento Silva Rodrigues, camponesa do Povoado Colônia Treze-Lagarto/SE, (2021)..... | 105 |
| Figura 24 - Visita a dona Rafaela – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021..... | 107 |
| Figura 25 - Visita a dona Rafaela – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021..... | 108 |
| Figura 26 - Hilda dos Santos Rosa, camponesa do Povoado Colônia Treze-Lagarto/SE, (2021)..... | 110 |
| Figura 27 - Visita a dona Hilda – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021..... | 112 |
| Figura 28 - Visita a dona Hilda – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021..... | 113 |
| Figura 29 - Isabel Rodrigues Costa Lisboa, camponesa do Povoado Colônia Treze-Lagarto/SE, (2021)..... | 114 |
| Figura 30 - Visita a dona Isabel – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021..... | 115 |
| Figura 31 - Visita a dona Isabel – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021..... | 116 |
| Figura 32 - Ora-pro-nóbis (<i>Pereskia aculeata Miller</i>), planta medicinal cultivada na propriedade de Dona Isabel, Colônia Treze, Lagarto/SE, (2021)..... | 117 |
| Figura 33 - Maria Clenilda Barbosa Souza, camponesa do Povoado Colônia Treze-Lagarto/SE, (2021)..... | 120 |
| Figura 34 - Visita a dona Clenilda – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021..... | 122 |
| Figura 35 - Visita a dona Clenilda – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021..... | 123 |
| Figura 36 - Visita a dona Clenilda – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021..... | 123 |

| | |
|---|-----|
| Figura 37 - Alessandra Barbosa Souza, camponesa do Povoado Colônia Treze-Lagarto/SE, (2021)..... | 125 |
| Figura 38 - Visita a dona Alessandra – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021 | 127 |
| Figura 39 - Visita a dona Alessandra – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021 | 128 |
| Figura 40 - Eliane dos Santos Correia, camponesa do Povoado Colônia Treze-Lagarto/SE, (2021)..... | 130 |
| Figura 41 - Técnica de coleta e captação da água da chuva das agriculturas camponesas, Colônia Treze, Lagarto/SE (2022) | 150 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 - Levantamento de dissertações e teses alinhadas ao objeto de estudo (2007-2021)25 | |
| Quadro 2 - Quadro demonstrativo dos aspectos socioeconômicos extraídos das narrativas das camponesas da Colônia Treze (2021)..... | 132 |
| Quadro 3 - Quadro demonstrativo dos aspectos socioambientais extraídos das narrativas das camponesas da Colônia Treze (2021)..... | 147 |
| Quadro 4 - Relatos extraídos das narrativas das mulheres agroecológicas da Colônia Treze, 2022 | 153 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|-------------|--|
| ANA | Articulação Nacional de Agroecologia |
| ANMTR | Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais |
| BASA | Banco da Amazônia |
| BB | Banco do Brasil |
| BDTD | Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações |
| BNB | Banco do Nordeste do Brasil |
| BNCC | Banco Nacional de Crédito Cooperativo |
| BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CEAA | Centro de Educação e Acessória Ambiental |
| CESAD | Centro de Educação Superior à Distância |
| CIMI | Conselho Indigenista Missionário |
| CODEVASF | Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco |
| COOPERTREZE | Cooperativa Mista dos Agricultores do Treze Ltda |
| CPR | Cédula de Produto Rural |
| CPT | Comissão Pastoral da Terra |
| CREAI | Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil |
| DAB | Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde |
| DATASUS | Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde |
| EMDAGRO | Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe |
| EPA | Environmental Protection Agency |
| FAE | Fundo Extra Mercado |
| FAT | Fundo de Amparo ao Trabalhador |
| FAO | Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação |
| FIB | Felicidade Interna Bruta |
| FINAME | Financiamento de Máquinas e Equipamentos |
| FNCO | Fundo Constitucional da Região Centro-Oeste |
| FNE | Fundo Constitucional da Região Nordeste |
| FNO | Fundo Constitucional da Região Norte |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |

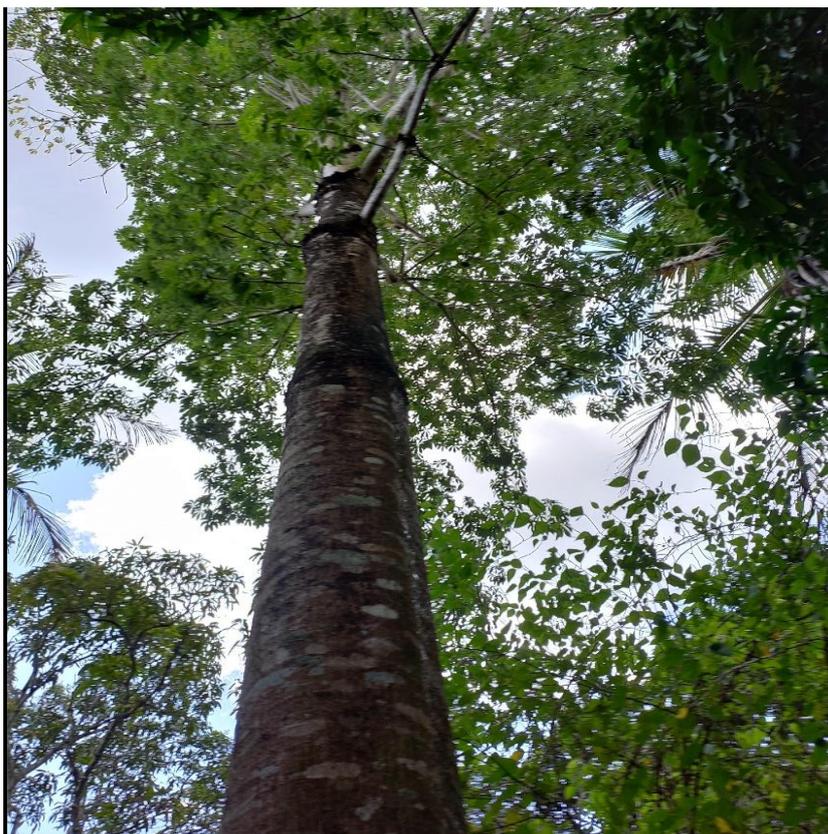
| | |
|-----------|--|
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| IPi | Imposto sobre os Produtos Industrializados |
| IR | Imposto de Renda |
| MAB | Movimento dos Atingidos por Barragens |
| MAPA | Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento |
| MDA | Ministério do Desenvolvimento Agrário |
| MDS | Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome |
| MMA | Movimento de Mulheres Agricultoras |
| MMC | Movimento das Mulheres Camponesas |
| MMC/RS | Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul |
| MMTR | Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais |
| MPA | Movimento dos Pequenos Agricultores |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra |
| OCS | Organização de Controle Social |
| ODS | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável |
| ONG | Organização não governamental |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PAA | Programa de Aquisição de Alimentos |
| PIS/PASEP | Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público |
| PLANAPO | Plano Nacional de Agroecologia |
| PNAPO | Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica |
| POC | Programa de Operações Conjuntas |
| PRONAF | Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar |
| PRODEMA | Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente |
| SAN | Segurança Alimentar e Nutricional |
| SIAB | Sistema de Informações de Atenção Básica |
| SNCR | Sistema Nacional de Crédito Rural |
| STR's | Sindicatos e a Organização de Trabalhadores Rurais |
| TCC | Trabalho de Conclusão de Curso |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |

SUMÁRIO

| | | |
|-----------|---|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 21 |
| 1.1 | Aproximando estudos à problemática da mulher camponesa | 24 |
| 1.2 | Justificativa, questões de estudo e objetivos elencados | 28 |
| 1.3 | Trilhando o percurso metodológico | 30 |
| 1.3.1 | Delimitação e caracterização da área de estudo..... | 37 |
| 1.3.2 | Estrutura e organização da tese..... | 40 |
| 2 | AGROECOLOGIA E A AGRICULTURA: um movimento de comunidades | 42 |
| 2.1 | (Des)envolvimento rural sobre a perspectiva da agroecologia | 42 |
| 2.2 | Agroecologia, soberania alimentar, segurança alimentar e as mulheres camponesas | 49 |
| 57 | | |
| 3 | APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E AS PRÁTICAS DE RESISTÊNCIAS | 58 |
| 3.1 | Aspectos históricos da estrutura fundiária no Brasil..... | 58 |
| 3.2 | Políticas de acesso ao crédito no cenário agrícola brasileiro | 63 |
| 3.3 | Políticas para mulheres camponesas e os movimentos reivindicatórios | 68 |
| 3.4 | Políticas de crédito e luta pela terra em Sergipe | 74 |
| 4 | NARRATIVAS AGROECOLÓGICAS E CAMINHOS TRILHADOS NO POVOADO COLÔNIA TREZE-LAGARTO/SE..... | 80 |
| 4.1 | O espaço da Colônia Treze e as implicações dos chamados processos de desenvolvimento..... | 80 |
| 4.2 | Mulheres protagonistas da agroecologia: revelação das suas práticas e histórias de vida | 85 |
| 4.3 | Aspectos socioeconômicos: tensões e contradições em práticas agroecológicas das camponesas do povoado Colônia Treze | 132 |
| 4.4 | Aspectos socioambientais: práticas e saberes das mulheres camponesas da Colônia Treze..... | 146 |
| 4.5 | Agroecologia e Bem Viver: Relações possíveis?..... | 152 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 162 |
| | REFERÊNCIAS | 166 |
| | APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) | 181 |

| | |
|--|-----|
| APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semiestruturada | 184 |
| APÊNDICE C - Roteiro de entrevista para o documentário..... | 186 |
| APÊNDICE D - Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)..... | 187 |

Figura 1- Imagem da propriedade de dona Isabel - Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021



Aos intelectuais cabem-lhes aprofundar a percepção da realidade social para evitar que se alastrem as manchas de irracionalidade que alimentam o aventureirismo político; cabe-lhes projetar luz sobre os desvãos da história onde se ocultam os crimes cometidos pelos que abusam do poder; cabe-lhes auscultar e traduzir as ansiedades e aspirações das forças sociais ainda sem meios próprios de expressão (FURTADO, 2002, p. 37).

Fonte: A autora, 2021.

1 INTRODUÇÃO

A agroecologia é uma ciência dotada de princípios e saberes ecológicos, que contemplam os cuidados com o ecossistema produtivo, a preservação e a conservação ambiental, de modo a proporcionar ambientes sensíveis, justos e economicamente viáveis. O *Buen-Vivir* é uma forma de vida milenar desenvolvida pelos povos originários¹, nesta tese, utilizaremos a expressão Bem Viver em vez da grafia original *Buen-Vivir*, pois essa grafia possui uma originalidade na sua essência, ao manter viva a cultura e a identidade do Outro, ao mesmo tempo que promove um diálogo horizontalizado em que o Outro é detentor de direitos e protagonista de suas vivências e histórias, o qual tem voz efetiva e não é influenciado pelo modelo capitalista.

A escolha pelo Bem Viver na tradução em língua portuguesa decorre do contexto socioestrutural vivenciado na sociedade brasileira e suas formas capitalistas de produção. Nesse sentido, as vivências das mulheres camponesas vão de encontro ao estabelecido pelos pressupostos filosóficos do *Buen-Vivir* indigenista. Desse modo, pode tornar-se uma alternativa para o modelo de desenvolvimento econômico e político predatório, cujas práticas são estimuladas ao uso exacerbado da natureza. Nesta tese, realizou-se a escuta de mulheres camponesas do Povoado Colônia Treze, Lagarto/SE, cuja produção possui bases agroecológicas, procurando evidenciar os pressupostos teóricos do Bem Viver, mediante suas narrativas de modo a compreender como suas práticas têm contribuído para fortalecer a agricultura camponesa, mediante o respeito, a harmonia e o equilíbrio socioambiental.

Como filha de agricultores, fui muito cedo inserida no campo, ajudando meus pais nas atividades agrícolas. Eles não tiveram a oportunidade de frequentar a escola e estudar, mas ofereceram essa oportunidade para mim e para os meus irmãos, pois sabiam que era o único modo que tínhamos para “sermos alguém melhor”, ter um “futuro melhor”, não desmerecendo o trabalho na agricultura, pois tenho muito orgulho de ser filha de agricultores. Em nosso país, existe uma desvalorização dos agricultores camponeses, que tanto contribuem para a sociedade, colocando alimento na mesa de milhares de pessoas de modo a garantir para alguns a soberania alimentar e nutricional. Dos meus três irmãos, eu fui a única a possuir um diploma (graduação em geografia, especialização em espaços de educadores sustentáveis e mestrado em

¹ Optou-se em utilizar o termo “originário” para referir-se aos povos autóctones que habitavam a América antes da invasão colonial em detrimento do termo “índio”, por ser esta uma categoria que homogeneiza diferentes povos e nacionalidades (SANTOS, 2018).

Desenvolvimento e Meio Ambiente). Eles se casaram jovens e constituíram suas famílias, e hoje exercem atividades agrícolas como fonte de renda familiar e, como consequência disso, abandonaram a escola, como ocorre com a maioria dos jovens que vive no campo.

Nessa trajetória, concluí meus estudos de graduação em Geografia, que sempre nutri uma paixão, sobretudo a Geografia Física, que possui temática grandiosa em relação às formas da natureza, de como ela se desnuda no espaço e no tempo. Desde muito jovem ficava me questionando sobre o motivo pelo qual a natureza se modificava tanto e em um curto espaço de tempo. Não tardou muito para que eu entendesse, como estudante, que o ser humano era um dos principais agentes da transformação em relação à degradação da natureza.

Após a graduação, fui trabalhar como bolsista de um Projeto do Estado, lecionando para Jovens e Adultos, durante um período de um ano e meio. Essa foi a minha primeira experiência na docência, na Escola Estadual Epifânio Doria, localizada no município de Poço Verde/SE. Nessa época, pude perceber a representatividade feminina em sala de aula (como docente), pois dos doze alunos matriculados na sala de aula, dez eram alunas. Todas essas questões me inquietavam como pesquisadora e como membro da comunidade ancestral, mesmo na academia. Na elaboração das aulas, ficava atenta para ir além dos conteúdos didáticos, pois planejava atividades dinâmicas e interativas para chamar a atenção do aluno, visto que meu público era formado por pessoas que estavam no trabalho o dia inteiro, na “roça”, e estavam ali pelo desejo de aprender, sobretudo, saber ler e escrever, conforme suas narrativas em sala de aula naquela época.

Com o término desse contrato na docência, ingressei na Pós-Graduação *Lato Sensu* no curso “Educação Ambiental com Ênfase em Espaço de Educadores Sustentáveis”, que objetivava propiciar formação continuada teórico-prática para professores da educação básica e educadores líderes comunitários. O referido curso foi promovido pelo Centro de Educação Superior à Distância (CESAD) e Sala Verde, implementado pela Fundação Universidade Federal de Sergipe em parceria com o Ministério da Educação.

Quando o curso de especialização estava se encaminhando para o fim, nasceu meu primeiro filho, e durante a maternidade fui instigada a escrever um projeto de pesquisa. Porém, naquele momento nada vinha em minha mente, pensei, então, no meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), quando abordei o desenvolvimento econômico de Lagarto na perspectiva dos dois circuitos da economia urbana, baseada em Milton Santos (importante teórico da Geografia). Ao refletir sobre o período da escrita do TCC, fiquei em dúvida quanto à temática

da agricultura ou à economia de Lagarto/SE no que, por conta da linha de pesquisa do meu orientador, optei pela segunda.

Queria escrever algo diferente desta vez, algo que falasse mais de mim, e por que não naquele momento? Desse modo, elaborei o projeto de pesquisa intitulado “O Cultivo Agrícola do Fumo no Povoado Colônia Treze”, em razão de que a planta (*Nicotiana tabacum*) possuía e possui expressiva representação socioeconômica e socioambiental, era cultivada nas roças dos meus pais, com o auxílio de todos os membros da família e se transformava em produtos para serem comercializados.

Ao concluir o trabalho, fiquei pensando: “agora vou cuidar do meu filho e ser dona de casa”, fato que durou pouco tempo, visto que meu esposo me informou ter encontrado um amigo que estava cursando o mestrado interdisciplinar, no Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFS) e alertou que poderia ser uma excelente oportunidade para aprofundar e ampliar meus horizontes de formação. Pensei em continuar com o projeto de pesquisa da especialização e solicitei auxílio a uma amiga que tinha concluído o mestrado pelo PRODEMA, e que me explicou o funcionamento do processo de seleção. Essa mesma amiga fez a leitura do projeto de pesquisa e apresentou algumas sugestões e contribuições para que eu pudesse submeter o projeto para apreciação e avaliação da banca examinadora do referido Edital. Durante o processo, tive o seu apoio, até que em um final de tarde, toda feliz, falou para mim: “[...] estude porque você está na próxima etapa da seleção de mestrado”.

Com aprovação no processo, ingressei no curso e revelei, aqui, que não foi fácil todo o percurso do mestrado, em razão de alguns desafios, os quais só aumentaram com a doença da minha sogra, que foi diagnosticada com um câncer e que, naquele momento, precisava de ajuda e de cuidados especiais, no que tivemos de reorganizar nossas rotinas com idas e vindas aos hospitais, mas, lamentavelmente, ela não resistiu e faleceu. Após esse fato, com a valiosa colaboração do meu esposo e de duas amigas, conseguimos concluir a coleta dos dados no campo empírico, para, enfim, apresentar o texto para a defesa pública. Vale ressaltar que o contato direto com os agricultores fumicultores me proporcionou momentos marcantes, vivências próximas da minha realidade familiar.

A experiência do mestrado foi enriquecedora para ampliar meus horizontes em relação a outras visões de mundo e aprendizagens, como exemplo, cito um evento realizado pelo PRODEMA em parceria com o Projeto Tamar, em que numa roda de conversa ouvi a expressão “Bem Viver” e fiquei encantada com a perspectiva apresentada. Entendi meus avanços e então usei participar do processo seletivo de doutorado, submetendo um projeto de pesquisa para

explicar/expor de que forma os agricultores camponeses fazem bom uso dos recursos naturais e quais alternativas são utilizadas em relação às condições socioeconômicas e socioambientais para a comunidade, o qual obtive êxito.

O fato é que fui instigada durante as visitas ao campo empírico do mestrado a entender o quão representativa era e ainda é a figura da mulher na agricultura do povoado Colônia Treze em Lagarto/SE, a maneira pela qual elas assumiam responsabilidades e outros afazeres em nome da família. As perguntas abertas dos questionários realizados durante o mestrado deixaram lacunas para que elas contassem suas trajetórias, vivências, histórias de lutas, alegrias e tristezas, as quais foram reveladas ao longo da escrita da dissertação. Durante as visitas ao campo empírico, pude constatar que as mulheres camponesas possuíam em suas práticas e experiências alguns princípios da agroecologia e do Bem Viver.

Durante a realização do doutorado vários entraves surgiram quanto à categoria a ser definida, pois há uma certa divergência entre os autores, visto que o termo agricultura familiar foi utilizado pelo modelo neoliberal para oferecer políticas públicas para os agricultores no/do campo, com a finalidade de interromper os avanços dos movimentos sociais promovidos pelos camponeses, principalmente do Nordeste do país. Neste contexto, após aprofundamento teórico, optamos pela categoria mulher camponesa, que será utilizada para se referir às mulheres participantes desta pesquisa, por entender sua perspectiva histórica e a própria natureza do termo, com base na sua trajetória de lutas e reivindicações que permitiram a continuidade e a reprodução de suas práticas agrícolas no povoado Colônia Treze.

1.1 Aproximando estudos à problemática da mulher camponesa

Escrever sobre a mulher camponesa, com especial atenção àquelas que têm se esforçado na produção de alimentos saudáveis, constitui um desafio frente à complexidade social nos tempos atuais. Inicialmente, buscou-se entender a literatura, com base nos mecanismos de consulta no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Catálogo de Teses e Dissertações; no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); no banco de dados da Rede PRODEMA e na Biblioteca da UFS, utilizando três descritores, a saber: agroecologia, Bem Viver e mulheres camponesas, sendo encontrados 1.285.108 resultados.

Para aprofundar e ajustar a temática, optou-se em ampliar os descritores que corroboram a discussão, sendo eles: agroecologia, Bem Viver, mulheres camponesas, soberania alimentar e segurança alimentar. Para essa consulta, obteve-se 53.349 resultados. Como esse total ainda se mostrou amplo, ajustou-se para as áreas do conhecimento, ciências humanas e multidisciplinar, o resultado foi de 2.806 pesquisas no período de 2007 até 2021. Totalizando 32 pesquisas que dialogam com o objeto desta pesquisa, conforme exposto no quadro 1.

Quadro 1 - Levantamento de dissertações e teses alinhadas ao objeto de estudo (2007-2021)

| CAPES | | | |
|-------------------|----------|------|---|
| Tipo do documento | Autor | Ano | Breve descrição da pesquisa |
| Tese | TEDESCHI | 2007 | Abordou a história da mobilização social das mulheres agricultoras na região Noroeste do Rio Grande Sul, através do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, historiando as circunstâncias em que surgiu e se transformou, examinando as influências recebidas do discurso da Igreja Católica e do Movimento Sindical Rural. |
| Dissertação | RÖHNELT | 2011 | Identificou os espaços de participação das mulheres camponesas nas atividades socioprodutivas, por meio do estudo de caso, na localidade de Trapeira, município de Canguçu – RS. |
| Tese | CRUZ | 2012 | Discutiu como as mulheres negras da floresta do vale do Guaporé/Rondônia, na Amazônia brasileira, e do Mayombe, na Província de Cabinda, Angola, se relacionam com o meio ambiente constituindo modos de vidas específicos e formas de poder a partir de seus conhecimentos ancestrais. |
| Tese | ALVES | 2014 | Compreendeu como os saberes das mulheres veteranas na rede de economia solidária, participantes da segunda edição do Fórum Social e Feira Mundial de Economia Solidária na cidade de Santa Maria no Estado do Rio Grande do Sul Brasil, constroem e podem ou não trazer elementos para se pensar outra proposta de ensinar, aprender, criar e produzir, outra(s) sociabilidade(s) e outro(s) modo(s) de viver e ser no coletivo social. |
| Tese | CONTE | 2014 | Analisou os aprendizados do universo de trabalho e de luta das mulheres camponesas da Via Campesina do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e camponesas e indígenas da UNORCA/UNMIC e da CONAMI no México. |
| Dissertação | LINO | 2014 | Analisou a relação entre a memória das mulheres, participação e educação no contexto dos assentamentos de reforma agrária na região de Sorocaba-SP. |
| Dissertação | VILLAR | 2014 | Analisou o processo de produção do território do Assentamento Padre Jésus, município de Espera Feliz-MG, buscando identificar permanências, rupturas e ressignificações da agricultura camponesa presentes no processo de transição para a agroecologia que se propõem os assentados. |
| Dissertação | SILVA | 2016 | Analisou o protagonismo das mulheres camponesas na luta pela conquista da terra nos assentamentos Amarela I e II, no município de São Miguel de Taipu-PB, no período de 1993 a 1995. Buscou compreender como as ações destas mulheres |

| | | | |
|-------------|-------------|------|---|
| | | | resultaram em transformações sociais, conquistaram, por meio da organização, o direito à liberdade de participar das questões culturais, históricas, econômicas e políticas da sociedade. |
| Dissertação | ANDRADE | 2017 | Compreendeu como as ações do Polo da Borborema voltadas à valorização da agroecologia e proteção da agrobiodiversidade têm influenciado na tomada de consciência das mulheres do Polo quanto ao seu papel para a agricultura familiar camponesa. |
| Dissertação | ALVES | 2018 | Analizou a inserção das mulheres trabalhadoras rurais na luta pela terra no processo de ocupação, desapropriação e construção do Assentamento Papa Mel, no município de Unaí-MG. |
| Dissertação | BORZONE | 2018 | Objetivou identificar e destacar o protagonismo das mulheres camponesas residentes nos assentamentos de Reforma Agrária do Território Rural do Bolsão, Mato Grosso do Sul. |
| Tese | CUNHA | 2018 | Compreendeu as experiências de resistências agroecológicas nos territórios do agronegócio na pampa gaúcho e uruguaio, no sentido de estarem transformando suas realidades a partir da incorporação de um novo paradigma. |
| Tese | FERREIRA | 2018 | Compreendeu como ocorrem os processos educativos relativos às práticas de trabalho de mulheres camponesas que vivem no assentamento Boa Esperança no município de Colinas do Sul - GO. |
| Dissertação | FORCHESATTO | 2018 | Analizou a concepção das mulheres que participam do grupo da Feira da Reforma Agrária no município de Passos Maia (SC) sobre o papel das mulheres na produção agroecológica do MST. |
| Dissertação | AMARAL | 2019 | Compreendeu como o trabalho das mulheres camponesas na Agroecologia se articula com a luta por equidade de gênero em um Assentamento de Reforma Agrária localizado na Lapa-PR, o Contestado. |
| Dissertação | SANTANA | 2019 | Buscou conhecer as narrativas de aprendizagens de dez mulheres que estão comprometidas com as lutas pelas terras quilombolas, sobre os obstáculos existentes e táticas de resistências na Comunidade Quilombola de Mata Cavalo, município de Nossa Senhora do Livramento, estado de Mato Grosso. |
| Dissertação | SILVA | 2019 | Analizou a importância da participação das mulheres camponesas no processo produtivo, que adotam a agroecologia como estratégia de desenvolvimento local, a fim de se possibilitar maior divisão social do trabalho na discussão de desenvolvimento rural sustentável da Associação de Mulheres do Assentamento Juncal (AMAJU), município Naviraí no Estado do Mato Grosso do Sul. |
| Dissertação | SILVA | 2019 | Analizou as práticas e os saberes em Agroecologia e Soberania Alimentar vivenciadas por mulheres assentadas de reforma agrária. Traz a atuação delas em seus territórios, com destaque aos conhecimentos tradicionais empregados nos sistemas de produção: o que cultivam, para que propósito, quais as práticas de manejo, usos e destinos dados à produção, vislumbrando as práticas agroecológicas como promotoras de Soberania Alimentar e empoderamento. |
| Dissertação | ABREU | 2020 | Analizou o debate da educação do campo, no MST, por meio dos saberes e das práticas de produção agroecológica protagonizadas pelas mulheres da Associação de Mulheres Agricultoras dos Assentamentos Mártires de Abril, Paulo Fonteles e Elizabete Teixeira (AMACAMPO) no Pará. |

| | | | |
|--------------------------------------|----------|------|--|
| Dissertação | VAROTTO | 2020 | Apresentou um estudo sobre o protagonismo feminino na Agroecologia nos núcleos Planalto e Alto Uruguai do Rio Grande do Sul da Rede Ecovida de Agroecologia. |
| Dissertação | IJANO | 2021 | Objetivou desvelar processos educativos consolidados por mulheres na vida e na lida dentro do assentamento Elizabeth Teixeira, no município de Limeira/SP, ao se organizarem na produção e venda de produtos orgânicos, considerando a relevância educativa da luta pela terra, o plantio, a colheita e a venda desses produtos por elas produzidos. |
| Rede PRODEMA (Nordeste - IES) | | | |
| Tipo do documento | Autor | Ano | Breve descrição da pesquisa. |
| Dissertação (UFC) | CAMURÇA | 2013 | Objetivou compreender a ação das mulheres no contexto da gestão das atividades realizadas nos quintais da Comunidade Bom Jesus, Assentamento Maceió, Itapipoca-CE. |
| Dissertação (UFC) | BARBOSA | 2014 | Objetivou compreender as relações dos/as camponeses (as) com as sementes, formas de selecionar, papel da mulher dentro das casas de sementes, aspectos culturais e avaliar se constituem ferramenta de conservação das sementes crioulas e do saber popular. |
| Tese (UFPB) | PEREIRA | 2016 | Avaliou os reflexos da EcoSol, aliada à agroecologia, no empoderamento das mulheres do semiárido potiguar, por meio de experiências de desenvolvimento alternativo promovidas pela Rede Xique Xique. |
| Dissertação (UFPB) | RAPOZO | 2017 | Compreendeu como o processo de transição agroecológica, em curso nos quintais agroecológicos da região, modifica o espaço agrário sertanejo e as relações sociais de gênero que neles se contraem. |
| Dissertação (UFPB) | ALVES | 2018 | Compreendeu como as ações do Polo da Borborema voltadas à valorização da agroecologia e proteção da agrobiodiversidade têm influenciado na tomada de consciência das mulheres do Polo quanto ao seu papel para a agricultura familiar camponesa. |
| Dissertação (UFPI) | GOMES | 2019 | Analisou o Projeto Semeando o saber feminino e agroecológico no Território dos Cocais/PI, desenvolvido nos anos de 2015 – 2017 pela Organização Não Governamental - ONG Centro de Educação e Assessoria Ambiental – CEAA, financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. |
| Tese (UFPI) | BATISTA | 2020 | Verificou os fatores que influenciam o empoderamento das mulheres camponesas das comunidades rurais denominadas Vamos Vendo, Cigalha e Cachoeira, do entorno do Parque, em Piauí. |
| Tese (UESC) | SOUZA | 2014 | Apresentou a realidade das mulheres trabalhadoras rurais e a importância de seu trabalho para a segurança alimentar e para a agroecologia. |
| Dissertação (UFS) | SANTOS | 2013 | Analisou o trabalho das mulheres e os rebatimentos no território do Projeto de Assentamento 13 de Maio, a partir do enfoque de gênero e das práticas sociais desenvolvidas pelas mulheres assentadas. |
| Tese (UFS) | CARVALHO | 2018 | Explicitou como a taboa (<i>Typha</i> spp.) promove a sustentabilidade socioambiental de mulheres que atribuem significados às suas ações como forma de sobreviver, diante das adversidades do seu cotidiano. |

| | | | |
|------------|-------|------|---|
| Tese (UFS) | SOUZA | 2019 | Concentrou no delineamento da análise de como a Hermenêutica do Bem Viver, fundamento teórico (conjunção dialética) lastreado pelas ideias da hermenêutica constitucional concretista, da hermenêutica diatópica e da hermenêutica filosófica gadameriana, poderá proporcionar um caminho interdisciplinar e abertura hermenêutica socioambiental concretista que auxilie na solução de conflitos ambientais. |
|------------|-------|------|---|

Fonte: CAPES, PRODEMA e UFS (2021).

O marco temporal da pesquisa foi constituído no período de 2007 a 2021, em razão de que na busca pelos descritores encontramos uma primeira pesquisa em 2007 e a partir daí outras foram encontradas, que, embora dialogassem com o objeto de estudo desta tese até 2021, ficou evidenciado a ausência do Bem Viver em associação com as práticas agroecológicas desenvolvidas por mulheres camponesas, o que revela a importância deste estudo e o seu ineditismo. Dessa forma, este trabalho contribui para a ampliação dos estudos relacionados a temática, para servir de base para a melhoria de políticas públicas já existentes e, também, para a elaboração de novos projetos que possam, especialmente, mitigar os desafios enfrentados pelas mulheres camponesas, que são participantes desta pesquisa e representantes de um grupo marcado por desigualdades e socioeconômicas e socioespaciais, bem como colaborar com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A investigação se entrelaça ao terceiro dos dezessete objetivos propostos pelos ODS das Organizações das Nações Unidas (ONU), no qual tem como finalidade “[...] assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades” (ONU, 2015, s/n), fazendo-se presente nos demais objetivos disponíveis na Agenda de 2030, pois estabelece que a saúde é resultante das condições em que as pessoas vivem e trabalham, sendo influenciada pelos determinantes socioambientais, fundamentais para o desenvolvimento integral do ser humano (FREY, *et al.* 2020).

1.2 Justificativa, questões de estudo e objetivos elencados

As mulheres camponesas têm conquistado o seu espaço ao longo do tempo, não mais como “ajudantes” nas atividades agrícolas, elas têm se destacado nas etapas da produção dos alimentos, com uma particularidade nas práticas agroecológicas. O protagonismo das mulheres camponesas tem sido palco de discussões no campo científico, notadamente em relação à

participação e ao fortalecimento da geração de renda e, conseqüentemente, ao desenvolvimento socioeconômico e socioambiental no/do campo. Por essa razão, este estudo se **justifica** pela necessidade de visibilizar saberes e práticas agroecológicas desenvolvidas pelas mulheres camponesas que se assentam (ou não) na teoria do Bem Viver no povoado Colônia Treze, Lagarto/SE.

Como ponto de partida, coloca-se a seguinte **questão de pesquisa**: como ocorrem os embates socioeconômicos e socioambientais na produção agrícola das mulheres camponesas orientadas pelos princípios do Bem Viver no povoado Colônia Treze, município de Lagarto/SE? Como complementações, as **questões correlatas são as seguintes**:

- a) Como acontece a dinâmica organizacional das mulheres camponesas no povoado Colônia Treze, Lagarto/SE?
- b) Quais os embates socioeconômicos e socioambientais enfrentados pelas mulheres camponesas da localidade em estudo?
- c) De que forma se evidencia (ou não) as práticas das mulheres camponesas orientadas pelos princípios do Bem Viver?

Inicialmente, utilizou-se a amostragem intencional não probabilística, em particular entre os agricultores da “feira saudável” do povoado Colônia Treze, identificou-se mulheres camponesas, as quais se colocaram e aceitaram participar da pesquisa com suas narrativas, dando-nos espaços ao discorrerem sobre suas histórias de vida, e também por meio das conversas informais com os moradores da localidade (LAKATOS; MARCONI, 2004; MAROTTI *et al.*, 2008). Destaca-se que os aspectos éticos e confidenciais foram respeitados e disponibilizado para as participantes o referido Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual teve aprovação no Comitê de Ética da Universidade Federal de Sergipe (UFS), conforme parecer nº 4.857.324, no apêndice C.

Nesta tese, considero que as mulheres camponesas do povoado Colônia Treze, possuem saberes e práticas no seu cotidiano que se articulam com os pressupostos teóricos e filosóficos do Bem Viver, fundamentados nos arranjos socioambientais e socioeconômicos, ao contribuir com a produção de alimentos saudáveis, mediante lutas e resistências.

O **objetivo geral** do estudo é compreender os embates socioeconômicos e socioambientais das mulheres camponesas e a orientação (ou não) pelos princípios do Bem Viver para o desenvolvimento socioespacial. Aponta-se como **objetivos específicos**:

- a) **Entender** a dinâmica organizacional das mulheres camponesas do povoado Colônia Treze, Lagarto/SE, e seus contributos para o desenvolvimento socioespacial;
- b) **Evidenciar** os embates socioeconômicos e as práticas socioambientais vivenciadas pelas mulheres camponesas na localidade, que são promotoras do Bem Viver;
- c) **Estabelecer** correlações entre as práticas vivenciadas pelas mulheres camponesas e os princípios que ancoram a perspectiva do Bem Viver;
- d) **Produzir** um documentário a partir dos relatos/experiências das mulheres agricultoras do povoado Colônia Treze, Lagarto/SE.

1.3 Trilhando o percurso metodológico

Neste tópico, apresento o percurso metodológico adotado, que utilizou a história oral de vida e os aspectos da trajetória fenomenológica para uma análise qualitativa das informações obtidas, de modo a acompanhar as histórias, as trajetórias, as memórias e as lutas das mulheres camponesas do Povoado Colônia Treze, Lagarto/SE.

As narrativas destas mulheres constituíram-se em um exercício de escuta e da gravação das imagens no ambiente da produção agroecológica, que serviram para a produção e organização do documentário. Vale destacar que os aspectos subjetivos e singulares das histórias vividas pelas mulheres camponesas foram um resgate de memórias vividas ao longo de suas trajetórias.

Esse processo de escuta das narrativas das mulheres camponesas foi constituído de visitas constantes ao campo empírico. Durante as visitas, realizamos registros no diário de campo, bem como a aplicação do roteiro de entrevistas semiestruturadas, para facilitar a conversa; utilizamos também um gravador digital, câmera fotográfica, câmera digital e celular para posteriormente revisar e organizar as transcrições das histórias de vida das mulheres camponesas e a produção do documentário.

Nas entrelinhas das mulheres camponesas foi possível evidenciar que as práticas e os saberes das mulheres camponesas da Colônia Treze perpassam por uma discussão de gênero e do patriarcado, levando-se em consideração o processo histórico e estrutural em que elas foram

submetidas ao longo dos anos. Observou-se, também, que mesmo elas assumindo inúmeros papéis, como a produção, a comercialização, os afazeres domésticos e os cuidados com os filhos, dentre outros, ainda veem a figura do homem como o “chefe” e como o detentor das principais decisões, o que as tornam dependentes quanto às direções a serem tomadas no contexto familiar e produtivo.

Respeitando todas as normas e protocolos de distanciamento social, em razão do período pandêmico, deu-se início a nossa primeira visita ao campo empírico no dia 17 de março de 2021, em que percorremos cerca de 1 hora até a propriedade da camponesa. Ao chegar na residência, local escolhido pela participante da pesquisa, começamos com uma conversa informal, cuja finalidade era deixá-la mais à vontade para discorrer sobre sua história de vida e, ao mesmo tempo, procurar entender acerca do contexto vivenciado pela nossa primeira entrevistada, Dona Carminha. Neste diálogo informal, dona Carminha nos contou um pouco sobre sua trajetória de vida; em suas narrativas, pude perceber sua força e os saberes que ela adquiriu ao longo dos anos, bem como os desafios enfrentados por ela.

Ainda nesta primeira visita ao campo empírico, detalhamos os objetivos da pesquisa e os instrumentos que iríamos utilizar para a obtenção das informações, como a entrevista semiestruturada, a gravação de suas narrativas (conforme autorização prévia junto ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), e a explicação sobre a história oral, as quais foram revisadas por elas após transcrição para a elaboração e a produção do documentário. Nesse momento, as camponesas ficaram livres para escolher o ambiente mais favorável para discorrerem suas narrativas, ficando acordado que seria em suas próprias residências, na medida que foi respeitado sua disponibilidade e tempo.

As entrevistas semiestruturadas seguiram um roteiro pré-estabelecido, com duração de 30 minutos a 1 hora e 30 minutos. Dez entrevistas foram realizadas ao longo das visitas ao campo empírico, sendo o quantitativo total de dez mulheres que atendiam aos critérios pré-estabelecidos da pesquisa, dentre eles: serem autodeclaradas agricultoras e/ou camponesas; exercerem práticas agroecológicas; participarem da comercialização e produção agrícola. A seleção das mulheres camponesas ocorreu mediante amostragem intencional não probabilística, em que elas aceitaram participar com suas narrativas ao lhes dar voz e vez para discorrerem sobre suas histórias de vida (LAKATOS; MARCONI, 2004; MAROTTI *et al.*, 2008).

Para a obtenção, a análise e a divulgação das histórias e dos seus depoimentos, cada participante assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, conforme apêndice A, que tivemos a autorização para uso de imagens e informações; também foram

atendidos os protocolos de distanciamento social e as normas de sanitização, impostas para o controle da disseminação do coronavírus (*SARS-CoV-2*)². O TCLE foi assinado pelas participantes, em razão da produção do documentário sobre as histórias de vida e as práticas agroecológicas desenvolvidas pelas mulheres camponesas no povoado Colônia Treze, em Lagarto/Sergipe, conforme parâmetros das revistas de divulgação científica.

As análises dos dados foram realizadas com base na trajetória³ da fenomenologia de Edmund Husserl, por acreditar que a fenomenologia evidencia que os seres humanos não são objetos, suas atitudes não podem ser vistas como meras reações, elas precisam ser analisadas de acordo com a essência de cada fenômeno, assim como os relatos presentes nas memórias das camponesas da Colônia Treze.

Edmund Husserl, nascido em 1859, em Proznitz na Morávia, cuja formação básica era a Matemática, é considerado o pai da fenomenologia contemporânea (MARTINS; BOEMER; FERRAZ, 1990), pois foi contrário à exatidão matemática e aritmética, ao se debruçar em estudos direcionados à subjetividade humana, tal como a crise cultural:

A fenomenologia proposta por Husserl é uma volta ao mundo da experiência, pois este é o fundamento de todas as ciências. Essa volta ao mundo vivido, termo introduzido por Husserl, rompe definitivamente com a pretensão de uma epistemologia das ciências humanas fundada a partir do modelo das ciências naturais: antes da realidade objetiva há um sujeito conhecedor, antes da objetividade há o horizonte do mundo e antes do sujeito da teoria do conhecimento, há uma vida "operante" (MARTINS; BOEMER; FERRAZ, 1990, p.141).

Conforme os fundamentos teóricos da fenomenologia, Husserl (1973) propõe uma filosofia transcendental, de modo a efetivar uma crítica à razão, notadamente, às ciências exatas, que se distanciam de uma investigação direcionada ao campo subjetivo das relações humanas. Desse modo, a fenomenologia pode ser definida como um caminho que busca a essência do conhecimento ou a doutrina universal das essências (DANTE, 2000). Husserl afirma que, "[...]

² Essa etapa da pesquisa foi bastante difícil em razão do período pandêmico, que trouxe alguns prejuízos e limitações em relação a toda a execução da pesquisa, com idas e vindas carregadas de incertezas e "medos" em relação à contaminação ou à transmissão de algum sintoma para o outro, bem como a longa espera pela vacina. Porém, com resiliência, esse processo foi conquistado com luta e resistência, ampliando os cuidados sanitários até concluir a pesquisa.

³ Preferiu-se utilizar o termo trajetória em vez de método para não cair na armadilha de associá-lo ao sentido cartesiano, no qual pretende encontrar um ponto exato e não adentrar nas subjetividades da essência, como se pretende com a referida tese.

o conhecimento não se nega nem se declara em todo o sentido como algo de duvidoso pelo facto de se “pôr em questão” (1973, p. 22), assinalando que a “[...] apreensibilidade cognitiva é absolutamente indubitável” (1973, p. 23). Desse modo, cada indivíduo possui seu contexto e experiências únicas.

Assim, a fenomenologia está para além das descrições de objetos, letras, palavras, páginas ou formas. Ela procura evidenciar as experiências e as vivências, de modo a compreender a essência de tal evento ou acontecimento. Pois, “[...] prestar atenção à experiência em vez de àquilo que é experienciado é prestar atenção aos fenômenos” (CERBONE, 2012, p.13). No entanto, é importante ressaltar que o contexto fenomenológico indica a intencionalidade como um de seus pilares, isso significa que há diferentes formas de ver e entender determinados fenômenos.

Se refletirmos sobre essa estrutura, podemos começar a reconhecer que ela está longe de ser arbitrária ou idiossincrática; pelo contrário, podemos começar a pensar que essa estrutura indica algo essencial com respeito a ter qualquer experiência visual de objetos tais como livros. E aqui começamos a ter uma ideia do tipo de interesse que a fenomenologia assume em nossa experiência. Ao descrevermos nossa experiência, da qual a experiência da percepção visual é somente um exemplo, podemos delinear as ‘estruturas essenciais’ da experiência (CERBONE, 2012, p. 16).

De acordo com Husserl (1973), todo ser humano é dotado de intencionalidades e suas ações são frutos delas. Então, cabe ao pesquisador, por meio de suas intencionalidades, descobrir a essência dos participantes que expõem as intencionalidades de sua própria consciência. Assim, Husserl definiu a fenomenologia como ciência que estuda as essências, a consciência e seus atos (MARTINS; BOEMER; FERRAZ, 1990). De acordo com a trajetória fenomenológica, pretendemos evidenciar as narrativas das mulheres camponesas da Colônia Treze, de modo a explicitar suas experiências e sintetizar as unidades de significados.

Na abordagem qualitativa, foram analisados alguns fragmentos das narrativas, vivências e experiências, que foram disponibilizados mediante entrevistas realizadas com as mulheres camponesas que produzem alimentos de forma agroecológica no povoado Colônia Treze, objetivou-se destacar se tais práticas dialogam (ou não) com os princípios disseminados do Bem Viver. A pesquisa dessa natureza requer maior rigor nas análises, visto aprofundar e compreender determinada temática, assunto, grupo social, organizações e outros aspectos observados. Nesse sentido, amparamo-nos na definição de Triviños (1987), quando afirma que

o caráter qualitativo da pesquisa pode ser classificado a partir de dois parâmetros distintos entre si:

Os enfoques subjetivistas-compreensivistas, [...] que privilegiam os aspectos conscienciais, subjetivos dos atores (percepções, processos de conscientização, de compreensão do contexto cultural, da realidade a-histórica, de relevância dos fenômenos pelos significados que eles têm para o sujeito). Os enfoques crítico-participativos com visão histórico-estrutural – dialética da realidade social que parte da necessidade de conhecer (através de percepções, reflexão e intuição) a realidade para transformá-la em processos contextuais e dinâmicos complexos (TRIVINÕS, 1987, p. 117).

Silveira e Córdova afirmam que

[...] os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria (2009, p. 01).

Assim, a abordagem qualitativa analisa, dentre outras concepções, o contexto pelo qual os participantes estão inseridos, visto que eles são pertencentes a grupos sociais ou comunidades, com valores, crenças e signos diferenciados que compõem sua identidade.

No campo da história oral, entende-se que o uso dessa metodologia possibilitou realizar múltiplas interpretações, permitindo diálogos interdisciplinares, presentes nas narrativas, histórias e experiências das participantes da pesquisa. Na concepção de Meihy e Holanda, a história oral de vida é “[...] um processo de registro de experiências que se organizam em projetos que possam formular um entendimento de determinada situação destacada na vivência social” (2007, p. 64). Nesse caso, destacam-se as experiências das mulheres camponesas que compartilham suas práticas e seus saberes, bem como comercializam seus produtos.

Alberti (2000) define a história oral como um método de pesquisa, percorrendo os campos históricos, antropológicos e sociológicos, a qual

[...] privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participam de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo como forma de se aproximar do objeto de estudo. [...] Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos

etc., à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam (ALBERTI, 2000, p.118).

No entanto, o autor supracitado faz uma alerta para o fato que a metodologia só pode ser utilizada com pessoas que vivenciam a coleta de dados como participantes ativos ou como testemunhas, em relação a sua dependência da memória viva e de relatos, como foi o caso das participantes deste estudo.

As entrevistas prescritas na história oral são classificadas em dois tipos: “entrevistas temáticas” e “entrevistas de história de vida”, e sua escolha depende dos objetivos da pesquisa, “[...] a consolidação da história oral como metodologia de pesquisa se deve ao fato de a subjetividade e a experiência individual passarem a ser valorizadas como componentes importantes para a compreensão do passado” (ALBERTI, 2000, p. 01). Neste estudo, as entrevistas semiestruturadas foram fundamentadas na história oral de vida, pois se amparou nas experiências de vida, nos saberes e nas práticas das mulheres camponesas, que fornecem alimentos e produtos para a comercialização na “feira livre” do povoado Colônia Treze, Lagarto/SE.

Selau (2004) adverte que há críticas em torno da utilização das fontes orais, que sustentam sua pertinência para a pesquisa com base na história oral, em que o debate se coloca entre os que são adeptos do uso destas fontes, a existência de diferentes entendimentos sobre o status que a história oral possui, em que as principais vertentes são “[...] os que a entendem como uma técnica; os que a entendem como uma nova disciplina; e os que a entendem como uma metodologia” (SELAU, 2004, p. 24).

De acordo com a autora, os críticos que entendem a história oral como uma técnica, relacionam as experiências de gravações, transcrições e conservação de entrevistas e os instrumentos utilizados, tais como: tipos de aparelhagem de som, formas de transcrição de fitas, modelos de organização de acervo. Meihy e Holanda descrevem que

Mesmo não sendo possível dissociar a eletrônica dos contatos diretos para a produção da história oral, sabe-se que nada substitui a percepção do entrevistado no ambiente da gravação. Portanto, uma entrevista não é apenas uma coleção de frases reunidas em uma sessão dialógica. A performance, ou seja, o desempenho é essencial para se entender o sentido do encontro gravado. Olhar nos olhos, perceber as vacilações ou o teor emotivo das palavras, notar o conjunto de fatores reunidos na situação da entrevista é algo mais do que a capacidade de registro pelas máquinas, que se limitam a guardar vozes, sons gerais, e imagens. A percepção das emoções é bem mais complexa do que

aparenta, e sua captação se dá apenas pela presença física de pessoas (MEIHY; HOLANDA, 2015, p.22-23).

Na perspectiva da psicologia social, Salgado e Franciscatti sinalizam:

Desconsiderar o esforço necessário para a análise dos conteúdos discursivos, manifestados nas entrevistas da História Oral, seja por parte do entrevistado ou do entrevistador, é abrir mão do esclarecimento capaz de desvelar os representantes das forças coercitivas sociais. Cabe aos homens e às esferas de conhecimentos parcelares a crítica ao indivíduo, que não significa sua abolição, mas a reclamação de sua realização (SALGADO; FRANCISCATTI 2014, p.08).

Nesse sentido, as autoras defendem o posicionamento crítico e reflexivo do pesquisador ao fazer as análises das entrevistas, enfatizando a necessidade de respeitar as particularidades dos participantes, tais como: a decisão de seu anonimato, pois em muitos casos as temáticas relatadas por elas são delicadas, e, para expô-las, serão primordiais seus consentimentos como previsto pelos aspectos éticos e confidenciais, na medida em que se disponibiliza assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com autorização para uso de imagens, bem como a aprovação no comitê de ética, conforme apresentado anteriormente.

Em síntese, a metodologia utilizada seguiu algumas etapas:

a) conversas informais, anotações no diário de campo; diagnóstico prévio sobre a organização individual e coletiva das mulheres camponesas e alguns registros fotográficos;

b) entrevista semiestruturada com as mulheres; gravação digital com base na autorização anterior; anotações no diário de campo sobre, (entre)linhas, algumas descrições das pessoas, objetos e acontecimentos; transcrições das entrevistas realizadas com as mulheres camponesas e outros registros fotográficos;

c) análises dos dados, sistematização e discussão sobre as informações extraídas das entrevistas de modo a expor quais princípios comparecem nas experiências dessas mulheres camponesas, bem como a organização e a produção de um documentário.

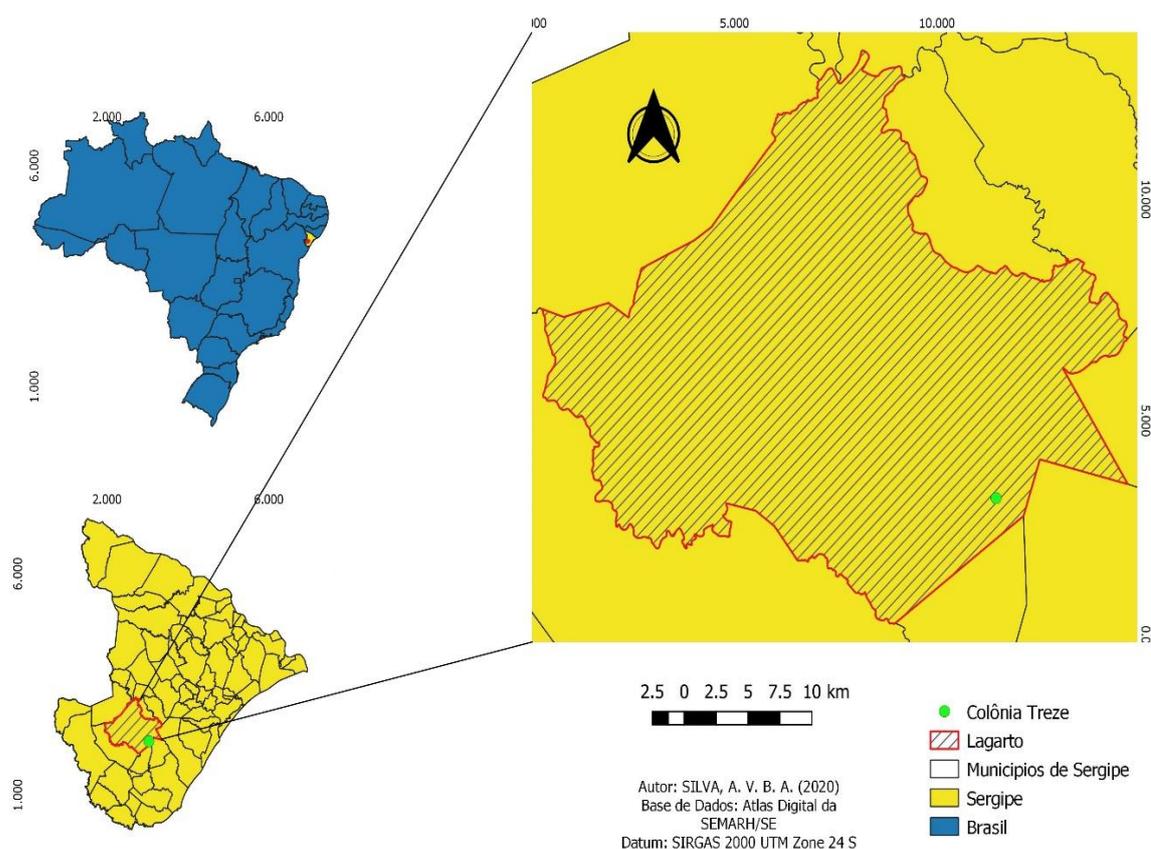
O percurso metodológico previsto anteriormente sofreu alteração, em razão das adversidades vividas em tempos de pandemia, pois, ao trilhar o caminho nesse tipo de pesquisa, fez-se necessário (re)desenhar ou (re)pensar estratégias e procedimentos para atingir a meta e assim comprovar a tese de que as mulheres camponesas do povoado Colônia Treze possuem

saberes e práticas no seu cotidiano que dialogam com os princípios teóricos da agroecologia e/ou alguns princípios do Bem Viver, sustentado nas relações socioambientais e socioeconômicas.

1.3.1 Delimitação e caracterização da área de estudo

Lagarto está situado na região centro-sul do Estado de Sergipe, região Nordeste do país. Sua área corresponde a 968,921 km² com 101.579 habitantes e densidade demográfica de 104,84 habitante por quilômetro quadrado (IBGE, 2022). O município possui 119 comunidades rurais e 27 assentamentos, dentre estes está o povoado escolhido para pesquisa, a Colônia Treze, distante 15 quilômetros da sede municipal (VASCONCELOS, 2017), conforme demonstrado na Figura 2:

Figura 2 - Mapa de localização do povoado Colônia Treze-Lagarto/SE (2021)



Fonte: SILVA, A. V. B. A. (2021).

A escolha pelo Povoado Colônia Treze deu-se por três motivos, a saber: o primeiro em virtude de sua importância política, econômica e social para o Estado de Sergipe, para Lagarto/SE, e todos os povoados e cidades ao seu entorno; segundo pela história, trajetória de lutas dos camponeses (colonos) que resistiram aos intemperes naturais, políticos, econômicos, sociais e culturais e ainda continuam no exercício da atividade agrícola; terceiro pela iniciativa dos agricultores em transformar a agricultura convencional em alternativa, promovendo a produção agroecológica dentro de um cenário marcado pela heterogeneidade⁴ em seus espaços sociais. Neste espaço de produção e vivência familiar, os camponeses construíram suas identidades e saberes socioculturais, que demonstram características socioterritoriais específicas, expressados nas relações de pertencimento, partilha, afetividade e transmissão de saberes por meio da comunicação com a terra.

O Povoado Colônia Treze caracteriza-se pela policultura, cuja produção encontra-se nas pequenas propriedades agrícolas (OLIVEIRA; COSTA, 2011). De acordo com os dados disponibilizados pelo SIAB/DAB/DATASUS (2010), o povoado possui 8.975 habitantes, correspondentes a 9,49% da população total do município de Lagarto, nos quais 36,19% dessa população são de jovens (0 – 19 anos), 53,17% de adultos (20 – 59 anos) e 10,64% de idosos (acima de 60 anos). O povoado desempenha papel de destaque no processo de desenvolvimento político/econômico no seu entorno como para o município de Lagarto. Esse tem sido, talvez, um dos entraves para sua emancipação⁵.

O povoado Colônia Treze tem como fonte de renda e sustentação as atividades agrícolas, no entanto, ultimamente vêm se utilizado cada vez mais da produção de base no monocultivo induzido pelo agronegócio. Mesmo diante desse cenário, ainda há agricultores que optam pela agricultura de subsistência, engajados na produção de base familiar e cultivares agroecológicos, a exemplo dos camponeses que produzem de forma agroecológica.

No ano de 2023, a distribuição dos produtos agroecológicos é feita na “feira livre”, realizada por meio da venda direta ao consumidor às quartas-feiras ou nas residências dos agricultores, em razão dos riscos de contaminação do coronavírus, pois optaram pelo distanciamento social em decorrência do vírus. Dantas *et al.* (2021) realizaram estudos com os

⁴ A heterogeneidade discutida aqui refere-se à heterogeneidade estrutural e produtiva, marcadas por desigualdades socioespaciais, econômicas e ambientais presentes no campo.

⁵ Vale ressaltar que de acordo com o artigo 21 da Constituição Sergipana, a Colônia Treze está em conformidade com os requisitos necessários para se municipalizar, no entanto, sua luta para a emancipação política se arrasta desde a década de 1990, não obtendo sucesso até o corrente ano (SILVA, 2019).

produtores da “feira saudável” e notaram que as práticas exercidas por esses agricultores dizem respeito a um arranjo socioprodutivo eficiente contra o modelo predatório do agronegócio. Os agricultores têm se esforçado para manter a logística dos produtos agroecológicos em “feiras saudáveis”, apesar dos desafios que se agravaram com a pandemia do coronavírus, e continuam resistindo e se articulando coletivamente.

A Feira Saudável organizada por agricultores familiares da Colônia Treze no município de Lagarto - Sergipe se apresenta como um arranjo socioprodutivo local, cuja mobilização e organização dos agricultores familiares decorreu da necessidade identificada pelos mesmos em criar uma feira alternativa para a venda direta dos produtos orgânicos oriundos de suas propriedades. Trata-se de um arranjo socioprodutivo vinculado ao modelo agroecológico, no qual os agricultores têm como princípio a produção de alimentos livres de agrotóxicos e adubos químicos, a conservação do meio ambiente, a preservação da cultura local, e a promoção da saúde mediante alimentação saudável (DANTAS, *et al.*, 2021, p.13).

Na atualidade, a “feira saudável” ocorre semanalmente no povoado, porém, tem-se notado uma diminuição do quantitativo de consumidores e vendedores, haja vista as mudanças ocorridas dessa prática pós-pandemia. Alguns produtores criaram estratégias de venda diretamente ao consumidor por meio das redes sociais e em suas próprias residências.

Dentre as ações promovidas pelo grupo de camponeses da região, está a organização mensal de reuniões em cada propriedade agroecológica. Durante as visitas, os camponeses da localidade exercem um “papel de fiscal” ao averiguar se a produção está sendo desenvolvida conforme os parâmetros da Organização de Controle Social (OCS) em relação à qualidade dos orgânicos (entidade que eles fazem parte), visto que nem todos conseguiram a certificação de produtos orgânicos emitido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, pois na época não se encontravam adequados às exigências postas pelo órgão.

Os agricultores que participam da feira saudável contam com o apoio e assessoria dos técnicos da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO). Estes contribuem significativamente para a melhoria dos produtos, visto que eles capacitam os agricultores para lidar com as pragas, a recuperação e manejo dos solos. Essa troca de informações e conhecimentos entre técnicos e agricultores é vista de forma positiva dentro dos arranjos socioespaciais da feira (DANTAS, *et al.*, 2021).

1.3.2 Estrutura e organização da tese

Para atender às questões analíticas da pesquisa, esta tese apresenta, além desta introdução, o primeiro capítulo, em que por meio de uma revisão de literatura destaco partes já estudadas por outros pesquisadores. O segundo capítulo, em que traço os pressupostos teóricos, filosóficos e políticos do Bem Viver, as perspectivas teóricas da agroecologia e da Soberania Alimentar e Nutricional (SAN), com o propósito de articular esses conhecimentos e as práticas vivenciadas pelas mulheres camponesas, participantes da pesquisa. Em seguida, no terceiro capítulo, apresento abordagens conceituais da agricultura em nosso país, bem como explico o desenvolvimento das linhas de crédito no cenário agrícola brasileiro, demonstrando sua forma assimétrica na distribuição de seus recursos. No quarto capítulo, apresento informações referentes ao campo empírico, a discussão acerca do espaço da Colônia Treze e os processos produtivos que envolvem o desenvolvimento socioespacial. Na sequência, apresento as histórias de vida das mulheres camponesas, suas aproximações e distanciamentos em relação ao Bem Viver e à agroecologia. Por fim, as considerações finais, evidenciando ou não as práticas do Bem Viver, realizadas na Colônia Treze, seguidas das referências que ancoraram a tese, seus anexos e apêndices.

Figura 3 - Imagem da propriedade de dona Joseilda -
Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021



Fonte: A autora, 2022.

O amor nasce do entendimento de que não podemos ser plenamente nós próprios sem o Outro. Amar pressupõe, portanto, plena aceitação e aprendizado. Exige de nós acolhimento e cuidado com o Outro como autêntico Outro, e não como projeção dos meus desejos e caprichos. Um cuidado que não se limita ao Outro humano, mas abrange a Terra e o Cosmos. Sem a práxis amorosa, toda ideologia, toda filosofia e toda retórica são vãs (ARRUDA, 2010, p.1).

CAPÍTULO 2

2 AGROECOLOGIA E A AGRICULTURA: um movimento de comunidades

Este capítulo objetiva traçar os pressupostos teóricos da agroecologia e da Soberania Alimentar e Nutricional, com a finalidade de articular esses conhecimentos com as práticas vivenciadas pelas mulheres camponesas, que produzem de forma agroecológica no Povoado Colônia Treze, em Lagarto/SE.

2.1 (Des)envolvimento rural sobre a perspectiva da agroecologia

O estágio atual do desenvolvimento, em escala macrossocial, tem priorizado a dimensão econômica em detrimento da dimensão social e ambiental. Ao priorizar a dimensão econômica, o modelo de desenvolvimento capitalista acaba provocando desigualdades sociais e degradação do meio ambiente, sobretudo nas comunidades mais carentes.

Em se tratando dos aspectos impostos por este modelo de sociedade, urge repensar as estruturas econômicas vigentes, de modo a suscitar novos arranjos econômicos que considerem as dinâmicas locais da comunidade, da cultura e do meio ambiente. Não obstante, os movimentos sociais possuem papel basilar, tendo em vista a capacidade de organização de novos arranjos socioeconômicos que representem resistência ao modelo hegemônico, que sejam capazes de fomentar modelos de produção e consumo que leve em conta o desenvolvimento social, a qualidade de vida e a conservação da natureza.

Lacey (2010) adverte sobre a relevância da disseminação de alternativas na produção agrícola que sejam capazes de promover o desenvolvimento rural por meio do aumento da produção e da produtividade, sem comprometer os recursos naturais, tornando imprescindível a adoção do modelo de agricultura com base agroecológica. Para o autor, a utilização dos cultivos agroecológicos é uma estratégia da agricultura de grande valia para a conservação dos recursos naturais. De acordo com Altieri (2004, p. 21), a agroecologia possui bases científicas para uma agricultura alternativa, pois a

[...] agroecologia fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis.

A agroecologia transforma-se em um campo de saberes e práticas integradas que se articulam tecnologias e mecanismos de formação dos movimentos sociais. Ela representa um modelo de produção agrícola que visa diminuir o impacto socioambiental da produção de alimentos, dando valor aos conhecimentos tradicionais e o campesinato como participantes, bem como na forma de organização social (MARCOS, 2007).

Uma outra perspectiva que vem tendo notoriedade entre as comunidades é o Bem Viver, que está relacionado com as formas de vivências, práticas e experiências dos povos originários (SANTOS, 2018). O conceito mais conhecido provém da tradução de *Sumak Kawsay* (em Quechua ou Quichua) ou da expressão *Suma Qamanã* (em Aymara). No entanto, com o adensamento das reflexões sobre a origem e/ou conceito, nota-se que o Bem Viver não se restringe somente aos povos originários da América Latina, seus princípios também estão presentes em outros povos e etnias, como por exemplo, o *nhandereko* em guarani (SANTOS, 2018).

No entanto, não se pode cair em armadilhas esperando que o Bem Viver somente seja encontrado em saberes originários puros, visto que outros povos vivenciam e praticam o Bem Viver, como os seringueiros na Amazônia e o *küme mongen* dos mapuches do Sul do Chile, dentre outros (GUDYNAS, 2011).

Por ejemplo, ¿cuál sería el Buen Vivir al que aspiran los vecinos de una favela en Brasil? Esta breve discusión fundamenta la importancia de establecer encuentros y diálogos, aprendizajes mutuos entre todas estas posturas, tanto entre las diferentes expresiones indígenas, como en aquellas que han deseado rollado los criollos en todo el continente, sin olvidar las expresiones alternativas y subalternas marginadas dentro del propio pensamiento occidental (GUDYNAS, 2011, p.11).

Desse modo, é possível compreender que o Bem Viver⁶ pode estar sendo vivenciado por outros povos e localidades distintas. Braga (2014) destaca que o tema Bem Viver foi introduzido nas constituições dos governos do Equador e da Bolívia, no entanto, suas especificidades culturais, sociais e econômicas resultaram em trajetórias diferentes para cada país no que concerne à inserção do Bem Viver, razão pela qual esses países mantiveram suas tradições indígenas de forma efetiva na construção dos processos de formulação das constituições.

De acordo com Osório (2016), a Constituição da Bolívia foi a primeira a considerar a Natureza como sujeita de direito. Ela aborda os princípios éticos e morais da sociedade, com ênfase para as questões culturais, e leva em consideração as tradições indígenas. O Bem Viver, neste documento, aparece paralelamente vinculado, e dentro de uma mesma hierarquia, com outros princípios que estão diretamente relacionados à forma de organização econômica do Estado boliviano, tais como: unidade, igualdade, inclusão, dignidade, liberdade, solidariedade, reciprocidade, respeito, equidade social e de gênero na participação, bem-estar comum, responsabilidade e justiça social (GUDYNAS; ACOSTA, 2011)⁷.

Vale destacar que Rivera (2010) critica os governos Evo Morales (Bolívia) e Rafael Correa (Equador), para ela, os dois presidentes utilizaram do termo “Bem Viver” nas constituições, mas não implementaram de fato. Na prática, eles não romperam com a lógica de desenvolvimento econômico imposto pelo capitalismo, visto que os presidentes em discurso realizavam atividades extrativistas que provocaram a desterritorialização das comunidades, o desmatamento, a exploração demasiada do petróleo e a construção de rodovias em nome de um

⁶ O Bem Viver possui diversas formas de conduzir às ações humanas, a saber “[...] o conhecimento, os códigos de conduta ética e espiritual na relação com o meio ambiente, os valores humanos, a visão do futuro [...]” (ACOSTA, 2016, p. 202). O Bem Viver é um modo de vida que se realiza nas práticas que brotam “desde dentro” (LEFF, 2016). Dessa forma, são ações que consideram as estratégias de convivência com a natureza, mediante a conjugação das condições ecológicas de um território. Para Sampaio e Alcântara (2017), o debate sobre o “Bem Viver” ainda requer maiores discussões como alternativa para o modelo de desenvolvimento econômico e político atual, visto que a sua relação com a qualidade de vida remete a questões como espiritualidade, natureza, modos de vida e consumo, política e ética. No entanto, sabe-se da carência em vivenciar suas práticas e saberes na atualidade, visto que todo o espaço vira palco de mercadoria.

⁷ A constituinte equatoriana profere sobre a conquista de direitos, bem como as transformações na sociedade, na economia, na política e, sobretudo, na relação com a natureza. No decreto constitucional, em seu artigo 27, aparecem aspectos do Bem Viver que contemplam alimentação, habitação, educação, saúde, ambiente ecologicamente equilibrado, água, energia elétrica, e oportunidade de expressão como garantia de liberdade, o que ratifica o conjunto de direitos conquistados por meio de resistências e de muitas lutas sociais (BRAGA, 2014). Para a implementação da Constituição Equatoriana houve a mobilização de vários setores da sociedade, a saber: trabalhadores, professores, indígenas, camponeses, moradores urbanos, estudantes, ecologistas, idosos, jovens, empresários e outros setores favoráveis ao progresso, que desencadearam possibilidades e alternativas de desenvolvimento, respaldados no Bem Viver (BRAGA, 2014).

progresso desenvolvimentista⁸, cujo sinônimo é crescimento econômico, progresso linear e antropocentrismo desmedido (GUDYNAS, 2011).

Essa proposta de desenvolvimento econômico foge do que se pretende com a perspectiva de Bem Viver, explicado por Furtado (1989) como um mito, cuja concepção se restringe apenas à realidade, pois este progresso está arreigado no crescimento econômico, nos aparatos tecnológicos, sem se atentar para as questões de cunho social, cultural e ambiental, impactados negativamente por esse tipo de progresso.

O diálogo sobre a agroecologia e o Bem Viver ganha um apelo ainda maior no tocante ao agravamento da problemática socioambiental, materializada nas drásticas mudanças climáticas, no aquecimento da atmosfera, nas queimadas, na expansão desmedida do agronegócio, na contaminação dos cursos de água e como consequências temos a crescente desigualdade socioeconômica mundial. Isso tudo tem gerado pressões negativas sobre o modelo de desenvolvimento econômico vigente.

É evidente que cada povo possui suas especificidades socioculturais, organizam-se e cultivam saberes e práticas distintas. Sabe-se que, mesmo sendo o Bem Viver um modo de vida milenar dos ancestrais, algumas pessoas ainda o desconhecem, embora até já o vivenciem, mesmo sem saber. As reflexões são complexas, visto que muitos países vivem sobre a égide do capitalismo e da exploração desenfreada da natureza e da força de trabalho dos menos favorecidos economicamente. Vale ressaltar que, nesta tese, a temática do Bem Viver é uma oportunidade e uma escolha da mulher camponesa, que busca no dia a dia produzir alimentos saudáveis porque compreendem a importância dos saberes e das práticas agroecológicas para a vida dos seus familiares e das pessoas de modo geral.

O Bem Viver é um modo de vida que vai para além de projetos socialistas ou capitalistas, é para aqueles que querem se reconectar com seu interior, com o cosmo, com a Terra (*pachamama*), que querem encontrar a felicidade no contato com a natureza, nos gestos e ações mais singelas, na coletividade, na reciprocidade, na espiritualidade, na subjetividade. É sobre ter o suficiente para sobreviver, ter a soberania e segurança alimentar sem precisar destruir o ecossistema, ou se corromper com um modelo político/econômico assimétrico.

⁸ Furtado explica que o desenvolvimento é um processo criativo, de invenção da História pelos homens, em contraste com o quadro mimético e repetitivo de que são prisioneiras as sociedades dependentes. Em nossa civilização, o processo de desenvolvimento se faz com crescente ampliação da base material da cultura e também com enriquecimento do horizonte de expectativas do ser humano. Desenvolver-se é ascender na escala de realização das potencialidades dos homens como indivíduos e como coletividade (1984, p. 63).

No campo, a ideia de desenvolvimento que se faz presente continua com os preceitos do período colonial, o qual a distribuição da renda e da própria terra privilegiavam e privilegiam os grandes latifundiários. Esse modelo de desenvolvimento acarreta a invisibilidade dos camponeses, tornando-os ainda mais carentes de políticas assistencialistas, visto que o modelo de (des)envolvimento não acontece de forma homogênea.

Nesse sentido, Max-Neef (1993) elabora propostas de como desenvolver a Escala Humana, fundamentada nas questões sociais e ecológicas. Com base em sua teoria das necessidades humanas, o autor busca compreender a estrutura e a dinâmica do sistema econômico a partir da perspectiva das necessidades básicas dos seres humanos. A proposta dele é facilitar a criação e a implantação de políticas que promovam a satisfação das necessidades humanas, respeitando o meio socioambiental, pois a sociedade encontra-se fragmentada mediante padrões estabelecidos do atual modelo de desenvolvimento político/econômico. Mais que a economia do ter, o autor baseia-se na economia do ser, fazer e estar, em que o homem está na centralidade das ações, bem como na cooperação e parceria.

Por conseguinte, o desenvolvimento econômico para Max-Neef (1993) envolve o desenvolvimento amparado nas necessidades humanas. Desse modo, os indivíduos podem pensar nos meios necessários para satisfazer as suas necessidades (satisfatores) tanto individual como coletivamente e ainda utilizar esta reflexão para encontrar os caminhos para viabilizar o desenvolvimento político/econômico que não comprometa o aspecto socioambiental.

Gonçalves Neto (1997) traça um panorama acerca das transformações econômicas, políticas e sociais no Brasil nas décadas de 1960 a 1980, enfatizando discussões para a questão agrária. Para o autor, nesse período, o Brasil deixou de ser um país rural para se tornar um país preponderantemente urbano. Uma das razões defendidas pelo autor é que o Brasil passou a investir na modernização do setor industrial, a chamada substituição das importações⁹, principalmente nos anos iniciais da década de 1960, provocando o êxodo rural, o que, por sua vez, causa o desemprego, subemprego, segregação socioespacial, dentre outros.

No decorrer desse período, a agricultura tentava se inserir no mercado por vias da industrialização, das técnicas e tecnologias, Furtado esclarece que o sistema agrário brasileiro não respondia aos anseios do desenvolvimento industrial, pois

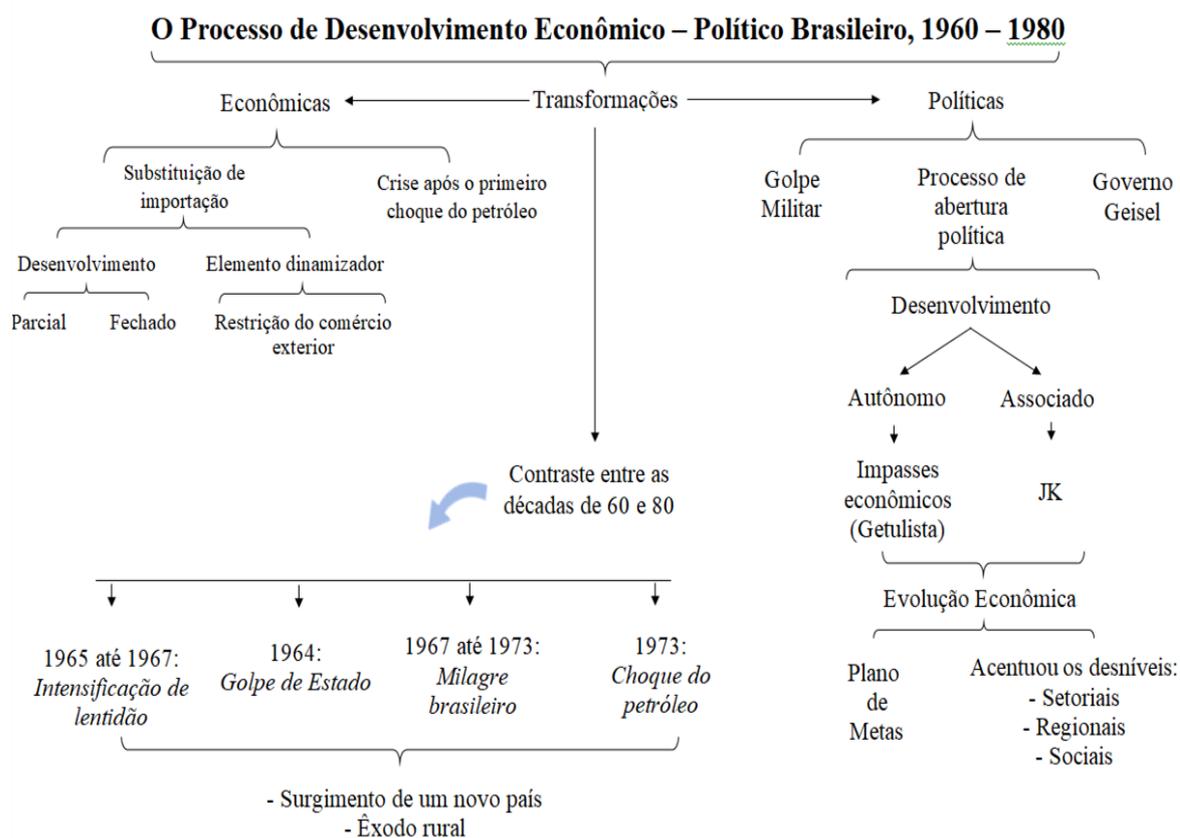
⁹ Para Tavares, “[...] o processo de substituição das importações pode ser entendido como um processo de desenvolvimento ‘parcial’ e ‘fechado’ que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos” (2000, p. 35).

[...] a preponderância de estruturas feudais na agricultura ligada ao mercado interno, ainda mais que na exportação, deu grande inelasticidade à oferta de alimentos nas zonas urbanas, criando sérios óbices à industrialização (1964, p.126-127).

Os produtos industriais tiveram seu preço menor que os produtos agrícolas destinados ao mercado interno, tal fato evidencia que maior parte dos lucros foram direcionados aos latifundiários, pois “[...] a estrutura agrária anacrônica como um obstáculo ao desenvolvimento deixou de ser uma suposição para transformar-se em evidência gritante” (FURTADO, 1964, p. 135).

Os fatos descritos por Furtado (1964) são realçados por Gonçalves Neto (1997) como sendo provocados mediante a estrutura arcaica na agricultura do país, tornando-se um impasse para o desenvolvimento industrial almejado pelos governantes da época. Nessa perspectiva, o autor traça uma etapa do processo político/econômico brasileiro que se estende às décadas de 1960 a 1980, conforme demonstra a figura 4, a seguir:

Figura 4 - Processo de desenvolvimento econômico/político brasileiro (1960-1980)



FONTE: Gonçalves Neto (1997), adaptação da autora (2021).

Como demonstrado na figura 4, o modelo de desenvolvimento político/econômico adotado pelos governantes do país aconteceu de forma assimétrica, em que as próprias políticas implantadas pelo Estado visavam atender às questões puramente de cunho econômico, com ênfase para o seu crescimento. O desenvolvimento rural com base no agronegócio que prioriza a manutenção do capital agrícola em detrimento do socioambiental tem aumentado a desigualdade e as injustiças no/do campo (SILVA *et al.* 2020).

Dado o exposto, é importante pensar em outro modo de sobrevivência que não concorra com o modelo atual de desenvolvimento, refletir sobre novas perspectivas de produzir alimentos de forma saudável e acessível, a exemplo dos movimentos da agroecologia e do Bem Viver, que tem como foco a produção orgânica, a soberania alimentar, o consumo consciente, a diversidade na produção e a organização socioespacial.

Para Acosta, o Bem Viver disponibiliza possibilidades de transformações, bem como resistências relativo ao ponto de partida para se “[...] construir democraticamente uma sociedade democrática” (2012, p. 23). O Bem Viver defende as reivindicações sociais em torno de um projeto único, constitucional, à luz dos princípios dos direitos humanos e dos direitos da natureza. Desse modo, Acosta (2016) pontua que

Nosso mundo necessita ser pensando em termos políticos. E em consequência, temos que atuar impulsionando um processo de transição movido por novas utopias. Outro mundo ser possível, pensado a partir dos Direitos Humanos – políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos indivíduos, das famílias e dos povos – assim como a partir dos Direitos da Natureza (ACOSTA, 2016, p. 26).

Larrère e Larrère (1997) em seu livro *O Bom Uso da Natureza*, sinalizam que o homem não está externo à natureza, ele faz parte dela; e as técnicas e tecnologias não são sinônimas de catástrofes socioambientais, mas sim como elas são utilizadas sobre os recursos naturais, a forma intensa pela qual o homem faz uso da natureza é o que impulsiona a degradação. Pois, “[...] se o homem faz parte da natureza, não há razões para dramatizar. Não há que escolher entre a natureza e o homem. Podem ser ambos protegidos, é possível ligar a preservação da diversidade biológica, por exemplo, à defesa da diversidade cultural” (LARRÈRE; LARRÈRE, 1997, p.17).

Assim, não se pretende com a presente tese enfatizar que as técnicas não servem ou que elas não podem trazer benefícios para os camponeses, até porque, dificilmente, eles conseguem

ter acesso aos pacotes tecnológicos ou ao capital financeiro que dinamizem suas produções e comercialização, visto que tais ferramentas e recursos priorizam os grandes proprietários de terra (latifundiários). O que se pretende trazer para o debate é o Bem Viver como um modo de vida real e possível, que está para além de perspectivas econômicas ou políticas, pois rompe com os padrões estabelecidos pelo modo de produção do capitalismo, no qual as ambições materialistas se sobressaem ao bem comum. O Bem Viver é a reconexão do homem com a natureza e com ele próprio.

2.2 Agroecologia, soberania alimentar, segurança alimentar e as mulheres camponesas

Inicialmente, remeto aos ensinamentos da minha mãe, Francisca, agricultora camponesa, guardiã de sementes e rezadeira, uma mulher dotada de saberes e de práticas que ajudaram/ajudam no sustento da nossa família, ao proporcionar uma alimentação rica em nutrientes, saudável e sem desperdício; seus saberes e práticas possuem pressupostos agroecológicos, os quais dialogaremos neste tópico. A agroecologia é definida por Caporal (2009, p. 69) como sendo:

[...] mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas mais diferentes inter-relações e mútua influência.

Sevilla Guzmán (2001) enfatiza que a agroecologia deixou de ser uma proposta interdisciplinar e se tornou transdisciplinar, coevoluindo e respeitando os processos ecológicos, bem como a compreensão e a estruturação da agricultura industrializada/mecanizada. Siliprandi (2015, p. 95) sugere que a agroecologia seja vista como transdisciplinar, apresentando-se como “[...] uma proposta que rompe os domínios de uma ciência estanque, e propõe a incorporação de outros sujeitos sociais (que não o cientista), como coprodutores do conhecimento a ser gerado”. Neste sentido, a agroecologia que se propõe neste estudo será orientada por meio de diálogos de saberes e práticas que se sustentam no equilíbrio entre sociedade e natureza e a equidade entre os povos.

Alguns autores defendem que os primeiros passos da agroecologia foram iniciados na década de 1970, tendo como pioneiros e principais divulgadores Miguel Altieri e Stephen Gliessman, das universidades de Berkeley e Santa Cruz, na Califórnia (SILIPRANDI, 2015); outros autores como Susanna Hecht e Eduardo Ehlers entendem que o surgimento de práticas agroecológicas ocorreu bem antes desse marco temporal, visto que camponeses, indígenas, quilombolas, dentre outros povos que foram invisibilizados em nome de um “progresso”, já praticavam atividades semelhantes às desenvolvidas pela agroecologia. Para Hecht (2002, p. 26) a agroecologia “[...] é uma abordagem agrícola que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, assim como aos problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção”. A autora aponta quatro áreas distintas que fomentam a construção do pensamento agroecológico:

- I) *As Ciências Agrícola*, e em especial, a *Ecologia Agrícola*, pelos estudos relativos à microbiologia dos solos, pragas e doenças (interação pragas/plantas) e nutrição de plantas (ciclos de nutrientes, a importância das sucessões ecológicas), que permitiram contestar o que a agronomia “oficial” (universidades e centros de pesquisa) estabelecia como técnicas mais eficientes para a agricultura;
- II) O *ambientalismo* que floresceu nos anos 1960 e 1970, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, fruto da contracultura, que denunciava os custos ecológicos e sociais da “agricultura convencional”, e proponha formas alternativas de produção de alimentos;
- III) Estudos sobre o *desenvolvimento agrícola*, que mostraram que as tecnologias preconizadas pela melhoria da produção agrícola nos países do terceiro mundo provocavam o aumento dos riscos para os agricultores, o esgotamento dos solos e a concentração da terra e dos recursos produtivos em geral; ou seja, que a modernização da agricultura, ao invés de ajudar a desenvolver os países pobres, estava provocando mais pobreza, desigualdade social, dependência e marginalização;
- IV) *Estudos sobre os sistemas tradicionais de produção indígenas e camponeses*, trazidos pela antropologia e pela geografia, que analisavam as diferentes lógicas e os mecanismos utilizados naqueles sistemas para garantir a sustentabilidade: a diversificação; os vários usos e manejos dos recursos; a complexidade de fatores que concorriam para o sucesso de um sistema produtivo; a existência de um conhecimento ecológico por parte dessas comunidades; as diferentes noções de eficiência e produtividade; assim como expansão do conceito de “agricultura” para sistemas “agro-silvo-pastoris”, entre outras questões (HECHT, 2002, p. 31).

Nesta perspectiva, Ehlers (1999) sinaliza quatro diferentes movimentos, organizados no decorrer do século XX, cujas pautas convergiam com os princípios agroecológicos e favoreciam a valorização de práticas culturais adepta aos processos biológicos, a saber: agricultura

biodinâmica, orgânica, biológica e natural. Mesmo que esses enfoques dialoguem de certa maneira com os pressupostos agroecológicos, com a construção de estilos agrícolas “limpos” ou ambientalmente corretos, pesquisadores e ativistas do campo agroecológico enfatizam diferenças entre esses movimentos, pois a agroecologia propõe um enfoque científico que visa a sustentabilidade como um todo (destoando-se da agricultura orgânica ou biológica), também não é puramente um movimento filosófico, como determina a antroposofia (base da agricultura biodinâmica) ou a agricultura natural (SILIPRANDI, 2009).

Na concepção de Guzmán (2001), a agroecologia pode redesenhar as estratégias de desenvolvimento rural sustentável criadas pelo neoliberalismo, cujas perspectivas se fundamentam no crescimento econômico, que acirra, ainda mais, as desigualdades socioespaciais. Ademais, o autor propõe o resgate e valorização do conhecimento tradicional e não sua erosão, para que assim possa ocorrer a transição da agricultura convencional (atomista, mecânica e monista) para a agroecologia, que respeita

[...] a diversidade ecológica e sociocultural e, portanto, outras formas de conhecimento, propugna pela necessidade de gerar um conhecimento holístico, sistêmico, contextualizado, subjetivo e pluralista, nascido a partir das culturas locais (GUZMÁN, 2001, p.35).

Nesta perspectiva, ressalta-se a afirmação do protagonismo das mulheres camponesas em conformidade com os princípios agroecológicos.

O pensamento científico convencional, através do conceito de desenvolvimento, definiu como o “progresso” para as zonas rurais a sua homogeneização sociocultural e, com isso, levou à erosão do conhecimento local, que foi desenvolvido e apropriado mediante a interação entre os homens e a natureza, em cada específico ecossistema. Esta erosão aconteceu através de um processo de imposição paulatina das pautas de relações econômicas, sociais, políticas e ideológicas vinculadas à “modernização”, definida e entendida como tal a partir da identidade sociocultural ocidental (GUZMÁN, 2001, p.36).

Mesmo diante dos princípios fundantes da agroecologia e da importância de seus movimentos no campo e na cidade, chama-se atenção para o seu ocultamento (CONTE; CINELLI, 2014), semelhantemente a esse fato também ocorria e ainda ocorre com as mulheres

camponesas que têm seu reconhecimento e seu trabalho invisibilizados. As autoras afirmam que as mulheres camponesas “[...] de alguma maneira, são tratadas como fazendo parte de um universo exótico, assim como a agroecologia, remetendo ambas, a um universo tido como pequeno, das miudezas, chamado de alternativo” (CONTE; CINELLI, 2014, p. 02).

A luta dos movimentos agroecológicos é também a luta das mulheres camponesas. Neste bojo, surgem movimentos que lutam e resistem por seus direitos e reconhecimento, tal como a Via Campesina¹⁰, que contempla também os indígenas, os quilombolas, os afrodescendentes, as extrativistas, as mangabeiras, as comunidades tradicionais, dentre outros. Esses movimentos têm procurado se articular, tornando-se organizativos e, com isso, vêm ganhando força perante as injustiças políticos/sociais que têm enfrentado ao longo dos séculos. Vale ressaltar que muitas das conquistas foram fruto de um processo contínuo de lutas, resistências, resiliência e enfrentamentos.

Os movimentos agroecológicos orientados pelos princípios da “soberania alimentar” e “autonomia das populações” ganharam forte impulso nos países da América Latina, sobressaindo os países da Bolívia, Brasil e Equador. Esses países tinham em comum o discurso contra-hegemônico ao agronegócio, entendidos por Welch (2005) como detentores de forte influência do capital estrangeiro, do controle, do monocultivo, da biotecnologia, da estrutura fechada e mecanizada, da hierarquização e da masculinização. Neste cenário, as mulheres camponesas não possuem representação, o que implica a imposição de seus modos de vida e sua invisibilidade.

A terra é a apropriação mais antiga do homem, que tem como finalidade a produção de alimentos para sua sobrevivência ao ocupar determinado espaço e ali organizar-se para a prática agrícola. O fortalecimento de práticas mais sustentáveis no campo se faz primordial, principalmente em relação à qualidade dos alimentos produzidos, com base na promoção da saúde e da alimentação saudável, proporcionando a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

¹⁰ A Via Campesina é um movimento de relevância dentro do contexto de lutas e resistências, uma organização internacional, composta por camponeses e camponesas de diferentes países e organizações que se articulam em rede (de demandas e atuações) e fortificam outros movimentos pelo mundo, tais como os agroecológicos, bem como promove a compreensão da sociedade num contexto global, principalmente em relação ao modelo dominante de produção (MENEGAT; SILVA, 2019). Conforme os autores supracitados, no Brasil, a Via Campesina representa um avanço diante da hegemonia política que impera o país, e é formada por Movimento dos Atingidos por Barragens/MAB, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC).

Nesta tese, SAN constitui-se numa chave para a construção de uma base alimentar saudável e rica em nutrientes. De acordo com Liberato e Rocha (2012), a SAN refere-se a comer regularmente, comer bem, com alimentos que tenham qualidade e adequação dos hábitos culturais, sustentado em práticas saudáveis, em que se preserve o prazer e o simbolismo associado à alimentação. Na concepção de Siliprandi (2013), o conceito da SAN é construído por vários processos de alimentação e nutrição:

[...] à qualidade e à quantidade de alimentos que as pessoas dispõem habitualmente; depende das condições de saúde e de saneamento e da sustentabilidade do ambiente em que se vive; refere-se à garantia, a todas as pessoas, de terem sua dignidade respeitada no ato de se alimentar. Esse conceito incorpora ainda um aspecto eminentemente político, a soberania alimentar – o direito dos países e dos povos de estabelecerem suas próprias políticas de produção, abastecimento e consumo, respeitando sua história e cultura (SILIPRANDI, 2013, p. 187).

Conforme a autora, ter acesso a SAN é um direito garantido pela Constituição Federal, inalienável e indispensável para o ser humano viver em liberdade e desenvolver suas capacidades como integrantes de determinado grupo social. Por sua vez, as políticas responsáveis em garantir tais direitos, para serem eficazes, precisam direcionar suas práticas para os princípios da equidade, intersetorialidade, sustentabilidade, descentralização e participação social, desse modo, as ações do governo devem estar vinculadas para atender a sociedade civil como um todo.

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), criada em 2002 por diferentes instituições, que englobam os técnicos, os agricultores e os representantes de movimentos sociais de todas as regiões do país, foi um dos movimentos que idealizavam a agroecologia como promotora do desenvolvimento sustentável e democrático (SILIPRANDI, 2009). A ANA é resultante de articulações de muitos movimentos que já operavam com os pressupostos agroecológicos e, conforme o documento de fundação, ela se define como uma rede autogestionária, que defende “[...] a igualdade das relações entre homens e mulheres como (sic) condição essencial para o alcance da sustentabilidade da produção agroecológica familiar [...]” (SILIPRANDI, 2009 p. 289) e que nesse cenário as mulheres necessitam ser reconhecidas também nas implementações das políticas públicas (SILIPRANDI, 2015).

Nesse bojo dos movimentos sociais, as mulheres agricultoras camponesas ocupam espaços de lutas e resistências. No Sul do Brasil, as mulheres camponesas criaram o Movimento

das Mulheres Camponesas (MMC). Embora elas tivessem, de forma isolada, organizações de outros movimentos desde a década de 1980, como o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) em Santa Catarina, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) no Rio Grande do Sul e no Paraná, das extrativistas no norte e nordeste do Brasil, as quebradeiras de coco de babaçu, foi somente na década de 1990 que elas conseguiram fundar a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), resultando no MMC, criado oficialmente em 2004 (BONI, 2018).

Dentre as bandeiras de lutas do MMC estão a segurança alimentar e a soberania alimentar. Essas temáticas são permeadas por discursos e práticas contra as empresas de sementes transgênicas e a favor da recuperação das sementes crioulas¹¹ (sementes da liberdade). Para as mulheres integrantes do MMC, a posse dessas sementes implica a sua libertação perante as empresas multinacionais, que dominam a produção e a comercialização de seus cultivares.

Nesse construto, alguns estudos foram sendo realizados em Sergipe e possibilitaram evidenciar o trabalho com os movimentos sociais voltados para as questões socioambientais. A título de exemplo, cita-se os estudos de Carvalho (2013) que desenvolveu pesquisas expressivas durante o seu mestrado sobre as “Interpretações socioambientais da mística do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra”, em que se verificou a importância da mística na formação dos assentados do MST, refletindo sobre as questões socioambientais, com foco na preservação e conservação ambiental. No doutorado, desenvolveu o estudo intitulado: “Mulheres artesãs: extrativismo da taboa (*Typha spp.*) em Pacatuba/SE”, o qual abriu um leque de oportunidades e esclarecimentos para as mulheres extrativistas da Taboa (*Typha spp.*) na região de Pacatuba/Sergipe, que por meio deste estudo conseguiram tornar seus saberes e práticas mais visíveis como, por exemplo, a distribuição de seus artesanatos para outras localidades.

Destacam-se, ainda, algumas iniciativas de mulheres que fomentam práticas agroecológicas e modificam o cenário que vivem, bem como transformam a vida de outras mulheres em seu entorno, a exemplo da agricultora, guardiã de sementes, dona Maria Aparecida da Silva de Porto da Folha, município de Sergipe, que cultiva em sua propriedade alimentos saudáveis e diversificados, trazendo sustento e renda para toda a família. Além da sua plantação ser de natureza agroecológica, esta possui um biodigestor e um eco fogão, que contribuem para a economia familiar e preservam a natureza. As boas práticas de Dona Maria Aparecida foram reconhecidas pelo portal Semear Internacional, e, nesse espaço digital, conheceu-se mais sobre

¹¹ As sementes crioulas representam para estas mulheres camponesas a promoção de uma alimentação saudável em suas mesas e a seus consumidores (BONI, 2018).

a experimentadora, que, além de desenvolver práticas agroecológicas, atua como voluntária da Pastoral da Criança e integra projetos em parceria com as mulheres da comunidade com vistas a orientar outras mulheres sobre o uso de plantas medicinais e os cuidados com a alimentação no Povoado Lagoa da Volta, em Porto da Folha/SE, onde reside com sua família.

Conforme sinalizam Santos e Ramos Filho (2020), as guardiãs de sementes do Alto Sertão Sergipano são mulheres que guardam mais que sementes, elas possibilitam a Soberania Alimentar. Assim, duas vertentes importantes se desencadeiam: a primeira consiste em guardar as sementes, pois foi algo que lhes foram transmitidos por gerações e serve como fonte alimentar, segura e sem custos; a segunda corresponde a uma luta política/ideológica contra o agronegócio, *commodities*, e todas as suas formas predatórias.

Santos e Ramos Filho (2020, p.04) enfatizam que “[...] as guardiãs de sementes do Alto Sertão de Sergipe possuem uma proposta de produção de Soberania Alimentar com base na Agroecologia, e na constante oposição ao agronegócio com seu modelo excludente”. A Soberania Alimentar é definida por Jalil (2009) como sendo uma construção de práticas e experiências das mulheres, que com seus saberes mantêm uma relação harmoniosa com a natureza, os cuidados, a reprodução e a manutenção da vida e da diversidade.

Neste ínterim, a Soberania Alimentar dialoga com a luta das mulheres camponesas contra a política hegemônica que defende a agro alimentação, a utilização de insumos químicos, a transgenia e a escassez da natureza. Um exemplo de mulher resiliente é Dona Maria Faraildes Alves Dutra (Povoado Ladeiras no município de Japoatã/SE), considerada como uma representante da luta das mulheres no Estado, que com sua força, serenidade, música e poesia enfrenta e fortalece outras mulheres contra os conflitos por terra, a violência e o desrespeito que são acometidas. Dona Faraildes compreende que as mulheres têm conquistado seu espaço se engajando em movimentos sociais e feministas, mas entende que a luta é árdua e contínua e que as mulheres precisam continuar batalhando juntas para alcançar o reconhecimento e o respeito que tanto merecem (SILVA, 2016).

Dona Josefa Maria da Silva Santos, conhecida como “Zefa da Guia”, exerce importante função social para população do quilombo onde reside, no Povoado Serra da Guia, município de Poço Redondo/SE, bem como para outras localidades. O reconhecimento de suas ações pode ser notado pelas homenagens recebidas ao longo dos anos. Dona Zefa da Guia¹² é analfabeta,

¹² Em 2010, Dona Zefa da Guia recebeu o certificado da professora e jornalista Rita Simone Barbosa Liberato referente ao seu filme: “A Guia da Serra de Zefa da Guia”. O curta metragem concorreu com mais de 400 filmes e conquistou o segundo lugar no festival Imper Americano de cinema internacional, a nível de Sergipe ficou em

mas isso não a impediu de exercer as profissões de parteira, enfermeira, psicóloga, assistente social, rezadeira e, sobretudo, uma guerreira que luta em prol de melhorias para seu povo (SANTOS, 2010). Ela enaltece sua cultura ao promover novenas todos os anos em celebração aos 1500 corpos de escravos enterrados no cemitério do povoado, e nessas novenas são utilizados instrumentos dos antepassados como a zabumba, taboca e o pife.

É revelador a existência de mulheres como: Francisca Santos, Maria Aparecida da Silva, Maria Faraildes e Josefa Maria dos Santos e/ou outras protagonistas, que com seus esforços e crenças, lutam, resistem, persistem e ousam ao tentarem “transformar” a realidade de outras mulheres que silenciam e/ou são silenciadas diante de seu ocultamento. Pois, os saberes e práticas transmitidos pelos movimentos agroecológicos fortificam essas mulheres ao promoverem o empoderamento e a autonomia, mediante suas experiências que podem dar certo em diversos cenários, inclusive, os construídos hegemonicamente.

No próximo capítulo será evidenciado a implementação e implantação das políticas públicas ao longo dos anos no campo, de como sua efetivação poderia melhorar as condições de vida desta população, que, por uma questão estrutural, vive às margens da sociedade capitalista, patriarcal e desigual, mesmo sendo fornecedora de boa parte dos alimentos que a sociedade necessita consumir.

primeiro lugar. Dona Zefa da Guia possui forte representatividade política/social, principalmente em temáticas direcionadas à consciência negra, empoderamento das mulheres e saberes tradicionais.

Figura 5 - Imagem da propriedade de dona Carminha
- Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021



Sem dúvida, os agentes constroem a realidade social; sem dúvida, entram em lutas e relações visando a impor sua visão, mas eles fazem sempre com pontos de vista, interesses e referenciais determinados pela posição que ocupam no mesmo mundo que pretendem transformar ou conservar (BOURDIEU, 1992, p. 8).

Fonte: A autora, 2021.

CAPÍTULO 3

3 APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E AS PRÁTICAS DE RESISTÊNCIAS

O Brasil possui, em suas raízes, uma história marcada por desigualdades e injustiças, principalmente quando se fala do processo de distribuição da terra e da renda, que aconteceu de forma irregular e se estende do período Colonial até os dias atuais. No entanto, reconhecemos que alguns períodos poderão passar despercebidos, visto o risco de simplificação das narrativas de períodos históricos importantes e, ao mesmo tempo, complexos.

3.1 Aspectos históricos da estrutura fundiária no Brasil

A problemática que envolve a questão fundiária no Brasil diz respeito à construção histórica da propriedade privada da terra, que foi decorrente da própria dinâmica de funcionamento da colônia e da legislação implantada pela elite dominante da época, a Corte portuguesa (FURTADO, 1989).

Com a chegada dos portugueses, em 1500, instauraram-se as capitânicas hereditárias e a concessão de terras mediante as Sesmarias. No período que se estende de 1530 a 1850, estabeleceu-se, no Brasil, a transferência da propriedade regida pelo poder público para o poder privado, acontecendo a distribuição de grandes extensões de terras, que abasteceu a elite dominante (os portugueses), inserida no novo território da colonização (JONES, 1997). Sobre a temática, Stédile explica que:

A primeira forma de distribuição da terra foi o sistema de capitânicas hereditárias, pelo qual a Coroa destinava grandes extensões de terra a donatários, que eram sempre membros da nobreza portuguesa ou prestadores de serviços à Coroa. Em troca de favores e de tributos, eles recebiam essas concessões, obrigando-se a explorá-las e, sobretudo, a protegê-las, tendo ainda o direito de deixar para seus herdeiros essas terras. Os donatários tinham o direito de repartir e distribuir parcelas de sua capitania, que eram chamadas de Sesmarias entregues aqueles que, além de interesse, apresentassem recursos para explorá-las. Isso implicava produzir gêneros comercializáveis,

gerando tributos e, conseqüentemente, lucros para a Coroa (STÉDILE, 1998, p. 09).

Os escravos eram mantidos na legislação portuguesa como mercadoria, e, por esse motivo, acontecia o impedimento racial, no qual os escravos não tinham acesso às terras (SILVA *et. al.* 2020). Com o advento da Lei de Terras, criada em 1850 por Dom Pedro II, a terra passou a ser a mercadoria capitalizada, mantendo o privilégio da elite portuguesa. Nesse período, aconteciam as grilagens, que consistiam na posse da terra por meios fraudulentos, no qual se falsificava documentos e escrituras com datas inferiores à promulgação da Lei de terras (JONES, 1997). Tais fatores contribuíram para a abertura da formação das oligarquias no Brasil e em grandes extensões de terras pelos latifundiários, enquanto os “ex-escravos” eram substituídos pelos imigrantes europeus, que serviam sua mão-de-obra em troca do alimento pois não conseguiam o acesso à terra como almejavam ao se deslocar para o Brasil (CAMACHO, 2011). Martins, ao fazer a relação entre a Lei de Terra e as terras devolutas, pontua:

A Lei de Terras transformava as terras devolutas em monopólio do Estado e o Estado era controlado por uma forte classe de grandes fazendeiros. Os camponeses não-proprietários, os que chegassem depois da Lei de Terras ou aqueles que não tiveram suas posses legitimadas em 1850, sujeitavam-se, pois, como assinalaria na época da Abolição da escravatura a um grande fazendeiro de café e empresário, a trabalhar para a grande fazenda, acumulando pecúlio, com o qual pudesse mais tarde comprar terras, até do próprio fazendeiro (MARTINS, 1983, p.42).

Junto à criação da Lei de Terras, em 1850, acontecia na Europa uma crise de ordem econômica, que resultou no processo de expropriação e exclusão dos trabalhadores do campo, o que provocou a vinda dos imigrantes europeus ao Brasil, sonhando com a conquista da terra. Para os governantes dos países Europeus e do Brasil, a chegada dos imigrantes resolveria, parcialmente, seus problemas, em solo brasileiro a resolução do problema seria pela escassez de mão-de-obra, visto que a oferta desses trabalhadores era regulada pelo comércio negreiro. Com a proibição deste tipo de comércio, houve um elevado aumento no preço dos escravos, que culminou na abolição da escravatura como uma saída para resolução desde problema que ameaçava a economia dos fazendeiros (CAMACHO, 2011; MARTINS, 2004).

A chegada dos povos oriundos da Europa acirrou ainda mais as desigualdades socioespaciais no campo brasileiro. Seria possível analisar essa fase da nossa história como racismo ambiental¹³?

É importante ressaltar que nesse período houve a ascensão do modo de produção capitalista, a terra já possuía um preço e dificilmente os “ex-escravos”, os indígenas e os imigrantes poderiam pagar, consolidando o acesso para os latifundiários. Pois, “[...] a terra tornou-se uma mercadoria do modo de produção capitalista. Uma mercadoria que tem um preço, só acessível a uma determinada classe” (RODRIGUES, 1988, p.18). Nas palavras de Martins (2004, p. 33): “[...] o trabalho libertado da condição de renda capitalizada, deixa de ser componente do capital para contrapor-se objetivamente ao capital”. Esse momento da nossa história refere-se à passagem do escravismo para o trabalho livre.

Nos períodos concernentes a 1889 e 1964, aponta-se que as questões voltadas à legitimação da posse da terra não tiveram grandes êxitos. Nesse momento da história, observou-se a omissão da União frente aos problemas relacionados à estrutura fundiária do Brasil, comprovando tais afirmativas com a aprovação da lei de emissão da propriedade, que atribuiu a responsabilidade aos Estados e não mais à Federação (JONES, 1997).

O assunto entrou em debate na campanha de Jânio Quadros, em 1960. Entre os temas que emergiram, estava a desapropriação por interesse social e questões relacionadas ao direito de propriedade e dos proprietários de terra, obtendo maior relevância com a renúncia do então presidente, o que ocasionou conflitos em áreas urbanas e rurais. Por tais fatores, o governo de João Goulart, sucessor de Jânio Quadros, acreditava que para acontecer a Reforma Agrária no país seria necessário que houvesse a união dos trabalhadores rurais e urbanos com objetivo de fortalecer o movimento (FERNANDES, 2017).

O Estatuto do Trabalhador Rural, Lei nº 4.214, de 02 de março de 1963, teve sua aprovação no governo de João Goulart, sendo cedidos direitos aos trabalhadores urbanos, tais como: décimo terceiro salário, férias, registro profissional, dentre outros. Neste governo também foi assinado o decreto que instituiu a desapropriação de áreas improdutivas e, como

¹³ Para Acselrad; Herculano e Pádua o “[...] Racismo ambiental é um tema que surgiu no campo de debates e de estudos sobre justiça ambiental, um clamor inicial do movimento negro estadunidense e que se tornou um programa de ação do governo federal dos Estados Unidos, por meio da EPA Environmental Protection Agency, sua agência federal de proteção ambiental. O conceito diz respeito às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas” (2004, p. 84)

consequência desse ato, ele foi deposto em março de 1964, ocasionando o Golpe Militar e o enfraquecimento da luta pela Reforma Agrária (ALCÂNTARA FILHO; FONTES, 2009).

Em 1964, com o governo Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, foi instituída a primeira Lei da Reforma Agrária no Brasil, a Lei n° 4.504, que dispõe sobre o Estatuto da Terra e outras providências, prevendo em seu Art. 1° “[...] os direitos e obrigações concernentes aos bens e imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola” (BRASIL, 1964). A Lei resultou da pressão das massas populares, descontentes com o processo de distribuição de terra, em que se beneficiavam os grandes proprietários de terra, desfavorecendo a massa mais carente, os agricultores camponeses (ALCÂNTARA FILHO; FONTES, 2009). Na concepção de Martins:

O Estatuto faz, portanto, da reforma agrária brasileira uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornar tenso, oferecendo riscos políticos. O Estatuto procura impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de classe (MARTINS, 1983, p.93).

Vale ressaltar que a Lei que regeu o Estatuto da Terra não conseguiu atender ao aspecto social para qual fora criada, na realidade, sua execução serviu aos interesses dos latifundiários, provocando injustiças para as populações no/do campo. Na prática, a Lei foi inócua, sua promulgação serviu ideologicamente para divulgar aos movimentos sociais no/do campo e aos trabalhadores rurais a intencionalidade do Estado em realizar a justa distribuição de terras no território brasileiro. Todavia, a finalidade era a de fortalecimento dos grandes proprietários de terra com a concessão de linhas de financiamento fartas para alimentar a modernização do latifúndio e indução do processo urbano industrial, com a opção do agronegócio de monocultivos-exportados, como alavanca ao desenvolvimento político/econômico do país (SILVA *et. al.* 2020).

No Brasil, a questão agrária iniciou com o acúmulo de terra como reserva de valor, sendo definida a classe social que terá acesso a ela: os latifundiários; pois, “[...] O Brasil é o único país das Américas criado, desde o início, pelo capitalismo comercial sob a forma de empresa agrícola” (FURTADO, 1989, p. 93). Reiterando a afirmativa:

Os camponeses foram desenraizados para que o capital pudesse se apossar da terra e dar à terra um uso capitalista, ou seja, um uso moderno, racional. Ao

mesmo tempo os camponeses foram desenraizados porque o capital precisava que os camponeses trabalhassem de outro modo, como operários, como assalariados, como vendedores de força de trabalho, portanto como donos de mercadoria, como equivalentes de mercadoria. E trabalhassem segundo o ritmo e a lógica que é própria do capital (MARTINS, 1997, p. 30).

Ao mesmo modo, os camponeses que passariam a realizar atividades laborais na cidade também perdiam suas raízes, pois executariam um trabalho que estava distante da sua realidade, como a terra e sua relação com ela, as memórias e sua identidade, é da terra que provém os alimentos para o sustento da família. No momento atual, com o agronegócio, as desigualdades aumentaram para as populações no/do campo, principalmente no que concerne ao acesso aos aparatos tecnológicos, em que os agricultores camponeses não conseguem ter acesso e muito menos competir igualmente com os grandes proprietários de terra, que possuem capital para investir em seus cultivares, bem como maior acesso às políticas e linhas de créditos.

Na atual conjuntura, o setor financeiro impulsiona o agronegócio no país, fruto da globalização e reabertura econômica, que culminou na intensificação da concentração de terras e na redução do número de estabelecimentos com menores áreas no campo (OLIVEIRA; STÉDILE, 2005). Pois, “[...] a luta pela terra no Brasil é anterior à luta pela Reforma Agrária. Como a elite dominante vem se apropriando da terra no Brasil, ao longo do tempo, resultou na formação dos latifúndios existentes até os dias atuais [...]” (FERNANDES, 2017, p.04). Pois,

Frente a essa realidade, a reforma agrária é deturpada e, lentamente, cresce a perspectiva de uma reforma imobiliária. Assim, alguns latifundiários chegam mesmo a incentivar as ocupações, garantindo a infraestrutura como forma de agilizar a desapropriação. Desse modo, a expropriação é perversamente convertida em ato de compra e venda, o que chamamos aqui de mercantilização da expropriação e da desapropriação da terra. Além de concentrar e reter especulativamente a terra, latifundiários no Brasil ainda sonham os impostos incidentes sobre elas (FERNANDES, 1999, p.227).

Nesse sentido, pode-se reafirmar que os grandes produtores rurais (latifundiários) se sobrepõem aos pequenos produtores/trabalhadores (camponeses), pois se apropriam de um longo processo de luta e resistência, promovido pelos movimentos sociais para obtenção da reforma agrária em benefício próprio, utilizando-se da justificativa de desenvolver a democratização do acesso à terra, quando, na verdade, o objetivo principal era se “livrar dos impostos” que recaíam em suas propriedades, ou até mesmo vendê-las por um preço além do que se oferecia no mercado. Sobre essa narrativa, Portela e Fernandes (2008) nos dizem que a

democratização do acesso à terra em nosso país é, sobretudo, uma questão política e social com a ampla participação de todos os segmentos sociais, principalmente aqueles que convivem diretamente com a terra.

A distribuição da terra, no Brasil, aconteceu de forma desigual e desumana e persiste desde o chamado “descobrimento” até os dias atuais. Mesmo diante das lutas travadas pelos movimentos sociais agrícolas e não agrícolas, poucas modificações aconteceram nesse cenário que pudessem transformar a questão agrária do país. Desse modo, torna-se essencial repensar a reforma agrária, em que os camponeses expropriados/desterritorializados possam ter acesso à terra e às políticas de créditos de forma justa e igualitária.

3.2 Políticas de acesso ao crédito no cenário agrícola brasileiro

O processo de distribuição das políticas de créditos no Brasil aconteceu de forma assimétrica, em que se privilegiava/privilegia os interesses dos grandes proprietários da terra em detrimento dos pequenos produtores, que vivem assolados pelas injustiças e desigualdades provocadas, principalmente, pelo setor financeiro que rege o país. Por essa razão, este tópico procurou demonstrar como essas políticas têm sido disseminadas e quais segmentos sociais têm sido privilegiados com tais políticas.

Pinto (1981) divide o processo de desenvolvimento das políticas de crédito no Brasil em três momentos: a primeira data o início do período da colonização e se estende até 1937; o segundo momento acontece de 1937 a 1965 e o último de 1965 até 1980. Conforme o autor, o período da colonização foi marcado por uma estrutura deficiente, com recursos restritos e poucas casas bancárias, cujas taxas de juros eram altíssimas e apenas os produtores com maior renda poderiam arcar.

No Brasil República, não ocorreram mudanças significativas, as concessões de políticas de créditos no campo direcionavam-se, principalmente, para a garantia do preço do café. Neste período, ocorreu a ampliação do crédito oficial, decorrente da criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI), em 1937. Embora se almejasse o alcance do crédito rural, eram estabelecidas muitas normas e exigências de garantias que o pequeno produtor não conseguia atender (PINTO, 1981).

Nos anos subsequentes houve a criação de outras instituições que dariam suporte ao Banco do Brasil, tais como o Banco do Amazonas (1950) e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC, 1951), e, em 1952, o Banco do Nordeste do Brasil. Em 1965 foi aprovada a Lei nº 4.829, de 5 de novembro, cuja regulamentação consta no Decreto nº 58.380, de 1966. A lei prevê o crédito rural como fonte de recursos financeiros para instituições públicas e concessões de crédito particulares a produtores rurais ou suas cooperativas, para a aplicação em atividades que se adequassem aos objetivos propostos pela legislação vigente no período¹⁴ (PINTO, 1981).

A concessão de créditos no meio rural é considerada como um instrumento utilizado pelos programas e recursos governamentais para impulsionar a produtividade na agricultura e contribuir para o aumento da produção mediante a renda da terra e dos fatores da produção, dividindo-se em três formas: crédito de custeio, investimento e comercialização (BELIK, 2013). Entretanto, o acesso ao crédito não aconteceu de forma homogênea, favorecendo a concentração de terra pelos latifundiários, que se ancoravam no modelo de desenvolvimento político/econômico do país.

A viabilização do financiamento agrícola promovido pelo Estado decorreu da sua extensão e do atraso tecnológico de produção. Contudo, as reais intenções atendiam a interesses distintos, dentre eles, aos econômicos, devido à escassez de recursos, e aos de natureza política, mediante as pressões da classe burguesa e da própria burocracia estatal. Desse modo, reorientou e determinou o ritmo das transformações ocorridas na agricultura, concentrando riquezas para determinado grupo e precariedades para outro (SILVA *et. al.* 2020).

Outro ponto de igual relevância que merece ser destacado é que o Estado precisava investir em políticas de créditos no meio rural para industrializar-se, para tentar alcançar o mesmo patamar dos países desenvolvidos. Gonçalves Neto (1997) sinaliza que tais elementos estão relacionados com a substituição das importações, entendida por Tavares (2000) como um processo de desenvolvimento “parcial” e “fechado”, no qual o Brasil, sob as condições de restrição do comércio exterior, procurou realizar as mesmas formas de modernização dos países desenvolvidos, porém não conseguiu êxito.

Gonçalves Neto (1997) explica o caráter parcial deste processo de desenvolvimento econômico do país como sendo um processo limitado, tendo em vista que, a princípio, somente o setor industrial tinha sido alcançado pela modernização, enquanto o setor agrícola continuava

¹⁴ Art. 2º da Lei do Crédito Rural de 1965 – Lei 4.829/65. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4829.htm>. Acesso em: 02 jan. 2020.

com as formas de produção, arcaicas. Para o caráter fechado, o autor explica a forma como a industrialização se modernizou, pois não atingia o que se esperava, atendendo apenas às necessidades de seu mercado interno, principalmente as domésticas, diferentemente dos países do exterior, em que suas produções serviam tanto ao mercado interno quanto externo.

Nesse contexto, acontece, no Brasil, o fenômeno chamado êxodo rural, que consiste na saída/expulsão do homem do campo para a cidade, visto serem vítimas da falta de uma política agrícola adequada, tendo como consequência a perda de suas terras. Sintetizando, o processo urbano/industrial buscava mão-de-obra, e os pequenos produtores rurais que não conseguiam a posse da terra, tão pouco acompanhar os avanços tecnológicos do campo, pois não detinham de capital para adquiri-los, serviam como exército de reserva, alimentado pelo desemprego estrutural, visto que nem todos os pequenos produtores agrícolas possuíam a qualificação necessária para ingressar no mercado de trabalho, acarretando graves problemas socioespaciais.

O crédito rural adquiriu importância no Brasil a partir da década de 1960 com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), órgão responsável pela implantação do modelo tecnológico agrícola, no entanto, o acesso às técnicas e tecnologias ainda continuava restrito para os grandes proprietários da terra, acentuando a desigualdade dentre as distintas regiões do país (SOUZA; NEY; PONCIANO, 2015).

Nesse sentido, Hoffmann e Kageyama (1987) pontuam que a concentração das políticas de crédito no campo, ao longo da década de 1970, privilegiou localidades que dispunham de produtos para a exportação e/ou industrialização, tais como as regiões Sul e Sudeste do país, sobrepondo-se às regiões Norte e Nordeste, que continuavam mantendo suas técnicas para os cultivos ainda rudimentares. Reiterando a afirmativa, Sayad (1978) aponta que o crédito rural subsidiado atuou como instrumento concentrador de riqueza, visto que seus recursos foram destinados para os grandes latifundiários, que podiam oferecer garantias reais - o principal exemplo é a terra, tendo como consequência o fortalecimento de um processo perverso de concentração do capital agrícola no país.

Leite destaca que “[...] o SNCR marcou significativamente, pelo volume de recursos alocados, a conjuntura setorial do final dos anos 60, de toda a década de 70 e de parte dos anos 80” (2001, p. 129). Nesse tocante, Toschi sinaliza que “[...] os depósitos à vista eram a principal fonte de recursos para o crédito rural e representaram, em 1965, 97% do volume total” (2006, p. 42). Vale ressaltar que as altas taxas de inflação do crédito rural subsidiado na década de 1970 provocaram um gasto elevado ao Governo Federal e que “[...] nos anos 80 houve uma redução nos recursos destinados ao crédito rural, em virtude da crise fiscal e cambial brasileira,

principalmente a partir de 1987, que levou o Governo Federal a reduzir os gastos públicos” (TOSCHI, 2006, p. 43).

É importante destacar que a política vigente no Brasil (neoliberalista) concentra suas ações no modelo desenvolvimentista que visa seu crescimento pelas vias econômicas e deixa para segundo plano as políticas assistencialistas, que possam atender as populações mais carentes e atenuar as desigualdades existentes. Nas décadas de 1970 e 1980, a distribuição do crédito aconteceu em função do tamanho dos estabelecimentos dos agricultores beneficiários dos créditos, mantendo os benefícios para os grandes proprietários da terra (os latifundiários). No entanto, os pequenos produtores (agricultores camponeses) se colocavam à margem desse processo, pois não possuíam garantias que lhes desse acesso às políticas de crédito.

Tais restrições se agravariam com a crise econômica da década de 1980, em virtude do esgotamento do processo de industrialização por meio da substituição de importações, pela crise da dívida externa e por conta da interrupção do fluxo de poupança externa. Na década de 90, o período de redução do crédito rural cessou e a agricultura voltou a lograr de financiamentos agrícolas, mas nas mesmas condições das décadas passadas, restringia-se o crédito para os que possuíam maior renda e insumos modernos na produção (SANTOS; BRAGA, 2013).

A Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989, sob o advento da Constituição Federal do Brasil de 1988, criou os Fundos Constitucionais de Financiamentos: Fundo Constitucional da Região Norte (FNO), Fundo Constitucional da Região Nordeste (FNE) e Fundo Constitucional da Região Centro-Oeste (FNCO). Os recursos foram advindos do percentual de 3% da arrecadação do Imposto sobre os Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Renda (IR) para aplicação de crédito subsidiado nas regiões Norte (0,6%), Nordeste (1,8%) e Centro-Oeste (0,6%), com prioridade para os pequenos produtores rurais e industriais. As instituições que utilizam desses recursos são o Banco da Amazônia (BASA) no Norte, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) no Nordeste, e o Banco do Brasil (BB) no Centro-Oeste (BRASIL, 1989). Nessa conjuntura, Araújo aponta:

Outra medida visando a aumentar a oferta de crédito rural formal ocorreu em 1991, quando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – instituição tradicionalmente voltada para o financiamento de investimentos industriais – aumentou de forma significativa sua carteira de aplicações na agropecuária, por meio da linha Financiamento de Máquinas e Equipamentos (FINAME), Agrícola, do Programa de Operações Conjuntas (POC) e do programa de operações diretas do próprio banco (ARAÚJO, 2011, p. 30).

Em 1994, “[...] com o Plano Real a emissão de moedas como fonte de recursos para o crédito rural ficou prejudicada, face ao combate à inflação que exigiu o controle da base monetária” (TOSCHI, 2006, p. 47). No corrente ano, foi criada a Cédula de Produto Rural (CPR), a qual “[...] trata-se de uma política cambial representativa da promessa de entrega futura de produtos agropecuários, podendo ser emitida por produtores e suas cooperativas” (ARAÚJO, 2011, p. 30).

No ano de 1996, o Estado implantou o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), regido pela Resolução nº 2.310/1996, do Banco Central. Uma política setorial direcionada para o atendimento do pequeno produtor rural, cuja finalidade era incentivar a produção agrícola com base sustentável, no entanto, evidencia-se a discriminação do acesso ao crédito, que provocou exclusão dos financiamentos aos grupos mais carentes de agricultores (ARAÚJO, 2011). Nesse mesmo período, também foi implantado o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), criado pela Constituição de 1988, pela vinculação do PIS/PASEP, para o PRONAF, e o Fundo Extramercado (FAE), recursos financeiros estatais destinados aos empréstimos rurais (ARAÚJO, 2011, p. 31).

O PRONAF disponibilizou recursos para os agricultores destinados àqueles cuja mão-de-obra utilizada seria da própria família, com limite de até R\$ 5 mil para custeio e de R\$ 15 mil para investimento, no máximo. Vale salientar que tais recursos também poderiam ser solicitados coletivamente, atingindo o montante de R\$ 75 mil. No primeiro ano de execução, contabilizou-se R\$ 543 milhões destinados a 307 mil contratos, correspondendo, em média, a R\$ 1.770 mil transações (ARAÚJO, 2011). Sobre o programa, Souza, Ney e Ponciano sinalizam:

Apesar da importância desse programa, questões sobre sua operacionalização vêm sendo abordadas em vários estudos envolvendo aspectos como sua baixa abrangência, a concentração regional dos recursos, sua concentração entre os agricultores mais capitalizados, entre outras. Essas análises fornecem indícios de que a lógica desse programa não rompeu com os mecanismos de restrição e seletividade que, até então, impediram elevada parcela dos agricultores de acessar o crédito rural (SOUZA; NEY; PONCIANO, 2015, p.254).

A década de 1990 e início da década de 2000 foram marcados por transformações políticas, sociais e econômicas, em que o acesso às políticas de créditos tornou-se mais facilitado pelos produtores rurais, no entanto, ainda beneficiando, majoritariamente, os grupos de agricultores mais estruturados e localizados em regiões com economias dinamizadas,

consideradas articuladas e desenvolvidas política e economicamente, tais como as regiões Sul e Sudeste do país. O volume de crédito rural disponibilizado aos produtores ainda é reduzido em relação às suas necessidades, acentuando a desigualdade e a seletividade no campo (BELIK, 2013).

No período de 1996 a 2016, primeiros anos da existência do PRONAF, os investimentos no setor rural foram de 28,7 milhões de operações de crédito, aplicando-se R\$ 189,3 bilhões. Porém, é válido destacar que os investimentos disponibilizados pelo programa vêm sendo reduzidos desde o ano de 2014, quando atingiu o limite máximo em aplicações (R\$ 24,7 bilhões). Em 2017, foram financiados 1,2 milhão de contratos, totalizando R\$ 21,6 bilhões aplicados em operações de custeio e investimento agropecuário. Os fatores contribuintes para essa prerrogativa foi a redução das políticas destinadas ao setor agrícola, principalmente a agricultura de base familiar, o enxugamento orçamentário, e as desigualdades setoriais concernentes à distribuição dos recursos, nas quais as regiões Sul e Sudeste do país concentraram aproximadamente 74% do total investido; vale salientar que o Nordeste recebeu apenas 15% do financiamento (AQUINO, 2018).

Nesse sentido, é notório que o processo de distribuição das políticas de crédito no Brasil é decorrente de uma política conservadora, pautada no desenvolvimento político/econômico, que não rompeu as amarras estabelecidas no período colonial, persistindo na concentração da renda e terra por grandes proprietários, na qual são abastecidos pelos aparatos tecnológicos e as principais políticas de créditos direcionadas ao campo, servindo ao mercado capitalista e contribuindo para o fortalecimento da pauperização e segregação no campo.

3.3 Políticas para mulheres camponesas e os movimentos reivindicatórios

Quando foram criadas as políticas de crédito para o meio rural brasileiro, o acesso era exclusivamente para a figura masculina (BRANCO, 2013; SILIPRANDI, 2013). No entanto, depois de um longo processo de invisibilidade das mulheres agricultoras no/do campo, é possível identificar que houve avanços substanciais no acesso às políticas públicas e linhas de crédito direcionadas para esse público, mesmo reconhecendo que muitas ações ainda podem ser realizadas para corroborar com melhorias de tais iniciativas (BRANCO, 2013).

O fortalecimento do neoliberalismo, em 1980, que significou para alguns países a reestruturação das funções públicas, para o Brasil, constituiu-se como retrocesso, pois intensificaram-se o aumento das vulnerabilidades socioeconômicas (BRANCO, 2013). O Estado, que até então direcionava suas ações para o bem-estar social com o keynesianismo¹⁵, já com rupturas, voltava-se para o desenvolvimento econômico/capitalista do país. Logo, pode ser entendido que as políticas públicas favoreciam aqueles que se mantinham no poder, configurando-se em mais mazelas para as populações mais carentes do campo.

Conforme Branco (2013), com as modificações das estratégias de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1980, que adotou os conceitos de equidade e sustentabilidade, as abordagens sobre gênero e desenvolvimento foram submersas entre os setores técnicos e de forma tímida pelas academias. Todavia, o aparecimento da palavra “gênero” nos projetos desenvolvimentistas não era suficiente para promover a equidade entre homens e mulheres, como bem afirma Branco que “[...] a inclusão das mulheres era vista de forma mecânica, constituindo-se em um número, sem haver a preocupação com as desigualdades entre homens e mulheres como um problema social” (2013, p. 174). Sobre essa prerrogativa Lisboa (2012, p. 86) analisa:

As políticas públicas para mulheres, ao longo da história, têm sido elaboradas e propostas por homens, dentro de uma concepção e perspectiva masculina, hierárquica e paternalista, sem levar em conta as reais necessidades e demandas das mulheres, pois dificilmente elas são ouvidas ou convidadas a participar.

Mesmo diante das lutas de mulheres camponesas visando autonomia na agricultura e na reforma agrária, as desigualdades ainda persistem em suas vidas (BUTTO, 2011). Pois, “[...] os homens estão associados a atividades econômicas que geram emprego, ocupação e renda, enquanto as mulheres concentram-se em atividades voltadas para o autoconsumo familiar, com baixo grau de obtenção de renda e assalariamento” (BUTTO, 2011, p.12), fato que impulsiona

¹⁵ Vicente (2009, p. 123-124) definiu o Estado de bem-estar social como sendo “[...] um projeto com gente para recuperar o vigor e a capacidade de expansão dos países capitalistas após a tensão social, econômica e política do período entre guerras. De acordo com o autor supracitado (2009, p. 124), o estabelecimento do Estado de bem-estar social ocorreu “[...] entre as décadas de 1940 e 1960, e ficou conhecido como ‘era dourada do capitalismo’” por ser um momento de desenvolvimento econômico, com garantias sociais e oferecimento, praticamente, de emprego pleno para a maioria da população nos países mais desenvolvidos. No entanto, esta política de bem-estar social desencadeou medidas imprevistas, evidenciando a fragilidade na qual se construiu o denominado desenvolvimento.

as mulheres a praticarem atividades direcionadas à criação de aves e pequenos animais, horticultura, floricultura, silvicultura e lavoura, considerados como cultivos de baixa renda.

No contexto de lutas, segmentos sociais resistiram para ter seus direitos garantidos. As mulheres camponesas faziam/fazem parte de tais movimentos que representavam/representam resistência ao modelo de desenvolvimento político/econômico vigente do país. Conte e Weschenfelder (2012) realçam sobre a libertação de mulheres do Sul do Brasil, que diante das injustiças, desigualdades e invisibilidades se juntaram e criaram o Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul (MMC/RS), dentre os objetivos se destacavam a participação nos lucros, a representação e o acesso às políticas de crédito, ou seja, visibilidade e melhores condições de vida e trabalho.

Na década de 80, ao mesmo tempo em que se tornavam visíveis os movimentos de mulheres camponesas, também se evidenciava a luta pela terra exercida pelo Movimento Sem Terra (MST), formado com apoio de setores progressistas da igreja católica, segmentos de esquerda e intelectuais engajados (CONTE; WESCHENFELDER, 2012). Em Sergipe, Sobral (2006) relata sobre as narrativas da luta de camponeses assentados para conseguirem um pedaço de terra, bem como exercerem, por meio de sua oralidade, o papel de sujeito no processo histórico. Pois, “[...] suas memórias constituem conteúdo político-ideológicos que revelam e fortalecem os laços de identidade do grupo social ao qual pertenceram ou pertencem [...]” (SOBRAL, 2006, p.27). Nesse contexto de lutas e conflitos, as mulheres eram/são figuras representativas, pois faziam/fazem parte daqueles que lutavam/lutam para conquistar seu espaço e por uma sociedade mais justa e igualitária, razão pela qual

No final dos anos 80, ganha mais força a atuação das mulheres rurais, na luta pela sua afirmação como agricultoras, como sujeitos políticos que questionam as relações de poder existentes no meio rural, nos diferentes movimentos, incluindo aí as organizações autônomas de mulheres sindicais e sem-terra, que reivindicam direitos econômicos e sociais. Fruto da realização de grandes mobilizações nacionais, como a Marcha das Margaridas, e um maior reconhecimento social de suas reivindicações (BUTTO, 2011, p.1).

Desse modo, as mulheres campesinas inserem-se na formulação e implantação das políticas públicas direcionadas para elas e, mediante suas reivindicações, podem contribuir com a elaboração e planejamento de ações que favorecem e melhoram suas vidas no campo, tal como a criação da agenda feminista no processo de desenvolvimento rural. Dentre as principais reivindicações estão: o direito igualitário de acesso à terra dentro da reforma agrária, garantia

aos direitos sociais e à previdência social, o reconhecimento como agricultoras, inclusão e participação no movimento sindical e a integração na produção familiar (BUTTO, 2011).

Sobre a produtividade, cabe ressaltar o entendimento de Paulilo (2013) em relação ao documento da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) intitulado: “O Estado Mundial da Agricultura e da Alimentação. As Mulheres na Agricultura: Superar a Brecha de Gênero em prol do Desenvolvimento”. A autora não desconsidera a importância do documento, tampouco os avanços acerca do reconhecimento das mulheres agricultoras na produção de alimentos, bem como as denúncias expostas pela FAO acerca das desigualdades entre gêneros em termos de financiamentos, acesso à terra, órgãos decisórios e sobrecarga de trabalho. Todavia, ela esclarece que o documento tem, como base, raízes tradicionais, em que a figura do homem é tida como modelo, “[...] contra esse tipo de igualdade em que o homem é visto como ‘certo’ e a mulher como ‘atrasada’, mesmo que não seja por sua própria culpa ou por motivos biológicos, muito já têm lutado os movimentos feministas” (PAULILO, 2013, p. 304).

As mulheres camponesas têm construído iniciativas de enfrentamento contra as políticas de desenvolvimento rurais elaboradas pelo Estado brasileiro. Tais enfrentamentos decorrem da necessidade de tornarem-se visíveis como cidadãos de direito, com poder de intervenção nos espaços de decisão e pela titularidade nos benefícios cedidos pelas políticas. Na maioria das vezes esses embates também se estendem de forma interna nos movimentos os quais elas participam, pois nem sempre as questões relacionadas a gênero são colocadas em pauta (SILIPRANDI, 2017).

A mobilização política das mulheres rurais tem surpreendido a sociedade, o Estado e mesmo os próprios movimentos sociais rurais, em função de extrapolarem o que seria socialmente esperado em relação às suas atribuições de gênero. Os movimentos de mulheres rurais não têm se restringido às reivindicações históricas de inclusão das mulheres em políticas públicas, mas avançam na proposição de um modelo de desenvolvimento para o campo que combina questões estratégicas presentes nos movimentos ecologistas/ambientalistas com elementos trazidos historicamente pelo feminismo. Alguns setores, como o MMC – Movimento de Mulheres Camponesas, por exemplo, começam a falar na necessidade de construção de um ‘feminismo camponês’ (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015, p.582).

As mulheres camponesas reivindicam espaços e visibilidade política, mediante estratégias de mobilização e participação, e, com isso, demonstram suas capacidades de

articulação e estabelecem parcerias de modo a qualificar sua plataforma de reivindicações e agenda política, culminando em um processo de interlocução e negociação com o Estado, que visa a garantia de direitos, o reconhecimento, a justiça, a autonomia e a igualdade (PIMENTA, 2013).

Nesse contexto, constituiu-se a Marcha das Margaridas¹⁶, derivada de ações coletivas e formada por um grupo de mulheres (camponesas, extrativistas, ribeirinhas, pescadoras artesanais, acampadas, assentadas, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, catadoras de mangaba etc.), apoiada por movimentos autônomos, feministas, centrais sindicais e organizações internacionais (PIMENTA, 2013; AGUIAR, 2016,). Considera-se, pois, “[...] um ritual político que assume a forma de uma marcha, caminhada, expressão ativa desse movimento, que busca dar visibilidade às demandas dessas mulheres e estabelecer processos de diálogo e negociação com o Estado” (AGUIAR, 2016, p. 280).

A primeira Marcha das Margaridas aconteceu em Brasília, no ano 2000, e mobilizou ações entre comunidades e Estados, nacionalmente as ações eram realizadas a cada quatro anos, ocorrendo em 2000, 2003, 2007, 2011 e 2015 (AGUIAR, 2016). A marcha demonstrou o seu caráter persuasivo e revolucionário, capaz de se inserir nos diversos diálogos e proposições sociopolíticas, socioeconômicas e socioambientais. Conforme detalham Siliprandi e Cintrão (2015, p. 579):

Em 2003, ocorreu a segunda edição da Marcha, com cerca de 40 mil mulheres. Na pauta, um conjunto de reivindicações históricas dos movimentos: o reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras na agricultura; reforma agrária com acesso à terra para as mulheres; ampliação dos seus direitos trabalhistas e previdenciários; acesso à documentação básica; políticas de saúde, educação. Aparecem aqui, pela primeira vez, demandas de acesso das mulheres a políticas produtivas (crédito, assistência técnica, formação profissional, geração de renda, comercialização); a exigência da sua participação na definição das políticas de preservação ambiental; e políticas de combate à violência contra as mulheres no meio rural.

A terceira Marcha das Margaridas ocorreu em 2007, também em Brasília, com cerca de 30 mil mulheres. Sua pauta, bastante extensa, além das reivindicações históricas dos movimentos, incluía a questão da segurança alimentar e nutricional. As mulheres faziam críticas ao modelo do agronegócio e do hidronegócio (empresas que dominavam o acesso à água, especialmente no nordeste do país) e propunham a agroecologia como base para a construção de um novo modelo produtivo para o campo – uma frente de lutas que não fazia parte, até então, da agenda geral do movimento sindical.

¹⁶ A Marcha das Margaridas – cujo nome homenageia a líder sindical rural Margarida Maria Alves, se intitula pelo protagonismo das mulheres do campo e da floresta, por meio de manifestações públicas (AGUIAR, 2016).

A quarta Marcha, em 2011, foi a maior realizada até o momento, impulsionada pela presença, pela primeira vez na história, de uma mulher como presidenta do Brasil. Com o lema “Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”, a Marcha das Margaridas levou a Brasília cerca de 100 mil mulheres rurais, com uma plataforma política composta por sete eixos: Terra, Água e Agroecologia; Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; Autonomia Econômica, Trabalho e Renda; Educação não Sexista, Sexualidade e Violência; Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos; Democracia, Poder e Participação Política.

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) e os Planos que a implementaram (PLANAPO I e II) são exemplos de enfrentamentos em que as mulheres trabalhadoras camponesas lograram êxito, visto que muitas de suas reivindicações foram atendidas. No ano de 2015, cujo lema era “Margaridas seguem em marcha por desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade”, ratificou-se a defesa da democracia como condição basilar para a construção de um país mais justo e igualitário (AGUIAR, 2016). Siliprandi e Cintrão (2015, p. 584) destacam as políticas públicas conquistadas por meio dos movimentos reivindicatórios das mulheres do campo, da floresta e das águas:

Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (2004);
 Crédito Especial para Mulheres – Pronaf Mulher (2003/2004);
 Assistência Técnica Setorial para Mulheres (2005);
 Programa de Organização Produtiva para as Mulheres Rurais (2008);
 Criação da Modalidade Adicional de Crédito para Mulher na Reforma Agrária – Apoio Mulher (2008);
 [] políticas de acesso à terra.

No período de 2011 a 2013, destacaram-se pelo combate à pobreza extrema com o Plano Brasil Sem Miséria e o atendimento de parte das demandas das mulheres por cotas, incorporadas em programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e nas chamadas públicas para seleção de prestadoras de serviços de Assistência Técnica. Assim, os movimentos das mulheres do campo, das florestas e das águas, em articulação coletiva, promoveram ações concretas.

Todas as conquistas e avanços refletem em um campo embasado por um longo processo de luta (enfrentamentos e reivindicações) contra um sistema patriarcal e capitalista que se ramifica nos discursos e vias, em que as mulheres não possuem espaço, voz e vez. Essas são/serão protagonistas da sua história, pois a luta persiste e cabe a nós mulheres continuarem

fortalecendo seus movimentos de forma organizativa, engajadas em propósitos fundantes da autonomia, da igualdade, da justiça e da visibilidade social.

3.4 Políticas de crédito e luta pela terra em Sergipe

A fase atual de globalização da tecnologia da comunicação e informação tem favorecido o crescimento da política neoliberalista, que, por sua vez, tem provocado mazelas socioeconômicas, como exemplo temos a degradação da natureza, o desemprego em massa, a precarização do trabalho e a eliminação de direitos, conquistados pelos trabalhadores ao longo do processo histórico (LOPES, 2003). Nessa direção, estão as políticas de crédito em Sergipe que foram/são distribuídas de forma assimétrica. Pois,

[...] a política agrária brasileira no período contemporâneo apresenta um movimento pendular, que oscila entre a colonização dirigida e propostas de reforma agrária que nunca se realizam por completo. Esse movimento é resultante não só de fatores estruturais, mas também da conjuntura política e da correlação de forças expressas pelos setores sociais com interesses no meio rural, notadamente os grandes proprietários de terras (LOPES, 2013, p. 301).

Em Sergipe, conforme sinaliza Lopes, a paisagem agrária era marcada

[...] desde o período colonial, por uma elevada concentração fundiária e pelo controle da água e das melhores terras por parte das oligarquias rurais que detêm os poderes econômico e político, decidem sobre a vida de milhares de camponeses trabalhadores sergipanos (2013, p. 302).

No decorrer dos anos políticas creditícias foram criadas com objetivo de atenuar as desigualdades no meio rural de todo país, porém, essas iniciativas governamentais não foram suficientes, visto sua má distribuição que acabou servindo aos interesses da elite agrária, como adverte Paulilo,

Embora a política creditícia do governo tenha favorecido particularmente os grandes proprietários, camadas de médios e pequenos produtores, se favoreceram igualmente da política estatal. Em compensação, nas regiões mais atrasadas, onde os pequenos produtores têm baixíssimos níveis de

acumulação e se encontram geralmente encapsulados pelo latifúndio, o crédito agrícola se destinou na maioria das vezes aos grandes proprietários (PAULILO, 1990, p. 59-60)

O desenvolvimento de ações governamentais em Sergipe foram surgindo a partir de programas regionais e pontuais direcionados, principalmente, para solucionar problemas de ordem estrutural, cujo propósito era acabar com a pobreza e combater a seca que assolava o Nordeste (SANTOS, 2010). Sobre essa discussão Santos aponta que “[...] culpar a condição de pobreza a que está submetida parcela significativa da população sertaneja às condições do clima é uma forma de desviar a atenção para aqueles sujeitos e atores sociais que são, de fato, os verdadeiros responsáveis” (2008, p. 83). É oportuno salientar que neste momento o modelo de política implementado no país buscava meios de modernizar sua infraestrutura e economia; os investimentos na agricultura eram poucos ou praticamente inexistentes, pois,

Nem mesmo as iniciativas dos governos federal e estadual, pressionados ou não pelos trabalhadores rurais camponeses, e levadas a efeito ao longo dos últimos 20 anos foram capazes de alterar significativamente a injusta distribuição das terras e as desigualdades sociais dela decorrentes, historicamente verificadas no menor estado da federação brasileira (LOPES, 2013, p. 302).

Ao mesmo tempo em que se visualizava um cenário de injustiças sociais no campo, surgiu uma intensa mobilização por parte dos trabalhadores do meio rural, dentre esses o que obteve maior expressividade foi o movimento dos camponeses, e depois o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). As conquistas aconteceram de forma tímida perante a luta que esses movimentos travaram, mas eles foram/são movimentos que conseguiram resultados positivos e ocasionaram/ocasionam abertura para que outros movimentos continuem a lutar por condições dignas de vida e sobrevivência.

Um dos primeiros indícios da luta pela terra no Estado datam o ano de 1963, na Fazenda da bica, pertencente à Rede Ferroviária de Sergipe, porém, a intensificação das ocupações iniciou a partir da luta de camponeses do Betume, em Propriá, contra o projeto de irrigação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) e dos índios Xocó pela posse da Ilha de São Pedro, em Porto da Folha (SÁ, 1998). Os movimentos tiveram o apoio da Igreja católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Propriá, que se preocupavam, sobretudo, com a expansão da atuação do comunismo que crescia em todo

país e com a precariedade, miséria e exploração pelas quais os camponeses dessa localidade estavam passando (LOPES, 2008; SÁ, 1998).

O apoio da igreja católica impulsionou também a criação de sindicatos e a organização de trabalhadores rurais (STR's), a exemplo do sindicato da região de Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo e Porto da Folha, dentre outros distribuídos pelo estado (SÁ, 1998). Em 1985, munidos do apoio da igreja e do sindicato, os camponeses ocuparam a Fazenda Barra da Onça, em Poço Redondo, fato que se tornou um grande marco para a luta dos trabalhadores rurais, visto ter sido o primeiro imóvel desapropriado por interesse social para fins de reforma agrária no Estado de Sergipe (LOPES, 2008; SÁ, 1998).

A mobilização de entidades civis, partidos, sindicatos, igreja católica e a universidade também foram cruciais para atenuar os conflitos e as resistências entre camponeses e os proprietários de terras. Embora muitos dos que estavam na linha de frente dos conflitos tenham sofrido violência por parte dos jagunços dos fazendeiros e/ou dos policiais, em muitos casos por conivência ou omissão da justiça (LOPES, 2008), os camponeses e trabalhadores rurais viram o momento de Barra da Onça como de suma importância para conquistas futuras, pois conseguiram mobilizar a sociedade para a necessidade de reforma agrária em todo país (SÁ, 1998). No entanto, pouco ou quase nada foi ofertado pelos governantes que pudessem modificar a estrutura agrária do Brasil como um todo.

Os projetos que foram criados neste período possuíam recursos limitados, como se estivessem sidos elaborados para apaziguar/abafar os movimentos dos trabalhadores rurais e camponeses que vinham crescendo em todo país. Em um levantamento organizado por Lopes (2008), foi destacado que no período de 1986 a 2005 criou-se mais de 131 assentamentos rurais pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e 6.329 famílias assentadas, mesmo diante desses dados, não houve mudanças significativas em relação à forma de distribuição de terra no Brasil e em Sergipe ou que tivesse ocorrido uma reforma agrária que beneficiasse os camponeses.

Com o passar dos anos, as lideranças da igreja católica foram sendo substituídas. O apoio e a participação ativa nas lutas e na organização dos camponeses foram se transformando em ações mais pontuais e de reconciliação, sem muito engajamento com as causas do movimento, bem como o posicionamento dos sindicatos rurais e de alguns trabalhadores rurais e camponeses, que tinham como prioridade a cobrança de linhas de crédito que corroborassem com o abastecimento e distribuição de suas produções, deixando o fortalecimento das questões de reforma agrária para segunda instância (LOPES, 2013).

Assim, o MST tornou-se um dos principais e expressivos movimentos na linha de frente para fins de reforma agrária no estado, todavia, a reforma agrária nunca chegou, de fato, a ser efetivada no Brasil, quiçá em Sergipe. Como ratifica Lopes (2008), é por meio de ações do MST que a luta pela terra no estado vem tendo maior notoriedade, além disso, o movimento vem procurando ampliar as relações entre as universidades, cujo objetivo é obter apoio em desenvolvimento de projetos direcionados à saúde e à educação em seus acampamentos. Politicamente, o MST desempenha um papel importante, pois tenta manter um diálogo mais próximo com as entidades governamentais, bem como impulsionar a organização de pessoas para lutar pelo direito à terra, pois, “[...] nos últimos 20 anos, apesar dos discursos oficiais, o acesso à terra tem se dado muito mais pela pressão dos trabalhadores sem-terra e suas organizações do que por livre iniciativa dos governos” (LOPES, 2008, p.27).

Na década de 90, em parceria com o Banco do Nordeste e o Banco do Brasil, foi constituído o Fundo de Aval dos municípios brasileiros, em Sergipe cerca de 54 municípios foram contemplados (LOPES, 2003). O Fundo de Aval Municipal ou público consiste em parcerias e acordos firmados entre a Prefeitura e o agente financiador, o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste; entre o particular, o banco e uma associação de pequenos agricultores, sem intermédio da Prefeitura e do estabelecimento de corresponsáveis pela criação e manutenção do Fundo e da Prefeitura; o banco e uma associação de pequenos agricultores. Esses acordos funcionaram como alternativa para o acesso ao crédito pelo pequeno produtor, que na maioria das vezes não poderia ter acesso aos programas, a exemplo do PRONAF, porque estavam inadimplentes. Da forma como foi realizado o Fundo, o crédito era disponibilizado coletivamente, e a Prefeitura, a associação e o particular se responsabilizavam em manter o pagamento dos empréstimos.

Nos últimos anos, alguns programas foram criados para a agricultura camponesa em Sergipe referente à implantação e à implementação de políticas de créditos¹⁷, porém, muitos desses programas utilizou-se da permanência de algumas políticas já existentes, a exemplo do PRONAF, outro fator importante foi o direcionamento destas políticas no estado, que atenderam, prioritariamente, às regiões semiáridas, visto que esta microrregião é marcada: “[...] pela irregularidade pluviométrica e condições geofísicas especiais, que são utilizadas para justificar a situação de pobreza, sendo objeto de ações emergenciais e assistencialistas das políticas públicas governamentais” (SANTOS, 2010, p.9). Mesmo diante dos recursos

¹⁷ Ver estudo de Carvalho (2016), no qual a autora traçou e detalhou as principais políticas de créditos de forma cronológica, que se estendeu de 1960 até os dias atuais.

recebidos, essa microrregião possui o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado - em torno de 0,575, tornando-se palco de desigualdades assentadas, em virtude da alta concentração fundiária, associadas à pecuária extensiva e/ou improdutiva (SANTOS, 2010).

Conforme as análises das políticas públicas implementadas ao longo dos anos, observou-se que as esferas federais, estendendo para as estaduais e municipais, estiveram alinhadas quanto ao fornecimento de linhas de créditos para agricultura. No entanto, os programas não tiveram a repercussão espacial como se esperava, tampouco, atendeu aos anseios dos camponeses. Os projetos que estão sendo criados visam valorizar a identidade social, cultural, ambiental e econômica com foco no desenvolvimento local e territorial, porém, acabam tomando um caráter “clientelista” (CARVALHO, 2016).

Contudo, as intervenções do estado com implementação e consolidação de programas de crédito se tornaram uma esperança para os camponeses. Em virtude disso, muitas famílias conseguiram aumentar, ainda que modestamente, seu poder de compra e aquisição, o que, de certa forma, contribuiu para melhorar suas produções, com a aquisição de produtos e insumos. Neste contexto de reformulações, temos a Colônia treze, povoado do município de Lagarto/SE, que apresentaremos, a seguir, juntamente às narrativas e práticas agroecológicas desenvolvidas por mulheres camponesas desta localidade.

Figura 6 - Imagem da entrada do povoado Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021.



Fonte: A autora, 2022.

[...] as mulheres vão refletindo sobre a cultura patriarcal como sendo uma das “verdades” instituídas na sociedade, que coloca a mulher como incapaz e inferior. Ao compreender essa cultura como construída e não natural, afirmam que a mesma pode ser desconstruída [...] (CINELLI; JAHN, 2011, p. 89).

CAPÍTULO 4

4 NARRATIVAS AGROECOLÓGICAS E CAMINHOS TRILHADOS NO POVOADO COLÔNIA TREZE-LAGARTO/SE

Este capítulo será enriquecido com as narrativas e práticas agroecológicas desenvolvidas pelas mulheres camponesas, de modo a compreender suas relações diante dos aspectos socioeconômicos e socioambientais, tensões e contradições, expressões, práticas e os pressupostos teóricos da agroecologia.

4.1 O espaço da Colônia Treze e as implicações dos chamados processos de desenvolvimento

A agricultura camponesa é importante para a sobrevivência de práticas agrícolas menos agressivas para o contexto socioambiental, pois é responsável por produzir parte dos alimentos que a sociedade consome e por disponibilizar produtos a serem comercializados. Nesta tese, evidencio as práticas agroecológicas desenvolvidas pelas mulheres camponesas no povoado Colônia Treze, localizado em Lagarto, região centro-sul de Sergipe¹⁸.

A origem do povoado Colônia Treze vincula-se à doação de lotes de 10 tarefas (3 hectares) de terras cedidas por Antônio Martins de Menezes em 1959, prefeito de Lagarto na ocasião. Lopes (2009) aponta que as razões para a distribuição dos lotes de terra, está ligado ao prejuízo oriundo do cultivo agrícola do fumo, que o levou a se desfazer de sua propriedade, localizada na região, dessa forma beneficiou as famílias de colonos. Sobre este fato, Santana esclarece que:

Em 1960 mais 80 agricultores sem-terra foram selecionados e agraciados com um lote de 10 tarefas (3 hectares), doados por seu proprietário, Sr. Antônio Martins de Menezes. Os 90 colonos que receberam doação de terra através da escritura pública, obtiveram também acesso ao Banco do Brasil S.A. e, com aval do próprio Antônio Martins, foram financiados para construção das casas

¹⁸ O povoado, bem como o município, possui expressiva representatividade na produção de alimentos e no fornecimento de produtos em feiras livres, atendendo ao mercado consumidor do Estado e de outras regiões do Nordeste.

e custeio de suas lavouras, à época, fumo explorado economicamente e mandioca como subsistência da família (SANTANA, 1982, p.13).

A nomenclatura do povoado associa-se a uma placa que existia no local, cuja indicação era Km 13, sinalizando a distância de 13 Km para a sede municipal de Lagarto e para o posto fiscal do município de Salgado. Com a abertura de estradas e da Rodovia Lourival Baptista essa distância foi ampliada para 15 km, os órgãos responsáveis nunca manifestaram interesse em alterar o nome do povoado (SANTANA, 1982).

Com a criação da Cooperativa Mista dos Agricultores do Treze Ltda (COOPERTREZE), em 23 de setembro de 1962, os agricultores experienciaram novas possibilidades e dinamismo na distribuição de seus produtos (LOPES, 2009). A COOPERTREZE tornou-se referência em cooperativismo no Estado de Sergipe, em pouco tempo o povoado se desenvolveu socioeconomicamente, com a abertura das pistas, a construção de casas, novos estabelecimentos comerciais e prestação de serviços, o que culminou no aumento exponencial de sua população, e que, para Lopes:

Aos poucos foi montando uma estrutura de escoamento da produção e a abertura de novas áreas de colonização (Nova Descoberta, Quebradas), favorecendo a chegada de novos moradores ao Treze, agora não mais como proprietários de terra, mas como agregados ou trabalhadores em períodos de preparação, plantio e colheita (LOPES, 2009, p. 17).

Santos (2001) analisa o momento glorioso do “Desenvolvimento Rural” do povoado como sendo ilusório, pois, na prática, as políticas desenvolvidas pelo poder público serviam para atender aos interesses políticos vigentes, em razão dos benefícios financeiros e eleitorais garantidos. Segundo a autora, os agricultores da Colônia Treze não conseguiam visualizar essas intenções políticas/partidárias, porquanto, de certa forma, eles conseguiam se inserir dentro do projeto desenvolvimentista da época, participando dos projetos da COOPERTREZE.

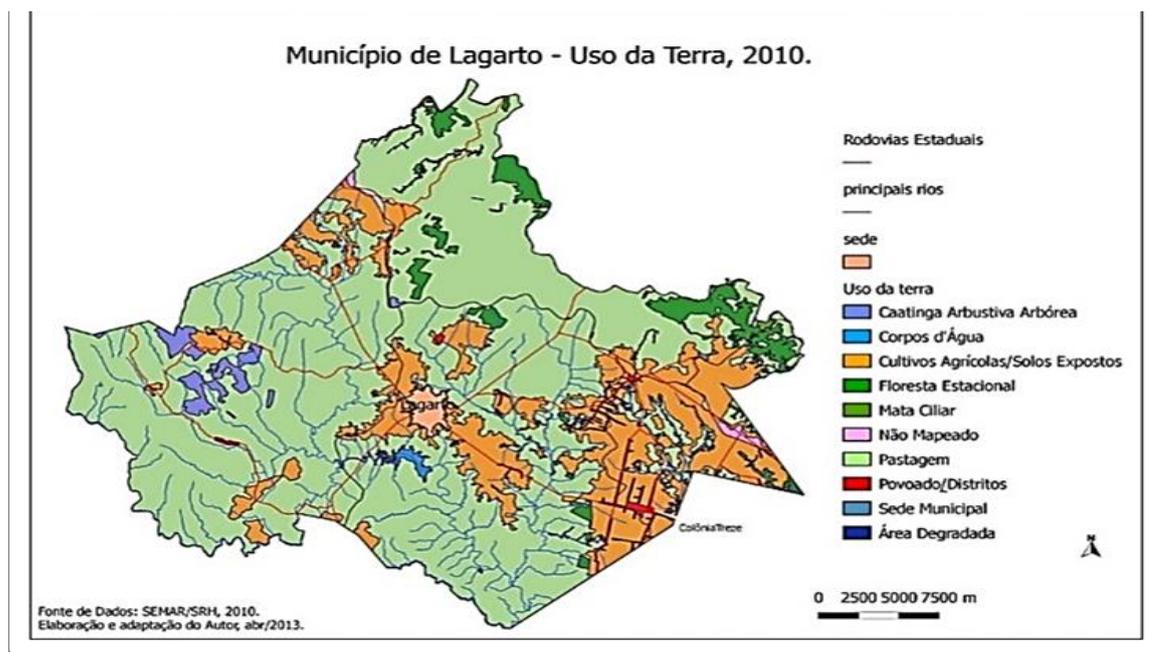
No ano de 1982, quando a COOPERTREZE comemoraria seus 25 anos de existência, a cooperativa enfrentou uma forte crise associada ao aumento dos juros e a fatores climáticos (alterados por conta da seca), o que ocasionou baixa produtividade e obrigou os agricultores (associados) a procurarem alternativas de sobrevivência, dentre elas a abertura de pequenos comércios e prestação de serviços em empresas privadas (LOPES, 2009) e ainda:

[...] a crise na citricultura e a queda nos preços do fumo ao longo das décadas de 1980 e 1990, levaram os agricultores da região a procurar alternativas de sobrevivência. Inicialmente foi implementada a cultura da acerola, com a abertura de uma pequena fábrica de beneficiamento. Depois surgiu a oportunidade de trabalhar com o acabamento de sapatos da fábrica da Azaléia; por motivo de denúncias de que este tipo de atividade envolvia trabalho infantil e se dava sob condições análogas à escravidão, o mesmo deixou de ser executado. Apesar disso, muitos moradores trabalham em Lagarto, ou em Aracaju, além de um grande número de pessoas envolvidas com o comércio no povoado, que cresceu muito nos últimos anos, ou em pequenas fábricas de suco (LOPES, 2009, p. 19).

Nas últimas décadas, o Povoado tem passado por modificações em seu espaço territorial, Siqueira (2016) associa às transformações ocorridas no espaço da Colônia Treze em detrimento das mudanças de direcionamento da política estatal, das políticas assistencialistas que atendiam ao meio rural e ao cooperativismo, que deixaram de ser priorizados. O Estado, paternalista, torna-se neoliberal, com foco para o crescimento urbano/industrial, que culminou para o esfacelamento da COOPERTREZE (uma cooperativa de importância singular no processo de desenvolvimento agrícola da Colônia Treze, visto que disponibilizava medidas assistenciais e crédito aos produtores locais).

A Colônia Treze, que até o ano de 2010 se configurava como palco das relações agrícolas, na atual conjuntura ocorre uma (re)organização em sua estrutura. A terra considerada como bem de produção e local de trabalho passa a se tornar cenário de negociações do capital urbano, pois a paisagem de sítios, roças e plantações deram lugar às ruas, às calçadas e aos pontos comerciais espalhados por todo o povoado, como exposto por Siqueira (2016), ao elaborar um mapa que demonstra a ocupação da terra no município de Lagarto, bem como no povoado Colônia Treze, conforme figura 7:

Figura 7 - Mapa do uso da terra no município de Lagarto/SE (2016)



Fonte: SEMAR/SRH, 2010. Elaboração e adaptação de Edson Oliveira Siqueira (2016).

Observamos, no mapa, que o processo de uso e ocupação do solo no município de Lagarto ocorreu de forma exponencial. O espaço é ocupado, principalmente, por pastagens e cultivos agrícolas (monocultivos em larga escala). Os recursos naturais como a floresta Estacional, a Mata Ciliar e Corpos d'Água mostram-se timidamente, carecendo de estratégias que (re)pensem ou diminuam os danos oriundos das práticas de degradação ambiental, tais como o modelo contra hegemônico do agronegócio.

É oportuno evidenciar que as populações camponesas lutaram/lutam para terem seus direitos previdenciários, trabalhistas e de acesso à terra e à reforma agrária garantidos pela Constituição Federal. As conquistas, até aqui, foram fruto da resistência dos movimentos camponeses e sociais contra as desigualdades que foram e são acometidos por membros de uma dada sociedade. Neste bojo de resistência, as mulheres camponesas lutam para ter: a divisão do trabalho, o reconhecimento pelos órgãos de fomento e membros da comunidade, o acesso a políticas públicas e benefícios do governo, a participação efetiva em sindicatos e associações e, sobretudo, a distribuição da renda e da terra, como destacadas por Carvalho (2018), Liberato (2018) e Siliprandi (2013), que possibilitaram entender como as mulheres carecem da equidade

e dos direitos fundamentais¹⁹.

O município de Lagarto tem como âncora a agricultura, especificamente os policultivos (OLIVEIRA; COSTA, 2011). No entanto, nas últimas décadas, suas atividades estão direcionadas, principalmente, ao monocultivo do milho e da mandioca, que provocam graves problemas socioambientais e socioeconômicos, necessitando, assim, de uma proposta/alternativa de mudança que possa trazer melhores condições de vida para os agricultores, bem como respeitar o ciclo natural e a produção de alimentos de forma saudável. Fato que merece atuação e esclarecimento quanto aos malefícios provocados pelo monocultivo para a saúde dos agricultores e para os consumidores, em virtude do uso excessivo dos defensivos químicos (utilizados expressivamente nesse tipo de agricultura).

Desde a década de 60 do século passado, temos o alerta feita pelos estudos sobre os usos abusivos de produtos químicos, a exemplo do livro “*Primavera Silenciosa*” (1962), em que Rachel Carson denunciou pela primeira vez como o uso demasiado de defensivos químicos e a intensificação da agricultura, implementados num único tipo de cultivo (monocultivo), prejudicava todo o ecossistema. Pois, “[...] o cultivo da terra com um único gênero de plantação não tira vantagem dos princípios pelos quais a Natureza opera; a agricultura, dessa maneira, é agricultura como o engenheiro a concebe” (CARSON, 2010, p. 20). Este modelo de agricultura não é o desejável para a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Shiva explica que o modelo de monocultura implementado pelo sistema capitalista não preza pelos saberes e práticas tradicionais, pelo contrário, coloca a biotecnologia acima da biodiversidade, pois “[...] além de tornar o saber local invisível ao declarar que não existe ou não é legítimo, o sistema dominante também faz as alternativas desaparecer apagando ou destruindo a realidade que elas tentam representar” (2003, p.25). O propósito desse tipo de monocultura é de alienação das populações, sobretudo as mais carentes, consequentemente, assegurando o modelo hegemônico do (des)envolvimento e enfraquecendo os princípios ecológicos, os saberes e práticas ancestrais. Contra esse modelo predatório, destacamos as mulheres camponesas da Colônia Treze, que desenvolvem em seus quintais práticas,

¹⁹ Nota-se, nesse sentido, as injustiças sociais vividas pelas pessoas no/do campo, especificamente as mulheres camponesas, participantes desta pesquisa, que possuem em suas experiências um processo histórico de perversidade, sobretudo, com o patriarcado, discutidos por Sérgio Buarque de Holanda (1995) e Antônio Cândido (1971), como uma herança do sistema escravista. Carvalho aponta que as mulheres, “[...] ao mesmo tempo que participam também estão (in)visibilizadas nos discursos e no reconhecimento social tantos pelos homens quanto pela sociedade civil como um todo” (2018, p. 27).

experiências e saberes agroecológicos que ultrapassam gerações, conforme poderá ser acompanhado com as narrativas do tópico a seguir.

4.2 Mulheres protagonistas da agroecologia: revelação das suas práticas e histórias de vida

Neste tópico, evidenciamos o perfil das participantes desta pesquisa, mulheres camponesas (com idade entre 35 e 59 anos) que desenvolvem práticas agroecológicas no Povoado Colônia, Lagarto/SE. As participantes foram identificadas ao longo do texto com os seus respectivos nomes, mediante autorização por escrito, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice A) e aprovação do Comitê de Ética de número 4.857.324.

Dona Carminha

Figura 8 - Josefa do Carmo de Jesus Alves (dona Carminha) camponesa do Povoado Colônia Treze-Lagarto/SE, 2021



Fonte: A autora, 2021.

[...] sou agricultura desde o nascimento (risos), eu digo assim porque a gente e nossos pais sempre fomos agricultores e nós “ia” pra roça tudo “piquininho” assim, eu me lembro que eu nem “guentava” levar a enxada aí papai ou mamãe levava (Dona Carminha, 2021).

Josefa do Carmo de Jesus Alves, a Dona Carminha, é solteira, possui 59 anos de idade, cursou o primeiro grau completo e exerce atividade agrícola a mais de vinte anos. Nasceu no Povoado Miguel dos Anjos, em Boquim, e mora no Povoado Colônia Treze há mais de 30 anos. Hoje ela vive com uma sobrinha, com quem divide o amor pela terra e pelos cultivares agroecológicos. Dona Carminha teve boa parte de sua vida dedicada aos afazeres domésticos da Paróquia de Santa Luzia, Povoado Colônia Treze, gestão de Padre Almeida (*in memoriam*), mas nunca deixou a agricultura de lado. Ela divide seu tempo com a plantação agrícola e com a produção e venda de produtos extraídos de sua própria roça e de roças de agricultores que também produzem de forma agroecológica. Os bolos, as cocadas, os pés de moleque, malcasados e outros quitutes são um complemento para a renda de Dona Carminha, que possibilitam a manutenção de sua sobrevivência e de sua sobrinha. Para ilustrar as práticas agroecológicas de Dona Carminha, algumas imagens são reveladas a seguir:

Figura 9 - Visita a dona Carminha – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021.



Fonte: A autora, 2021.

Figura 10 - Visita a dona Carminha – imagens da sua propriedade e
plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021.



Fonte: A autora, 2021.

Figura 11 - Visita a dona Carminha – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021



Fonte: A autora, 2021.

Nas imagens acima, destacamos a propriedade de Dona Carminha, que durante as visitas ao campo empírico conhecemos mais sobre o seu contexto familiar e produtivo. Explicamos sobre a pesquisa, os objetivos, questões norteadoras, os procedimentos metodológicos, as entrevistas e a produção do documentário, que, seguindo os protocolos e cuidados de distanciamento social estabelecidos pelo período pandêmico da época, aceitou prontamente em participar da pesquisa. Os diálogos com Dona Carminha se estenderam para além das visitas a sua propriedade, por vezes, falamos também por telefone, pois criamos uma relação afetuosa que nos permitiu ir além de pesquisador e participante da pesquisa.

Dona Carminha, uma mulher camponesa, que segundo suas narrativas teve uma vida difícil, mas que continua lutando por melhores oportunidades e condições dignas de sobrevivência, cultiva produtos agroecológicos por entender que eles possuem benefícios à saúde humana e ao ecossistema, bem como à geração de renda que mantém a sua sobrevivência e de sua família. De acordo com Dona Carminha, não se faz uso de fertilizantes químicos em seus cultivos, “[...] nada de químicos. Aqui mesmo, essa terra pode dizer que é sagrada, (sorrir) porque nunca foi usado” (2021).

É importante salientar que a introdução de insumos químicos na agricultura iniciou-se a partir do período pós-guerra com a inserção de pacotes tecnológicos, que visavam a produção em larga escala. No entanto, na prática, houve graves consequências ao meio socioambiental, tais como o aumento da fome, destruição dos biomas, aumento de áreas em processo de desertificação, aumento da erosão dos solos, perda e exportação da fertilidade e da água, contaminação dos aquíferos, rios, mares e dos alimentos (CAPORAL, 2009). Desse modo, destaca-se a importância da continuidade de práticas agroecológicas como as desenvolvidas por Dona Carminha e outros camponeses que produzem sem a adição de insumos químicos em suas propriedades.

Joseilda Santos Gomes (dona Hilda)

Figura 12 - Joseilda Santos Gomes (dona Hilda), camponesa do Povoado Colônia Treze-Lagarto/SE, 2021



[...] Ah, eu gosto de andar descalça, me dá energia. É, eu me sinto bem com a terra, eu gosto, eu gosto de ver aquela vida que eu botei na terra e ela começa a brotar aí todos os dias eu vou lá, aí às vezes, “também ela cresce e você nem ver”, eu digo: é, quando eu passo dois dias, quando eu chego, eu sinto a diferença, porque é ali de onde a gente vem e é “pra” onde a gente vai voltar né (sorri) nós somos terra” (Dona Ilda, 2021).

Fonte: A autora, 2021

Joseilda Santos Gomes, também conhecida como Hilda de Capitão Brito, tem 50 anos, é casada, mãe de dois filhos, tem 1º grau completo e exerce atividade agrícola há mais de vinte anos. Hoje Dona Hilda vive com o esposo e seus dois filhos. Filha do Povoado Colônia Treze, dedica a maior parte do seu tempo na roça, onde planta de forma agroecológica, na produção e revenda de seus produtos. As atividades agrícolas são exercidas por Dona Joseilda e seu esposo, sua filha ajuda nos afazeres domésticos e na comercialização produtos, enquanto seu filho mais velho estuda faculdade em direito e os ajuda na parte burocrática do negócio da família. Para ilustrar as práticas agroecológicas de Dona Joseilda algumas imagens da propriedade e das plantações são reveladas a seguir:

Figura 13 - Visita a dona Joseilda – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021.



Fonte: A autora, 2021.

Figura 14 - Visita a dona Joseilda – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021



Fonte: A autora, 2021.

Figura 15 - Visita a dona Joseilda – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021.



Fonte: A autora, 2021.

As imagens acima demonstram uma típica propriedade agroecológica, rica em policultivos e saberes que foram cultivados por gerações. Das dez participantes da pesquisa, Dona Joseilda foi a que se mostrou mais atuante nas decisões de seus cultivares. Ela sempre está procurando se aperfeiçoar, fazer leituras, participar de cursos e palestras que vêm promovendo melhorias para sua propriedade e família. Nas conversas informais tivemos ricos diálogos, sobre política e economia, dando abertura para uma pergunta formal de nossa entrevista de como ela se tornou uma mulher camponesa?

[...] É fazer tudo que você faz com amor, com carinho porque você gosta né de fazer, não é fazer por ganhar dinheiro, porque você... é... acho que perde a essência né. E tem muitas coisas, a época de plantar, a época de colher né, tudo isso a gente vai é... adquirindo com... com a prática do... do ensinamento dos nossos pais que aí tem época de plantar, tem época de colher... nem tudo, nem tudo você pode plantar digamos agora em maio que nós estamos em maio, em abril, aí cada cultura tem o seu ciclo... você tem que saber [...] (sic). (Dona Joseilda, 2021).

Dona Joseilda mostrou-se consciente sobre as questões socioeconômicas vigentes em nosso país, enfatizando a carência de políticas assistencialistas que atendam, prioritariamente,

os camponeses, pois, segundo ela, os camponeses são esquecidos, mesmo sendo eles os principais agentes responsáveis por abastecer a mesa dos brasileiros. Pois,

[...] e a gente tá vendo aí se o agro, plantando o orgânico, eu num sei assim... é como eu disse, ele pode ser orgânico, mas ele não é agroecológico, que é diferente né. Por quê... (faz uma breve pausa enquanto dobra um papel que estava segurando) eu tenho uma terra, metade orgânica e metade convencional, pode né, existe lá o limite, mas... é só orgânico [...] (sic).

Em suas narrativas, Dona Joseilda demonstrou sua inquietação sobre a permanência dos jovens na agricultura, que segundo ela falta incentivo do poder público para que eles continuem na atividade agrícola, razão pela qual realça que

[...] tem que haver investimento nesse sentido, mais políticas públicas voltadas pra agricultura, pra agroecologia, pra agronomia, tudo desse sentido, ter algum benefício que faça com que eles permaneçam de alguma maneira na terra, para que dê continuidade. [...] (sic).

A camponesa realça suas práticas e saberes agroecológicos na produção, destacando que após um entendimento maior sobre sua relação com a natureza facilita a forma de encarar a vida no campo. Pois,

[...] é assim, a gente vai envelhecendo e começa a perceber a realidade do mundo e a vida como é. Quando a gente é novo, jovem (olha para a entrevistadora e sorri) tu quer... quer tá no meio da... (gagueja), das construções, no meio da evolução, as cidades, mas depois a gente começa envelhecer e ver a nossa realidade que o nosso... nossa realidade, quem vive bem hoje vive no interior, é num é tanto que você tá vendo hoje as evasões urbanas eram... é evasão rural por um lado, quando o pessoal tá novo e quando tá mais velho é evasão urbana (gagueja), o pessoal voltando pro interior, porque a qualidade de vida é outra né. Você ganha qualidade de vida, aí o pessoal que vive na cidade vem buscar isso, tentar recuperar um pouco né, do que perdeu. Muita gente procura a casa no interior pra construir uma... um sítio, uma chácara e permanecer com... produzir o que comer, o que se alimentar (respira fundo), é pouco bom, eu digo assim: olhe a gente é rico, porque a gente come uma comida com 100% de nutriente, digamos hoje não tem 100% de nutriente, porque o sistema o planeta num... está 100% coitado né, mas digamos de 100, um produto hoje o mais orgânico que existe ele deve ter lá uns 95% de nutrientes na... dentro dele e a gente consegue comer esses 95%, porque a gente... eu pego aqui (faz um gesto com o braço para descrever pegando algo) e já como, não é que vai pegar aqui e vai passar uns oito dias, chegar no supermercado, sei que dia eu vou fazer compra, daqui pra lá ele já perdeu metade no caminho (faz uma breve pausa olhando para a entrevistadora), aí vai se perdendo [...] (sic). [...] Naquele

tempo, é o que eu dizia, naquele tempo ninguém, o orgânico era normal ser orgânico, nem chamava de orgânico né (abre os braços fazendo alguns gestos enquanto explica), é tão normal que não se chamava de orgânico. Eu lembro meu pai plantava, o máximo que ele usava era uma mamona, que o que se usa hoje e também não tinha esses adubos químicos brabos que tem hoje, eu acho que não né, que eu nunca ouvi falar! (faz uma breve pausa olhando para a entrevistadora). “Polvarizava” quando bicho tinha que hoje é também proibido, mas naquela época num era, era normal, era o mel de fumo né que se usava, produzia, tirava... engarrafava de um... dum... de um ano pra outro pra poder servir de defensivo pra poder ajudar a curar o outro fumo, meu pai também plantava fumo, plantava laranja, plantava mandioca, feijão, milho essas coisas né, pra comer (respira fundo), batata... feijão... tudo isso a gente plantava que era pra comer nera. Vendia o excesso e ficava com o de passar, como diz aquele ciclo que é... antes não tinha irrigação que era esperar o inverno, hoje nós temos a riqueza de ter irrigação [...] (sic).

Desse modo, pode-se destacar que a produção por meio do monocultivo, induzido pelo agronegócio, provoca danos irreversíveis ao meio socioambiental, pois fragiliza a biodiversidade ao degradar os solos, contaminar os lençóis freáticos, desmatar as florestas, dentre outros. Neste sentido, a narrativa de Dona Joseilda corrobora com as reflexões acerca de problemas vigentes em nosso país, visto que as atividades agrícolas por meio do *agribusiness* crescem aceleradamente, do mesmo modo, crescem também a utilização de agrotóxicos, causando vulnerabilidades socioambientais. Conforme Bombardi (2017), os cultivos de soja, milho e cana, juntos, respondem cerca de 70% de todo o uso de agrotóxico no Brasil. Assim, torna-se imprescindível a adoção de práticas agrícolas que promovam o equilíbrio socioambiental e, nesta direção, estão os agricultores camponeses, que mantêm uma relação harmoniosa com a natureza, visto ser ambiente rico em vida.

Figura 16 - Visita a dona Fabiana – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021.



A terra é... sem palavras, a terra é... é maravilhosa, as coisas de Deus né, a gente planta aquilo e depois pra colher o que a gente plantou. Deus só dá o que você planta (Dona Fabiana, 2021).

Fonte: A autora, 2021.

Francisca Fabiana Souza Nascimento, conhecida entre seus familiares como Fabiana, tem 43 anos e cursou 1º grau incompleto, possui entre 10 e 20 anos de atividade agrícola, de onde retira o seu sustento e de sua família. Ela, o esposo, seus filhos e sua nora dividem os afazeres da roça e os domésticos, acordam todos os dias quatro e meia da manhã e começam a lidar no campo. Dona Fabiana conta que embora tenham tido prejuízo com plantação de hortaliças e verduras, por serem produtos com pouca durabilidade, eles ainda continuam plantando sem a adição de insumos químicos, pois, dessa forma, está cuidando da saúde de sua família e da saúde de outras pessoas que consomem seus produtos. Esta afirmativa abriu espaço para perguntarmos a Dona Fabiana sobre quais as práticas e saberes agroecológicos utiliza em sua produção: “[...] para a vida da gente né e das outras pessoas né, que tem problema de saúde né, pra trazer o bem-estar pra mesa né, do pessoal [...]” (sic). Para ilustrar as práticas agroecológicas de Dona Fabiana algumas imagens da propriedade e das plantações são ilustradas, a seguir:

Figura 17 - Visita a dona Fabiana – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021.



Fonte: A autora, 2021.

Figura 18 - Visita a dona Fabiana – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto, SE, 2021



Fonte: A autora, 2021.

Dona Fabiana e a família foram bem receptivos durante as visitas a sua propriedade. A entrevista com Dona Fabiana durou menos de 30 minutos e boa parte ela se manteve em silêncio, em razão de sua timidez às câmeras. Os diálogos que tínhamos era durante as conversas informais, quando ela se sentia mais à vontade para contar suas histórias e memórias. Ela me falou sobre o seu passado e sobre como chegou aos cultivares agroecológicos, enfatizando que um dos fatores para produzir dessa maneira foi por questões relacionadas à saúde e por ser uma fonte de renda para a família.

Observou-se, nas narrativas da camponesa, que o marido é responsável pelas principais decisões na unidade produtiva, isto tornou-se evidente quando a propus a entrevista e ela disse-me que não era a pessoa adequada, pois seu esposo estava mais preparado para falar sobre suas práticas agrícolas, mesmo ela fazendo parte de todo o processo produtivo. Sobre a narrativa, pudemos identificar que ainda permanece no campo os aspectos embricados do patriarcado, no

qual a figura masculina se sobrepõe à feminina. Conforme é evidenciado em sua narrativa: “[...] aprendi muita coisa, principalmente assim com o esposo né que era mais experiente do que eu, aí eu olhando, observando é que vai aprendendo aos pouquinhos para cultivar a terra (responde olhando fixamente para a entrevistadora) [...]” (sic). Neste sentido, dona Fabiana faz parte de um contexto estrutural, no qual a mulher ainda não percebeu sua representatividade e importância tanto no contexto familiar quanto social. Na ocasião, disse que gostaria de ouvi-la, mas que respeitáramos caso ela não quisesse participar.

Depois de algumas visitas, ela aceitou falar sobre sua história de vida, e respeitamos seu tempo e seus limites. Nas conversas informais fomos evidenciando o quanto Dona Fabiana é uma mulher doce, sensível e acolhedora, da sua luta para oferecer o melhor para sua família, deixando, muitas vezes, de lado seus desejos e escolhas, mas isso não a impediu de continuar na prática agrícola. Pois, “[...] é prazeroso...É, plantar, colher (respira fundo), quando a gente prepara né (esboça um sorriso enquanto responde), é bom demais [...]” (sic). Pois, [...] eu faço o que eu amo, tem que ter amor pelo que faz né [...]” (sic). Enfatizando que “[...] A natureza é muito prazerosa, é gratidão né [...]” (sic). Foi possível verificar nas narrativas de Dona Fabiana que além dos desafios impostos pelo labor de plantar e colher, ela possui uma forte conexão com as questões naturais e tem prazer pelo trabalho que realiza.

Dona Ângela

Figura 19 - Ângela Maria de Jesus Feitosa, camponesa do Povoado Colônia Treze-Lagarto/SE, (2021)



Eu agradeço muito a Deus pelo dom que Deus me deu de gostar de trabalhar na terra, isso eu faço por amor, entendeu. Eu gosto mesmo e por uma naturalidade, eu sou filha de agricultora e neta de agricultora, da parte da minha mãe. Já do meu pai, ele cultivava muito a terra, gostava muito de terra, ele amava a terra, então a gente fomos criados todos na agricultura (Dona Ângela, 2021).

Fonte: A autora, 2021.

Dona Ângela tem 55 anos de idade, possui 1º grau completo e exerce a atividade agrícola há mais de 20 anos. É natural de Aquidabã- SE e reside no Povoado Colônia Treze a cerca de 10 anos. Hoje ela é casada, tem duas filhas, uma de 17 anos e outra de 25 anos, que estudam e ajudam nos afazeres domésticos e na roça. A filha mais velha de Dona Ângela está no último período de engenharia ambiental e traz para sua casa os conhecimentos adquiridos na graduação. Dona Ângela cultiva produtos agrícolas livres de insumos químicos, comercializa seus produtos na praça Santa Luzia (Colônia Treze). Quando perguntamos a Dona Ângela sobre quais as práticas e saberes agroecológicos ela utiliza em sua produção, nos revelou um acervo de práticas e saberes que foram constituídos por gerações, a saber:

[...] eu tô aqui todo dia a vida inteira e eu observo todas as plantas eu fico olhando pra elas, observando o que ela precisa, (gagueja) aquilo me engrandece, entendeu? É como se fosse meus filhos, porque eu plantei, eu ajudei a germinar, ajudei a dar a vida tá entendendo? E prosperar [...] (sic).

[...] isso aqui é alfavaca, chama assim “alfavaca de galinha”, mas eu tomo isso a muitos anos pra renite alérgica [...] (sic). [...] e você vê plantar a planta assim e de repente tá lá tudo podre e sobra um pouquinho pra você, coma esse que você tem, plante outra, insista, não desista [...] (sic). [...] os saberes que a gente utiliza é buscar sempre o observar bem a fórmula de plantar, é a forma mais correta pra se tornar mais produtiva né porque tem formas que você erra e não tem uma boa é produção, é observação da lua é muito importante isso aí, entendeu? É... inclusive pra tubérculos tipo inhame, batata, essas coisas têm a influência da lua, entendeu? Isso é importante, é... observa também nas hortaliças, também quando a gente planta há influência da lua porque a gente planta semanalmente e quando a semana dá lua minguante, dá lua cheia, dá diferença do desempenho da planta, tá entendendo? Então é...esses saberes a gente vai adquirindo com o tempo, com a observação [...] (sic).

Para ilustrar as práticas agroecológicas de Dona Ângela algumas imagens da sua propriedade e das plantações são reveladoras, conforme as imagens a seguir:

Figura 20 - Visita a dona Ângela – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021.



Fonte: A autora, 2021.

Figura 21 - Visita a dona Ângela – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021.



Fonte: A autora, 2021.

Figura 22 - Imagens da hortaliça hidropônica na propriedade de dona Ângela, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021



Fonte: A autora, 2021.

As imagens destacam a propriedade de Dona Ângela, bem como os seus saberes e práticas, que foram enriquecidos com sua participação em cursos e palestras. Porém, de acordo com ela, é na prática que vai se adquirindo este conhecimento que não se encontra em academia; conforme sua narrativa é preciso sensibilidade para observar as transformações e mudanças que ocorrem no ciclo natural, ao revelar que,

[...] não é todo mundo, inclusive o meu marido ele não é assim, é totalmente diferente. Então eu preciso estar... é observando constantemente na hora do plantio a forma de plantio. Tem um dom, ter um olhar muito profundo que enxerga profundamente as necessidades e a forma de plantar. é impressionante, é como existisse uma comunicação entre a planta e o ser, que conduz aquilo ali, é impressionante, é inexplicável! É coisa de natureza, mas existe, eu sinto isso [...] (sic). [...] Eu sinto a necessidade de fome e de sede de uma planta, impressionante. Por quê? Isso aí é a convivência olhe, estou constantemente aprendendo [...] (sic). [...] A planta precisa de um ambiente saudável é... temperatura confortável, apropriada pra o desenvolvimento e o desempenho dela. Então é esse tipo que a gente é... aprende pra desenvolver o nosso plantio, porque se você não tiver voltado pra isso, for uma pessoa que não tenha uma sensibilidade, que tenha uma vasta conhecimento, não é conhecimento universitário não, é conhecimento de observação do comportamento dia a dia, porque se... universidade ele tá lá vai... vai dando lá... ler papel, ler papel, ler papel, quando bota pra ler de novo já num lembra mais do que leu e assim, aqui não, aqui você leu, observou é pra sempre, eu sou assim. Então isso aí a gente vai aprendendo é com o tempo, isso aqui quando ensina a gente não é decoreba, é aprendizado mesmo! Coisa profunda, que a gente guarda pra sempre, isso aí vai até morrer, então são coisas que a gente leva, ninguém tira da gente [...] (sic).

Dona Ângela nos mostrou que é possível a construção de técnicas em propriedades camponesas utilizando-se de conhecimentos sobre o ciclo biológico e químico de uma planta. De posse desses conhecimentos, Dona Ângela construiu juntamente com seus familiares, também atuantes na produção e comercialização dos produtos, um sistema de hidroponia²⁰, cuja estrutura foi criada a partir de recursos extraídos da venda dos produtos agroecológicos e de recursos provenientes da parceria com o Banco do Nordeste, que vem criando políticas que incentivam esse tipo de produção. Mesmo diante da participação de dona Ângela neste programa, a camponesa enfatiza que ainda precisa de incentivo para que possa chegar em outras propriedades de camponeses e fortalecer suas produções. Diante disso, perguntamos a Dona Ângela quais os desafios de ser uma mulher camponesa e de produzir de forma agroecológica?

Então é essa a determinação da agricultura, das mulheres agricultoras. É matar um leão todo dia, entendeu? Matar um leão todo dia pra poder ganhar como é... (gagueja) uma gotinha de aprovação, porque não é muito grande o crescimento da mulher. Tá aí toda hora falando na mulher, falando que a mulher tem que participar da política, que a mulher tem que participar dos espaços, mas quando ela chega lá ela é discriminada, é... salário menor do que os outros, mesmo poder uma deputada e um deputado, quando vai ver o... (gagueja) os favores do masculino, ele tem mais benefício do que a própria mulher, porque a mulher não precisa... é um ser humano, não vejo diferença nenhuma no ser humano [...] (sic). [...] ser orgânico não é só plantar, é ter consciência do que você tá fazendo, de preservação, de amor. [...] da família trabalha todo mundo junto, como é... mesmo que esteja estudando não esteja participando na roça, mas tá cozinhando, tá lavando, tá participando do grupo familiar [...] (sic).

De acordo com Schneider “[...] boa parte dos estudos sobre mulheres rurais realizados no Brasil sempre tendeu a considerá-las a partir de seu lugar dentro da unidade de produção, focalizando sua condição de trabalhadoras não remuneradas e com baixa valorização” (SCHNEIDER, 2004, p. 2). No entanto, a participação ativa das mulheres camponesas tem ganhado destaque no cenário camponês na atualidade, seu protagonismo tem se mostrado tanto em questões de cunho político, quanto em atividades do seu contexto familiar. Os movimentos sociais, incluindo o feminismo tiveram contribuições importantes nestas conquistas, porém, ainda existe a necessidade de desmitificar as relações de gênero, de modo a esclarecer e desconstruir a naturalização das diferenças entre masculino e feminino, e que as mulheres

²⁰ Hortaliça hidropônica é aquela produzida em um sistema de cultivo chamado hidroponia. Nesse sistema as plantas são cultivadas em substrato ou solução nutritiva e não no solo. solução nutritiva não é água pura; ela contém todos os nutrientes essenciais para as plantas: nitrogênio, fósforo, potássio, cálcio, magnésio, enxofre, ferro, boro, manganês, cobre, zinco e molibdênio (EMBRAPA, 2021).

camponesas possam ocupar os diversos espaços públicos e privados sem precisar provar sua capacidade cotidianamente, conforme foi exposto na narrativa de Dona Ângela acima (BURG, 2005).

Dona Rafaela

Figura 23 - Rafaela Nascimento Silva Rodrigues, camponesa do Povoado Colônia Treze-Lagarto/SE, (2021)



Ah (sorri) a terra pra a gente é tudo, pra mim é tudo, é quem nos dá o sustento. Sem a terra, é porque muita gente não sabe o valor que tem né, o valor da terra, o valor do pequeno agricultor, não sabe valorizar, mas a terra nos dá tudo, se você souber cuidar dela, um grãozinho que você coloca na terra, você coloca um grãozinho de feijão, ele vai dar um pé de feijão que vai dar vários grãos. Então é (sorri) como é que eu digo é uma mãe, é coisa da natureza mesmo. A terra pra mim é uma mãe (Dona Rafaela, 2021).

Fonte: A autora, 2021.

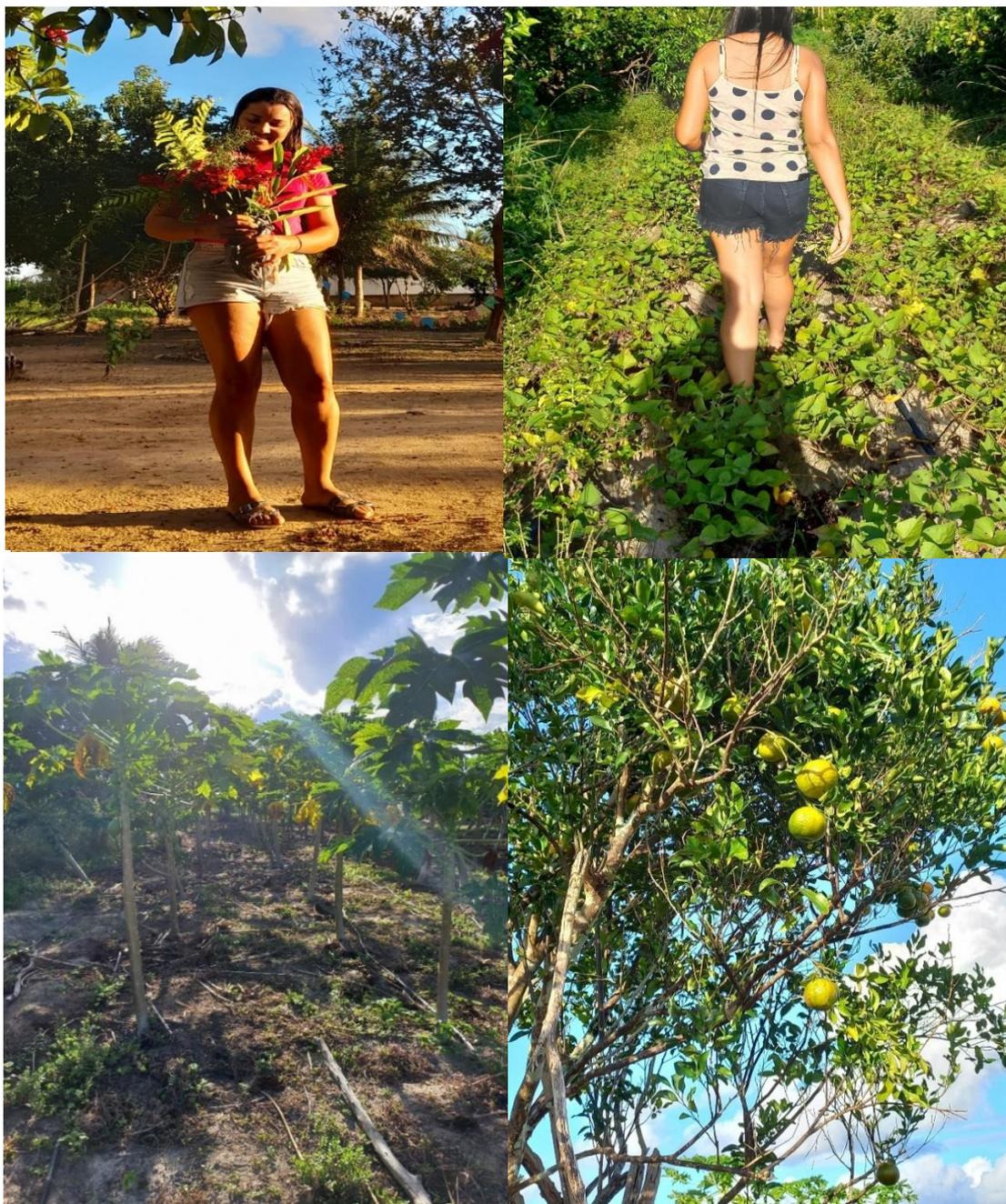
Dona Rafaela tem 32 anos, possui 1º grau completo e está na agricultura há mais 20 anos; é casada e tem dois filhos pequenos. Ela ajuda seu esposo com as atividades agrícolas, cuida dos filhos, dos afazeres domésticos e a noite estuda. Dona Rafaela ama agricultura e nunca pensou em sair desta atividade, valoriza os estudos e quer se aperfeiçoar nesta área para trazer melhorias para seu cultivo e para sua família. No entanto, entende que muita coisa, ainda, precisa ser modificada no cenário agrícola, principalmente no tocante ao incentivo do estado em políticas públicas e ao reconhecimento e valorização da própria sociedade sobre o trabalho e à importância dos camponeses. Dona Rafaela vê essas questões como um gargalo na

manutenção e ampliação da produção de base agroecológica, conforme destacado em suas narrativas a seguir:

[...] No momento a gente só tá tipo assim, é... tendo ajuda mesmo, eu... se digo assim, fica mais claro, da associação, a gente não tem... a gente não tá tendo ajuda de... de sindicato, a gente não tá tendo ajuda de cooperativa, a nossa ajuda é a gente mesmo, é o nosso suor e ralar e pedalar pra correr atrás pra sobreviver, porque se for depender de ajuda do pessoal... não tem não [...] (sic). [...] formar um, como é que eu digo, projetos pra ajudar os pequenos produtores, porque a gente precisa muito disso, desse olhar deles, entendeu? A gente precisa, porque a gente só, a gente não consegue, não consegue. É muito trabalho, a gente que trabalha com isso a gente sabe o tão (gagueja) a dificuldade que isso se dá, o tão trabalhoso que é, mas a gente faz com amor. Então se a gente tivesse esse olhar do poder público, da sociedade, como é que eu digo, se a gente tivesse uma parceria, pra a gente seria mais fácil [...] (sic). [...] O nosso grupo é um grupo de pessoas unidas, mas que precisa de muito mais divulgação, a gente precisa tipo, sair nas escolas, já se saía, já saíam, antes de eu entrar nesse grupo, eles já... (gagueja) já tinham assim, é... iam pras escolas divulgar o trabalho e tudo, mas é como eu disse no início, a gente não teve aquele abraço (faz um gesto com os braços para descrever o abraço) da comunidade, a gente não teve aquele apoio assim entendeu, do poder público. Se a gente tivesse mais isso, tipo a gente vai numa escola, faz a divulgação, a gente mostra o lado bom e o lado ruim, entendeu? [...] (sic). [...] Tem muitas crianças, que são crianças... é difícil entrar, mas tem muitos adolescentes, seriam fácil deles aprenderem pra chegar pra os pais, passassem pros pais e aí comessem adquirir aqueles produtos ou passasse mesmo a produzir no seu fundo de casa, o seu alimento saudável, mas a gente num ver isso da sociedade, esse apoio entendeu? A gente precisa muito disso, a gente é muito carente disso [...] (sic).

Nota-se, com a narrativa de Dona Rafaela, que muitos são os desafios enfrentados pelas mulheres camponesas para a manutenção de produtos agroecológicos. No entanto, evidenciamos na fala da camponesa uma busca por espaços de igualdade. Ao falar sobre sua participação em programas assistencialistas, associações, organização do grupo de camponesas na comunidade, as formas de plantio e da comercialização, dona Rafaela demonstra uma maturidade ao reconhecer-se como protagonista desse processo produtivo, tornando-se um exemplo para outras mulheres que almejam o reconhecimento pelo papel que elas desempenham no campo e em outros espaços de convivência, como pode ser destacado na figura 24 a seguir:

Figura 24 - Visita a dona Rafaela – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021.



Fonte: A autora, 2021.

Figura 25 - Visita a dona Rafaela – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021.



Fonte: A autora, 2021.

Como pode ser observado nas imagens acima Dona Rafaela e a família produzem policultivos, cuja comercialização destes produtos acontecem na feira dos produtos agroecológicos que acontecem toda quarta na praça da Colônia Treze, e por meio de uma atravessadora que disponibiliza os produtos de dona Rafaela e de outros camponeses para

consumidores da capital. Nas visitas à propriedade de Dona Rafaela, ela nos confessou algumas dificuldades para que ela e seu esposo continuassem a cultivar de forma agroecológica, conforme as narrativas abaixo:

[...] A gente acorda cedo, a gente... (gagueja) é igual a quaisquer pessoas aí que tem emprego normal, a gente tem nossas casas, tem nossas famílias, tem nossos afazeres domésticos: dona de casa, esposa. Mas a gente também, ao invés de a gente ir pra uma empresa, pra frente de um computador, tá trabalhando, a gente tá na nossa terra, entendeu? Naquela... tem o horário de ir pra terra, tem o horário de voltar [...] (sic). [...] Então, o maior desafio é a valorização, que a gente é pouco valorizado, entendeu? Assim, todo mundo quer ter alimento saudável na sua mesa, todo mundo quer ter um alimento de boa qualidade, mas muitas pessoas não valorizam aqueles produtores, não sabem como foi pra... a dificuldade pra chegar aquele alimento em sua casa, é fácil você ir ao supermercado e você dizer assim “eu quero escolher aquele ali porque tá com boa qualidade”, mas o difícil é você saber, parar pra pensar e se colocar no lugar, de onde será que tá vindo esse produto, como foi o manuseio desse produto até aqui, como foi pra manter esse produto com essa qualidade. Então assim, a gente é um pouco... (gagueja) desprezado, a gente é um pouco esquecido, sabe? Aí eu acho que é desprezo, a gente num é valorizado, não tem essa valorização, entendeu? Como muitos empregos né, muita gente quer estudar “ah eu quero estudar pra ser isso”, mas sabendo que veio de um berço de agricultores, então se as pessoas valorizassem mais eu acho que o mundo seria diferente do que o que é hoje [...] (sic). [...] Porque assim, a sociedade... a sociedade sabe, sabe do valor que é ter um produto orgânico na mesa, (gagueja) uma coisa saudável, mas também não valoriza, muitos diz “ah”... começam comprar daqui a pouco param de comprar, “ah, tanto faz, eu já como tanta coisa mesmo assim” . [...] Então, pra produzir né, alimentos, alimentos saudáveis, alimentos que se diga assim, que não vem só pra minha mesa, que vai pra mesa de muitas pessoas, que a gente faz isso com amor sabendo que a gente tá produzindo uma coisa saudável, que a gente tá levando saúde pras pessoas, mas a gente se sente... eu me sinto um pouco desvalorizada sabe, quando tô mesmo numa feira que chega uma pessoa assim tipo... menospreza sabe, o pequeno produtor, sabendo que eles dependem da gente [...] (sic).

Mesmo diante dos desafios eles continuam na atividade agrícola porque entendem a importância de produzir produtos livres de insumos químicos e sabem que esta forma de produção contribui para atender a um mercado crescente no país, visto a procura cada vez maior por produtos desta natureza. Perguntamos a Dona Rafaela quais os saberes e práticas ela utiliza em seus cultivos, obtivemos a seguinte resposta:

[...] então quando a gente percebe que a terra tá um pouco cansada pra aquele tipo de coisa a gente tira, acabou aquela safra a gente já não planta aquela mesma safra no mesmo terreno [...] (sic). [...] que a gente planta tipo, eu tenho

uma roça de mamão aí acabou a safra do mamão aí eu vou e coloco... a gente planta feijão de corda pra dar uma descansada na terra e também serve de pra fortificar também a terra porque depois do feijão de corda, acabou aquela safra do feijão de corda a gente passa o trator e aquelas folhagens dela serve como adubo pra terra, então dá uma “descansadazinha” pra o próximo ano aí a gente planta de novo aquela lavoura que foi tirada a um ano atrás [...] (sic).

Observa-se, na narrativa de Dona Rafaela, os cuidados com a conservação e proteção ambiental ao produzir de modo a respeitar no ciclo da natureza. Essas práticas vão de encontro às estabelecidas pelo agronegócio (monocultivo) que provocam danos irreversíveis ao meio socioambiental, tais como a contaminação do solo, dos lençóis freáticos e danos à saúde humana e natural.

Dona Hilda

Figura 26 - Hilda dos Santos Rosa, camponesa do Povoado Colônia Treze-Lagarto/SE, (2021)



[...] eu não sei dizer, mas vem de dentro, é uma coisa assim, inexplicável, não sei explicar, mas eu sou apaixonada pela natureza, sou completamente apaixonada. Meu refúgio, a minha terapia é a roça, as vezes eu tô estressada aí fico lá 2, 3 minutos, depois eu volto né renovada [...] (Dona Hilda, 2021).

Fonte: A autora, 2021.

Dona Hilda dos Santos Rosa é solteira, tem 50 anos, possui 1º completo e está na agricultura há mais de 20 anos. Ela dedica seu tempo aos cuidados com a mãe, o irmão e as atividades agrícolas. De acordo com as declarações de Dona Hilda, é na agricultura, no contato com a terra, que ela se sente feliz e realizada. Ela adora ler e descobrir maneiras de produzir de forma sustentável, um de seus sonhos é construir um poço em sua propriedade, reaproveitando a água proveniente da chuva. Mesmo não tendo recurso financeiro para realizar esse sonho, Dona Hilda consegue implementar em sua propriedade algumas ações que dinamizam sua produção, a exemplo do sistema de compostagem, no qual consegue separar os alimentos e transformar em adubo para seus cultivares, bem como outras práticas, tais como:

[...] fazer a forrageira, aquela de palha essas coisas, de juntar as... (faz alguns gestos para tentar descrever a ação citada) os restos do... (gagueja) da lavoura de... (gagueja) árvores essas coisas de folha pra fazer o adubo orgânico também, participei de alguns cursos né [...] plantar lavoura no escuro, no claro no caso né, aí eu fico “mas como é que eu vou saber o que é claro e o que é escuro”, aí ele disse que o claro vamos supor, a lua sai de madrugada né, aí quando ela sai de madrugada, de tardezinha ela tá se pondo, aí no caso é escuro, aí pode plantar um feijão que não dá lagarta, pode plantar um milho que não dá lagarta, aí elas... (gagueja) a lua... que tem as quadras né, nova... aí quando ela nasce de tardezinha, que passa a noite em claro, aí pode plantar de manhã, porque de manhã. Essa questão de quadra de lua, nova, cheia, “não se planta manaíba em lua minguante, porque a mandioca sai pouca”, aí isso aí também de quadra de lua eu aprendi um dessas questões de quadra. [...] é... tipo... é, como é que eu quero dizer... é um ajudando o outro, antigamente era assim né, e ali era todo mundo feliz. Eu lembro que nós fazíamos fumo, na casa de meu avô, era aquela cantaria, mas era tudo de graça, era tudo um ajudando o outro, fazia aquele batalhão, como fazia aquelas feijoadas e todo mundo comia, se acordava de madrugada.

De acordo com Fabrini (2007, p.572), as práticas coletivas do campesinato se materializam em diferentes formas:

[...] lutas realizadas nos movimentos sociais - como ocupações de terra -, formação de cooperativas, caminhadas, fechamento de rodovias e agências bancárias etc. Existem também aquelas atividades mediadas por relações de solidariedade e “espírito” comunitário.

Na fala de Dona Hilda, evidenciamos a solidariedade organizada pela própria comunidade, que consistia em trocas mútuas de serviços, sem necessariamente haver pagamento em dinheiro, por exemplo, se hoje tinha-se colheita na casa do camponês X, todos

iriam ajudar o camponês X, se amanhã a colheita fosse na casa do camponês Y, reunia-se na casa do camponês Y para ajudá-lo, e assim sucessivamente. No entanto, essas relações de coletividade vêm se dissipando ao decorrer dos anos, em virtude da implantação do modo de produção capitalista no campo, cujas práticas prezam pelo individualismo e pela competitividade nas relações entre os pares.

Figura 27 - Visita a dona Hilda – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021.



Fonte: A autora, 2021.

Figura 28 - Visita a dona Hilda – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021.



Fonte: A autora, 2021.

As imagens acima evidenciam a propriedade de Dona Hilda, uma mulher camponesa dotada de saberes que ultrapassam gerações. “[...] aí eu comecei com meus pais, aí veio esse gosto (gagueja) pela agricultura, eu... é uma coisa inexplicável, eu não sei é... eu acho que é obra de Deus, cada um tem o seu dom e né... cabe buscar o dom que Deus te deu, eu acho que é isso”. Dona Hilda faz plantio de mandioca, laranja, milho, feijão e algumas fruteiras como bananeiras, mangueiras, jaqueiras, entre outras. Além da criação de aves, ovinos e caprinos. Ela não revende mais seus produtos, pois cuida sozinha da atividade agrícola e ainda cuida de seus

pais e de uma irmã com problemas mentais. Dona Hilda lamenta não participar mais de forma ativa dos compromissos do grupo da feira saudável, que, segundo ela, era um momento muito rico em trocas e partilhas de conhecimentos e aprendizagens sobre as formas de produzir, colher e comercializar.

Dona Isabel

Figura 29 - Isabel Rodrigues Costa Lisboa, camponesa do Povoado Colônia Treze-Lagarto/SE, (2021)



Eu acredito que falta conhecimento, se tivesse palestras nas escolas se os filhos já começassem na escola, se tivesse aulas de conscientização entendeu? Para as crianças e eles já iam levando um pouquinho desse conhecimento pra casa para os pais, e a gente em reunião, em encontros começasse a falar sobre isso de dar essa conscientização, eu acho que o grupo seria bem maior e tinha muito mais gente com o modo de pensar diferente sobre esses produtos, sobre esses venenos, sabe? Ia caminhar pra esse outro lado mais natural, mais orgânico, porque às vezes tem espaço, mas não sabe utilizar, entendeu? Mas com orientação, a pessoa mostrando os meios, acho que mudava sim o modo de pensar, de agir (DONA ISABEL, 2021).

Fonte: A autora, 2021.

Dona Isabel Rodrigues Costa Lisboa tem 59 anos, tem o 1º grau completo e há mais de 20 anos exerce a atividade agrícola. Ela tem dois filhos casados, que moram na cidade. Hoje é aposentada, mas nunca deixou a agricultura, ela e o esposo continuam exercendo a atividade agrícola, de onde retiram parte da complementação da renda e ajudam os filhos. Dona Isabel fala com orgulho dos saberes que adquiriu na roça por meio de seus ancestrais e das escolhas que fez, principalmente em querer buscar alternativas sustentáveis para sua produção. Para ela, as pessoas precisam saber como é a experiência na roça, como é saudável conviver com as

plantas e animais. Ela relata que muitos desconhecem os benefícios de viver na roça, nem sabem de onde provêm os alimentos que eles põem na mesa. Esse conhecimento deve ser disseminado principalmente para as crianças, enfatizando que a vida no campo:

[...] é bom! É uma terapia, a gente se movimenta, a gente tem contato com a natureza, a gente dá valor à vida, a gente vê as coisas assim florindo, crescer, dando frutos sabe? A gente se alimenta daquilo ali, dá um prazer na vida, sabe? Eu gosto de ver essas mudanças, essas coisas florindo, as plantas, quando elas germinam quando começa a crescer que a gente já vê, sabe? Aquilo ali enche os olhos da gente. Eu gosto de ver.... de ver toda essa natureza assim brotando, bem assim brota no coração da gente, na vida da gente, a gente não pode perder a esperança [...] (sic). [...] Ói, pense nessa pandemia com tudo isso se a gente não tivesse assim.... Terreno, tivesse espaço assim, como era que não ia ser? Dentro de casa? Numa cidade, não vejo assim entendeu? Como se diz, dentro de quatro paredes, sabe? Assim a gente tem essa liberdade, essa sensação de liberdade de ir e vim, de pegar de comer de acordar, de ouvir os cantos dos pássaros, as galinhas os passarinhos, os ruídos das árvores, as plantas quando vem aquele vento, você chega sente os galhos de arvore passando um no outro, fazendo aquela zuadinha, sabe? É bom demais sabe? (sic).

Figura 30 - Visita a dona Isabel – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021.



Fonte: A autora, 2021.

Figura 31 - Visita a dona Isabel – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021.



Fonte: A autora, 2021.

Foram realizadas várias visitas a casa de Dona Izabel, e em todas as vezes fomos muito bem recebidos e acolhidos por ela e por seus familiares. Às vezes, saíamos pela sua propriedade

conversando, ao mesmo tempo em que ela colhia, regava e cuidava de algum plantio. Perguntamos a Dona Isabel quais as práticas e saberes ela utilizava em seus cultivares:

[...] Assim em cultivo de alimento, como macaxeira, batata, abóbora, melancia tudo nas suas épocas assim, sempre a gente foi conservando isso tanto a gente planta e tira a semente, a gente sempre deixa pra a gente plantar de novo a gente guarda a semente do feijão, do milho, da abóbora sabe? E como tem uma época das abóboras a gente tira e guarda, faz fubá sabe? Da semente da abóbora o amendoim a gente sempre planta e quando a gente não tem mas a gente tem vizinho [...] (sic).

Estes momentos foram de muitos aprendizados, Dona Isabel me mostrava produtos agroecológicos e medicinais e me falava o que era e para que ele iria servir para a saúde, a exemplo do Ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata Miller*), uma planta cultivada em sua propriedade, cujos benefícios são o fortalecimento do sistema imunológico, a melhora do intestino, além de ser rica em fontes naturais de nutrientes, podendo ser visualizada na imagem seguinte:

Figura 32 - Ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata Miller*), planta medicinal cultivada na propriedade de Dona Isabel, Colônia Treze, Lagarto/SE, (2021)



Fonte: A autora, 2021.

A Ora-pro-nóbis destaca-se como uma hortaliça não-convencional, de fácil acesso e baixo valor de mercado, possui nutrientes que poderiam ajudar no combate à fome. No entanto, sua utilização ainda é pequena em virtude da falta de conhecimento sobre o seu preparo e de suas propriedades nutritivas (ROCHA *et. al.*, 2008).

O ora-pro-nóbis (*Pereskia aculeata* Miller) popularmente conhecido como groselha-da-américa, lobrobo, pertence à família *Cactaceae* e é considerado um complemento nutricional devido ao seu conteúdo proteico, fibras, ferro, cálcio, dentre outros (ROCHA *et. al.*, p. 459, 2008).

Dona Isabel utiliza a hortaliça no preparo de refogados, saladas e massas alimentícias como o macarrão, bem como dissemina as informações que tem sobre a hortaliça para camponeses da comunidade e para aqueles que visitam sua propriedade, o que, de certa forma, tem contribuído para que mais pessoas conheçam e cultivem a Ora-pro-nóbis.

Perguntamos a Dona Isabel se ela evidencia algum desafio ao ser uma mulher camponesa e produzir de forma agroecológica:

[...] O maior desafio. É assim, de ter alguma coisa pra vender e a pessoa não valorizar sabe? E a gente... (gagueja) O aspecto é ruim, mas não sabe a pureza, a grandeza daquele alimento sabe? Que tá ali, e às vezes não é só aquela boniteza que enche os olhos né, mas as vezes aquela boniteza não tem gosto, não tem sabor sabe? E, às vezes a gente mostra e eles não acreditam sabe? Essa falta de crédito. E às vezes você sabe, eu acho que as vezes desanima por “causo” disso que quer ver o resultado logo né? E esse não é um resultado que vem logo, é com o tempo, é com o dia a dia, é devagar e vai chegando [...] (sic).

Nesta perspectiva, Dona Isabel aponta como alternativa para mitigar este problema de falta de valorização e de reconhecimento acerca da produção agroecológica o investimento em educação, a começar pelo público infantil, tais como ações voltadas para palestras e cursos nas escolas para que as crianças possam partilhar o conhecimento adquirido no ambiente escolar com seus pais. Desse modo, é preciso promover o fortalecimento e continuidade de produções de base agroecológica e sustentável no campo.

[...] Eu acredito que falta assim.... já um conhecimento em si... de alguém levar, se tivesse palestras nas escolas se os filhos já comessem na escola se

tivesse aulas de conscientização entendeu? Pras crianças e eles já iam levando um pouquinho desse conhecimento pra casa pros pais e a gente em reunião em encontros começasse a falar sobre isso de dar essa conscientização dele eu acho que o grupo seria bem maior e tinha muito mais gente com o modo de pensar diferente sobre esses produtos, sobre esses venenos sabe e ia caminhar pra esse outro lado mais natural mais orgânico, porque às vezes tem espaço, mas não sabe utilizar, entendeu? Mas que com orientação, a pessoa mostrando os meios a acho que mudava sim o modo de pensar, de agir [...] (sic).

Conforme Caldart (2016), a relação entre agroecologia e escola do campo é necessária e possível de acordo com suas especificidades, Pois,

[...] ela já está sendo construída, mas não está dada e nem é simples. É uma relação que se coloca no bojo de um projeto de transformação da agricultura, assim como da educação e da escola, a favor dos interesses sociais e humanos da maioria das pessoas, da humanidade (CALDART, 2016, p. 01).

Assim, verifica-se que a educação e a agroecologia são capazes de transformar realidades, pois essas duas concepções se sustentam em um projeto que rompe com a lógica desenvolvimentista do monocultivo, do latifúndio e das demais formas de exclusão de que ele faz parte.

Dona Maria Clenilda

Figura 33 - Maria Clenilda Barbosa Souza, camponesa do Povoado Colônia Treze-Lagarto/SE, (2021)



[...], Mas eu digo que saber não é uma coisa que a gente compra pronto não, esse saber só vem de Deus, tá entendendo? E a gente tem que ser grato, e ter essa gratidão de passar pra as outras pessoas né, mas a terra eu sempre digo e incentivo que não é pra a gente se envergonhar não, é pra a gente ter coragem de trabalhar nela, porque a resposta é grande... é cansativo, muito cansativo (sorri) [...] (sic).

Fonte: A autora, 2021.

Dona Maria Clenilda Barbosa Souza tem 53 anos, tem 1º grau incompleto, está na atividade agrícola há mais de 20 anos, é casada e tem uma filha, é uma mulher serena e sábia, e, de acordo com suas palavras, para mudarmos o cenário agrícola, em que as pessoas só pensam em acumular riquezas, é preciso aprender a compartilhar, somar para dividir, ver a falta de valorização da sociedade civil como um desafio, pois:

É um desafio grande, porque a gente (sorri) não se preocupa muito não, mas as pessoas às vezes discriminam muito por não valorizarem essa arte né, de ser agricultora, de viver da agricultura é tanto que muitas das vezes a gente é questionado porque tem muitas pessoas que não acredita e não valoriza assim, a beleza que é mexer com a terra e a resposta que ela dá pra gente (MARIA CLENILDA, 2021).

Dona Clenilda não participa diretamente dos processos de cultivos e colheitas na roça, pois maior parte do seu tempo é dedicado à produção e comercialização dos produtos extraídos dos seus cultivares, como pé-de-moleque, beiju, bolos, dentre outros. Ela, o esposo e a filha, estão sempre buscando aprimorar seus serviços, participando de palestras, reuniões e cursos, ofertados, principalmente, pela EMDAGRO. Porém, ela entende que não adianta participar de cursos e/ou palestras voltados ao aperfeiçoamento se as pessoas não se conscientizam acerca dos cuidados necessários a produção agroecológica.

[...] é a questão maior de tudo que eu disse, sempre disse nas reuniões que a gente teve com muitos, vou dizer assim, com muitos estudados nessas áreas, que eu disse a eles que uma coisa que eu me preocupo muito pouco é o que anota em papel, mas o que mais me preocupa é a questão da consciência. Porque não adianta eu fazer uma coisa bonita e dizer a você “olhe escreva tudo isso aí bonitinho”, mas se eu não tenho consciência do cuidado que eu devo ter, eu pra mim, de nada vale... entendeu? [...] (sic).

Perguntamos a dona Clenilda quais as práticas e saberes ela utiliza em sua produção, obtivemos a seguinte resposta:

[...] Por conta que a gente não pode usar nenhum desses né... desses chamados de remédios agrotóxicos né, então às vezes a gente dá uma judiada naquele mato, cobrindo com a terra (faz alguns gestos para tentar descrever o processo citado), pra ver se ele apodrece ali tá entendendo? Aí quando ele enfraquece a gente planta a planta e as vezes quando acontece já numa planta, que já tá, por exemplo, que nem o milho né, apareceu uma lagartinha no milho, aí tem um... uns defensivos naturais que se usa... faz umas misturas, tá entendendo... que é pra matar lagarta, entendeu? Aí coloca numa bombinha, aquelas misturazinhas né, como vinagre, detergente, entendeu? [...] Dava aquele descanso na terra, depois roçava, não gostava nem de queimar, embolava assim a terra (faz alguns gestos com as mãos descrevendo a ação descrita) junto com aquele mato, e usar esterco né, que é esses adubos naturais [...] (sic). [...] as sementes aqui o tratamento que a gente faz aqui é o sol, pra ela secar... e colocar depois em garrafa pet [...] (sic).

Na narrativa de dona Clenilda, nota-se uma sensibilização pelas questões socioambientais, de como suas práticas contribuem para a manutenção do ecossistema natural, além de elas serem promissoras para que outros camponeses possam executar em suas lavouras. Portanto, nesta tese, ratifica-se a importância de disseminar práticas como as cultivadas por

dona Clenilda como as de conservação do solo por meio da rotação de cultura, cobertura morta, policultivos, combinação entre a produção animal e a vegetal e o uso de inseticidas naturais, que corroboram para que ela e seus familiares consigam gerar renda sem comprometer as fontes provenientes da natureza.

Figura 34 - Visita a dona Clenilda – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021.



Fonte: A autora, 2021.

Figura 35 - Visita a dona Clenilda – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021.



Fonte: A autora, 2021.

Figura 36 - Visita a dona Clenilda – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021.



Fonte: A autora, 2021.

Nessas imagens, destacam-se a residência e as principais formas de manejo e cultivo de Dona Clenilda, uma mulher camponesa dona de muitos saberes e práticas que tem orgulho dos seus conhecimentos e de como os utiliza para trazer melhorias para a sua família e para todos que estão a sua volta. Afirmando que:

[...] Esses saberes é como a gente diz assim (sorri), os mais idosos têm mais experiência, eles tinham experiência que era uma coisa, digo que é dada por Deus, como hoje, só a gente só não faz pegar muita das vezes, mas eles tinham já o saber daquele terreno deixar “em matar”, nascer o mato nele pra que ele se fortalecesse, não usava agrotóxico de espécie nenhuma, tá entendendo? [...] (sic). [...] meu pai não conhecia agrotóxico né, aí com essa mesma procedência embalava vasilhinhos pets ou naqueles barriozinhos de madeira, a gente chamava assim: “ariar o feijão”, “ariar o milho”, porque era uma camada do produto e a outra camada de areia, areinha seca, minha mãe peneirava pra não ficar nenhum resíduo e chamava assim, porque tinha pessoas que botava uns comprimidinho, mas minha mãe não gostava porque ela dizia que ali ia fazer mal à saúde também (sorri), então a gente vivia assim, foi desde, eu vou dizer, 10 anos... lá a gente estudava, lá no interior né, que tinha até o 4ª série [...] (sic).

Dona Clenilda faz parte de uma composição familiar bem engajada e envolvida com os projetos agroecológicos. Ela, o esposo e a filha (Alessandra, também participante desta pesquisa) se destacam entre o grupo, pois estão sempre se articulando e se organizando na partilha e troca de aprendizagens com outros integrantes da feira saudável, movimento que tem sua família como os dos principais fundadores.

Dona Alessandra Barbosa

Figura 37 - Alessandra Barbosa Souza, camponesa do Povoado Colônia Treze-Lagarto/SE, (2021)



[...] desde a infância eu tenho muitas recordações de convívios no campo, na roça. Eu tenho recordação de muito pequena indo para roça com meus pais. Tenho essas recordações bem vivas [...] (sic). [...] Do convívio mesmo, como a gente é de uma família de agricultores, desde os meus avós, eles são pessoas que vivem do campo. Então desde sempre eu tive esse convívio com a natureza [...] (sic) (ALESSANDRA. 2021).

Fonte: A autora, 2021.

Dona Alessandra Barbosa Souza é solteira, tem 34 anos, entre 10 e 20 anos exerce atividade agrícola, é pesquisadora doutoranda do Programa em Desenvolvimento em Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, e desenvolve pesquisas direcionadas ao meio ambiente e agricultura. Ela é filha única de Dona Clenilda (também participante desta pesquisa) e seu Souza, figuras conhecidas e respeitadas no Povoado, pois disseminam os saberes conquistados por gerações:

[...] os meus pais sempre trabalharam com agricultura, mas nunca foram adeptos de usar agrotóxicos, então isso despertou em mim que existia um cuidado especial com a terra por que a gente não queria envenenar a terra, tinha sempre o cuidado de cuidar do que precisava ser cuidado sem veneno, para que não adoecesse a terra porque quando a gente coloca o veneno na terra esse veneno ele vai pra planta, ele vai pro fruto a gente não iria comer aquele fruto com veneno, e a gente não ia comercializar aquilo com veneno também.

Então esse cuidado desde muito cedo eu tenho visto assim das práticas cotidianas da nossa casa [...] (sic).

Desde cedo, os pais de Alessandra a incentivaram a estudar e lhes deram alternativas para isso. Atualmente, Alessandra não participa ativamente dos processos de cultivo e colheita, mas tenta conciliar seu tempo entre as pesquisas do doutorado, e a produção e comercialização dos produtos extraídos da roça de seus pais, nas suas palavras: “Meus pais sempre incentivaram, que estudasse o que desse. Mas, como eles sempre viram que eu gosto de estudar, então é uma coisa que a pessoa gosta é importante fazer”. Mesmo diante das atividades acadêmicas, Alessandra continua colaborando com as produções agroecológicas de sua família:

Aqui a gente colabora mais com a parte de transformação né, dos nossos produtos. Então é na parte da raspagem da mandioca, de lavar a tapioca, peneirar que é todo o processo até chegar a ficar no ponto de venda. Eu ajudo mais nessa função mais dentro de casa menos na roça mais dentro de casa assim com essa questão manual, que precisa de mais cuidado com a higiene e tal, do jeito que precisa ser com cuidado e o rigor que precisa ser.

Por conta de aspectos culturais, da influência dos seus pais, do meio que ela está inserida dentro das propostas da pós-graduação, Alessandra é uma mulher sensível e consciente quanto às desigualdades socioeconômicas e ambientais que norteiam nosso país. Ela acredita que poderemos obter melhorias no campo a partir de incentivos do governo e organização por parte da comunidade.

Figura 38 - Visita a dona Alessandra – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021



Fonte: A autora, 2021

Figura 39 - Visita a dona Alessandra – imagens da sua propriedade e plantação, Colônia Treze, Lagarto/SE, 2021



Fonte: A autora, 2021

As imagens demonstram uma realidade de uma jovem mulher camponesa, que, com apoio dos pais, foi em busca dos saberes científicos, mas não deixou suas raízes e saberes de lado. Os conhecimentos adquiridos na universidade serviram de âncora para aperfeiçoar os conhecimentos e práticas cultivadas por ela e seus familiares.

[...] Sim, a gente consegue conversar às vezes sobre assuntos da academia o que é muito legal, e coisas que a gente vê lá, a gente consegue trazer pra nossa vida né, como conceitos e a gente consegue conversar aqui e eu vejo assim os meus pais reproduzindo esses conceitos acadêmicos que tem fundamento científico sobre a agroecologia por exemplo, sobre cuidados com o solo, sobre a importância dessa relação boa com a natureza né, que tudo está envolvido, tudo é aqui. Partilhar, eu gosto mais dessa palavra, partilhar com eles que a gente acaba aprendendo junto e é muito legal [...] (sic).

Alessandra faz parte de uma estatística pequena, notadamente, quando se evidencia que poucos jovens camponeses conseguem chegar às universidades e à pós-graduação, mesmo utilizando o sistema de cotas, disponibilizado a pouco tempo pela política pública brasileira, o que, muito embora tenha sido um avanço significativo para as classes sociais de baixa renda, ainda é preciso ampliar o acesso de jovens às universidades. Para tanto, faz-se necessário investimento de políticas públicas que incentivem os jovens a experienciar os conhecimentos acadêmicos e que eles possam levá-los e aprimorá-los em sua prática e vivência.

Dona Eliane

Figura 40 - Eliane dos Santos Correia,
camponesa do Povoado Colônia Treze-Lagarto/SE,
(2021)



Eu sou feliz, graças a Deus, eu sou muito feliz, eu agradeço muito a minha vida eu não tenho assim uma coisa de dizer que tenho, que eu faria se fosse o caso de novo, diferente, não tem não. Porque apesar dos pesares nós era pobre, mas meu pai dava a cada quem sua tarefinha, mas a gente era feliz, a gente brincava, tinha os horários de brincar, tinha o horário de tudo, e brincava muito, hoje em dia que ninguém brinca de nada (DONA ELIANE, 2021).

Fonte: A autora, 2021.

Dona Eliane tem 52 anos, tem o 1º grau incompleto, é casada e tem uma filha. Atualmente, Dona Eliane não participa das etapas de cultivo e colheita na roça por conta de uma comorbidade na coluna, que, de acordo com ela, adquiriu na própria roça, mesmo assim ela colabora na produção dos produtos que sua família comercializa. Desde cedo, dona Eliane foi inserida na roça para ajudar seus pais, uma família com dez filhas, e sendo ela mais velha, ficava encarregada das atividades mais pesadas, motivo pelo qual não pôde prosseguir nos estudos, mas isso não a impediu de aprender a ler e a escrever, a cozinhar e a costurar, conseguindo equilibrar os afazeres da roça, com os domésticos e com a costura. Ela lembra com carinho dos momentos que passava na roça e diz sentir falta da conexão que tinha com plantas e cultivares.

Agora eu pegava na bola de fumo mais meu pai, eu acho que é por conta desses pesos que eu peguei que eu tenho esse problema na coluna sério, que é não sei quantas hérnia, é duas graves e as outras já...comprometida. Aí a minha vida foi sempre assim, aí me casei, com 18 anos, continuei na mesma situação que me casei com homem de roça, plantar, fumo, maracujá [...] Mulher eu gostava muito, eu preferia tá na roça do que em casa, eu gostava só que chegou um tempo que eu não conseguia “mode” as costas, coluna entendeu? Tá no sítio assim, eu gostava não, eu gosto. O problema é que eu não consigo fazer mais nada na roça. Mas eu gostava de limpar, eu gostava de limpar a planta, de plantar, gosto muito, tanto que minhas plantas eu não consigo mais cuidar, tá tudo feia [...] (sic).

De todas as participantes da pesquisa, dona Eliane foi a única que não visitamos a unidade produtiva, em virtude de sua locomoção, pois poderia agravar seu quadro de saúde, razão pelo qual não disponibilizamos imagens. Por meio da narrativa de Dona Eliane, pudemos perceber que sua trajetória foi marcada por um processo patriarcal permeado de enfrentamentos, mas isso não a intimidou, tampouco a deixou desistir de lutar pelos seus sonhos e projetos,

[...] Eu sei assinar meu nome, eu sei ler porque eu me apliquei em aprender depois. Porque eles queriam que eu sáisse da escola porque eu não passei de ano, meu pai... a ignorância de antigamente, eu não passei de ano na quarta série pra quinta série aí ele achava viável tirar da escola. [...] era pra trabalhar né, dez filhos pra criar, eu a mais velha tinha que ajudar ele, ele não tinha filho homem aí ele me tratava como se fosse um homem. Era, ela me dava tarefas como se fosse um homem, entendeu? Que até assim a vizinhança, o pessoal me chamava de mulher-macho, era “macho e feme”. [...] ói mulher, era brabo. Mas eu não tenho raiva dele por causa que ele fez isso, porque não sabia ler e não tinha estudo nem nada o bichinho, foi criado assim (sorri) e assim ele me criou.

Em sua fala, dona Eliane nos mostrou sabedoria ao enfatizar que entende que sua trajetória de vida não foi fácil, mas que ela não queria ter tido outra vida, pois os saberes que ela possui vêm carregados de aprendizagens que ela leva para toda a vida. Enfatiza,

[...] eu sei fazer um monte de comida, dessa comida típica tudo eu sei. Mas hoje em dia na minha família no caso, assim não tem um jovem, um sobrinho meu, uma sobrinha que se interesse em fazer esse tipo de atividade com comida. Tem deles que gosta, tem deles que não gosta né, muitos não gosta e eu sei fazer tudo isso e minhas irmã sabe tudinho. Mas eu sinto que vai acabar tudo, porque quando passar essa fase, dessa, da minha idade, os mais jovens que sabe, mas vai acabar. Infelizmente, é assim [...].

Na narrativa de Dona Eliane, destaca-se uma problemática preocupante no campo atualmente, visto que poucos jovens querem dar continuidade às atividades agrícolas de seus pais, isso decorre de alguns fatores, a exemplo da crença de que na cidade encontrarão uma oferta maior de emprego e renda, mais oportunidades para estudar e se qualificar para o mercado de trabalho. Isso também se dá, muitas vezes, por incentivo dos próprios pais, que não querem que seus filhos sigam os seus passos na agricultura, por conta das atividades laborais as quais são submetidos e a falta de valorização da sociedade e do poder público frente ao trabalho e a importância que eles desempenham.

4.3 Aspectos socioeconômicos: tensões e contradições em práticas agroecológicas das camponesas do povoado Colônia Treze

Os **aspectos socioeconômicos**, apresentados pelas mulheres camponesas na Colônia Treze, passam pela situação de sobrevivência, bem como pelo desenvolvimento de algumas aprendizagens. Por exemplo, Dona Alessandra destaca que “[...] pra ficar quieta me davam uma bacia com massa pra eu ficar entretida, mexendo com massa pra não atrapalhar o andamento da coisa - ela dá risada [...]” (sic). Fato muito comum nos trabalhos das mulheres camponesas, embora seja possível também identificar questões de cunho político e ideológico, como a falta de assistência do estado para estas mulheres que, por vezes, submetem seus filhos ao trabalho infantil, pois não possuem condições de trabalho e escolaridade adequadas.

Quadro 2 - Quadro demonstrativo dos aspectos socioeconômicos extraídos das narrativas das camponesas da Colônia Treze (2021)

| Participantes | Aspectos Socioeconômicos |
|---------------|---|
| Dona Carminha | <p>[...], mas ali a gente colheu chuchu e eu levava pra feira. Eu ia pra feira com o cesto de chuchu assim ó (demonstra o tamanho do cesto citado fazendo um breve gesto com ambos os braços), um pé só de chuchu. Teve dia de eu tirar 35 chuchus [...].</p> <p>[...] de vez em quando... quando... na época do inverno né, que o serviço aumenta aí as vezes a gente paga uma pessoa [...].</p> <p>[...]Tenho um problema de coluna que não me deixa eu fazer muita coisa né, tem dias que eu amanheço de crise que “eita eu não vou guentar” tem dias de não se levantar. Aí eu “tava” dizendo hoje pro outro irmão: “Vamos ter que pagar uma pessoa pra limpar o sítio, porque com essas chuvinhas que vem dando o mato vai nascendo e vai crescendo rápido, então tá no mato, tá chegando o tempo de plantar</p> |

| | |
|-------------|---|
| | <p>de novo e você sozinho não vai dar conta e eu “tô” vendo que eu não aguento, além das saídas que sai pra resolver alguma coisa e outra tem o tempo de ir lá ficar com mamãe também aí não dá pra mim ir limpar. Eu limpo um pedacinho daqui pra aquela torneira ali, hoje faço e passo três dias sem fazer nada [...].</p> <p>[...] as dificuldades é as condições que nossa é mínima né, assim se precisar de uma ajuda, a gente tem dificuldade até pra pagar alguém (esboça um pouco de tristeza durante a fala). Esse é um dos problemas (respira fundo) quanto as pragas que atinge, se precisar de cuidados, também a gente não tem como dar essa assistência né, porque a renda é pouca e não dá, não é suficiente pra a gente manter o trabalho, se manter, pra ter um melhor cuidado, a renda é pouca [...].</p> <p>[...] as vezes assim eu vou na feira e digo “óia” que feira pequena hoje, nem gastei dinheiro. Porque a gente compra o mínimo, porque se a gente produz o feijão, a fava, o milho, a batata, a macaxeira, um maxixe, um “majongome”, um couve, uma cebolinha, um coentro, um quiabo! Que lá naquele meu quintal cheio de pedra, porque chega lá encontra cebolinha, encontra coentro, encontra quiabo, tudo naquele quintal eu tenho, acerola, que até eu dizendo esses dias a um amigo, “óia os pés de acerola nasceram porque eles gostam de mim, porque eu não botei nenhuma semente aqui, de repente achei os pé de acerola no quintal, peguei e deixei lá”. E eu até uso, dou, vendo. Então eu acho que as vantagens são mais do que as desvantagens, enquanto a gente se alimenta, tem a saúde e ainda tem a alegria de poder servir os outros também né. Então são grandes vantagens.</p> |
| Dona Ângela | <p>[...] meu Deus, por que Tú me botaste pra trabalhar no solo, eu gosto do solo, mas eu tenho que trabalhar de dia no sol quente, as formigas me mordendo, se eu morrer e ir pro inferno, pelo amor de Deus, o que foi que eu fiz nessa vida?”. Porque aqui é cruel, o sofrimento é pesado, o sol quente, terra quente, causticante [...].</p> <p>[...] É venda dos nossos produtos é o essencial, a gente passa toda a semana fazendo nossos cultivos naturais, faz a plantação, faz os cultivos que devem ser, os novos plantios pra manter o ciclo semanal né, então a gente tem que ter nosso emprego, aqui é como se fosse o nosso emprego que a gente sai, hoje de manhã a gente vai ter que fazer isso e fazer aquilo organizado, bater a meta pra que a gente tenha produto semanalmente, depois daí, da venda desses produtos volta o recurso em dinheiro pra casa, pra fazer cumprir as nossas necessidades [...].”</p> <p>[...] Em primeiro lugar, o meu foco eu faço o que vejo o que tem pra fazer sobre o investimento da propriedade, é claro com foco também na nossa alimentação. Por exemplo, se eu tenho 10, 5 vai pra o trabalho, pra reposição de nutrientes e 5 vai pra a sustentabilidade que tem que ser bem equilibrado. A gente tem duas vidas pra manter, tem o sistema alimentar, que vem a energia, a alimentação, o transporte né, aí vem também algum problema de saúde que a gente tem que visualizar isso também pra manter saudável, a mente saudável também pra poder trabalhar com saúde, pra trabalhar com equilíbrio, aí tem que visar esse lado. Eu faço 10 pra ser uma conta exata, 5 pra investimento familiar e 5 pra o investimento da propriedade, do sistema funcional pra gerar mais renda pra prosperidade [...].</p> <p>[...] ir trabalhando com a mentalidade também de manter uma reserva pra eventualidades tá entendendo? Não é fácil, porque os recursos que a gente consegue, no mercado oferece muito menos, entendeu? Onde a gente poderia avançar mais pra ter uma reserva, pra poder “ah eu vou investir, vou fazer aumentar um pouquinho a minha roça, vou plantar mais uma coisa, eu preciso ali de mais um saco de mamona”, a gente não tem essa reserva onde teria que ter pra</p> |

| | |
|---------------|--|
| | <p>poder manter a saúde da roça né, mas a gente consegue hoje manter o equilíbrio mantendo roça equilibrada e a família equilibrada na medida do possível. Por que eu digo isso equilibrada? Hoje é quase impossível, porque houve um desequilíbrio econômico “exorbitante”, a alimentação subiu mais alto do que um avião, os insumos da gente também subiram desordenadamente, só que o nosso produto, o agricultor quando chega lá ele é repudiado, criticado, desmoralizado e isso dá pra a gente uma insegurança absurda, de a gente está a 7 anos, 8 anos um moio de alface a 2 reais, tá entendendo? Não aumenta! Veja, antes da pandemia um saco de adubo NPK, que eu não uso esse aqui, mas é pra estabelecer a diferença que tá, de 80 reais um saco desse hoje está de 340, tá entendendo? [...].</p> <p>[...] Pra eu manter equilibrada hoje eu preciso de recursos naturais, é preciso que hoje o agricultor desempenhe um papel, seja criativo e coloque alguns bichinhos pra criar pra você, uns franguinhos de corte ou de ovos pra ter o esterco que é muito importante esse esterco que ajuda muito na sua produção pra que se você precisar de algum nutriente tipo o fósforo lá de fora você não precisar ir buscar dele e tentar levar a sua produção da maior forma natural possível pra poder você ter mais ou menos um êxito, entendeu? Então é esses os requisitos que a gente procura levar, a dificuldade que a gente tem de adquirir os insumos, que é exorbitante e a forma de adaptação, isso pra pessoas que tá começando agora ou que... que não procura buscar informação e trocar experiência, isso é fundamental, como você se renovar, se refazer, pegar esterco de... tentar produzir uns animaizinhos, uma variedade porque o esterco de carneiro tem uma forma de nutrição, o esterco de aves ele tem uma outra nutrição, muito fantástico pra o cultivo da... (gagueja) nossa forma de trabalho pra chegar você um ponto de equilíbrio, se você for comprar não compensa, entendeu? [...].</p> |
| Dona Joseilda | <p>[...] essas faltas de investimentos e de conscientização né, porque criaram aquela cultura de que a evasão rural é melhor, porque o filho vai pra capital e lá vai conseguir arrumar uma melhor oportunidade de emprego, até os próprios pais têm botado isso na cabeça dos filhos né e no intuito não estão errados de ter uma vida melhor pros seus filhos né [...].</p> <p>[...] Acho que a falta de investimento dos governantes, acho que os governantes têm que olhar bem pra isso porque a gente tá vendo que a população tem crescido muito, muito nos últimos anos. Apesar da Covid ter matado muitos, mas tem muita gente consumindo, muita gente precisando de comida e sem o meio rural as capitais não existem, elas têm que ter ciência disso, que ela depende da gente que tá na parte rural pra produzir, então tem que investir e incentivar principalmente os agricultores que já existem.</p> <p>[...] Porque eles fazem aquela propaganda (sorri), eu digo uma propaganda enganosa né (sorri novamente) bom, pra que você encha os olhos e não veja a realidade, mas ele pode lhe dar dinheiro e eu lhe pergunto “o dinheiro que você vai tirar ali vai devolver a sua vida? Você como grande produtor do agro, você come o seu agro? Você come o produto ou você o produz separado a parte pra você se alimentar?” essas curiosidades tudo que eu gostaria de saber. Porque eu sei, eles tanto quanto eu sei que, o que é que o veneno faz. Por que que eu vou produzir pra você se eu não como? Acho que falta essa consciência né, como Deus diz “amaí o seu próximo como a ti mesmo” (faz uma breve pausa e respira fundo antes de continuar), se eu não quero comer por que que eu vou dar pra você? Só por causa do dinheiro? Aí chega uma hora que esse dinheiro não vai me servir. Eu posso viajar, posso ir para os Estados Unidos, pro fim do mundo, subir e descer, mas vai chegar uma hora que ele não vai me servir. Eu acho que essa visão que o ser humano tem que começar a ver a vida como um todo, ele não é só o dinheiro,</p> |

| | |
|---------------|--|
| | <p>o dinheiro é muito importante, ele é, muito importante! Quem disser que não é, é mentiroso, mas ele não é tudo. (após terminar a fala, fica em silêncio) [...].</p> <p>Eu acho que enquanto a gente pensar só em (gagueja), só em mim, acho que as coisas “é” mais difícil. Não adianta assim como eu tava dizendo, não adianta você só pensar em si, se não pensar no coletivo, num todo [...].</p> <p>[...] eu reinvesto dentro do sítio né, eu pago uma pessoa três vezes por semana desse dinheiro, eu compro outros produtos, eu compro esterco e sobra um pouco que também tem que ficar pra mim né, porque a gente trabalha assim com comércio justo, e o comércio justo é o que: é você pagar, tirar, fazer todas as contas do que foi gasto, até sua própria hora de trabalho você tem que somar tudo direitinho e em cima disso é que vai sair o valor dos seus produtos, o que você gastou durante [...].</p> <p>[...] Não adianta eu querer vender um pé de alface por dez reais se eu não gastei dez reais nele né, se eu gastei cinco, dois, três, ou o que for pra que ele saísse, então eu tenho que botar tudo ali [...].</p> <p>[...] eu acho que tinha que ser direto com o consumidor, o produtor. (gagueja) Ele tem que fazer direto com o produtor. “Ah, mas você não faz parte de nenhuma cooperativa de nenhuma associação”, não tem nada a ver, você tem que fazer o contrato com... com o produtor... aí se você bota um... um intermediário nesse meio não dá, não dá certo ninguém vai... alguém trabalha de graça? [...].</p> <p>[...] Aí você vai tá trabalhando pra aquele mediador é quem tá lucrando? Aí muita gente não quis, desistiu. Antes era, demorava também o dinheiro entrar na conta, você botava, passava um mês, dois, três pra esse dinheiro chegar. Eu não sei como está agora, porque depois me afastei também não quis mais saber disso [...].</p> |
| Dona Fabiana | Sem expressões notáveis para essa temática. |
| Dona Rafaela | [...], mas sem o uso dos venenos, sem o uso de adubos químicos, então a gente produz sempre produtos saudáveis [...] (sic). |
| Dona Clenilda | <p>[...] aí... a gente estudava lá, que era em casas mesmo assim, não tinha... não tinha escola né, a gente tinha as professoras né que... que ensinava nas suas próprias residências, e a gente lá... estudava e trabalhava um pouquinho. Meu pai também plantava fumo, que eu não sei se você conhece né, que era uma coisa que minha mãe não gostava muito, mas através aqui da COOPERTREZE né, da cooperativa né, agrícola, aí meu pai fazia um tal de uns empréstimos e a gente além das nossas produções da roça né, a gente tinha esse outro plantio de fumo né, que ajudava nas rendas né pra ter mais um dinheirinho [...] (sic).</p> <p>[...] Meu pai criava um gadinho, mas não era nem dele, era um... que a gente chama assim, criava pra dividir depois né, aí então ele pegava de um senhor e depois dividia os bezeros que nascesse. Mas meu pai mesmo ele nunca quis, ele tinha animais assim cavalo, esse gado era só mais pra a gente ter o leite né, as vaquinhas pra a gente ter o leitezinho e aquela... aquela vaquinha que cria sobrando que dividia cada quem ficava com um né, aí meu pai ficava com um, mas era as minhas irmãs a gente trabalhava tudo na agricultura junto com meu pai e minha mãe [...] (sic).</p> |

| | |
|-----------------|--|
| | <p>[...] eu fico aqui imaginando, muitas vezes eu fico aqui em casa imaginando, o calor do sol que a gente as vezes... eu tô aqui em casa e as vezes vou lá um instantinho, mas quantas vezes nós trabalhávamos na roça, alimpando mesmo a mandioquinha e aquele sol castigante assim, mas a gente não se lamentava, nem reclamava, nem dizia “que serviço desgraçado [...] (sic).</p> <p>[...] Pagava algumas coisinhas, mas a maior parte das coisas... porque não existia dinheiro, entendeu? [...] (sic).</p> <p>[...] ali fazia a farinhazinha, você já guardava uma porção pra você né, outra você já vendia e ali o pagamento que tinha era gratidão a Deus daquelas pessoas ter vindo e no final da farinhada fazia cada quem um beiju bem grande (sorri) e dava de presente a cada um e todo mundo era feliz assim né (olha para cima e sorri ao lembrar) [...] (sic).</p> <p>[...] porque nós tamo vivendo num tempo, vamos dizer assim, eu chamo num tempo mais... assim, as pessoas mais disparadas no trabalho e quase não para, não sei o que é que tá acontecendo, ainda não consegui muita explicação, mas tá muito diferente... o tempo de antes não corria tanto que nem a gente corre hoje, né. A gente corre a ponto de não poder nem parar né [...] (sic).</p> <p>[...] feijão não vem dando muito certo, “mode” assim esse... esse modelo que tá sendo a natureza, porque só Deus sabe de tudo. Com essa... esses homens agredindo né, desmatando... e por conta disso a chuva fica muito diferente né (demonstra um pouco de tristeza em sua entonação vocal ao falar) [...] (sic).</p> <p>[...] A gente assim, já se preocupa até já de ter uma sobra pra (sorri), pra ir comprando os esterco né, as vezes a gente dá uma melhorada como a gente tinha um sonho de melhorar aqui, eu não sei se você... eu acho que ela não viu não, num foi? (pergunta a outra pessoa que estava próxima) Dá pra ir um instantinho com ela, quando ela terminar aqui, se for de dia ainda [...] (sic).</p> |
| Dona Alessandra | <p>[...] Sim, sim. Eles sempre incentivaram. Mas como eles sempre viram que eu gosto de estudar, então é uma coisa que a pessoa gosta é importante fazer. Eles sempre incentivaram que eu estudasse o tanto que desse [...] (sic).</p> <p>[...] Houve grandes períodos que meu pai trabalhou, assim, foi empregado né, teve um emprego fora. Mas essas atividades extras aqui em casa sempre existiram [...] (sic).</p> |
| Dona Isabel | <p>[...] Eu desejaria que fosse mais assim pelo que a gente vê aqui o que a gente já foi antes com a nossa comunidade e tudo hoje eu acho pouco entendeu? Pouco, pouco mesmo, porque essa... essa coisa dessa comida natural eles compram assim... com produtos químicos, com muita coisa assim [...] (sic).</p> |
| Dona Eliane | <p>[...] já na adolescência né, quando a gente chegava assim meio-dia que chegava do colégio aí a gente tinha um... É comê que meu pai dizia? (Ela se pergunta). Cada quem tinha o seu... pedacinho de serviço pra fazer [...] (sic).</p> <p>[...] Agora eu que pegava as bolas, mas ele, eu acho que é por conta desses peso que eu peguei que eu tenho esse problema na coluna sério que é não sei quantas hérnia, é duas grave e as outras já... comprometida. Aí a minha vida foi sempre</p> |

| | |
|------------|--|
| | <p>assim, aí me casei, com 18. Continuei na mesma situação que me casei com homem de roça. E roça, plantar fumo, plantar maracujá [...] (sic).</p> <p>[...] Eu sei assinar meu nome, eu sei ler porque eu me apliquei em aprender depois. Porque eles queriam que eu sáisse da escola porque eu não passei de ano, meu pai... a ignorância de antigamente, eu não passei de ano na quarta série pra quinta série aí ele achava viável tirar que não tinha futuro [...] (sic).</p> <p>[...] Era pra trabalhar ne, dez filhos pra criar, eu a mais velha tinha que ajudar ele, ele não tinha filho homem aí ele me tratava como se fosse um homem... Era, ele me dava tarefas como se eu fosse um homem entendeu? que até assim a vizinhança... o pessoal dizia que me chamava que ele me fazia de homem, me chamava de mulher macho, era. “Macho e feme” [...] (sic).</p> <p>[...] As pessoas me chamavam de “macho e feme” porque eu fazia as tarefas de um homem, que ele não tinha filho homem, mas ele botava pra mim fazer as coisas que eu fazia [...] (sic).</p> <p>[...] Ói mulher, era brabo. Mas eu não tenho raiva dele não por causa que ele fez isso, porque não sabia ler e não tinha estudo nem nada o bichinho, foi criado assim –ela dá risada- E assim ele me criou [...]” (sic).</p> <p>[...] Mulher eu gostava muito, eu preferia tá na roça do que em casa, eu gostava só que chegou um tempo que eu não conseguia “mode” as costas, coluna entendeu? Ta no sítio assim, eu gostava, gostava não, eu gosto. O problema é que eu não consigo fazer mais nada na roça. Até no sítio que a gente tem eu vou... que a gente vai as vezes passar final de semana, domingo lá. Eu não posso fazer nada porque ói –mostra o andador- eu tenho que esperar o povo fazer, as irmãs tudo. Mas eu gostava de limpar, eu gostava de limpar as plantas, de plantar, gosto muito, tanto é que eu gosto de planta assi, mas minhas plantas eu não consigo mais cuidar... tá tudo feia [...] (sic)</p> <p>[...] Hoje em dia eu vejo, a minha menina se eu fizer um bolo de macaxeira ela diz “eu não vou lavar as coisas que eu não gosto desse bolo” Lavar as vasilhas, aí vem outro [...] (sic).</p> <p>[...] Eu sei fazer um monte de comida, dessas comidas típica, tudo eu sei dessas comidas típica tudo eu sei. Mas hoje em dia na minha família no caso (inaudível) assim não tem um jovem, um sobrinho meu, uma sobrinha que se interesse em fazer esse tipo de atividade com comida. Tem deles que gosta, tem deles que não gosta né, muitos não gostam e eu sei fazer tudo isso e minhas irmãs sabe tudinho. Mas eu sinto que vai acabar tudo, porque quando passar essa fase, dessa... da minha idade ou mais jovens que ainda tem gente mais jovem que sabe né. Mas vai acabar. Infelizmente, é assim [...] (sic)</p> |
| Dona Hilda | <p>[...] eu acho que o desafio maior é a falta de apoio, principalmente dos governantes em relação é... em relação ao orgânico [...].</p> <p>[...] esse empecilho que hoje os governantes botaram que a criança não pode ir pra roça, o adolescente não pode trabalhar, mas eu creio que foi enfeitado isso, porque não é que ele não pode ir pra roça, ele tem que ter o tempo de laser, o tempo de estudar, o tempo de brincar e o tempo também de ajudar [...].</p> |

| | |
|--|--|
| | <p>[...] A casa de farinha era cheia, mas era tudo ajudando, hoje era aqui, de hoje a oito era de outro vizinho, aí nós voltávamos juntava todo mundo, hoje não, hoje se não tiver dinheiro não faz nada não [...].</p> <p>[...] Eu digo dos meus pais mesmo, porque você sabe que a agricultura, ela depende, principalmente o orgânico, muito de você na roça, e eu não tinha tempo, eu chegava lá às vezes tava o mato tomando de conta e eu não podia, porque quando chegava aqui mãe tava doente, por causa da depressão, tem essa especial também (aponta para a direção da pessoa citada), aí eu não tinha como ficar aqui e roça ao mesmo tempo, não tenho condições [...].</p> <p>[...] aqui é difícil de água, água da DESO é complicado, tentei cavar um poço, mas não tive condições, às vezes eu penso em cavar um, reaproveitar água da chuva, só que assim, a gente não tem condições pra isso né, requer muito financeiro [...].</p> |
|--|--|

Fonte: A autora, 2022.

Essa narrativa dada por Dona Alessandra despertou memórias de sua infância, e mesmo transmitindo mais informações do que ela própria possa imaginar, tais como a ausência do estado no estabelecimento de políticas públicas para as mulheres camponesas, visto que precisam ser vistas como mulheres trabalhadoras, detentoras de direitos, a participante da pesquisa associa esse momento de forma saudosa e lembra do momento de forma prazerosa. Para Menezes “[...] as memórias de infância são marcadas pela centralidade do trabalho que concorre com a escolarização e as atividades lúdicas” (2006, p. 90). Sobre esse momento, recordo-me, como filha de uma camponesa, que muitas vezes minha mãe também me levava para roça, pois meus irmãos estavam comprometidos com outras atividades, ficava brincando com as espigas de milho, que logo minha imaginação visualizava um cenário de bonecas, com cabelos loiros, pretos e ruivos.

Ainda sobre as narrativas das mulheres camponesas desta pesquisa, poderemos destacar fragmentos que demonstram sua luta diária para manter sua permanência no campo:

[...] Se a gente hoje, a gente trabalha pra se manter, pra manter nossa família e também pra gerar renda pra nossa sobrevivência [...] (sic). (Dona Rafaela)

[...] É o sobreviver né, que a gente vive daquilo e a gente tem que enfrentar muitas coisas, como a gente foi, moramos em São Luís aí a gente teve uma safra super boa quando a gente chegamos lá, mas na segunda foi uma praga que não ficava nada aí desanima fia, aí foi onde que o marido endoidou e disse vamo simbora de novo e voltamos pra cá [...], sem nada, sem eira nem beira, sem nada, sem saber o que fazer da vida, chegamos aqui pra encarar tudo de novo aí fomos se empregar, eu fui cozinhar num refeitório aqui na fábrica de suco e ele tomava conta da fábrica aí passando o tempo nós compramos nosso sítio o terreno aí veio... tudo que fazia nos botava no terreno né, no sítio né, porque plantamos laranja, plantamos maracujá de tudo a gente plantou um pouco porque a gente não era empregado pra ser empregado a vida toda, que

a gente não era daquele ramo, daqui né, também o negócio da gente é a roça. O dele principalmente que ele gosta de negociar, gosta de tudo, mas de roça, não de alguém tá mandando nele e ele ter horário [...] (sic). (Dona Eliane)

Conforme as narrativas das camponesas é da agricultura que elas tiram seu sustento e de sua família, mas há muitos enfrentamentos, lutas e resistências para que elas consigam permanecer e se manter no campo. Pensando nisso, destaca-se o avanço das relações capitalistas, no qual foram criados pacotes que incentivavam a industrialização e a modernização da agricultura. No entanto, as mulheres camponesas não conseguiram vivenciar, ou até mesmo se inserir dentro desses pacotes governamentais.

Na prática, houve um aumento substancial das desigualdades, visto que aqueles que conseguiram se enquadrar nas normas de adesão foram os grandes latifundiários. Outro fator importante a ser destacado nas narrativas acima foi o êxodo rural, fenômeno crescente no processo de industrialização e urbanização do Brasil, pois algumas famílias deixaram o campo para buscarem empregos fixos na esperança de que pudessem melhorar suas condições de vida. Mas, em muitos casos, isso gerou o afastamento destas famílias de sua identidade e de sua origem sociocultural.

Quanto aos produtos industrializados, o depoimento abaixo é bem revelador do quanto as mídias são responsáveis por levar informações, como bem expressa Rafaela

[...] Então (sorri), é porque assim né, eu acho que o marketing né, é... das grandes indústrias, é... a divulgação, eu acho que eles investem muito, investe muito em divulgação e o povo gosta muito de, eu acho que moda, a moda... “ah a moda hoje é um suquinho, vamos dizer, um suquinho encaixado, enlatado”, aí o povo vai por moda, por marca, “ah porque é marca tal”, “eu vou tomar porque essa marca é boa, porque eu vi na divulgação, passou na televisão”, aí a criança já fica entusiasmada pros pais comprar, os pais vão e compram, mas sabendo que se ele for ali naquele, numa feira orgânica e comprar vamos digamos 4 goiabas ele vai fazer uma jarra de suco que vai dar pra família toda tomar, que é um produto natural, um produto orgânico e vai ser saudável. Em vez de tá comprando aquele produto de marca porque teve aquela boa divulgação, que gastaram horrores de dinheiro pra divulgar aquele produto e sabendo que tá levando, tá levando... naquela caixa ali não tá dizendo que só tem só “aqui é 100% natural, de goiaba orgânica, disso...” não, ali tem um monte de conservantes e aí muita gente se leva por marca e não sabe (gagueja), não se conscientiza que tá levando pra sua casa, pros seus filhos, drogas. Porque pra mim isso ali são drogas, entendeu? Mas tá... mais cedo ou mais tarde você vai ser prejudicado de alguma forma, você, seus filhos... em vez de você tá dando uma coisa saudável, valorizando ali aquele pequeno produtor perto de você, você vai tá valorizando grandes

indústrias que não tá nem aí pra sua saúde, com o que você tá gastando, então pra a gente é... (demonstra uma expressão de insatisfação) é triste viu [...] (sic) (Dona Rafaela).

A partir da década de 1990, o cenário de agricultura camponesa tornou-se “[...] alvo de políticas e órgãos específicos do Estado e de trabalhos acadêmicos que passaram a valorizar esse modelo de agricultura” (PICOLOTTO, 2014, p.81). Somados a este fato, sindicatos, associações, cooperativas e organizações buscaram se integrar às políticas estatais com a finalidade de promover a permanência do homem no campo (PICOLOTTO, 2014). Porém, além disso, aconteceu de principalmente as mulheres e jovens aumentarem o grau de instrução escolar, o que, de certa forma, os afastou do campo, sendo uma questão preocupante, presente nas falas das camponesas participantes desta pesquisa.

[...] gente tenta passar só que os novos (demonstra uma leve tristeza) a gente não ver. Eu hoje mesmo amanheci assim pensando: meu Deus, quem é dos nossos mais jovens que vai aproveitar alguma coisa disso? Não vejo nenhum, tanto sobrinhos que a gente tem, nenhum se aproxima [...] (sic) (Maria do Carmo – Dona Carminha).

[...] eles são totalmente desligados, é... um é cabeleireiro, outro é filho de professor, o professor incentiva o filho a ir fazer outro curso lá que não tem nada a ver com a terra. E eu digo assim, vocês podem até fazer curso, eu sempre converso com eles, vocês podem fazer curso, mas vocês têm que se aproximar um pouco da terra também porque não só de curso vive. Às vezes você faz um curso, se forma e você não consegue nada, e na terra você vai conseguir alguma coisa (sic) (Maria do Carmo – Dona Carminha).

[...] Hoje em dia eu vejo a minha menina se eu fizer um bolo de macaxeira ela diz “eu não vou lavar as coisas que eu não gosto desse bolo” Lavar as vasilhas, aí vem outro, “tia, me ensine a fazer esse bolo” uma sobrinha, porque qualquer dia desse ninguém mais vai fazer esse bolo e ela gosta, eu disse “não vai ter mais ninguém”. Eu sei fazer um monte de comida, dessas comidas típicas, tudo eu sei. Mas hoje em dia na minha família, não tem um jovem, um sobrinho meu, uma sobrinha que se interesse em fazer esse tipo de comida. Tem deles que gosta, tem deles que não gosta né, muitos não gostam e eu sei fazer tudo isso e minhas irmã sabe tudinho. Mas, eu sinto que vai acabar tudo, infelizmente, é assim (sic) (Maria do Carmo – Dona Carminha).

Na atividade produtiva, para a comercialização dos produtos da agroecologia, temos o relato de Alessandra, que demonstra a preocupação dos seus familiares quanto ao preparo. Pois,

[...] aqui a gente colabora mais com a parte de transformação né, dos nossos produtos. Então é na parte da raspagem da mandioca, de lavar a tapioca,

peneirar que é todo o processo até chegar a ficar no ponto de venda né, então a gente. Eu ajudo mais nessa função mais dentro de casa menos na roça com essa questão manual, que precisa de mais cuidado com a higiene e tal, que é difícil encontrar pessoas que colaborem. Pois, precisa ser com cuidado e o rigor que precisa ser [...] (sic). (Dona Alessandra)

Em relação à composição familiar de Alessandra, notou-se que é uma família relativamente pequena, que tem sua atividade produtiva muito bem engajada nos parâmetros de produção agroecológica, família muito bem instruída e consciente em relação à produção e manuseio dos produtos. Porém, a família lida com a falta de mão-de-obra especializada, como foi destacado na narrativa acima, que tem sido um problema no campo, visto que as famílias reduziram o número de filhos, e os poucos jovens que ainda permanecem não pretendem seguir na mesma atividade que seus pais. Conforme ratifica Oliveira, Mendes e Vasconcelos (2021, p. 02),

Portanto, se, por um lado, os avanços que o meio rural alcançou em razão do reconhecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento de políticas públicas específicas permitiram amenizar o processo de expulsão acelerada das famílias do campo, por outro lado não se deu conta de outras transformações em curso, tais como as questões demográficas que envolvem a redução das taxas de fecundidade e a sucessão no meio rural, impactadas pela falta de interesse do jovem em não continuar no campo.

Quanto ao nível colaborativo, as participantes destacaram que procuraram no início “[...] ajudar meus tios as vezes, quando tipo, um fazia um plantio de maracujá e ia vender e a gente ia ajudar a pesar e embalar e eu sempre tava pelo meio desde criança assim e essa questão de fazer os pés - de moleque também é desde muito pequena [...] (sic). (Dona Alessandra). Em relação à cooperação, as narrativas das mulheres camponesas foram similares, ao relatar que no decorrer dos anos as pessoas deixaram de ajudar. Na atualidade, as relações sociais são regidas pelos limites impostos pelo regime capitalista, o que de certa forma é questionável, visto que o movimento agroecológico, no qual as mulheres camponesas fazem parte, tem como princípio o coletivo. Na realidade, essas e outras questões são vistas como estruturais, de uma sociedade patriarcal e desigual.

Quanto aos recursos materiais a serem implementados na plantação, a questão econômica é bastante crítica, principalmente, em relação à inserção tecnológica no campo. Aumentaram a produção de alimentos, com a justificativa do malthusianismo de promoção da

segurança alimentar e combate à fome. De acordo a teoria de Malthus a população crescia aceleradamente, e acreditava-se que a agricultura camponesa não supriria toda a demanda populacional. No entanto, as narrativas não expressam apenas a desigualdade que acomete o campo, entre aqueles que podem adquirir os pacotes tecnológicos e/ou insumos químicos, tratam-se, também, da sensibilização de manter o solo e os cultivares sem contaminação, de não agredir os lençóis freáticos, dentre outros. Fala-se de uma questão de saúde tanto para aqueles que cultivam, quanto para aqueles que irão consumir os produtos e quanto ao fato de não atender a toda a população, poderia ser solucionado com investimentos/incentivos do estado e de toda a sociedade civil na produção de alimentos que promovam a soberania alimentar e nutricional.

[...] herdamos da década de 1990 uma disputa por propostas de desenvolvimento, políticas públicas e significados entre dois projetos políticos alternativos, o projeto neoliberal do agronegócio, pautado fundamentalmente pela expansão da agricultura de exportação estruturalmente complementar ao “ajustamento constrangido à globalização”, e o projeto democratizante, representado inicialmente no meio rural pela proposta de reforma agrária e de desenvolvimento rural fundado na agricultura familiar, mas que deverá incorporar posteriormente novos atores e propostas, e que é pautado, entre outros elementos, pela afirmação da expansão da agricultura de mercado interno, do reconhecimento dos direitos sociais das populações rurais, da democratização do acesso às políticas públicas, e do objetivo fundamental da segurança alimentar e nutricional da população brasileira (DELGADO, 2012, p. 103).

Em relação aos **recursos financeiros** para implementação de algum instrumento/objeto na plantação, temos o depoimento de Isabel, que realça “[...] a gente querer ir a um banco, num lugar, fazer uma proposta uma coisa pra ajudar pra plantar, pra comprar, uma máquina, uma ferramenta de trabalho, entendeu? [...]” (sic). Sobre a utilização de insumos químicos em suas lavouras, as camponesas enfatizam:

[...] quem usa agrotóxico, ele não tá pensando naquele alimento sadio pra ele e pras outras pessoas, ele tá pensando só no capitalismo né (faz um gesto com as mãos, as atritando polegares com indicadores), só no dinheiro, no que eu vou ganhar né. Por exemplo, se uma roça de mandioca nossa, nós precisa limpar seis vezes, oito vezes, ele com uma ou duas vezes que ele coloca... né, o produto químico né, que eles chamam de remédio né, mas é um agrotóxico que nós sabemos, vamos dizer assim, como ele é terrível na vida humana... pra eles não importa, acaba com a terra, acaba com os alimentos, que tudo que eles produz são coisas que faz mal à saúde humana, mas só que... não só é os ricos não, as pessoas pequenas também tão fazendo isso, tá entendendo? Só tão pensando só em fazer o dinheiro, não gastar com aquela pessoa que vai

pra roça... tá entendendo? Pisar naquele solo sadio, não, ele tá pensando só no dinheiro [...] (sic) (Dona Clenilda).

[...] Na época do meu pai não usava muito esses venenos, não usava. Porque no caso a gente nunca usou o tal do roundup pra matar o mato, na época do meu pai né e eu acho também mesmo porque não podia comprar que acho que só aqueles grandões, aqueles ricos pra não limpar[...] (sic) (Dona Eliane).

[...] Tinha o saber da natureza mesmo, da natureza né, mas hoje botam muito veneno, muita coisa, um estante você bota um pinguinho de um veneno num pé de mato, amanhã ele está todo amarelo, morto. E ali faz bem a terra? Não ne, eu acho que não, que não vai fazer só mal àquele pé de planta [...] (sic). (Dona Eliane)

Quanto à poluição dos vizinhos, Dona Clenilda aponta que “[...] morar aqui, pra a gente se livrar das ‘poluições’ laterais né, então os recursos sozinhos devagarzinho a gente vai juntando né e fazendo algumas coisas que é benefício pra nossas roças mesmo [...]” (sic).

De acordo com as narrativas, as mulheres camponesas enfatizam que o uso de agrotóxico foi algo implementado pelo agronegócio ao longo dos anos, e que já atingiu até mesmo os pequenos produtores agrícolas, com a ilusão de aumento da renda e melhores condições de vida. Todavia, esses agricultores, acabam se endividando, pois não têm o mesmo poder de compra que os grandes proprietários de terra. Esses produtos e insumos além de serem prejudiciais à saúde socioambiental também possuem alto valor de compra e aquisição. As mulheres camponesas (re)afirmam que tiveram **consciência** da necessidade de mudança de postura durante alguns momentos em suas falas em relação a sua **saúde**, a saber:

[...] Pensando na saúde, na natureza, nas coisas que a gente via que depois (gagueja) os efeitos que ia dar né, que a gente ia causar né e foi assim que a gente foi vendo que não dava certo tendo essa consciência... e fomos deixando, por amor próprio mesmo dizer “não, não dá certo” e a gente via muitos casos acontecendo de saúde, doença, até na própria família em amigos que trabalhava assim, efeitos colateral né aí nós fomos tendo essa consciência e lutando [...] (sic) (Dona Isabel).

Sobre orientações técnicas quanto ao uso de recursos naturais, temos a explicação de Clenilda, que enfatiza sobre a questão,

[...] alguém para nos orientar como fazer, pra que não usem o adubo químico não, só use só o... vamos dizer assim, só use só a matéria orgânica mesmo da terra, a matéria prima da terra que você joga e o esterco. Então, a gente já tinha essas orientações, não eram muitas, entendeu? Mas já servia, porque a... a

própria natureza e... dos passados, dos avós, dos pais... já vai ensinando a gente como plantar né, mas que ajuda, ajuda essas outras orientações, entendeu? [...] (sic). (Dona Clenilda)

[...] o pessoal da EMDAGRO vai orientando, e dá todo apoio técnico mostra todo manejo, coloca no grupo ói tá aparecendo esse tipo de inseto, essa lagarta, tá aparecendo assim, o que é que faz, essa planta tá ficando dessa cor aí as vezes a gente precisa fazer uma análise de solo pra saber o que tá precisando. Sempre... Seu Paulo o pessoal lá da EMDAGRO sempre dá esse apoio a gente, seu Paulo Alves. Sabe todas as reuniões ele participa, todas, e orienta e qualquer dúvida e qualquer coisa ele tá sempre em contato com a gente, ele é uma pessoa assim ói, um anjo de Deus na vida da gente [...] (sic) (Dona Isabel).

De acordo com as narrativas, podemos observar a importância da parceria entre as camponesas e a assistência técnica com conhecimentos agroecológicos. Embora tenhamos vivenciado um dismantelamento das políticas e programas direcionadas ao desenvolvimento rural e solidário no meio rural nos últimos anos, observa-se que a presença da assistência técnica alcança resultados positivos, bem como proporciona segurança para o trabalho agroecológico desenvolvido pelas mulheres camponesas, e mesmo sendo os saberes adquiridos por gerações, essa articulação entre camponeses e assistência técnica proporciona aperfeiçoar os instrumentos agrícolas tradicionais como sinaliza Valadão (2012, p. 152) “[...] a ação de técnicos com conhecimentos em agroecologia auxilia os agricultores a buscar incorporar outras formas de fazer ou aperfeiçoar suas formas tradicionais”. Nota-se, também, que as mulheres camponesas da Colônia Treze têm sido bem auxiliadas pela assistência técnica da EMDAGRO, que tem feito ações significativas em suas unidades produtivas.

No processo de comercialização, há indícios de dificuldades em razão dos atravessadores, como bem destacam as mulheres camponesas:

[...] É, nós aqui só temos essas pessoas que revendem cestas né, que... vamos chamar de atravessador né, e a gente vende mais é direto ao consumidor, as nossas vendas maiores é... eu acho que esses consumidores são uma benção né, porque é direto a ele. Tem... nós só temos só mesmo só, esses entregas que a gente faz né as... à lanchonete de salgado e as meninas de Aracaju, que é Jamile que você conheceu e a outra é Catiele né, que é... ela vem um dia de sábado... uma vem duas vezes e a outra vem só uma vez... por semana. Então, os atravessadores nosso são pouco, é direto ao consumidor, que é os que sempre a gente diz, é como vender na feira, vender na feira é direto ao consumidor [...]” (sic). (Dona Clenilda)

“[...] E você ter uma coisa assim pra vender e não conseguir vender e as vezes quando pega, pega os atravessadores pra vender e não tem canto, espaço pra expor, pra gente colocar pra vender [...]” (sic). (Dona Isabel)

[...] Fia... eu acho que é o comércio assim, não dão valor, o pessoal não valoriza e porque também por ser orgânico é muita luta pra que o orgânico fique bonito parecido esses que usa essas coisas aí né, aí o pessoal não dá valor por que não fica aquela coisa que o pessoal quer, mais agora hoje em dia é atrás de boniteza né, isso não atrás da saúde tão atrás mais da boniteza da planta [...] (sic) (Dona Eliane).

Um dos desafios enfrentados pelos camponeses é a distribuição, comercialização e valorização dos seus produtos. Diferentemente do agronegócio (latifúndio), que vendem seus produtos para multinacionais, a mulher camponesa tem procurado meios de se inserir no mercado, comercializando seus produtos diretamente com o consumidor ou por meio de atravessadores. Mas, de acordo com suas narrativas, ainda falta valorização da sociedade como um todo, visto que o modo de produzir e colher elaborado por elas e seus familiares requer tempo e muito cuidado para que o produto chegue ao consumidor com qualidade.

A título de exemplo, o MST, com todos os limites impostos pelo modo de produção capitalista, tem sido um movimento que incentiva a produção agroecológica dentro dos seus acampamentos e fora deles, bem como se articulado para inserir os produtos agroecológicos no mercado consumidor. O MST é considerado o maior produtor agroecológico brasileiro, possuindo, por exemplo, a maior produção de arroz orgânico da América Latina (RAUBER, 2020). Além disso, em 2020, doou mais de 3 mil toneladas de alimentos para a população brasileira (MST, 2021).

O MST demonstra, em síntese, que a resistência e a superação do modelo de agronegócio insustentável e predatório ao meio ambiente por meio da agroecologia são possíveis em larga escala. O movimento vem realizando por meio da agroecologia uma revolução progressiva dos meios de produção, mesmo inserido num contexto capitalista altamente financeirizado (DALLA RIVA, 2020, p. 106).

Como bem sinaliza Van Der Ploeg (2009, p. 17) em uma das suas sete teses sobre a agricultura camponesa

[...] as condições atuais (crise econômica e financeira global que se combina com crises alimentares periódicas), o modo de produção camponês deve ser valorizado como um dos principais elementos de qualquer que seja o projeto adotado para fazer frente aos dilemas atuais.

Mesmo que os camponeses da Colônia Treze não tenham estabelecido parceria de forma direta com o MST nas transações de compra e venda de seus produtos, o movimento também tem participado, ainda que de forma indireta, da organização e incentivo dos camponeses da Colônia Treze por meio dos eventos, seminários, encontros e manifestações, os quais tem sido também um movimento contra-hegemônico para as formas capitalistas e o agronegócio no campo, visando a promoção da segurança alimentar e nutricional de alimentos agroecológicos.

4.4 Aspectos socioambientais: práticas e saberes das mulheres camponesas da Colônia Treze

Nos últimos anos, emergiram-se preocupações relacionadas à degradação socioambiental. Desde o início do processo de industrialização no Brasil, o país passou a investir no desenvolvimento urbano-industrial e no desenvolvimento rural. No entanto, este desenvolvimento não estabeleceu limites quanto ao uso dos recursos naturais, e no decorrer dos anos percebeu-se um esgotamento destes recursos, carecendo de medidas e de ações urgentes que pudessem mitigar os impactos causados ao meio socioambiental.

Diante desta problemática, governos vêm estabelecendo parâmetros em suas formas de produção, adotando a sustentabilidade como um deles. Todavia, essas estratégias são para atender às demandas do presente e às necessidades de mudanças imediatas. A longo prazo, as formas de produzir e usufruir continuam as mesmas, ou seja, o discurso de sustentabilidade e igualdade requer reflexões e questionamentos, visto que a desigualdade permanece e dificulta a construção de propostas que promovam o “desenvolvimento sustentável” de fato.

Neste sentido, Gliessman (2000) aponta elementos fundamentais na efetivação de um desenvolvimento e uma prática de agricultura mais sustentáveis: o uso de recursos renováveis, a preservação da diversidade biológica e cultural, menor dependência comercial, aceitação e tolerância das condições local, manutenção a longo prazo da capacidade produtiva, utilização do conhecimento e capacidade da população e produção de mercadorias para o consumo interno antes de produzir para a exportação, como bem assinala Altieri (2010, p. 29)

O desenvolvimento da agricultura sustentável requererá mudanças estruturais significativas, além de inovação tecnológica, redes e solidariedade de agricultor a agricultor. A mudança requerida não é possível sem movimentos sociais que criem vontade política entre os servidores públicos com poder de decisão, para desmontar e transformar as instituições e as regulações que atualmente freiam o desenvolvimento agrícola sustentável. É necessária uma

transformação mais radical da agricultura. Uma transformação que esteja dirigida pela noção de que a mudança ecológica da agricultura não pode se promover sem mudanças comparáveis nas arenas sociais, políticas, culturais e econômicas que conformam e determinam a agricultura.

Desse modo, para que, de fato, possa se efetivar a agricultura sustentável, faz-se necessário investir na agricultura de base (camponesa), fornecer subsídios para que essa classe produza e disponibilize seus produtos no mercado consumidor, atendendo às necessidades internas, pois não adianta produzir em larga escala e exportar para o exterior, se a população interna passa fome ou se está má alimentada (sem a soberania alimentar e nutricional), essas e outras questões se fazem urgentes e precisam ser solucionadas antes de qualquer outra coisa.

Sobre as **questões socioambientais** que compareceram nas narrativas das mulheres camponesas e influenciam no processo de produção e colheita, destacam-se no quadro 3 abaixo:

Quadro 3 - Quadro demonstrativo dos aspectos socioambientais extraídos das narrativas das camponesas da Colônia Treze (2021).

| Participantes | Aspectos Socioambientais |
|---------------------------------|--|
| Maria do Carmo Dona Carminha | [...] “as vezes assim eu vou na feira e digo “óia” que feira pequena hoje, nem gastei dinheiro. Porque a gente compra o mínimo, porque se a gente produz o feijão, a fava, o milho, a batata, a macaxeira, um maxixe, um “majongome”, um couve, uma cebolinha, um coentro, um quiabo! Que lá naquele meu quintal cheio de pedra, porque chega lá encontra cebolinha, encontra coentro, encontra quiabo, tudo naquele quintal eu tenho, acerola, que até eu dizendo esses dias a um amigo, “óia os pés de acerola nasceram porque eles gostam de mim, porque eu não botei nenhuma semente aqui, de repente achei os pés de acerola no quintal, peguei e deixei lá”. E eu até uso, dou, vendo. Então eu acho que as vantagens são mais do que as desvantagens, enquanto a gente se alimenta, tem a saúde e ainda tem a alegria de poder servir os outros também né. Então são grandes vantagens. |
| Dona Ângela | [...] a temperatura influencia muito, muito, muitíssimo. Hoje nós estamos é... num sistema muito crítico, com o aumento de temperatura, as pessoas não percebem, mas o agricultor percebe por que ele tem dificuldade de produzir, tem dificuldade de germinação, tudo isso é por conta da temperatura do meio ambiente, entendeu? Aí isso aí se dá ao quê? Ao desmatamento que está tendo é... a poluição do meio ambiente, todo produto, todo sistema de poluição é... muda a... a temperatura ambiental, do meio ambiente, isso significa dizer só o agricultor observa isso, porque... porque ele precisa dessa temperatura para a germinação da planta, tá entendendo? [...]. [...] A planta precisa de um ambiente saudável é... temperatura confortável, apropriada pra o desenvolvimento e o desempenho dela. Então é esse tipo que a gente é... aprende pra desenvolver nosso plantio, porque se você não tiver voltado pra isso, for uma pessoa que não tenha uma sensibilidade, que tenha uma... um vasto conhecimento, não é conhecimento universitário não, é conhecimento de observação do comportamento dia a dia. |

| | |
|---------------|--|
| | |
| Dona Joseilda | <p>[...] a falta de investimento dos governantes, acho que os governantes têm que olhar bem para isso porque a gente tá vendo que a população tem crescido muito, muito nos últimos anos”.</p> <p>[...] criar meios de incentivar esses jovens a permanecer na terra porque quanto mais ele sair, menos produção, quanto mais os jovens saírem, menos produção. E a gente vê hoje os grandes negócios, os filhos dos mais ricos muitos estão permanecendo na terra porque eles já perceberam isso né e lá eles também ganham seu... seu salário até maior do que cá num emprego numa capital, porque eles são grandes empresários né (respira fundo) e acho que o pequeno também tem que observar isso, mas eles precisam de investimento e o tanto um quanto outro sozinho, ele não consegue sozinho alimentar o mundo (balança levemente a cabeça afirmando). Tanto o grande empresário como o pequeno, o agricultor, eles precisam um do outro pra suprir toda a demanda que há no mundo de comida. Tem que incentivar os jovens a permanecer na terra, tem que haver investimento nesse sentido, mais políticas públicas voltadas pra agricultura, pra agroecologia, pra agronomia, tudo desse sentido, ter algum benefício que faça com que eles permaneçam de alguma maneira na terra, para que dê continuidade” (sic).</p> <p>Uma coisa que a gente tem que fazer pra permanecer sem adubo químico é assim. É... o orgânico muita gente diz que é caro, mas não é caro não. Você faça só uma, uma base, eu planto com veneno 1000 pés de couve, eu tiro 900 pés de couve. Eu planto só com adubo orgânico, com os maiores cuidados eu consigo tirar estourando, 400 a 500 pés de couve, a diferença é muito grande. Então, o que foi perdido tem que ser botado em cima do que permaneceu, porque senão eu nunca vou conseguir tirar o que foi gasto, sem contar o tempo né que às vezes é... é maior [...] (sic)</p> |
| Dona Fabiana | Sem expressões notáveis para essa temática |
| Dona Rafaela | <p>[...], mas sem o uso dos venenos, sem o uso de adubos químicos, então a gente produz sempre produtos saudáveis [...] (sic).</p> <p>[...] é um produto natural, um produto orgânico e vai ser saudável. Em vez de tá comprando aquele produto de marca porque teve aquela boa divulgação, que gastaram horrores de dinheiro pra divulgar aquele produto e sabendo que tá levando, tá levando... naquela caixa ali não tá dizendo que só tem só “aqui é 100% natural, de goiaba orgânica, disso...” não, ali tem um monte de conservantes e aí muita gente se leva por marca e não sabe (gagueja), não se conscientiza que tá levando pra sua casa, pros seus filhos, drogas. Porque pra mim isso ali são drogas, entendeu? Mas tá... mais cedo ou mais tarde você vai ser prejudicado de alguma forma, você, seus filhos... em vez de você tá dando uma coisa saudável valorizando ali aquele pequeno produtor perto de você, você vai tá valorizando grandes indústrias que não tá nem aí pra sua saúde, com o que você tá gastando, então pra a gente é... (demonstra uma expressão de insatisfação) é triste viu [...] (sic).</p> <p>[...] é a valorização, que a gente é pouco valorizado, entendeu? Assim, todo mundo quer ter alimento saudável na sua mesa, todo mundo quer ter um alimento de boa qualidade, mas muitas pessoas não valorizam aqueles produtores, não sabem como foi pra... a dificuldade pra chegar aquele alimento em sua casa, é fácil você</p> |

| | |
|-----------------|---|
| | <p>ir ao supermercado e você dizer assim “eu quero escolher aquele ali porque tá com boa qualidade”, mas o difícil é você saber, parar pra pensar e se colocar no lugar, de onde será que tá vindo esse produto, como foi o manuseio desse produto até aqui, como foi pra manter esse produto com essa qualidade. Então assim, a gente é um pouco... (gagueja) desprezado, a gente é um pouco esquecido, sabe? Aí eu acho que é desprezo, a gente não é valorizado, não tem essa valorização, entendeu? (sic).</p> |
| Dona Clenilda | <p>[...] eu fico aqui imaginando, muitas vezes eu fico aqui em casa imaginando, o calor do sol que a gente as vezes... eu tô aqui em casa e as vezes vou lá um instantinho, mas quantas vezes nós trabalhávamos na roça, alimpando mesmo a mandiquinha e aquele sol castigante assim, mas a gente não se lamentava, nem reclamava, nem dizia “que serviço desgraçado [...]” (sic).</p> <p>[...] Eu acho que, assim, uma grande parte que cê sabe que... quem usa agrotóxico, ele não tá pensando... ele não tá pensando naquele alimento sadio pra ele e pras outras pessoas, ele tá pensando só no capitalismo né (faz um gesto com as mãos atritando polegares com indicadores), só no dinheiro, no que eu vou ganhar né. Por exemplo, se uma roça de mandioca nossa, nós precisa limpar seis vezes, oito vezes, ele com uma ou duas vezes que ele coloca... né, o... o produto químico né, que eles chamam de remédio né, mas é um agrotóxico que nós sabemos, vamos dizer assim, como ele é terrível na vida humana... pra eles não importa, acaba com a terra, acaba com os alimentos, que tudo que eles produz são coisas que faz mal à saúde humana, mas só que... não só é os ricos não, as pessoas pequenas também tão fazendo isso, tá entendendo? Só tão pensando só em fazer o dinheiro, não gastar com aquela pessoa que vai pra roça... tá entendendo? Pisar naquele solo sadio, não, ele tá pensando só no dinheiro [...] (sic).</p> <p>[...] A gente assim, já se preocupa até já de ter uma sobra pra (sorri), pra ir comprando os esterco né, as vezes a gente dá uma melhorada como a gente tinha um sonho de melhorar aqui, eu não sei se você... eu acho que ela não viu não, num foi? (pergunta a outra pessoa que estava próxima) Dá pra ir um instantinho com ela, quando ela terminar aqui, se for de dia ainda. A murar aqui, pra a gente se livrar das “poluições” laterais né, então os recursozinhos devagarzinho a gente vai juntando né e fazendo algumas coisas que é benefício pra nossas roças mesmo [...] (sic).</p> |
| Dona Alessandra | <p>E aí os eventos que a gente participa a gente sempre vê discussões né? Sobre melhorar a terra, ou práticas de como guardar as sementes, além do que a gente já fazia a gente via coisas novas tipo: adicionar uma pimenta. Dizem que também funciona e não vai alterar o sabor e evita a proliferação dos gorgulhos que é um problema.</p> |
| Dona Isabel | <p>[...] O maior desafio... É assim, de ter alguma coisa pra vender e a pessoa não valorizar sabe? E a gente... (gagueja) O aspecto é ruim, mas não sabe a pureza, a grandeza daquele alimento sabe? Que tá ali, e as vezes não é só aquela boniteza que enche os olhos né, mas as vezes aquela boniteza não tem gosto, não tem sabor sabe? E... as vezes a gente mostra e eles não acreditam sabe? Essa... essa falta de... crédito. E as vezes você... sabe? ... eu acho que as vezes desanima por “causo” disso que quer ver o resultado logo né? E esse não é um resultado que vem logo, é com o tempo, é com o dia a dia, é devagar e vai chegando [...].</p> |
| Dona Eliane | <p>[...] Mas não era assim totalmente 100% tudo não, sempre a gente foi... trabalhou e depois a gente foi tendo a noção das coisas vendo o perigo e tudo e aí nós fomos deixando, deixando, deixando até deixar totalmente.</p> |

| | |
|------------|---|
| | [...] Pensando na saúde, na natureza, nas coisas que a gente via que depois (gagueja) os efeitos que ia dar né, que a gente ia causar né e foi assim que a gente foi vendo que não dava certo tendo essa consciência... e fomos deixando, por amor próprio mesmo dizer “não, não dá certo” e a gente via muitos casos acontecendo de saúde, doença, até na própria família em amigos que trabalhava assim.... (inaudível) efeitos colateral né aí nós fomos tendo essa consciência e lutando. |
| Dona Hilda | [...] aqui é difícil de água, água da DESO é complicado, tentei cavar um poço, mas não tive condições, as vezes eu penso em cavar um, reaproveitar água da chuva, só que assim, a gente não tem condições pra isso né, requer muito financeiro [...]. |

Fonte: A autora, 2022.

Ao analisar os relatos da camponesas no quadro 3, percebemos a sensibilização carregada de saberes e conhecimentos sobre as transformações e mudanças ocorridas no meio socioambiental, mediante a ação antrópica, de como altera o ciclo natural, biológico, o qual acaba afetado, sobretudo, as formas de produzir. As imagens abaixo demonstram saberes utilizados pelas camponesas para captar água da chuva e continuar com seus cultivos, mesmo em tempo de chuvas escassas.

Figura 41 - Técnica de coleta e captação da água da chuva das agriculturas camponesas, Colônia Treze, Lagarto/SE (2022)



Fonte: A autora, 2022.

As mulheres camponesas utilizam seus saberes e conhecimentos para a manutenção de suas lavouras, são técnicas ainda rudimentares, mas que demonstram como as mulheres camponesas não são um sujeito estático, que espera acontecer. Pelo contrário, elas utilizam as poucas ferramentas que têm para trazer melhorias aos seus cultivos e para seus familiares. Em relação a isso, é importante salientar que se houvessem mais investimentos públicos em

educação e tecnologias, essas técnicas que são aparentemente rudimentares, poderiam ser aperfeiçoadas de modo a alcançarem outros camponeses, que seriam beneficiados ao promover o melhoramento de suas produções com as técnicas e tecnologias disponíveis.

Quanto aos investimentos públicos, as narrativas de Dona Joseilda realçam que “[...] a falta de investimento dos governantes, acho que os governantes têm que olhar bem para isso porque a gente tá vendo que a população tem crescido muito, muito nos últimos anos” de modo que se

[...] criar meios de incentivar esses jovens a permanecer na terra porque quanto mais ele sair, menos produção, quanto mais os jovens saírem, menos produção. E a gente vê hoje os grandes negócios, os filhos dos mais ricos muitos estão permanecendo na terra porque eles já perceberam isso né e lá eles também ganham seu... seu salário até maior do que cá num emprego numa capital, porque eles são grandes empresários né (respira fundo) e acho que o pequeno também tem que observar isso, mas eles precisam de investimento e o tanto um quanto outro sozinho, ele não consegue sozinho alimentar o mundo (balança levemente a cabeça afirmando). Tanto o grande empresário como o pequeno, o agricultor, eles precisam um do outro pra suprir toda a demanda que há no mundo de comida. Tem que incentivar os jovens a permanecer na terra, tem que haver investimento nesse sentido, mais políticas públicas voltadas pra agricultura, pra agroecologia, pra agronomia, tudo desse sentido, ter algum benefício que faça com que eles permaneçam de alguma maneira na terra, para que dê continuidade” (sic) (Dona Joseilda).

Diante da falta de investimentos, da falta de valorização da sociedade civil, da falta de apoio e da ausência do fortalecimento da agricultura agroecológica sobre o trabalho e as práticas desenvolvidas pelas mulheres camponesas, mostram-se os desafios/descontentamentos enfrentados pelas participantes da pesquisa para se manterem na produção agroecológica, a saber:

Uma coisa que a gente tem que fazer pra permanecer sem adubo químico é assim. É... o orgânico muita gente diz que é caro, mas não é caro não. Você faça só uma, uma base, eu planto com veneno 1000 pés de couve, eu tiro 900 pés de couve. Eu planto só com adubo orgânico, com os maiores cuidados eu consigo tirar estourando, 400 a 500 pés de couve, a diferença é muito grande. Então, o que foi perdido tem que ser botado em cima do que permaneceu, porque senão eu nunca vou conseguir tirar o que foi gasto, sem contar o tempo né que às vezes é... é maior [...] (sic) (Dona Joseilda).

[...] é a valorização, que a gente é pouco valorizado, entendeu? Assim, todo mundo quer ter alimento saudável na sua mesa, todo mundo quer ter um alimento de boa qualidade, mas muitas pessoas não valorizam aqueles produtores, não sabem como foi pra... a dificuldade pra chegar aquele

alimento em sua casa, é fácil você ir ao supermercado e você dizer assim “eu quero escolher aquele ali porque tá com boa qualidade”, mas o difícil é você saber, parar pra pensar e se colocar no lugar, de onde será que tá vindo esse produto, como foi o manuseio desse produto até aqui, como foi pra manter esse produto com essa qualidade. Então assim, a gente é um pouco... (gagueja) desprezado, a gente é um pouco esquecido, sabe? Aí eu acho que é desprezo, a gente não é valorizado, não tem essa valorização, entendeu? (sic) (Dona Rafaela)

[...] O maior desafio... É assim, de ter alguma coisa pra vender e a pessoa não valorizar sabe? E a gente... (gagueja) O aspecto é ruim, mas não sabe a pureza, a grandeza daquele alimento sabe? Que tá ali, e as vezes não é só aquela boniteza que enche os olhos né, mas as vezes aquela boniteza não tem gosto, não tem sabor sabe? E.. as vezes a gente mostra e eles não acreditam sabe? Essa... essa falta de... crédito. E as vezes você... sabe? ... eu acho que as vezes desanima por “causo” disse que quer ver o resultado logo né? E esse não é um resultado que vem logo, é com o tempo, é com o dia a dia, é devagar e vai chegando [...] (sic) (Dona Isabel).

Esses desafios se mostraram unânimes entre as mulheres camponesas, mas isso não se tornou um impedimento para que elas desistissem ou deixassem de gostar de ser camponesa, essas dificuldades tornaram-se fonte de incentivo para que estas mulheres continuassem a resistir e persistir em suas práticas e vivências socioproductivas, bem como lutar para tornar garantidos os seus direitos. Perante as conquistas, lutas e desafios, as mulheres campesinas da Colônia Treze enfrentam questões que para serem solucionadas precisariam de uma intervenção política e social (movimentos, organizações e articulações) e novas propostas contra o modelo hegemônico vigente, alinhadas à filosofia de vida do Bem Viver e aos conhecimentos teóricos da agroecologia.

4.5 Agroecologia e Bem Viver: Relações possíveis?

Neste tópico final, teceremos análises sobre as relações existentes (ou não) entre os saberes agroecológicos das mulheres campesinas da Colônia Treze e os pressupostos teóricos do Bem Viver. As narrativas das mulheres campesinas expressas no quadro a seguir identificam aproximações com os pressupostos teóricos do Bem Viver indigenista. Contudo, faz-se necessário enfatizar que é muito difícil ou praticamente impossível que uma sociedade que esteja cercada por práticas capitalistas consiga atingir com fidelidade todos os princípios propostos por esta filosofia de vida. Cabe ainda salientar que dentre os princípios há o de **“respeitar as diferenças”** e este fundamentará boa parte das análises seguintes, visto que existem especificidades socioculturais e territoriais.

Quadro 4 - Relatos extraídos das narrativas das mulheres agroecológicas da Colônia Treze, 2022

| Participantes | Expressões da Agroecologia | Expressões do Bem Viver |
|--------------------------------|---|--|
| Maria do Carmo (Dona Carminha) | [...] porque na verdade a gente já foi criado assim a... o nosso pai a gente só tinha uma tarefa e meia de terra, era nossa... nossa propriedade onde a gente nasceu. Era uma tarefa e meia de terra, e lá nunca se usou adubo nenhum, num falava em adubo, a gente nem conhecia adubo. Quando chegamos no Treze viemos conhecer adubo por causa do fumo [...] (sic). | [...] é, nada de químicos. Aqui... aqui mesmo, essa terra pode dizer que é sagrada (sorri junto com entrevistadora), porque nunca... foi usado [...] (sic). |
| Dona Angela | Então, o capim de corte eu tenho um desempenho muito grande como matéria orgânica, entendeu? A gente pega esse capim, a gente tritura numa forrageira e aí remete ele em cobertura na... na plantação. Isso ali... isso aí tem um respaldo muito grandioso, muito valioso e que na maioria das vezes, nas trocas de experiência eu recomendo né, mas as pessoas não dão muito “ligância”. Então, adaptação depende de cada um de querer assumir, ninguém é obrigado a fazer aquilo que o outro faz, mas se espelhe, “ah a lição tá dada e a dica tá dada”, aí é cada um faz de acordo que é a necessidade, mas eu utilizo muito a cobertura morta nas nossas plantações, entendeu? Principalmente nas plantas mais... mais rápidas né, que é as hortaliças, essas coisas mais baixas que a gente reutiliza é... é... essa cobertura, e logo em seguida consequentemente isso se transforma em matéria orgânica, isso enriquece fantasticamente o nosso solo tá entendendo? À medida que a gente vai plantando... não é só o esterco que a gente... e nem a mamona que vai enriquecendo o nosso solo não, o que eu vejo grandioso na nossa plantação é uma cobertura fantástica, | [...] Amor a gente tem que ter até por uma planta, até por um... por um galho de uma árvore, por um... por uma fruta, por um... tudo na vida! Tudo na vida a gente tem que ter amor com aquilo ali [...] (sic). [...] eu tô aqui todo dia a vida inteira e eu observo todas as plantas eu fico olhando pra elas, observando o que que ela precisa, o que, que... (gagueja) o que que aquilo me... me engrandece, entendeu? É como se fosse meus filhos, porque eu plantei, eu ajudei a germinar, ajudei a dar a vida tá entendendo? E prosperar [...] (sic) |
| Dona Joseilda | [...] É muito desafio, é muita coisa que a gente tem que fazer pra permanecer sem adubo químico é assim. É... o orgânico muita gente diz que é caro, mas não é caro não. Você faça só uma, uma base, eu planto com veneno 1000 pés de couve, eu tiro 900 pés de couve. Eu planto só com adubo orgânico, com os maiores cuidados eu consigo tirar, estourando, 400 a 500 pés de couve, a diferença é muito grande. Então, o que foi perdido tem que ser botado em cima do que permaneceu, porque senão eu nunca vou | [...] e não pensar no planeta como um todo, porque ele precisa estar bem para que você viva bem dentro dele, é como se você estivesse destruindo, tivesse não, está destruindo sua própria casa, sua própria morada. Você não tá percebendo o que é que você tá fazendo com a sua própria vida, porque sua vida depende de todo o |

| | | |
|---------------|---|--|
| | <p>conseguir tirar o que eu fui gasto, sem contar o tempo né que às vezes é... é maior, mas em compensação quando você leva pra casa a durabilidade, se você comprar um pé de alface com veneno ele não passa oito dias, se você comprar sem veneno se você tiver bastante cuidado ele passa 30 dias(demonstra um semblante sério ao terminar a fala e faz uma breve pausa) [...] (sic)</p> | <p>sistema, é... digamos, é uma cadeia alimentar que na qual onde faltou um pra “comer” o outro não funciona bem... né (faz uma breve pausa balançando a cabeça) [...] (sic).</p> |
| Rafaela | <p>[...] sem o uso dos venenos, sem o uso de adubos químicos, então a gente produz sempre produtos saudáveis [...]” (sic). [...]. Então, pra produzir né, alimentos, alimentos saudáveis, alimentos que se diga assim, que não vem só pra minha mesa, que vai pra mesa de muitas pessoas, que a gente faz isso com amor sabendo que a gente tá produzindo uma coisa saudável, que a gente tá levando saúde pras pessoas, mas a gente se sente... eu me sinto um pouco desvalorizada sabe, quando tô mesmo numa feira que chega uma pessoa assim tipo...menospreza sabe, o pequeno produtor, sabendo que eles dependem da gente [...]” (sic).</p> | <p>[...] eu já nasci praticamente no berço agrícola, porque meus avós eram agricultores, meus pais e eu morei com meus avós desde... desde que eu nasci né, que minha mãe morava com meu avô e a gente já nasceu com essa profissão (olha para a entrevistadora e sorri), mesmo sem escolher, mas a gente já exerce desde que nasceu [...] Porque assim, desde a geração dos meus avós que se plantava verduras no fundo da casa sem colocar adubo químico, sem colocar veneno pra se ter uma alimentação saudável tanto pra a gente como pra os vizinhos que a gente vivia assim o que a gente plantava, a gente também doava né [...] (sic).</p> |
| Dona Clenilda | <p>[...] Dava aquele descanso na terra, depois roçava, não gostava nem de queimar, embolava assim a terra (faz alguns gestos com as mãos descrevendo a ação descrita) junto com aquele mato, e usar esterco né, que é esses adubos naturais [...] (sic). [...]. Por conta que a gente não pode usar nenhum desses né... desses chamados de remédios agrotóxicos né, então as vezes a gente dá uma judiada naquele mato, cobrindo com a terra (faz alguns gestos para tentar descrever o processo citado), pra ver se ele apodrece ali tá entendendo? Aí quando ele enfraquece a gente planta a planta e as vezes quando acontece já numa planta, que já tá, por exemplo, que nem o milho né, apareceu uma lagartinha no milho, aí tem um... uns defensivos naturais que se usa... faz umas</p> | <p>[...] Aaaa, tudo começa com a base, meu pai sempre foi agricultor, filho de agricultor, minha mãe também filha de agricultor. [...]. Foi de geração em geração né. E era uma coisa que... (sorri) hoje a gente lamenta que pouco jovem gosta, a gente fazia por gosto [...] (sic). [...]. Esses saberes é como a gente diz assim (sorri), os mais idosos têm mais experiência, eles tinham experiência que era uma coisa, digo que é dada por Deus, como hoje, só a gente</p> |

| | | |
|-----------------|--|--|
| | <p>misturas, tá entendendo... que é pra matar lagarta, entendeu? Aí coloca numa bombinha, aquelas misturazinhas né, como vinagre, detergente, entendeu?</p> | <p>só não faz pegar muita das vezes, mas eles tinham já o saber daquele terreno deixar “em matar”, nascer o mato nele pra que ele se fortalecesse, não usava agrotóxico de espécie nenhuma, tá entendendo? [...] (sic).</p> <p>[...] Mas eu digo que saber não é uma coisa que a gente compra pronto não, esse saber só vem de Deus, tá entendendo? E a gente tem que ser grato, e ter essa gratidão de passar pra as outras pessoas né, mas a terra eu sempre digo e incentivo que não é pra a gente se envergonhar não, é pra a gente ter coragem de trabalhar nela, porque a resposta é grande... (sorri) [...] (sic).</p> |
| Dona Alessandra | <p>[...] os meus pais sempre trabalharam com agricultura, mas nunca foram adeptos de usar agrotóxicos, então isso despertou em mim que existia um cuidado especial com a terra por que a gente não queria envenenar a terra, tinha sempre o cuidado de cuidar do que precisava ser cuidado sem veneno, para que não adoecesse a terra porque quando a gente coloca o veneno na terra esse veneno ele vai pra planta, ele vai pro fruto a gente não iria comer aquele fruto com veneno , e a gente não ia comercializar aquilo com veneno também. Então esse cuidado desde muito cedo eu tenho visto assim das práticas cotidianas da nossa casa [...] (sic).</p> | <p>[...] a terra realmente é uma mãe né, quando a gente conhece a terra e o bem que ela pode fazer por nós, então a gente cria um respeito pela terra, a gente não passa a ver a terra só como um lugar que você depositou a semente e essa semente vai germinar e é tudo mecânico, não, a gente aprende que tudo é um ciclo e que existe uma força superior que gere todo esse ciclo né, pra que ele aconteça de forma dinâmica e que pra que o que a gente espere que aconteça, aconteça mas se for a vontade de Deus, se a terra colaborar conosco né, então é sempre essa troca, uma relação de mãe, de troca [...] (sic).</p> |
| Dona Isabel | <p>[...] Tem até as plantas que deixam porque já vai ajudando pra que os fungos, os insetos que chegam e vai comendo sabe? E deixa aquelas flores que tem umas velas nas</p> | <p>É uma terapia, a gente se movimenta, a gente tem contato com a natureza, a gente dá valor a vida, a</p> |

| | | |
|-------------|--|--|
| | <p>plantas, aqui mesmo - aponta para o terreno - a gente deixa muita aquelas sambacaitá sabe? Bota folha de bananeira pra ajudar e a gente usa assim coisa de... vai fazendo aqueles... usando esse tipo de repelente natural de plantas fazendo chá e botando assim, pra poder ir pulverizando e ir acabando assim com as pragas e às vezes até os próprios passarinhos, outros insetos vão fazendo esse trabalho por a gente. Tem um tempo que dá umas lagartinhas, uns grilos que Deus benza sabe? Mas a gente vai pulverizando assim com tudo natural [...] (sic).</p> | <p>gente vê as coisas assim florindo, crescer, dando frutos, sabe? A gente se alimenta daquilo ali, dá um prazer na vida, sabe? Eu gosto de ver essas mudanças, essas coisas florindo, as plantas, quando elas germinam quando começa a crescer que a gente já vê, sabe? Aquilo ali enche os olhos da gente. Eu gosto de ver.... de ver toda essa natureza assim brotando, bem assim brota no coração da gente, na vida da gente, a gente não pode perder a esperança [...] (sic).</p> <p>[...] Eu digo que não desista de ficar em contato com a natureza, isso aí é bom, renova a alma, renova o modo da gente pensar, a gente não cai em depressão, estresse nem nada, e aquilo ali nos dá força sabe? Dá esse vigor assim de dizer assim: “não, Deus existe, Deus existe.” E é por isso que tem que agradecer, sabe? De tudo isso que a gente tem, ter essa liberdade, tem tanta gente aí que queria ter um pouquinho disso [...] (sic).</p> |
| Dona Eliane | <p>Ói a minha mãe e muitas vizinhas daqui de onde a gente morava eles doavam semente de cenoura, tomate, cebolinha, couve, repolho, e minha mãe plantava cada canteiro a coisa mais linda do mundo e eu não via ela usando veneno. [...] hoje em dia eu não vejo canteiro de.... A terra não presta, a terra não presta, a terra toda doente, é toda doente a terra, aí se o pessoal começasse a plantar como antigamente botando... usa esterco essas coisas, vá que um dia recuperasse a terra.</p> | <p>Natureza eu não sei explicar, mas pra mim é tudo, natureza é vida. Nós somos natureza, tudo é da natureza, tudo. Eu acredito, tem que gostar. Tem que amar a terra. Eu amo a terra. Eu gosto, eu acho bonito plantação, eu acho lindo. Quando é uma plantação nova assim, que tá crescendo. Eu acho a coisa mais linda do mundo.</p> |
| Dona Hilda | <p>[...] Aí foi onde voltamos, compramos nossa terra, graças a Deus plantamos passamos um tempo empregado e depois fomos cuidar da</p> | <p>[...] Eu sou feliz, graças a Deus, eu sou muito feliz, eu agradeço muito a minha</p> |

| | | |
|--|---|--|
| | <p>nossa terra e viver dela, da nossa plantação. É difícil sabe, é puxado assim o mercado de... pior no orgânico, sem adubo sem veneno, para ter a mercadoria é difícil, para não botar veneno nas coisas pra sair... Ói o maracujá não planta porque lá não sai, o inseto mata o maracujá e não pode botar veneno. Aí só planta macaxeira, mandioca, aí tem a laranja.</p> | <p>vida eu não tenho assim uma coisa de dizer que tenho um... quer que eu ia te dizer... que eu faria se fosse o caso que eu faria de novo... diferente, não tem não. Porque apesar dos pesares nós éramos pobres, mas meu pai dava a cada quem sua tarefinha mas a gente era feliz a gente brincava, tinha os horários de brincar, tinha o horário de tudo, e brincava muito, hoje em dia que ninguém brinca de nada.</p> <p>[...] Da agricultura, assim é porque eu gosto muito é que minha mãe ajudou muito a gente nas dificuldades aí a mãe da gente fazia bolo de macaxeira, bolo de milho, pé-de-moleque, um monte de coisa do que a gente plantava que a gente não tinha condições aí minha mãe fazia tudo, ói bolachinha de tapioca, eu sei tudo isso, eu aprendi que minha mãe fazia tudinho pra gente, pra gente ter o que comer né. Que a gente tirava da terra o comer da gente.</p> <p>[...] Nós somos natureza, tudo é da natureza, tudo.</p> |
|--|---|--|

Fonte: A autora, 2022.

Dentro das especificidades de cada camponesa, destacamos que suas práticas e saberes caminham na direção do Bem Viver, principalmente quando nos referimos aos princípios de **reincorporar a agricultura**, que é o resgate das formas de vida, da comunidade, os conhecimentos de como trabalhar a terra, cultivar os produtos para suprir as necessidades básicas de subsistência. Nesse sentido, observamos que as camponesas construíram saberes que ultrapassaram gerações, como, por exemplo, o de cuidar da Terra e saber que é dela que proverá sua subsistência. Conforme os relatos, percebemos que as camponesas são conscientes quanto

à representatividade da Terra em suas vidas e as identificam como Mãe (*Pachamama*). Na mesma direção, identificamos a **reciprocidade**, o **respeito à mulher**, que também poderá representar a *Pachamama*, que é provedora da vida e cuidadora de seus frutos.

[...] É o reconhecimento principalmente na parte feminina, a mulher... a mulher e agricultora, ela não é tão reconhecida ainda como deveria né, a gente vê... eu digo que eu participo assim de várias palestras, até em outros estados, a gente viaja vê o reconhecimento principalmente da parte feminina ainda é pouco, tem muitos investimentos, que eu digo investimento assim, em projetos né nesse sentido pra... em relação a mulher, mas eu acho que valorização maior é ela pode produzir e ter aonde entregar o seu produto, porque isso é o reconhecimento, na verdade né. E a gente vê na minha situação não, graças a Deus, a minha é estável, mas a gente vê muitas mulheres aí ainda que tem uma renda “bem muito” mais baixa com muita dificuldade, pra botar seus projetos pra frente. Eu digo por que a gente tem andado e por aí vê muita, muito mesmo assim falta de ajuda dos órgãos públicos né, pra desenvolver projetos, orientar melhor essas mulheres, elas têm vontade, mas muitas não tem todo o conhecimento necessário e muitas coisinhas pequenas também (sorri). Esse reconhecimento tem que vir da venda dos seus produtos, porque não adianta ela produzir e não ter onde entregar, fica com... e isso a gente sabe que ajuda muito na renda né, do lar. Como eu falo isso precisa, porque é o que vai ajudar o lar dela é... é tirar esse dinheiro na realidade, porque isso depende de alimentação... muitas das... muitas mulheres a gente não tem marido, muitas mulheres são só, entendeu. E a gente vê essas dificuldades, e esse dinheiro vinha ajudar na renda familiar dela [...] (sic) (Dona Joseilda).

Para uma melhor análise sobre a narrativa de Dona Joseilda, uma fala mais direcionada para as questões socioeconômicas, vale a pena retornarmos um pouco na história e lembrarmos que fomos/somos um país escravizado por colonizadores, que nos colocou em um modelo desigual e perverso (sistema capitalista). Herdamos, historicamente, dos nossos colonizadores a ideia de que para alcançar/conquistar melhores condições de vida precisaríamos ter bens materiais.

Para tanto, fazem-se presente lutas e conquistas para a obtenção de “sucesso”, o que nos aprofundou em uma mentalidade como se fosse algo cultural e não estrutural. Diante disso, não poderemos, aqui, tecer críticas porque uma mulher camponesa acredita que valorização é advinda de questões socioeconômicas, até porque não se sabe das lutas e resistências para que essa camponesa tivesse acesso à terra, bem como para ter o direito de permanecer nela, conforme realçam Dona Rafaela e Dona Alessandra.

[...] a sociedade sabe, sabe do valor que é ter um produto orgânico na mesa, (gagueja) uma coisa saudável, mas também não valoriza, muitos diz “ah”...

começam comprar daqui a pouco param de comprar, “ah, tanto faz, eu já como tanta coisa mesmo” e também uma falta de incentivo do poder público, porque tanto eles é tipo... incentivar a sociedade a consumir um produto sem veneno e também fazer a compra, levar pra escolas é... fazer palestras, é... começar incentivar as pessoas a consumir [...] (sic) (Dona Rafaela).

[...] é a questão do custo que realmente é o custo de produzir orgânico ele é mais elevado porque como minha mãe bem citou ele precisa fazer a limpeza da roça, de arrancar os matos duas ou três vezes até ela ficar num tamanho grande que não exija tanto essa limpeza e quem usa veneno vai passar uma vez e mesmo assim vai ocupar um trabalhador pra isso e a gente precisa de três ou quatro trabalhadores, então precisa adubar essa roça mais por que o adubo orgânico ele leva mais pra entrar na terra e fazer o que ele tem que fazer, então você precisa aí usar uma quantidade maior do que o químico e aí o custo é um pouco maior [...] (sic). (Dona Alessandra)

Na perspectiva agroecológica, destaca-se que o reconhecimento pelo qual as mulheres camponesas se referem, além de questões socioeconômicas, também diz respeito ao **princípio da autonomia** destas mulheres. Em suas narrativas um esforço para que sejam reconhecidas pelas suas experiências, o respeito pelas práticas realizadas, bem como o reconhecimento e valorização de seu trabalho pelo poder público e pelas entidades civis.

Este princípio também coaduna com o **conhecimento da população local** e a **satisfação das necessidades humanas** por meio da produção e comercialização de seus produtos.

[...] O nosso grupo é um grupo de pessoas unidas, mas que precisa de muito mais divulgação, precisa... a gente precisa tipo, sair nas escolas, já se saía, já saíam, antes de eu entrar nesse grupo, eles já... (gagueja) já tinham assim, é... iam para as escolas divulgar o trabalho e tudo, mas é como eu disse no início, a gente não teve aquele abraço (faz um gesto com os braços para descrever o abraço) da comunidade, a gente não teve aquele apoio assim entendeu, do poder público. Se a gente tivesse mais isso, tipo a gente vai numa escola, faz a divulgação, a gente mostra o lado bom e o lado ruim, entendeu? [...] (sic). (Dona Rafaela)

[...] Eu acredito que falta assim... já um conhecimento em se... de alguém levar, se tivesse palestras nas escolas se os filhos já comessem na escola se tivesse aulas de conscientização entendeu? Para crianças e eles já iam levando um pouquinho desse conhecimento pra casa, pros pais, e a gente em reunião, em encontros comesse a falar sobre isso de dar essa conscientização dele, eu acho que o grupo seria bem maior e tinha muito mais gente com o modo de pensar diferente sobre esses produtos, sobre esses venenos, sabe? E ia caminhar pra esse outro lado mais natural, mais orgânico porque as vezes tem espaço, mas não sabe utilizar, entendeu? Mas que com orientação, a pessoa mostrando os meios acho que mudava sim o modo de pensar, de agir [...] (sic) (Dona Isabel).

As mulheres camponesas enfrentam vários desafios para se mantenham na produção agroecológica, e acreditam que o maior deles é a falta de reconhecimento do trabalho que elas

desempenham, da dificuldade de plantar e colher produtos sem aditivos químicos. Elas acreditam que uma das formas de tentar diminuir essas dificuldades seria investir em comunicação, instrução e orientação para os membros da sociedade, a começar pelo público infantil. Esta realidade dialoga com os objetivos propostos pela Educação do Campo, entendida por Caldart (2009, p.38) como:

A Educação do campo se coloca em luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na sociedade e ao mesmo tempo problematiza, faz a crítica ao modo de conhecimento dominante e à hierarquização epistemológica própria desta sociedade que deslegitima os protagonistas originários da Educação do campo como produtores de conhecimento e que resiste a construir referências próprias para a solução de problemas de uma outra lógica de produção e de trabalho que não seja a do trabalho produtivo para o capital.

Por conseguinte, Silva e Guedes (2017, p.686) nos trazem alguns questionamentos e reflexões, a saber: “(1) existiria alternativa para o progresso do Sul frente ao modelo hegemônico de desenvolvimento? (2) Como um possível constructo alternativo se ajustaria ao contexto do capitalismo global?”. Reiterando, este estudo deixa o questionamento: teríamos um modelo contra hegemônico, rompendo com as marcas/rachaduras deixadas por séculos de colonização? Nesta direção, enfatiza-se os aspectos teóricos do Bem Viver, conforme sinaliza Gudynas (2011, p.1), esta filosofia está englobando um conjunto de ideias que resultam em reações e alternativas as concepções e convenções tradicionais sobre desenvolvimento, pois, “[...] bajo esos términos se están acumulando diversas reflexiones que, con mucha intensidad, exploran nuevas perspectivas creativas tanto en el plano de las ideas como en las prácticas”.

Santos (2014, p. 33-36) considera a concepção contra-hegemônica como resultado de “[...] um trabalho organizado de mobilização intelectual e política contra a corrente, destinado a desacreditar os esquemas hegemônicos e fornecer entendimentos alternativos credíveis da vida social”. Assim,

[...] a mensagem que eu deixo é que para... (sorri)... pedir força a Deus, coragem e não desistir, não desistir porque a luta não é fácil não, mas se a gente parar, desistir é pior, entendeu? Ter coragem, ter força e ir à luta, um dia a gente chega lá né, um dia a gente atinge nosso objetivo, onde a gente quer chegar, mas depende da gente. Então, não vamos esperar pelos outros, vamos correr atrás e fazer o que a gente faz de melhor que é o nosso trabalho, entendeu? É levar para as pessoas aquilo que a gente faz de melhor que é saúde né, mesmo de uma forma um pouco desvalorizada, um pouco não, eu digo desvalorizada, mas que não abaixe a cabeça não e corra atrás que um dia, com

fé em Deus, a gente chega lá, a gente atinge nosso objetivo [...] (sic) (Dona Rafaela).

Sobre essas concepções e dialogando com alguns princípios do Bem Viver, as práticas e as experiências agroecológicas das mulheres camponesas da Colônia Treze ainda têm um longo caminho a ser percorrido, porém conforme suas narrativas elas estão indo na direção certa. Pois,

[...] as resistências se materializam na internacionalização de representações de vitimados, como, por exemplo, trabalhadores, organizações não governamentais progressistas, movimentos feministas, indígenas e outros, que merecem atenção sobre os antecedentes e contexto em que se originaram (SILVA; GUEDES, 2017, p.686).

A valorização das mulheres camponesas, com a implantação de políticas públicas, promove um espaço de participação e reconhecimento para estas mulheres, pois suas ações ganharão maior visibilidade, tanto em suas unidades produtivas, como também na sua participação mais ativa em reuniões, organizações e articulações, que possibilitarão a segurança alimentar para a geração futura, para a geração de renda na unidade familiar e conseqüentemente trará maior autonomia para suas vidas.

Para além das narrativas das mulheres camponesas relatadas neste capítulo, produzimos um documentário em que as mulheres camponesas participaram contando suas histórias e memórias. O documentário está publicado na plataforma do YouTube (<https://www.youtube.com/watch?v=a27ht3xk3vc>), um produto desta tese que dará maior visibilidade às práticas agroecológicas das camponesas do povoado Colônia Treze, bem como ratificará a importância das mulheres camponesas no aspecto histórico, cultural, socioeconômico e político no/do campo brasileiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura camponesa, suas práticas e experiências mostraram-se, nesta pesquisa, como um movimento de luta e resistência quanto ao modelo predatório desigual e hegemônico do capitalismo. Traçamos períodos históricos e percebemos que no decorrer dos anos pouca coisa foi modificada em relação à implementação e implantação de leis que garantissem os direitos dos camponeses, sobretudo, valorização dessa classe trabalhadora. Neste sentido, escolhemos as mulheres camponesas, por entender que elas também fazem parte desta luta e dos movimentos reivindicatórios, mediante suas práticas agroecológicas.

A agroecologia surgiu, nesta tese, como uma alternativa escolhida pelas camponesas da Colônia Treze contra as formas de reprodução capitalista, fundamentadas na agroquímica e nas grandes produções com consequências socioambientais e socioeconômicas, visto promover exclusão, concentração de terra, precarização das relações de trabalho e a saída do homem do campo. A agroecologia é uma escolha levada pelos saberes ancestrais e pela conscientização de que a utilização de produtos químicos é prejudicial à saúde daqueles que irão consumir os produtos e aumenta a degradação da natureza.

Alinhados aos saberes e práticas agroecológicas, o estudo evidenciou a experiência indigenista, que tem como filosofia de vida o Bem Viver. Os saberes ancestrais dos povos originários vêm ganhando notoriedade em estudos acadêmicos, despontando como uma alternativa de enfrentamento ao desenvolvimento estabelecido pelo modelo neoliberalista. Todavia, nesta tese, por meio das narrativas e diálogos, identificamos que o Bem Viver vai muito além de uma alternativa, parte de uma escolha de vida, de uma reconexão com o seu eu, sua espiritualidade e com o cosmo; trata-se da subjetividade que se materializa em ações concretas de coletividade, reciprocidade e harmonia, mantendo em equilíbrio sua própria existência, pois a sociedade e natureza possuem a mesma denominação.

Nos aspectos socioeconômicos e socioambientais, encontramos a complexibilidade, visto que muito se tem feito para solucionar ou mitigar as questões que os envolvem, porém, as ações estão sendo implantadas de modo a fortalecer o crescimento econômico, as ações de cunho socioambientais que são realizadas não combatem a forma estrutural que ocasionou o problema. Neste sentido, é imprescindível a continuidade de políticas públicas que fomentem a igualdade, a coesão e a justiça social de modo integrado e articulado. É preciso que essas discussões recebam maiores debates e ações concretas do poder público e de toda sociedade civil que possam trazer medidas e estratégias que solucionem essas questões em sua plenitude.

Assim, para tecermos as considerações finais desta tese, voltaremos às questões iniciais quando propomo-nos entender como ocorrem os embates socioeconômicos e socioambientais na produção agrícola das mulheres camponesas orientadas pelos princípios do Bem Viver no povoado Colônia Treze, município de Lagarto/SE. Para responder a esta questão central, valemo-nos dos objetivos e procedimentos metodológicos como a história oral de vida, a análise qualitativa das narrativas e a trajetória fenomenológica, a qual nos permitiu entender que estas relações são complexas, visto que vão de encontro a um sistema enraizado estruturalmente, implantado com a finalidade de excluir as populações mais carentes.

Como mulher, filha de camponeses e mãe, pude me identificar com a trajetória das camponesas da Colônia Treze, de modo que, muitas vezes em suas narrativas, me via fazendo parte daquele contexto, a minha família e o modo como fui criada. As mulheres campesinas da Colônia Treze, não participaram ativamente de alguns movimentos reivindicatórios como a Marcha das Margaridas ou até do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas elas contribuem para que esses movimentos continuem vivos, pois elas utilizam saberes ancestrais, práticas agroecológicas que se mantêm em equilíbrio com as questões socioambientais, em direção aos princípios do Bem Viver.

Como complementação à questão principal desta tese, apontamos as seguintes **questões correlatas**:

- a) Como acontece a dinâmica organizacional das mulheres camponesas no povoado Colônia Treze, Lagarto/Se?

Para responder a essa questão correlata, valemo-nos do diário de campo, quando, por vezes, acompanhamos as trajetórias das mulheres campesinas em seu dia a dia. Percebemos que suas práticas são realizadas por membros da família e pela contratação de terceiros, pois a composição familiar das mulheres campesinas da Colônia Treze é, na maioria das vezes, composta por poucos membros. Para embasar os conhecimentos teóricos e práticos, além dos que elas já possuem, sobre suas formas de manejo, as mulheres campesinas contam com o auxílio de um técnico da EMDAGRO, bem como dos saberes de outros camponeses. Estas e outras questões são tratadas em uma reunião mensal entre os membros da comunidade que participam e cultivam de forma agroecológica. No entanto, percebeu-se que ainda há uma carência por organização, articulação e até união por parte das camponesas, principalmente no tocante à disseminação de suas práticas.

- b) Quais os embates socioeconômicos e socioambientais enfrentados pelas mulheres camponesas da localidade em estudo?

Os aspectos socioeconômicos e socioambientais foram analisados com base na trajetória fenomenológica, em que foi possível identificar questões conflitantes, pois as camponesas disputam com grandes proprietários de terra (latifúndio) um espaço no campo, tentando demonstrar para a comunidade e para a sociedade que é possível plantar e colher produtos de boa qualidade e saudável, sem agredir as fontes naturais como solo, mananciais e outros. Nesse viés, buscam pelo seu reconhecimento e valorização, visto por elas como um gargalo para a permanência e manutenção da atividade agroecológica na Colônia Treze.

- c) De que forma se evidencia (ou não) as práticas das mulheres camponesas orientados pelos princípios do Bem Viver?

As mulheres campesinas cultivam práticas agroecológicas que dialogam com alguns princípios do Bem Viver, quando se relacionam a saberes ancestrais, como o da coletividade, da reciprocidade, do cuidado e do respeito com a Terra (*Pachamama*), bem como a sensibilização de que a utilização desenfreada do ecossistema pode comprometer qualquer tipo de vida na terra, visto que não somos uma fonte inesgotável. A interpretação feita por esse estudo é de que essa forma de plantar e cultivar representa muito mais que uma alternativa a um modelo existente, representa uma forma de reivindicar e lutar por algo que é seu de direito, a exemplo do acesso à terra e de condições dignas de vida e sobrevivência.

Por conseguinte, para que ocorram mudanças significativas no cenário agrícola do povoado Colônia Treze, Lagarto/SE, faz-se necessário investir em alternativas que possam fazer o diferencial, tais como as de cunho agroecológico e de organização coletiva, a exemplo da feira saudável, que vem acontecendo no povoado de modo a desconstruir para construir, ao alinhar as necessidades socioeconômicas às socioambientais entre os membros da comunidade.

As propostas de desenvolvimento rural, engajadas na injeção do capital, no enriquecimento desigual não contemplam os camponeses, tampouco as mulheres camponesas, participantes desta pesquisa, pelo contrário, enfraquecem as lutas e resistências, promovendo desigualdade socioeconômica e desequilíbrio socioambiental, como temos assistido cotidianamente.

Para chegar até as essas considerações finais muitos foram os desafios pessoais (entre eles a insegurança), e a pandemia do vírus COVID-19 (*SARS-CoV-2*) como o maior deles, pois

o distanciamento das camponesas e o medo, por parte delas e meu, também, de contrair a doença, fizeram com que adiássemos as etapas previstas para a aplicação das entrevistas, análises e discussões dos resultados. Depois do período mais preocupante da pandemia, demos início, com todos os cuidados sanitários, às entrevistas, foi o momento mais rico de todo o percurso da tese. A aproximação com as camponesas trouxe, para mim, saberes e aprendizagens, até mesmo da camponesa mais tímida, que ficou calada quase toda a entrevista; mesmo com o seu silêncio pude entender quão grande é a força e coragem das mulheres no/do campo. Assim, confirmo a tese de que as mulheres camponesas do povoado Colônia Treze possuem saberes e práticas no seu cotidiano que dialogam com os princípios teóricos Bem Viver, sustentado nas relações socioambientais e socioeconômicas com lutas e resistências.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. El Buen Vivir em El camino Del post-desarrollo - Una lectura desde La Constitución de Montecristi. Policy paper 9. Fundación Friedrich Ebert, FES-ILDIS. Casilla, Ecuador, 2010.

Acosta, Alberto. Buen Vivir Sumak Kawsay. Una oportunidad para imaginar nuevos mundos. Quito: Abya Yala, 2012.

ACOSTA, Alberto. O *buen vivir*: oportunidade de imaginar outro mundo. In: Campeão visto de perto: uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Heinrich-Böll-Stiftung, 2016. Série Democracia. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/kcdz2/pdf/sousa-9788578794880-06.pdf> Acesso em 20 abr. 2020.

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres Rurais, Movimento Social e Participação: Reflexões a partir da Marcha das Margaridas. Revista Política e Sociedade. Florianópolis, v. 15. Edição Especial. 2016. p. 261 – 295. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p261/33804>. Acesso em 18 jan. 2021.

ALBERTI, Verena. Indivíduo e biografia na história oral. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

ALCÂNTARA FILHO, José Luiz; FONTES, Rosa Maria Oliveira. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. Revista HEERA, p. 63-85, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/heera/article/view/26559> Acesso em: 24 nov. 2020.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. Disponível em: https://arca.furg.br/images/stories/producao/agroecologia_short_port.pdf Acesso em 29 mar. 2020.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia, Agricultura Camponesa e Soberania Alimentar. **Revista Nera**, v.13, n. 16 – jan-jun. de 2010. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1362/1347> Acesso em 22 mar.2023.

ANDREWS, Susan. A nova ciência hedônica. Felicidade Interna Bruta–FIB.2008. Disponível em: <https://sri.ufg.br/n/17357-felicidade-interna-bruta?locale=en> . Acesso em: 01 dez. 2019.

AQUINO, Joacir Rufino de. Evolução, riscos e impasses do PRONAF. Publicado em 17 abr. de 2018. Disponível em: <https://sul21.com.br/colunascoluna-do-gepad/2018/04/riscos-e-impasses-na-politica-de-credito-para-a-agricultura-familiar/> . Acesso em: 23 dez. 2019.

ARAÚJO, Paulo Fernando Cidade. Política de crédito rural: reflexões sobre a experiência brasileira. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2011. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1342/1/TD_1555.pdf Acesso em 03 mar.2020.

ARRUDA, Marcos. Educação, economia do amor e as nove dimensões do FIB. **Massa Crítica**, Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul. n., 47, jul. 2010. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/massa_cr_tica_47_pacs_marcos_arruda-1.pdf. Acesso em 20 ago. 2021.

BELIK, Walter. O financiamento da agropecuária brasileira e seu desempenho no período recente. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 51., 2013, Belém. Anais. Brasília: SOBER, 2013. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3407/2/td_2028_sum%c3%a1rio_executivo.pdf Acesso em: 20 nov. 2020.

BETTO, Frei.; BOFF, Leonardo.; CORTELLA, Mário Sérgio. Felicidade: foi-se embora? Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BONI, V. Movimento de mulheres camponesas, feminismo e segurança alimentar. In: TEDESCO, J.C.; SEMINOTTI, J.J.; ROCHA, H.J., ed. Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas. Chapecó: Editora UFFS. 2018. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/qrdv5/pdf/tedesco-9788564905764-05.pdf> Acesso: 03 nov. 2021.

BOMBARDI, Larissa Mies, 1972 - **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia** - São Paulo: FFLCH - USP, 2017. Disponível: <https://conexaoagua.mpf.mp.br/arquivos/agrotoxicos/05-larissa-bombardi-atlas-agrotoxico-2017.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2023.

BRAGA, Célia Cavalcante. *O Bem-Viver em Recife: Uma abordagem do cotidiano de moradores do Casarão do Cordeiro*. 2014. Tese. (Doutorado em Ciências Humanas, Sociedade e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/132402/332960.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 20 jan. 2021.

BRANCO, Telma Castelo. Gênero e políticas públicas no Brasil. In: ROCHA, Cecília (Org.); BURLANDY, Luciene (org.); MGALHÃES, Rosana. Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas. – Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

BRASIL, Lei n. 4.214, de 30 De 2 de março de 1963. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14214.htm#:~:text=L4214&text=LEI%20No%204.214%2C%20DE%202%20DE%20MAR%201963.&text=aqui%20expressamente%20referidos-.Art.,natura%20e%20parte%20em%20dinheiro. Acesso em: 03 dez. 2019.

BRASIL, Lei n. 4.504, de 30 De Novembro De 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm Acesso em: 03 dez. 2019.

BRASIL, Lei n. 4.829, de 5 de novembro de 1965, Institucionaliza o crédito rural. 2º da Lei do Crédito Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14829.htm#:~:text=2%C2%BA%20Considera%2De%20cr%C3%A9dito%20rural,indicados%20na%20legisla%C3%A7%C3%A3o%20em%20vigor. Acesso em: 02 de jan. 2019.

BRASIL, Lei n. Lei nº 7.827, de 27 de Setembro de 1989. Institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7827compilado.htm Acesso 13 dez. 2019.

BRASIL, Lei n. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.610%2C%20DE%2019%20DE%20FEVEREIRO%20DE%201998.&text=Alterar%2C%20atualizar%20e%20consolidar%20a%20autorais%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=Art.,os%20que%20lhes%20s%C3%A3o%20conexos. Acesso em: 25 set. 2019

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde- Datasus. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde-CNES. 2010. Disponível em: <https://cnes.datasus.gov.br/> Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS (Departamento de Informática do SUS). Disponível em: <http://www2.datasus.gov.br/SIAB/index.php?area=01>. Acesso em: 27 mai. 2020.

BURG, Inês Claudete. As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense. **Dissertação** (Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102721/226752.pdf?sequence=1>. Acesso em 12 ago. 2023.

BUTTO, Andrea. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. In: BUTTO, Andrea (Org.) e DANTAS, Isolda (Org.), Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/6967/BVE18040146p.pdf?sequence=1&isAllowed=y> .Acesso em 18 jan. 2021.

CALDART, Roseli Salete. Escolas do Campo e Agroecologia: uma agenda de trabalho com a vida e pela vida. **Porto Alegre**, 2016. Disponível em: https://www5.unioeste.br/portalunioeste/arq/files/GEFHEMP/01_-_Escolas_do_Campo_e_Agroecologia.pdf. Acesso em: 14 junh.2023.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGtMsYG3f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mai. 2023.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A Histórica concentração fundiária do Brasil: Estudo de caso do município de Paulicéia/SP. *Geografia em Questão*, v. 04, n. 01, 2011, p.43-60. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/4439/3663> Acesso em: 20 jan. 2020.

CANDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito. – 2. Ed. Livraria duas cidades. – São Paulo: 1971. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/452097/mod_resource/content/1/ANTONIO_CANDIDO---OS_PARCEIROS_DO_RIO_BONITO.pdf Acesso em 13 jan. 2020.

CAPORAL, Francisco Roberto. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio José (Org.). **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**– Brasília: 2009. Disponível em:

http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Agroecologiaumacienciadocampodacomplexidade.pdf .Acesso em: 03 nov. 2021.

CARSON, Rachel. Primavera silenciosa (Tradução de Claudia Sant'Anna. Martins). São Paulo: Gaia, 2010. Disponível em:

<https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/fitossanidade/lapar/portugues-/primavera-silenciosa---rachel-carson.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2021.

CARVALHO, Andréa Freire de. Interpretações socioambientais da mística do movimento dos trabalhadores rurais sem terra. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe - São Cristóvão, 2013. Disponível em:

https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4290/1/ANDREA_FREIRE_CARVALHO.pdf. Acesso em: 20 dez. 2020.

CARVALHO, Andréa Freire de. Mulheres artesãs: extrativismo da Taboa (*Typha spp.*) em Pacatuba/SE. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe - São Cristóvão, 2018. Disponível em:

<https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/9269> . Acesso em: 20 dez. 2020.

CARVALHO, Diana Mendonça de. Trajetórias do PRONAF em Sergipe : desenvolvimento e mudanças sócio espaciais/ orientador José Eloízio da Costa – **Tese** (doutorado em Geografia) –Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2016. Disponível em:

https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5450/1/DIANA_MENDONCA_CARVALHO.pdf. Acesso em 09 de jan.2023.

CERBONE, David R. Fenomenologia. Tradução Caesar Souza. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CINELLI, Catiane; JAHN, Elisane de Fátima. A constituição de identidades camponesa e feminista no Movimento de Mulheres Camponesas. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 10, n. 117, p. 86-92, 2011. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/11796/6546>. Acesso em 04 abr. 2023.

CONTE, Isaura Isabel; WESCHENFELDER, Noeli Valentina. Mulheres Camponesas em Luta: Resistência, libertação e empoderamento. *Revista da Faculdade de Educação*, v. 10, nº 17, jan. jun. 2012. Disponível em:

<https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/4018/3221>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CONTE, Isaura Isabel; Cinelli, Catiane. Agroecologia e Mulheres Camponesas: algumas reflexões. **X ANPED SUL**, Florianópolis, outubro de 2014.

Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1030-0.pdf . Acesso: 03 nov. 2021.

DANTAS, J. O.; SOUZA, A. B.; SANTOS, M.B dos; SOARES, M. J. N.; ROMANO, R. G. SOUZA, R. R. Ecosocioeconomias, ecogastronomia e os arranjos socioprodutivos de base territorial: a experiência da feira saudável da colônia Treze-lagarto, Sergipe. In: Carlos Alberto Cioce Sampaio; Maria José Nascimento Soares; Mario Procopiuck; Roberta Giraldi Romano; Roberto Rodrigues de Souza (Org.). Estudos socioambientais e arranjos socioprodutivos urbanos e regionais. 1ed. Blumenau: edifurb, 2021, v. 1, p. 51-74.

DANTE, Augusto Galeffi. O que é isto — A fenomenologia de Husserl? **Ideação**, Feira de Santana, n.5, p.13-36, jan./jun. 2000. Disponível em: <http://www.unilago.com.br/download/arquivos/30194/fenomenologia.pdf>. Acesso em 03 mai.2022.

DALLA RIVA, Leura. De Marx ao MST: capitalismo financeirizado e forma jurídica como entraves à agroecologia. **Dissertação** (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Direito, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/23178/DIS_PPGDIREITO_2020_DALLA_RIVA_LEURA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso: 15 nov. 2021.

DELGADO, Nelson Giordano. Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática do meio rural. Novos Cadernos NAEA, Belém, v. 15, n. 1, p. 85-129, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/10830>. Acesso em: 20 mar. 2023

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. Guaíba: Agropecuária, 1999.

EMBRAPA. Hortaliças não é só saladas. Disponível em: <https://www.embrapa.br/hortalica-nao-e-so-salada/hortalicas-hidroponicas#:~:text=Hortali%C3%A7a%20hidrop%C3%B4nica%20%C3%A9%20aquela%20produzida,nutritiva%20e%20n%C3%A3o%20no%20solo>. Acesso em 24 fev. 2023.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FERNANDES, Maria José Costa. Da luta pela terra à luta pela reforma agrária no Brasil. Revista Geo Interações, Assú, v.1, n.1, p.55-67, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RGI/article/view/1072/986>. Acesso em: 20 nov. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. MST: formação e territorialização. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/tese_bmfernandes.pdf Acesso em: 02 nov. 2020.

FABRINI, João E. Concepções e práticas coletivas entre os camponeses. **Geografia**, Rio Claro, v. 32, n. 3, p. 571-585, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1570/5213>. Acesso em: 14 jul. 2023.

FREY, Klaus; TORRES, Pedro Henrique Campello; JACOBI, Pedro Roberto; RAMOS, Ruth Ferreira. Objetivos do desenvolvimento sustentável: desafios para o planejamento e a governança ambiental na Macrometrópole Paulista. Santo André, SP : EdUFABC, 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/19f_0QljFRct-bYbQLW0DrPqW_gTtQSgE/view?pli=1 Acesso em 24 fev. 2021.

FURTADO, Celso. Dialética do desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5704063/mod_resource/content/1/FURTADO.%20Dial%C3%A9tica%20do%20desenvolvimento.pdf. Acesso em 15 fev. 2021.

FURTADO, Celso. Cultura e Desenvolvimento em Épocas de Crise. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. Pequena introdução sobre o desenvolvimento. São Paulo: Nacional, 1989.

FURTADO, Celso. **Em busca de novo modelo:** reflexões sobre a crise contemporânea. 2 ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Estado e agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997.

GUDYNAS, Eduardo; ACOSTA, Alberto. El buen vivir o la disolución de la idea del progreso. In: ROJAS, M. (coord.). La medición del progreso y del bienestar. Foro Consultivo Científico y Tecnológico, México, 2011. Disponível em: < https://www.researchgate.net/publication/271506103_El_buen_vivir_o_la_disolucion_de_la_idea_del_progreso. Acesso em: 20 dez. 2020.

HECHT, Susanna. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. Justiça Ambiental e Cidadania-Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/590744/mod_resource/content/1/just%20amb%20e%20cid.pdf. Acesso em: Acesso em: 12 abr. 2020.

HOFFMANN, Rodolfo; KAGEYAMA, Angela. Crédito rural no Brasil: concentração regional e por cultura. Revista de Economia Rural, v.25, n.1, p.31-50, jan./mar. 1987. Disponível em: <https://revistasober.org/article/5d8a56c40e88252517c51225/pdf/resr-25-1-31.pdf> . Acesso em: 20 abr. 2020.

HOLANDA, Sergio Buarque de, 1902-1982. Raízes do Brasil. – 26. Ed. – São Paulo: Companhia das Letras. 1995. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4078134/mod_resource/content/1/Raizes%20do%20Brasil%2C%20cap%204%2C5%2C6.pdf. Acesso em: 05 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. IBGE cidades. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 24 fev. 2023.

JALIL, Laeticia Medeiros. Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro. **Dissertação** (mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2009. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/1241/5/2009%20-%20Laeticia%20Medeiros%20Jalil.pdf>. Acesso em 15 fev. 2021.

JONES, Alberto da Silva. A política fundiária do Regime militar: Legitimação privilegiada e grilagem especializada (Do instituto de Sesmaria ao Estatuto da Terra). 1997. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 1997. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000747586>. Acesso em: 20 fev. 2021.

LACEY, Hugh. Valores e atividade científica 2. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia. n. 34, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2004. Disponível em: https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view. Acesso em: 20 mar. 2021.

LARRÈRE, Catherine; LARRÈRE, Raphael. Do bom uso da Natureza: para uma filosofia do meio ambiente. Tradução de Armando Pereira da Silva. Lisboa: Editora Instituto Piaget, 1997. Disponível em: <https://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/Proteger%20a%20Natureza.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

LEFF, Henrique. A aposta pela vida: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul. Petrópolis: Vozes. 2016.

LEITE, Sérgio Pereira. Análise do financiamento da política de crédito rural no Brasil (1980-1996). Revista **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 9, n. 1, abril, 129–163, 2001. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/190/186>. Acesso em: 20 nov. 2020.

LIBERATO, Rita Simone Barbosa; ROCHA, Cecília. Mangutanto Culturas: indígenas construindo segurança alimentar no Vale do Jequitinhonha. In. Ateliê Geográfico. Goiânia, Goiás, n. 3, p. 95 – 112, 6, out. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/21059>. Acesso em: 20 jan. 2021.

LIBERATO, Rita Simone Barbosa. Comunicação, saberes e sabores: estratégias de sobrevivência e práticas de bem viver na aldeia Cinta Vermelha-Jundiba. **Tese** (Doutorado em

Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/10660> . Acesso em: 20 jan. 2021.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero e Pobreza: Aspectos heterogêneos e múltiplas dimensões. Revista Gênero, Niterói, v.13, n.1, p. 75-91, 2. sem. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31178/18267>. Acesso em: 20 dez. 2020.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. Fundo de Aval: **Alternativa de desenvolvimento local solidário no Estado de Sergipe**. In: SILVA, Tânia Elias Magno da; LOPES, Eliano Sérgio Azevedo – Aracaju: Fundação de Amparo à pesquisa de Sergipe, 2003.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **Um balanço da luta pela terra em Sergipe**. In: CURADO, Fernando Freury; LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; SANTANA, Mônica. Do plural ao singular: dimensões da reforma agrária e assentamentos em Sergipe – Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/161053/1/livro-do-singular-ao-plural-assentamentos.pdf>. Acesso em: 04 set. 2022.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **A pluriatividade na agricultura familiar do Estado de Sergipe**. In: Territórios Rurais e Agricultura Familiar no Nordeste. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **Da colonização dirigida à reforma agrária no Nordeste: origem, trajetórias e perspectivas de colonos e assentados** – São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

MARCOS, Valéria de. Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para a agricultura do futuro. Agrária, São Paulo. v. 7, n.1, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/134>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MAROTTI, Juliana *et al.* Amostragem em pesquisa clínica: tamanho da amostra. Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo, v. 20, n. 2, p. 186-194, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Juliana-Marotti/publication/285800533_Amostragem_em_pesquisa_clinica_Tamanho_da_amostra/links/566aca4008aea0892c4b9e11/Amostragem-em-pesquisa-clinica-Tamanho-da-amostra.pdf Acesso em: 20 jan. 2021.

MARTINS, J.; BOEMER, M.R.; FERRAZ, CA. The phenomenology as a methodological alternative for research: some considerations. **Rev. Esc. Enf. USP**, São Paulo, 24, (1):139-147. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reensp/a/wfHN6qH33k7WK5nBfYgTtYy/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 24 abr. 2020.

MARTINS, José de Souza. Os familiares e a política no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MARTINS, José de Souza. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo, Paulus, 1997.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária: o impossível diálogo. 1ª ed., São Paulo, EDUSP, 2004.

MAX-NEEF, Manfred. Desenvolvimento a Escala Humana: Conceitos, aplicações e algumas reflexões – Editora Icaria, 1993. Disponível em:

<https://core.ac.uk/download/pdf/17276741.pdf>. Acesso em 20 abr. 2022.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. História oral: como fazer, como pensar. – 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2007. Disponível em:

<https://pt.scribd.com/document/520859613/Historia-Oral-Como-Fazer-Como-Pensar-by-Fabiola-Holanda-Jose-Carlos-Sebe-Bom-Meihy-Z-lib-org#> Acesso em 05 de mai. 2020.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. História oral: como fazer, como pensar. – 2ª ed. - São Paulo: Contexto, 2015. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7370281/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria%20oral%20-%20Como%20fazer%2C%20Como%20pensar%20-%20Fab%C3%ADola%20Holanda%2C%20Jos%C3%A9%20Carlos%20Sebe%20Bom%20Meihy.pdf. Acesso em 05 de mai. 2020.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Relações entre pais, mães e filhas(os) em famílias camponesas: memórias de infância. **Revista Teoria e Pesquisa**, 49, jul/dez de 2006.

Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/21/13> . Acesso em 08 de jun. 2023.

MOREIRA, Sarah Luiza de Souza; FERREIRA, Ana Paula; SILIPRANDI, Emma. Memórias das mulheres na agroecologia do Brasil. **In**. Agroecología en femenino: Reflexiones a partir de nuestras experiencias, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Marta-Chiappe/publication/355289363_Contribuciones_y_desafios_al_empoderamiento_de_las_mujeres_en_la_agroecologia_en_Uruguay/links/6169b747039ba2684443b2b1/Contribuciones-y-desafios-al-empoderamiento-de-las-mujeres-en-la-agroecologia-en-Uruguay.pdf#page=62 .

Acesso em: 01 jun.2023.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. MST completa 37 anos e mostra a força da agricultura familiar durante a pandemia. MST. 22 jan. 2021. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2021/01/22/mst-completa-37-anos-e-mostra-a-forca-da-agricultura-familiar-durante-a-pandemia>. Acesso em: 15 maio 2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; STÉDILE, João Pedro. Fórum Nacional de Reforma Agrária. A Natureza do Agronegócio no Brasil. Brasília: Secretaria Operativa, 2005.

https://www.academia.edu/4819922/A_natureza_do_agroneg%C3%B3cio_no_Brasil_A_NATUREZA_DO_AGRONEG%C3%93CIO_NO_BRASIL. Acesso em 03 mai. 2020.

OLIVEIRA, Elis Regina Silva dos Santos; COSTA, José Eloízio da. A pequena produção familiar no município de Lagarto/Sergipe. Revista Geográfica de América Central Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-12. Disponível em:

<https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2437/2333>. Acesso em: 20 dez. 2020.

OLIVEIRA, Márcia Freire; MENDES, Luciano; VASCONCELOS, Andrea Costa van Herk. Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba e Uberlândia-MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 59(2) - 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/resr/a/rqJZYn8tbSbMnF9CgDXwbQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso 27 jun.2023.

ORGANIZAÇÃO DA NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL – ONU BR. **A Agenda 2030**. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso 14 mai. 2020.

OSÓRIO, Vitor do Amaral. Bem Viver: neoliberalismo e unidade política. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC, São Paulo, SP, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/19412/2/Vitor%20do%20Amaral%20Os%20c3%b3rio.pdf> . Acesso em: 20 abr. 2020.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Produtor e agroindústria: consensos e dissensos, o caso de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990.

PAULILO, Maria Ignez S. FAO, Fome e Mulheres Rurais. Dados. Rio de Janeiro, vol. 56, n. 2, 2013, p. 285 a 310. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/trpQW78twRmWDM4HPkYhYDL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2020.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os Atores da Construção da Categoria Agricultura Familiar no Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, vol. 52, Supl. 1, p. 063-084, 2014 – fev. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/TrnbnVLOJSdyX8Y7pkM475v/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 23 jun.2023.

PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso. Participação, poder e democracia: Mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural. Cadernos de Trabalho Netsal, v. 1, n. 1, p. 3-29, abr. 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373304837_ARQUIVO_Democracia,PodereParticipacaoPolitica.pdf. Acesso em: 18 jan. 2021.

PINTO, Luiz Claudio Guedes. Notas sobre a política de crédito rural. Campinas: Unicamp, 1981. Disponível em: <http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/Record/2062>. Acesso em: 13 jan. 2021.

PORTELA, Fernando; FERNANDES, Bernardo Maçano. Reforma Agrária -13 ed., São Paulo: Ática, 2008. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/ltf/reforma_agraria_portela_fernandes_2008.pdf. Acesso em 24 fev.2021.

RAUBER, Maiara. Maior produção de arroz orgânico da América Latina é do MST. MST.2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/03/27/maior-producao-de-arroz-organico-da-america-latina-e-do-mst/>. Acesso em 02 abr. 2023.

RIVERA, Silvia Cusicanqui. Ch'ixinakax utxiwa. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010. Pinturas. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/download/82544/85519/114055>. Acesso 06 jun.2021.

ROCHA, D. R. C.; PEREIRA JÚNIOR, G. A.; VIEIRA, G.; PANTOJA, L.; SANTOS, A. S.; PINTO, N. A. V. D. Noodles added of ora-pro-nobis (*Pereskia aculeata* Miller) dehydrated. **Alim. Nutr.**, Araraquara, v.19, n.4, p. 459-465, out./dez. 2008. Disponível: https://www.researchgate.net/publication/49599948_MACARRAO_ADICIONADO_DE_OR

[A-PRO-NOBIS PERESKIA ACULEATA MILLER DESIDRATADO](#). Acesso em: 14 jun.2023.

RODRIGUES, Arlete Moisés. Moradia nas cidades brasileiras. São Paulo: Ed. Contexto, 1988. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1053/773>
Acesso em: 04 agos.2021.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. História oral da luta dos trabalhadores rurais sem-terra em Sergipe (1985-1996): Uma primeira aproximação com a entrevista de Guido Branco. Universidade e Sociedade, São Paulo, v. 8, n. 16, jun. 1998. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/1347/1/Hist%c3%b3riaOral.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SALGADO, Mara; FRANCISCATTI, Kety Valéria Simões. A análise dos dados da História Oral: fundamentos para uma Psicologia Crítica. Revista Estudos e pesquisas em psicologia, v. 14, n. 1, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/10469/8323>. Acesso em: 05 dez. 2020.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemer. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 40, abril, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/48566>. Acesso em: 20 dez. 2020.

SANTANA, Wellington de. **Memorial Coopertreze: 20 anos de História 1962-1982**. Lagarto, 1982.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos - 2. ed.** - São Paulo: Cortez, 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5648883/mod_resource/content/1/Santos%20-%20sedeusfosseativista_31082018_091648.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

SANTOS, Carmem Lúcia. O alto Sertão sergipano: Análise das políticas de desenvolvimento neste “território rural”. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 30, n.1, jan.-jun. 2010, p. 51-67- Universidade Federal de Goiás, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3371/337127153004.pdf>. Acesso em 09 jan. 2023.

SANTOS, Josefa Lisboa. Associativismo no Campo: das relações em redes ao espaço da socialização política. In: **Linhas Geográficas**. Série Dissertações. Orgs. Ana Virgínia da Costa Menezes e Josefa Eliane S. S. Pinto. Editorial/NPGEO/UFS. São Cristóvão/SE, 2001.

SANTOS, Josefa Maria da Silva. Zefa da Guia: de Poço Redondo para todo o Brasil. **Blog Zefa da Guia - Parteira e Rezadeira do Sertão**. Poço Redondo/ SE. 18 fev. 2010. Disponível em: <http://zefadaguia.blogspot.com/2010/02/zefa-da-guia-de-poco-redondo-para-todo.html>
Acesso em: 05 nov. 2021.

SANTOS, Maria do Carmo Rebouças da Cruz. O Constitucionalismo Pluralista do Bem Viver: a reação latino-americana ao paradoxo do desenvolvimento. Revista **de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v.12 n.1, 2018, p. 125-153. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15983>. Acesso em: 22 fev.2023.

SANTOS, Núbia Dias dos. A dialética da reforma agrária de mercado em Sergipe: Da luta de classes ao velho/novo jogo ideológico do Estado. In: CURADO, Fernando Freury; LOPES,

Eliano Sérgio Azevedo; SANTANA, Mônica. Do plural ao singular: dimensões da reforma agrária e assentamentos em Sergipe – Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/161053/1/livro-do-singular-ao-plural-assentamentos.pdf>. Acesso em: 04 set. 2022.

SANTOS, Ricardo Bruno Nascimento; BRAGA, Marcelo José. Impactos do crédito rural na produtividade da terra e do trabalho nas regiões brasileiras. Revista Economia Aplicada, v. 17, n. 3, 2013, p. 299-324. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eco/a/T976b3ZKY8xdFsM45fZKCwQ/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 20 abr. 2020.

SANTOS, Thaís Moura dos; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. Guardiãs de Sementes Crioulas do Alto Sertão de Sergipe: Mulheres Que Produzem Soberania Alimentar. **Cadernos de Agroecologia** - v. 15 n. 3 (2020): Anais do III Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia, Recife/PE, Brasil. <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6328>. Acesso em 03 mai.2021.

SAYAD, João. Crédito rural no Brasil. São Paulo, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, 1978.

SELAU, Mauricio da Silva. Uma história oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais. Revista Reboços, v. 11, n. 11, UFSC, p. 217-228, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/486>. Acesso em: 14 dez. 2020.

SEMEAR, Internacional. **Produção Agroecológica: Alimentação diversificada e segura** Disponível em: <http://portalsemiar.org.br/boaspraticas/alimentacao-diversificada-e-segura/>. Acesso em: 05 nov. 2021.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecol. e Desenv.Rur.Sustent.**, Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar, 2001. Disponível em: https://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n1/revista_agroecologia_ano2_num1_parte08_artigo.pdf. Acesso em 10 nov. 2021.

SCHNEIDER, Sergio. As formas sociais do trabalho n meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não agrícolas. **Redes**, v. 9, n.3, p. 75-110, 2004. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/178372/000514257.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 jun. 2023.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gala, 2003. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. Disponível em: https://zonamenosum.files.wordpress.com/2016/12/livro_vandana_shiva-monoculturas_da_mente.pdf. Acesso em: 04 mar.2021.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. **Tese** (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009a. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/5591/1/2009_EmmaCademartoriSiliprandi.pdf. Acesso em: 19 mar.2021.

SILIPRANDI, Emma. A alimentação como um tema político das mulheres. In: ROCHA, Cecília (Org.); BURLANDY, Luciene (org.); MGALHÃES, Rosana. Segurança alimentar e

nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**- transformando o campo, as florestas e as pessoas. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. Disponível em: https://www.passeidireto.com/arquivo/74975831/mulheres-e-agroecologia-transformando-o-campo-as-florestas-e-as-pessoas?utm_medium=social&utm_source=whatsapp&utm_content=file. Acesso em: 05 mar.2021.

SILIPRANDI, Emma Cademartori. Rompendo a Inércia Institucional: As mulheres rurais e a política nacional de agroecologia e produção orgânica. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa (et al., Org.) A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil: Uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017. p. 277-294. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/144174_politica_nacional_agroecologia_cap09.pdf. Acesso em 18 jan. 2021.

SILIPRANDI, Ema.; CINTRÃO, Rosângela. Mulheres Rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, Sérgio. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. v. 1, p. 571-594. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/232410/000975223.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 15 jan. 2021.

SILVA, Delmira Santos da Conceição; BARBOSA, Eliane Souza ; SILVA, José Heleno Alves; SANTOS, Núbia Dias. Estrutura Fundiária no Brasil e o acesso as políticas de créditos. In: SOARES, Maria José Nascimento; GOMES, Laura Jane; DANTAS, Jonielton Oliveira; SANTOS, Marília Barbosa dos; SILVA, Delmira Santos da Conceição; SOUZA, Alessandra Barbosa (Org.). Ciências Ambientais em Perspectiva. 1. Ed. Aracaju/SE: Editora Criação, 2020, v. 1, p. 217-238. Disponível em: <http://editoracriacao.com.br/wp-content/uploads/2020/08/livro-prodemaok.pdf>. Acesso em 15 jan. 2021.

SILVA, Delmira Santos da Conceição. Aspectos da sustentabilidade de explorações fumageiras no centro-sul de Sergipe. **Dissertação** de Mestrado (Orientadora Ronise Nascimento de Almeida). São Cristóvão/SE, 2019. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/11139/2/DELMIRA_SANTOS_CONCEICAO_SILVA.pdf. Acesso em 24 fev.2021.

SILVA, Haiane Pessoa da Nas margens viárias: as lonas pretas e suas relações socioambientais. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, orientadora Maria José Nascimento Soares. – São Cristóvão, 2016. Disponível: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4217/1/HAIANE_PESSOA_SILVA.pdf. Acesso em 03 nov. 2021.

SILVA, Klaus Pereira da; GUEDES, Ana Lúcia. Buen Vivir Andino: Resistência e/ou alternativa ao modelo hegemônico de desenvolvimento. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, nº 3, Artigo 8, Rio de Janeiro, jul./set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/yKp3HXMpMFJXztnKWd5fjRd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (org.). Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2009. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/52806/000728684.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: Acesso em 14 nov. 2021.

SIQUEIRA, José Edson Oliveira. Financeirização da economia e capital imobiliário no espaço agrário da Colônia Treze-Lagarto/SE. **Dissertação**; orientadora Josefa de Lisboa Santos. – São Cristóvão, 2016. Disponível em:

https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/5523/1/JOSE_EDSON_OLIVEIRA_SIQUEIRA.pdf. Acesso em 10 nov. 2021.

SOBRAL, Maria Neide. História Oral da vida camponesa: Assentamentos de reforma agrária em Sergipe (Da prática social à prática de alfabetização). São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

SOUZA, Paulo Marcelo de.; NEY, Marlon Gomes; PONCIANO, Niraldo José. Análise da Distribuição dos Financiamentos Rurais entre os Estabelecimentos Agropecuários Brasileiros. RESR, Piracicaba-SP, v. 53, nº 02, p. 251-270, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/resr/a/FS3kdmfjmDLWt8BHFKBWxHk/?lang=pt>

Acesso em: 15 mar. 2020.

STÉDILE, João Pedro. Questão Agrária no Brasil. São Paulo: Atual, 1998.

TAVARES, Maria Conceição Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In: BIELSCHOWSK, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Ed.

Record- São Paulo, 2000. Disponível em:

https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1614/S33098N962Av1_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 ago. 2020.

TOSCHI, André Bertuzzi. As fontes de recursos do crédito rural no Brasil, de 1994 a 2004. Dissertação (Mestrado profissional em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2006. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7864/000559240.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
Acesso em: 13 ago. 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação - São Paulo: Atlas, 1987. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4233509/mod_resource/content/0/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em-Ciencias-Sociais.pdf. Acesso em: 20 abr.2020.

VALADÃO, Adriano da Costa. Transição agroecológica nos assentamentos rurais: estratégias de resistência e produção de novidades. Orientador: Prof. Dr. Alfio Brandenburg Co-orientador: Prof. Dr. Pierre Marie Stassart. **Tese** (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná - Curitiba, 2012. Disponível em:

https://ri.uepg.br/riuepg/bitstream/handle/123456789/839/TESE_AdrianoCostaValad%C3%A3o.pdf?sequence=1. Acesso em 23 mar. 2023.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Sn, 2009. p. 17-32. Disponível: <https://library.wur.nl/WebQuery/wurpubs/fulltext/108071>. Acesso em 03 mar.2023.

VASCONCELOS, Daniela. A Cidade de Lagarto. Disponível em: <https://lagarto.se.gov.br/>. Acesso em: 24 fev. 2021.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima; *et al.* Desafios da pandemia de COVID-19: por uma agenda brasileira de pesquisa em saúde global e sustentabilidade. **Cad. Saúde Pública**, 2020; v.36, n.4. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/sWTDsf6c6nhPcxwq3pwCpcS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 03 jul.2023.

VICENTE, Maximiliano Martins. História e comunicação na ordem internacional - São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/b3rzk/pdf/vicente-9788598605968.pdf>. Acesso em 18 fev. 2021.

WELCH, Clifford Andrew. Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio. **Revista Nera**, Presidente Prudente, Ano 8, n. 6 p. 35 - 45 jan.- jun. 2005. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Welchc.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2021.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO EPESQUISA
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
DA ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE DAS INSTITUIÇÕES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa da pesquisa intitulada: **MULHERES AGRICULTORAS E O BEM VIVER FRENTE AOS EMBATES SOCIOECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS: ANÁLISE NO POVOADO COLÔNIA TREZE, LAGARTO/SE**, desenvolvida por Delmira Santos da Conceição Silva, discente do Programa de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, da Universidade Federal de Sergipe, sob orientação da Professora Dra. Maria José Nascimento Soares.

O **objetivo geral** proposto por esta pesquisa consiste em compreender os embates socioeconômicos e socioambientais das mulheres agricultoras e a orientação (ou não) pelos princípios do *Bem Viver* para o desenvolvimento socioespacial. Aponta-se como objetivos específicos: Entender a dinâmica organizacional das mulheres agricultoras do povoado Colônia Treze, Lagarto/Se e seus contributos para o desenvolvimento socioespacial; Evidenciar os embates socioeconômicos e as práticas socioambientais vivenciadas pelas mulheres agricultoras na localidade, que são promotoras do *Bem Viver*; Estabelecer correlações entre as práticas vivenciadas pelas mulheres agricultoras e os princípios que ancoram a perspectiva do *Bem Viver* e Produzir um documentário a partir dos relatos/experiências das mulheres agricultoras do povoado Colônia Treze, Lagarto/SE.

Destaco que a **metodologia** adotada será desenvolvida mediante visitas ao campo, visando obter informações sobre os saberes e práticas das mulheres agricultoras do povoado Colônia Treze. A pesquisa fará uso do diário de campo (em que será anotado o que as câmeras não poderão captar, tais como os gestos, sorrisos etc.) e da aplicação de entrevistas semiestruturadas. Os instrumentos de registros serão a câmera digital, câmera fotográfica, o gravador digital, celular e transcrições, nas quais serão analisadas as imagens, os testemunhos e relatos de mulheres agricultoras que resistiram à monocultura e desenvolvem práticas agroecológicas de produção, tais como as desenvolvidas pelo *Bem Viver*.

O convite a sua participação se deve à importância de conhecer acerca da representatividade da mulher no espaço agrícola do povoado Colônia Treze, Lagarto/SE, bem como analisar por meio de seus relatos, suas histórias e memórias os pressupostos teóricos e filosóficos sugeridos pelo *Buen- Vivir*, dentro dos aspectos socioeconômicos e socioambientais que podem corroborar para a promoção de produções agrícolas ecologicamente sustentável.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito por meio de contato obrigatoriamente explicitado neste TCLE.

A sua participação consistirá em responder perguntas a entrevistas semiestruturadas ao pesquisador do projeto, sendo garantido sua etnicidade de acordo com Resolução CNS nº 466/2012, Resolução CNS nº 510/2016 e Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, função do CEP e os aspectos relacionados a biossegurança em razão do momento de pandemia no país. As entrevistas serão armazenadas para análise em arquivos digitais, bem como a garantia de guarda dos dados pelo pesquisador pelo prazo mínimo por 5 anos após o término da pesquisa.

A presente tese fará uso do Termo de Cessão e Autorização de Uso de Imagem, no qual a produtora audiovisual, de forma inteiramente gratuita, a título universal, em caráter total, definitivo, irrevogável e irrefutável, utilizará de seus direitos autorais e de sua imagem, junto ao acervo audiovisual desta entidade.

Reconhece expressamente o(a) **cedente** que a **cessionária**, conforme a Lei n. 9.610/98, na qualidade de detentora dos direitos autorais, em todas suas modalidades, tendo em vista a autorização efetuada neste termo, poderá, a seu exclusivo critério e de forma não-onerosa, utilizar todas as imagens livremente, bem como seus extratos trechos ou partes, podendo adaptá-los para fins de produção de obras audiovisuais e para fins de exibição em circuito cinematográfico, “fotonovelas, obras científicas, obras literárias, peças teatrais e/ou peças institucionais e utilizá-los, para produção de matéria promocional em qualquer mídia para a composição de produtos ligados à entidade e fixá-lo em qualquer de suporte e de transmissão, incluindo “pay tv, “pay per view, “near vídeo on demand, ou “vídeo on demand, “media signage”, analógico ou digital, com atributos de interatividade ou não e adaptá-los nas formas que convir.

O participante da pesquisa terá assistência gratuita, decorrente do agravo imediato ou posterior, direto ou indireto, ao indivíduo ou à coletividade. A pesquisadora se responsabilizará pela assistência integral aos participantes da pesquisa no que se refere às complicações e danos decorrentes deste estudo.

Este documento garante o ressarcimento de compensação material, exclusivamente, de despesas do participante e de seus acompanhantes em situações que forem necessárias, tais como transporte e alimentação.

Será explicitado a garantia de indenização por parte do pesquisador aos participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa.

As pesquisas que envolvem entrevistas acarretam risco de desconforto e/ou constrangimento em fornecer informações e ou opiniões. Para que o participante tome uma decisão autônoma sobre sua participação na pesquisa, a pesquisadora ofertará garantia de que o participante poderá responder apenas aos questionamentos que não lhe causem desconforto e de que tem o direito de retirar e ou negar a sua participação, também serão explicitados os possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação na pesquisa, além dos benefícios esperados dessa participação e apresentação das providências e cautelas a serem empregadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar dano, considerando características e contexto do participante da pesquisa, durante os procedimentos de coleta de dados o participante estará sempre acompanhado pela pesquisadora, que lhe prestará toda a assistência (gratuita, integral e imediata) pelo tempo que for necessário ou acionará pessoal competente para isso, caso tenha alguma dúvida sobre os procedimentos ou sobre o projeto você poderá entrar em contato com a pesquisadora a qualquer momento pelo telefone ou e-mail abaixo.

A pesquisadora garante que o participante da pesquisa receberá uma via do termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinada e rubricada em todas as páginas.

É possível que este estudo não traga benefícios diretos a você. Mas ao final deste estudo, as informações que ele gerar, poderão trazer benefícios em termos de produção do conhecimento e de alternativas relacionadas a produção agrícola. Os resultados serão divulgados em palestras dirigidas ao público participante e em artigos científicos.

Declaro o cumprimento dos ditames da Resolução n° 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, e suas complementares e dos princípios éticos vigentes.

Pesquisador

Contato:

Delmirasilva_ufs@hotmail.com- 7999812-0133

Participante da pesquisa

Eu, _____ fui informado(a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e retirar o meu consentimento em participar do estudo sem que isto ocasione qualquer tipo de penalidade.

Lagarto/SE, 26 de outubro de 2021.

Contato Administrativo CEP

Endereço: Rua Cláudio Batista s/n°

Bairro: Sanatório

CEP: 49.060-110

UF: SE

Município: Aracaju

Telefone: (79) 3194-7208

E-mail: cephu@ufs.br

A avaliação ética tem a função de proteger e garantir direitos àqueles que são submetidos a uma pesquisa. Estas pessoas são os Participantes de Pesquisa. Desta forma, o Sistema CEP/Conep tem o propósito principal de defender os direitos e interesses dos participantes de pesquisa, mantendo sua integridade e dignidade, e contribuir com o desenvolvimento das pesquisas no Brasil.

São Cristóvão, de de 2021.

Nome e assinatura e datação efetuada pelo entrevistado(a).

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semiestruturada



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO EPESQUISA
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE DA ASSOCIAÇÃO
PLENA EM REDE DAS INSTITUIÇÕES**

DOUTORANDA: Delmira Santos da Conceição Silva

Orientadora: Maria José Nascimento Soares

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Público-alvo: Mulheres Agricultoras familiares do povoado Colônia Treze, Lagarto/Sergipe

1. Como é a vida no campo?
2. Qual a sua relação com a terra?
3. Há quanto tempo exerce a atividade agrícola?
4. Como se tornou agricultora?
5. Em sua opinião, o que faz uma pessoa gostar de ser agricultora e se identificar como uma?
6. Como você se sente sendo agricultora?
7. Quais os maiores desafios de ser agricultora?
8. Fale-nos sobre sua prática agrícola: o que costuma fazer para a manutenção de sua lavoura?
9. Qual o tipo de cultivo costuma plantar, por que escolher esse cultivo?
10. Como é a comercialização desses produtos?
11. Você acredita que os insumos utilizados por você são saudáveis para a sua saúde e de sua família, por quê?
12. Tem acesso a algum subsídio governamental?
13. Já participou ou participa de alguma política pública do governo federal:

Pronaf () Apoio Mulher () Fomento Mulher () Terra Sol () PAA ()

14. Tem acesso a assistência técnica? Qual o órgão? E o tipo de assistência?

15. Como proposta de mudança, o que poderia ser feito para melhorar a qualidade de vida das agricultoras do povoado Colônia Treze?

16. Na sua opinião, o campo precisa de mudanças? O que seria necessário para mudar o cenário que vivemos na atualidade?

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista para o documentário



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO EPESQUISA
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE DA ASSOCIAÇÃO
PLENA EM REDE DAS INSTITUIÇÕES**

DOUTORANDA: Delmira Santos da Conceição Silva

ORIENTADORA: Maria José Nascimento Soares

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O DOCUMENTÁRIO

Público-alvo: Mulheres camponesas do povoado Colônia Treze, Lagarto/Sergipe

1. Como se tornou uma mulher camponesa?
2. Qual é a sua relação com a terra?
3. Quais as práticas e saberes agroecológicos utiliza em sua produção agrícola?
4. Desafios de ser uma mulher camponesa na atualidade?
5. Quais os desafios de produzir de forma agroecológica?
6. Como você analisa o engajamento dos jovens na agricultura?
7. Fale um pouco sobre o agronegócio e como suas formas de produção interferi em sua produção agroecológica?

APÊNDICE D - Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Pesquisador: Título da Pesquisa: Instituição Proponente: Versão: CAAE: MULHERES AGRICULTORAS E O BEM VIVER FRENTE AOS EMBATES SOCIOECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS NO POVOADO COLÔNIA TREZE, LAGARTO/SE DELMIRA SANTOS DA CONCEICAO SILVA FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE 3 43080120.6.0000.5546 Área Temática: DADOS DO PROJETO DE PESQUISA Número do Parecer: 4.857.324 DADOS DO PARECER As informações elencadas nos campos “Apresentação do Projeto”, “Objetivo da Pesquisa” e “Avaliação dos Riscos e Benefícios” foram retiradas do arquivo “Informações Básicas da Pesquisa” (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1648135.pdf) e do "Projeto Detalhado / Brochura Investigador" (ProjetoCEP.pdf), postados em 11/05/2021 e 11/05/2021, respectivamente. Versão_3 Introdução: A agricultura familiar é importante para a sobrevivência de práticas agrícolas menos agressivas para o contexto socioambiental, pois é responsável por produzir parte dos alimentos que a sociedade consome e por disponibilizar produtos a serem comercializados. Nesta Tese, estudo o povoado Colônia Treze, localizado em Lagarto, região centro-sul de Sergipe. O povoado, bem como o município, possuem expressiva representatividade na produção de alimentos e no fornecimento de produtos em feiras livres, atendendo ao mercado consumidor do Estado e de outras regiões do Nordeste. Lagarto, conforme aponta os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), possui uma área total de 968,921 km² com 94.861 habitantes, cuja população foi estimada para 2020 de 105.221. De acordo com o Censo Agropecuário (IBGE, 2017) existem cerca de 93.275 estabelecimentos agropecuários em todo o estado de Sergipe, 234.161 mil pessoas ocupadas nessas atividades. Apresentação do Projeto: Patrocinador Principal: Financiamento Próprio 49.060-110 (79)3194-7208 E-mail: cep@academico.ufs.br Endereço: Bairro: CEP: Telefone: Rua Cláudio Batista s/nº Sanatório UF: SE Município: ARACAJU Página 01 de 12 UFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE Continuação do Parecer:

4.857.324 Lagarto é o município com o maior número de estabelecimentos agropecuários com 6.909, e área equivalente a 73.120 hectares. Em Sergipe os estabelecimentos superiores a 1.000 ha aumentaram sua participação em área, passando de 45,0% da área total para 47,5% entre os censos 2006 e 2017. Os estabelecimentos com 100 a 1.000 ha, por sua vez, declinaram na participação de 33,8% para 32,0%. Ao comparar os mesmos dados em relação a Lagarto, referente aos censos 2006 e 2017, observou-se que o número de estabelecimentos agropecuários diminuíram de 7.868 para 6.909 com áreas de 68.622 ha para 73.120 ha, respectivamente. Com isso, entende-se que, maiores extensões de terras não implicam em número maior de estabelecimentos agropecuários, razão pela qual existem ainda, uma ampla concentração da renda e da terra, o que impossibilita o avanço das pequenas propriedades no meio rural. Nesse contexto, é oportuno evidenciar que as populações camponesas lutaram/lutam para terem seus direitos previdenciários, trabalhistas e de acesso à terra e a reforma agrária garantidos. As conquistas, até aqui, foram fruto da resistência dos movimentos camponeses e sociais contra a desigualdades que foram e são acometidos por membros de uma dada sociedade. Neste bojo de resistência, as mulheres camponesas lutam contra sua invisibilidade, como também: a divisão sexual do trabalho; falta de reconhecimento pelos órgãos de fomento e membros da comunidade; indisponibilidade das políticas públicas e benefícios do governo; falta de participação efetiva em sindicatos e associações e, sobretudo, a distribuição da renda e da terra. Nota-se, nesse sentido, as injustiças sociais vividas pelas pessoas no/do campo, especificamente as mulheres/agricultoras, categoria escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa, possuem em suas entranhas um processo histórico de perversidade, sobretudo, com o patriarcado, visto por Sérgio Buarque de Holanda (1995) e Antônio Cândido (1971), como uma herança do sistema escravista. Carvalho aponta que as mulheres, “[...] ao mesmo tempo que participam também estão (in)visibilizadas nos discursos e no reconhecimento social tantos pelos homens quanto pela sociedade civil como um todo” (2018, p. 27). Escolher mulheres como objeto de uma tese é, sobretudo, entender as relações históricas, sociais, políticas e culturais construídas e as formas como estão entrelaçadas. Considerados por alguns autores como uma temática delicada, contudo, a escolha desse tema foi justamente o oposto, em razão de que as mulheres possuem histórias, narrativas de lutas e resistências que precisam ser visibilizadas frente ao papel que elas desempenham no contexto socioeconômico e ambiental. Nessa perspectiva, esta pesquisa se fundamentará nas leituras de Carvalho (2018), Liberato (2018), Bourdieu (1995) e Siliprandi (2013), os quais possibilitarão entender que homem e mulher não devem assumir papéis

49.060-110 (79)3194-7208 E-mail: cep@academico.ufs.br
Endereço: Bairro: CEP: Telefone: Rua Cláudio Batista s/nº Sanatório UF: SE Município:

ARACAJU Página 02 de 12 UFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE Continuação do Parecer: 4.857.324 hierárquicos verticalizados, mas a equidade dos direitos. As mulheres agricultoras têm conquistado ao longo do tempo seu espaço, não mais apenas como “ajudantes” nas atividades agrícolas, elas têm se destacado em todas as etapas da produção dos alimentos, em particular em práticas agroecológicas sustentáveis. O protagonismo das mulheres no meio rural tem sido palco de discussões no campo científico, notadamente na sua participação no fortalecimento da geração de renda e, conseqüentemente, no desenvolvimento socioeconômico e socioambiental no/do campo. Por essa razão, este trabalho justifica-se pela necessidade de visibilizar saberes e práticas agroecológicas desenvolvidas por mulheres agricultoras, que se assentam na teoria do *Bem Viver* no povoado Colônia Treze, Lagarto/SE, trazendo à tona suas narrativas que desaguam nas produções agrícolas ecologicamente sustentáveis. O município de Lagarto tem como âncora a agricultura, especificamente os policultivos (OLIVEIRA; COSTA, 2011). No entanto, nas últimas décadas, suas atividades estão principalmente direcionadas, ao monocultivo do milho e da mandioca, que provocam graves problemas socioambientais e socioeconômicos, necessitando, assim, de uma proposta/alternativa de mudança que possa trazer melhores condições de vida para os agricultores, bem como respeitar o ciclo natural e a produção de alimentos de forma saudável e limpa. Para tanto, se faz necessário sensibilidade quanto aos malefícios provocados pelo monocultivo para à saúde dos agricultores e para os consumidores, em virtude do uso excessivo dos defensivos químicos (utilizados expressivamente nesse tipo de agricultura). No livro “Primavera Silenciosa” (1962), Rachel Carson denunciou pela primeira vez como o uso demasiado de defensivos químicos e a intensificação da agricultura, implementados num único tipo de cultivo (monocultivo), prejudicava todo o ecossistema. Pois, “[...] o cultivo da terra com um único gênero de plantação não tira vantagem dos princípios pelos quais a Natureza opera; a agricultura, dessa maneira, é agricultura como o engenheiro a concebe” (CARSON, 2010, p. 20). Nesse sentido, esse modelo de agricultura não é a desejável para a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Conforme sinaliza Vandana Shiva no livro: *Monocultura da mente* (2003), o modelo de monocultura implementado pelo sistema capitalista ocidental não preza pelos saberes e práticas tradicionais, pelo contrário coloca a biotecnologia acima da biodiversidade. “Além de tornar o saber local invisível ao declarar que não existe ou não é legítimo, o sistema dominante também faz as alternativas desaparecerem apagando ou destruindo a realidade que elas tentam representar” (SHIVA, 2003, p.25). O propósito desse tipo de monocultura é de alienação das populações, sobretudo, as mais carentes, como se a ciência moderna fosse a única detentora do saber. Desse 49.060-110 (79)3194-7208 E-mail: cep@academico.ufs.br Endereço:

Bairro: CEP: Telefone: Rua Cláudio Batista s/nº Sanatório UF: SE Município: ARACAJU
Página 03 de 12 UFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE Continuação do Parecer:
4.857.324 modo, assegura o modelo hegemônico do antidesenvolvimento e enfraquece o verdadeiro desenvolvimento que se ancora nos princípios ecológicos, nos saberes e práticas ancestrais, tais como as preconizadas pelo Bem Viver. A filosofia defendida pelo Bem Viver diz respeito a busca de alternativas que possibilitem a libertação dos povos marginalizados e que sejam a favor da vida. Essa perspectiva contrapõe-se a concepção do bem-estar ocidental, que se associa a ética baseada no viver melhor, na maioria dos casos, estimulada pela competição e não a complementariedade entre os povos. Assim, o Bem Viver apresenta formas reflexivas sobre a organização atual da vida em diferentes dimensões que incluem os modos de produção do meio rural, do meio urbano, das relações de convivência, dos espaços educativos, dos espaços hospitalares, das unidades produtivas, dentre outras (BRAGA, 2014). O Bem Viver não descarta os avanços tecnológicos, tampouco as contribuições de outros saberes e culturas existentes atualmente no mundo. Porém, Acosta (2016) analisa que o conceito de desenvolvimento na atualidade, em nome do progresso, foge do que se pretende alcançar com essa filosofia de vida e pode ser entendido como “[...] a lógica produtivista de ter cada vez mais [...]” (ACOSTA, 2016, p. 200). A terra é a apropriação mais antiga do homem, que tem como finalidade a produção de alimentos e acolhimento para sua sobrevivência ao ocupar determinado espaço e ali se organizar para essa prática agrícola. O fortalecimento de práticas mais sustentáveis no campo se faz primordial, principalmente em relação à qualidade dos alimentos produzidos, que vai ao encontro da promoção da saúde e da alimentação saudável, proporcionando a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Nesta Tese, SAN constitui-se numa chave para a construção de uma base alimentar saudável e rica em nutrientes. De acordo com Liberato e Rocha (2012), a SAN não se refere apenas comer regularmente, mas comer bem, com alimentos que tenham qualidade e adequação dos hábitos culturais, ancorados em práticas saudáveis, em que se preserve o prazer e o simbolismo associado a alimentação. Na concepção de Siliprandi (2013) a SAN não é um conceito monolítico, construído de uma única maneira ou individualmente, mas sim, integrando variados processos de alimentação e nutrição:[...] à qualidade e à quantidade de alimentos que as pessoas dispõem habitualmente; depende das condições de saúde e de saneamento e da sustentabilidade do ambiente em que se vive; refere-se à garantia, a todas as pessoas, de terem sua dignidade respeitada no ato de se alimentar. Esse conceito incorpora ainda um aspecto eminentemente político, a soberania alimentar – o direito dos países e dos povos de estabelecerem suas próprias políticas de produção, abastecimento e consumo, respeitando sua história e cultura (SILIPRANDI, 2013, p.

187). Conforme a autora, ter acesso a SAN é um direito garantido pela Constituição Federal, inalienável e indispensável para o 49.060-110 (79)3194-7208 E-mail: cep@academico.ufs.br Endereço: Bairro: CEP: Telefone: Rua Cláudio Batista s/nº Sanatório UF: SE Município: ARACAJU Página 04 de 12 UFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE Continuação do Parecer: 4.857.324 ser humano viver em liberdade e desenvolver suas capacidades como integrantes de determinado grupo social. Por sua vez, as políticas responsáveis em garantir tais direitos, para serem eficazes, precisam direcionar suas práticas para os princípios da equidade, intersetorialidade, sustentabilidade, descentralização e participação social, desse modo, as ações do governo devem estar vinculadas as ações da sociedade civil como um todo. Diante do exposto, esta pesquisa se fundamenta em bases teóricas que explicitam a distribuição assimétrica da terra e da renda, bem como as políticas públicas direcionadas ao meio rural com autores como Martins (1983); Furtado (1989); Stedile (1998); Camacho (2011); Belik (2013); Siliprandi (2013) e Sobral (2006). Para a análise das relações agrícolas, alternativas agroecológicas e o Bem Viver utilizaremos Rocha (2013); Shiva (2002); Maluf (2013); Leff (2016) Acosta (2016); Altieri (2004), dentre outros. Para as análises metodológicas, Meihy e Holanda, (2007); Alberti (2000). Esta investigação se entrelaça ao terceiro dos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Organizações das Nações Unidas (ONU), no qual tem como finalidade: “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”, fazendo se presente também nos demais objetivos disponíveis na Agenda de 2030. Pois, estabelece que a saúde é resultante das condições em que as pessoas vivem e trabalham, sendo influenciada pelos determinantes socioambientais, fundamentais para o desenvolvimento integral do ser humano (FREY, et al. 2020). Por conseguinte, para que aconteçam mudanças no cenário agrícola do povoado Colônia Treze, Lagarto/SE são primordiais que se desconstruam paradigmas antes construídos, no qual se direciona apenas a injeção do capital no meio agrícola, sem levar em consideração os aspectos socioambientais e socioeconômicos da região. Partindo desse pressuposto, este estudo tem como ponto de partida a seguinte questão de pesquisa: como ocorrem os embates socioeconômicos e socioambientais na produção agrícola das mulheres agricultoras na direção do Bem Viver no povoado Colônia Treze, município de Lagarto/SE? Diante disso, levantam-se como questões correlatas: Como acontece a dinâmica organizacional das mulheres agricultoras no povoado Colônia Treze, Lagarto/Se? Quais os embates socioeconômicos e socioambientais enfrentados pelas mulheres agricultoras da localidade em estudo? De que forma se evidencia (ou não) o movimento das mulheres agricultoras orientados pelos princípios do *Bem Viver*? Vale ressaltar que a pesquisa não fará uso de hipóteses, em razão de que as questões apresentadas nesse estudo serão

direcionadoras nesse contexto de vivências e práticas entre as mulheres agricultoras. Assim, utilizo o uso da amostragem intencional não probabilística, no qual procurará entre os agricultores da feira saudável do 49.060-110 (79)3194-7208 E-mail: cep@academico.ufs.br Endereço: Bairro: CEP: Telefone: Rua Cláudio Batista s/nº Sanatório UF: SE Município: ARACAJU Página 05 de 12 UFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE Continuação do Parecer: 4.857.324 povoado Colônia Treze, as mulheres agricultoras que aceitem participar com suas narrativas, com a finalidade de dar-lhes voz e espaço para discorrer sobre suas experiências de vida. E, ainda, ancorada nas informações disponíveis pelos moradores da localidade, bem como no julgamento desta pesquisadora, caso seja pertinente, incluir novos participantes na amostra (LAKATOS; MARCONI, 2004; MAROTTI et al., 2008). Destaca-se que este estudo encontra-se em fase de apreciação ética junto ao Comitê de Ética da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Nesta Tese, considero que as mulheres agricultoras do povoado Colônia Treze, por meio das lutas e resistências, possuem saberes e práticas no seu cotidiano que se articulam com os pressupostos teóricos e filosóficos do *Bem Viver*, ancoradas nas relações socioambientais e socioeconômicas, ao contribuir com a produção de alimentos saudáveis e comercializados em feiras agroecológicas. Hipótese: Vale ressaltar que a pesquisa não fará uso de hipóteses, nem cabe no contexto o qual se pretende pesquisar, refutá-las. Metodologia Proposta: A metodologia adotada será desenvolvida mediante visitas ao campo, visando obter informações sobre os saberes e práticas das mulheres agricultoras do povoado Colônia Treze. A pesquisa fará uso do diário de campo (em que será anotado o que as câmeras não poderão captar, tais como os gestos, sorrisos etc.) e da aplicação de entrevistas semiestruturadas. Os instrumentos de registros serão a câmera digital, câmera fotográfica, o gravador digital, celular e transcrições, nas quais serão analisadas as imagens, os testemunhos e relatos de mulheres agricultoras que resistiram à monocultura e desenvolvem práticas agroecológicas de produção, tais como as desenvolvidas pelo Bem Viver. A sua participação consistirá em responder perguntas a entrevistas semiestruturadas ao pesquisador do projeto, sendo garantido sua etnicidade de acordo com Resolução CNS nº 466/2012, Resolução CNS nº 510/2016 e Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, função do CEP e os aspectos relacionados a biossegurança em razão do momento de pandemia no país. As entrevistas serão armazenadas para análise em arquivos digitais, bem como a garantia de guarda dos dados pelo pesquisador pelo prazo mínimo por 5 anos após o término da pesquisa. A presente tese fará uso do Termo de Cessão e Autorização de Uso de Imagem, no qual a produtora audiovisual, de forma inteiramente gratuita, a título universal, em caráter total, definitivo, irrevogável e irrefutável, utilizará de seus direitos autorais e de sua imagem, junto ao acervo audiovisual desta

entidade. Reconhece expressamente o(a) cedente que a cessionária, 49.060-110 (79)3194-7208 E-mail: cep@academico.ufs.br Endereço: Bairro: CEP: Telefone: Rua Cláudio Batista s/nº Sanatório UF: SE Município: ARACAJU Página 06 de 12 UFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE Continuação do Parecer: 4.857.324 conforme a Lei n. 9.610/98, na qualidade de detentora dos direitos autorais, em todas suas modalidades, tendo em vista a autorização efetuada neste termo, poderá, a seu exclusivo critério e de forma não-onerosa, utilizar todas as imagens livremente, bem como seus extratos trechos ou partes, podendo adaptá-los para fins de produção de obras audiovisuais e para fins de exibição em circuito cinematográfico, “fotonovelas, obras científicas, obras literárias, peças teatrais e/ou peças institucionais e utilizá-los, para produção de matéria promocional em qualquer mídia para a composição de produtos ligados à entidade e fixá-lo em qualquer de suporte e de transmissão, incluindo “pay tv, “pay per view, “near vídeo on demand, ou “vídeo on demand, “media signage”, analógico ou digital, com atributos de interatividade ou não e adaptá-los nas formas que convir. A sua participação consistirá em responder perguntas a entrevistas semiestruturadas ao pesquisador do projeto, sendo garantido sua etnicidade de acordo com Resolução CNS nº 466/2012, Resolução CNS nº 510/2016 e Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, função do CEP e os aspectos relacionados a biossegurança em razão do momento de pandemia no país. As entrevistas serão armazenadas para análise em arquivos digitais, bem como a garantia de guarda dos dados pelo pesquisador pelo prazo mínimo por 5 anos após o término da pesquisa. Critério de Inclusão: Alguns critérios serão estabelecidos para a escolha das mulheres agricultoras participarem da pesquisa, dentre eles: estar dentro da faixa etária entre 19 a 59 anos; ser autodeclarada agricultora; exercerem práticas agroecológicas; participarem da comercialização e produção agrícola; serem integrantes na feira saudável do povoado Colônia Treze. Critério de Exclusão: Está fora da faixa etária, menor de 18 anos e maior de 60 anos. Metodologia de Análise de Dados: As análises dos dados serão realizadas com base na abordagem qualitativa, detalhando as vivências, os relatos, as experiências, das práticas e narrativas disponibilizadas nas entrevistas das mulheres agricultoras do povoado Colônia Treze que desenvolvem práticas agroecológicas em sua produção, bem como se tais práticas dialogam (ou não) com as disseminadas pelos princípios do Bem Viver. A sua participação consistirá em responder perguntas a entrevistas semiestruturadas ao pesquisador do projeto, sendo garantido sua etnicidade de acordo com Resolução CNS nº 466/2012, Resolução CNS nº 510/2016 e Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, função do CEP e os aspectos relacionados a biossegurança em razão do momento de pandemia no país. As entrevistas serão armazenadas para análise em arquivos digitais, bem como a garantia de guarda 49.060-110 (79)3194-7208 E-mail:

cep@academico.ufs.br Endereço: Bairro: CEP: Telefone: Rua Cláudio Batista s/nº Sanatório UF: SE Município: ARACAJU Página 07 de 12 UFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE Continuação do Parecer: 4.857.324 dos dados pelo pesquisador pelo prazo mínimo por 5 anos após o término da pesquisa. A presente tese fará uso do Termo de Cessão e Autorização de Uso de Imagem, no qual a produtora audiovisual, de forma inteiramente gratuita, a título universal, em caráter total, definitivo, irrevogável e irrefutável, utilizará de seus direitos autorais e de sua imagem, junto ao acervo audiovisual desta entidade. Reconhece expressamente o(a) cedente que a cessionária, conforme a Lei n. 9.610/98, na qualidade de detentora dos direitos autorais, em todas suas modalidades, tendo em vista a autorização efetuada neste termo, poderá, a seu exclusivo critério e de forma não-onerosa, utilizar todas as imagens livremente, bem como seus extratos trechos ou partes, podendo adaptá-los para fins de produção de obras audiovisuais e para fins de exibição em circuito cinematográfico, “fotonovelas, obras científicas, obras literárias, peças teatrais e/ou peças institucionais e utilizá-los, para produção de matéria promocional em qualquer mídia para a composição de produtos ligados à entidade e fixá-lo em qualquer de suporte e de transmissão, incluindo “pay tv, “pay per view, “near vídeo on demand, ou “vídeo on demand, “media signage”, analógico ou digital, com atributos de interatividade ou não e adaptá-los nas formas que convir. A sua participação consistirá em responder perguntas a entrevistas semiestruturadas ao pesquisador do projeto, sendo garantido sua etnicidade de acordo com Resolução CNS nº 466/2012, Resolução CNS nº 510/2016 e Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, função do CEP e os aspectos relacionados a biossegurança em razão do momento de pandemia no país. As entrevistas serão armazenadas para análise em arquivos digitais, bem como a garantia de guarda dos dados pelo pesquisador pelo prazo mínimo por 5 anos após o término da pesquisa. Desfecho Primário: O município de Lagarto, bem como o povoado Colônia Treze tem como âncora a agricultura. No entanto, suas atividades estão direcionadas, principalmente, ao monocultivo do milho e da mandioca, cultivos que provocam graves problemas socioambientais e socioeconômicos, necessitando, assim, de uma proposta/alternativa de mudança que possa trazer melhores condições de vida para os agricultores familiares, respeitando o ciclo natural, tais como as preconizadas pelo Bem Viver que defende a ideia de respeito e harmonia entre o homem e a natureza, produzindo alimentos de forma saudável e limpa. Objetivo Primário: O objetivo geral do estudo é compreender os embates socioeconômicos e socioambientais das mulheres agricultoras e a orientação (ou não) pelos princípios do Bem Viver para o Objetivo da Pesquisa: 49.060-110 (79)3194-7208 E-mail: cep@academico.ufs.br Endereço: Bairro: CEP: Telefone: Rua Cláudio Batista s/nº Sanatório UF: SE Município: ARACAJU Página 08 de 12 UFS -

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE Continuação do Parecer: 4.857.324 desenvolvimento socioespacial. Objetivo Secundário: Aponta-se como objetivos específicos: Entender a dinâmica organizacional das mulheres agricultoras do povoado Colônia Treze, Lagarto/Se e seus contributos para o desenvolvimento socioespacial; Evidenciar os embates socioeconômicos e as práticas socioambientais vivenciadas pelas mulheres agricultoras na localidade, que são promotoras do *Bem Viver*; Estabelecer correlações entre as práticas vivenciadas pelas mulheres agricultoras e os princípios que ancoram a perspectiva do *Bem Viver*; Produzir um documentário a partir dos relatos/experiências das mulheres agricultoras do povoado Colônia Treze, Lagarto/Se; Riscos: As pesquisas que envolvem entrevistas acarretam risco de desconforto e/ou constrangimento em fornecer informações e ou opiniões. Para que o participante tome uma decisão autônoma sobre sua participação na pesquisa, a pesquisadora ofertará garantia de que o participante poderá responder apenas aos questionamentos que não lhe causem desconforto e de que tem o direito de retirar e ou negar a sua participação, também serão explicitados os possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação na pesquisa, além dos benefícios esperados dessa participação e apresentação das providências e cautelas a serem empregadas para evitar e/ou reduzir efeitos e condições adversas que possam causar dano, considerando características e contexto do participante da pesquisa. Benefícios: É possível que este estudo não traga benefícios diretos a você. Mas ao final deste estudo, as informações que ele gerar, poderão trazer benefícios em termos de produção do conhecimento e de alternativas relacionadas a produção agrícola. Os resultados serão divulgados em palestras dirigidas ao público participante e em artigos científicos. Avaliação dos Riscos e Benefícios: A metodologia adotada será desenvolvida mediante visitas ao campo, visando obter informações sobre os saberes e práticas das mulheres agricultoras do povoado Colônia Treze. A pesquisa fará uso do diário de campo (em que será anotado o que as câmeras não poderão captar, tais como os gestos, sorrisos etc.) e da aplicação de entrevistas semiestruturadas. Os instrumentos de registros serão a câmera digital, câmera fotográfica, o gravador digital, celular e transcrições, nas quais serão analisadas as imagens, os testemunhos e relatos de mulheres agricultoras que resistiram à monocultura e desenvolvem práticas agroecológicas de produção, tais como as desenvolvidas pelo Comentários e Considerações sobre a Pesquisa: 49.060-110 (79)3194-7208 E-mail: cep@academico.ufs.br Endereço: Bairro: CEP: Telefone: Rua Cláudio Batista s/nº Sanatório UF: SE Município: ARACAJU Página 09 de 12 UFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE Continuação do Parecer: 4.857.324 Bem Viver. Espera-se que os resultados apontem se existem práticas de Bem Viver (ou não), e caso existam como elas têm sido disseminadas pelas mulheres agricultoras do povoado Colônia Treze, Lagarto/Sergipe, e,

como tais práticas têm contribuído para fortalecer a agricultura camponesa, mediante o respeito, a harmonia e equilíbrio entre o homem e a natureza. Tamanho da Amostra no Brasil:20 Coletas de campo: 02/12/2022 a 02/01/2022 APOIO FINANCEIRO: FINANCIAMENTO PRÓPRIO. ORÇAMENTO APRESENTADO:R\$ 1.400,00 Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações". Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória: Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações". Recomendações: Não foram observados óbices éticos. Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Sergipe, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação do Protocolo de Pesquisa. Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações: O CEP informa que de acordo com a Resolução CNS nº 466/12, Diretrizes e normas XI. 1 – A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais e XI. 2 - XI.2 - Cabe ao pesquisador: a) apresentar o protocolo devidamente instruído ao CEP ou à CONEP, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa; b) elaborar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e/ou Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, quando necessário; c)desenvolver o projeto conforme delineado; d) elaborar e apresentar os relatórios parciais e final; e)apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer Considerações Finais a critério do CEP: 49.060-110 (79)3194-7208 E-mail: cep@academico.ufs.br Endereço: Bairro: CEP: Telefone: Rua Cláudio Batista s/nº Sanatório UF: SE Município: ARACAJU Página 10 de 12 UFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE Continuação do Parecer: 4.857.324 momento; f) manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa; g) encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto; e h) justificar fundamentadamente, perante o CEP ou a CONEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados. Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados: Tipo Documento Arquivo Postagem Autor Situação Informações Básicas do Projeto PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1648135.pdf 11/05/2021 10:51:02 Aceito Projeto Detalhado / Brochura Investigador PROJETO_DE_TESE.docx 11/05/2021 10:50:04 DELMIRA SANTOS DA CONCEICAO SILVA Aceito Outros Termo_de_cessao.docx 11/05/2021 10:47:46 DELMIRA SANTOS DA CONCEICAO SILVA Aceito Outros CARTA_RESPOSTA_PENDENCIAS_CEP_UFS_2.doc 11/05/2021 10:46:57 DELMIRA SANTOS DA CONCEICAO SILVA Aceito TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência TCLE.docx 11/05/2021 10:42:09 DELMIRA SANTOS DA CONCEICAO SILVA

Aceito TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência Termo_de_anuencia.pdf
18/03/2021 14:44:19 DELMIRA SANTOS DA CONCEICAO SILVA Aceito Folha de Rosto
folha_de_rosto.pdf 18/03/2021 14:40:11 DELMIRA SANTOS DA CONCEICAO SILVA
Aceito Outros Termo_de_compromisso_e_confidencial idade_UFS.docx 17/03/2021 10:24:46
DELMIRA SANTOS DA CONCEICAO SILVA Aceito Outros
TERMO_DE_COMPROMISSO_PARA_UTILIZACAO_DE_DADOS_CEP_UFS.docx
17/03/2021 10:17:58 DELMIRA SANTOS DA CONCEICAO SILVA Aceito Cronograma
CRONOGRAMA.docx 17/03/2021 10:14:50 DELMIRA SANTOS DA CONCEICAO SILVA
Aceito Situação do Parecer: 49.060-110 (79)3194-7208 E-mail: cep@academico.ufs.br
Endereço: Bairro: CEP: Telefone: Rua Cláudio Batista s/nº Sanatório UF: SE Município:
ARACAJU Página 11 de 12 UFS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE Continuação
do Parecer: 4.857.324 ARACAJU, 20 de Julho de 2021 FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA
(Coordenador(a))

Continuação do Parecer: 4.857.324 ARACAJU, 20 de Julho de 2021 FRANCISCO DE
ASSIS PEREIRA (Coordenador(a)) Assinado por: Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP: Não